

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS**

FABIANO AYUB ROCHA

**FISIOLOGIA, ANTROPOMETRIA E ESCOLARIZAÇÃO:
PRÁTICAS DISCURSIVAS E LUTAS DE REPRESENTAÇÕES NA EDUCAÇÃO
FÍSICA EM IMPRESSOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

**VITÓRIA
2022**

FABIANO AYUB ROCHA

**FISIOLOGIA, ANTROPOMETRIA E ESCOLARIZAÇÃO:
PRÁTICAS DISCURSIVAS E LUTAS DE REPRESENTAÇÕES NA EDUCAÇÃO
FÍSICA EM IMPRESSOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Física, na área de concentração Estudos Pedagógicos e Socioculturais da Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Omar Schneider

**VITÓRIA
2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R672f Rocha, Fabiano Ayub, 1986-
Fisiologia, Antropometria e escolarização : práticas
discursivas e lutas de representações na Educação Física em
impressos entre as décadas de 1930 e 1940 / Fabiano Ayub
Rocha. - 2022.
248 f. : il.

Orientador: Omar Schneider.
Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos.

1. Educação Física. 2. Fisiologia. 3. Antropometria. 4. História.
I. Schneider, Omar. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Educação Física e Desportos. III. Título.

CDU: 796

FABIANO AYUB ROCHA

**FISIOLOGIA, ANTROPOMETRIA E ESCOLARIZAÇÃO:
PRÁTICAS DISCURSIVAS E LUTAS DE REPRESENTAÇÕES NA EDUCAÇÃO
FÍSICA EM IMPRESSOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, na área de concentração Estudos Pedagógicos e Socioculturais da Educação Física.

Aprovada em _____ de _____ de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Omar Schneider

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Prof. Dr. Ivan Marcelo Gomes

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Laquini Eller

Prefeitura Municipal de Castelo

Ao meu pai, Clementino Rocha; à minha
mãe, Maria das Graças Ayub Rocha; à
minha esposa, Daniele Silva de Souza.

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

Marc Bloch

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por ter me concedido a graça de ingressar neste curso, saúde, determinação, proteção e sabedoria para concluir cada etapa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Omar Schneider, pela dedicação ao meu crescimento profissional e pessoal, pelos ensinamentos, pelo direcionamento, pela paciência e por acreditar na minha capacidade.

Aos professores Dr. Ivan Marcelo Gomes e Dr. Marcelo Laquini Eller por terem aceitado o convite de participar do processo de qualificação desta dissertação. As suas sugestões e comentários foram primordiais para que o trabalho ganhasse este formato final.

A toda minha família e aos meus amigos que sempre me apoiaram e me incentivaram nesta caminhada. Em especial, aos meus pais, Clementino e Maria das Graças, pelo imenso amor, por sempre acreditarem em mim e estarem presentes em minha caminhada.

À minha esposa, Daniele, pelo apoio, pela motivação, pelo companheirismo e pela força em todas as circunstâncias, tendo muitas vezes de abrir mão do tempo que poderíamos ter passado juntos para que esta pesquisa se concretizasse.

Aos meus companheiros do Cemefec e do Proteoria pelo apoio e pelos momentos de estudos juntos.

À minha turma do Mestrado 2020-1 e aos meus professores pela possibilidade do compartilhamento e construção de conhecimento em inúmeras reuniões.

À Universidade Federal do Espírito Santo que disponibilizou, além de sua estrutura, condições materiais para eu estar desenvolvendo esta pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul pela concessão da minha licença com vencimentos que viabilizou minha dedicação integral ao desenvolvimento das pesquisas.

RESUMO

Esta dissertação analisa a forma como o tema Fisiologia circulou na imprensa pedagógica e de variedades da Educação Física e como os atores e autores do período de 1930 a 1949 buscavam utilizar esse saber e os subtemas que lhe dão suporte, de modo especial, a Antropometria, para orientar o campo da Educação Física escolar. Investiga as lutas de representações nos impressos para entender os modos de transposição didática dos discursos e práticas das ciências fisiológicas para os seus usos escolares. Toma como referência o desenvolvimento do Método Francês como projeto pedagógico, que nasce no final do século XIX e início do século XX. Metodologicamente, utiliza o conceito de lutas de representações (Chartier), tática, estratégia e consumo (Certeau), o paradigma indiciário (Ginzburg) e a crítica documental (Bloch) para dar a ver o movimento de circulação e de apropriação dos discursos sobre a Fisiologia e a sua aplicação na escola. Como fontes, utiliza impressos, como o Regulamento nº 7 e os impressos pedagógicos e de variedades que circularam entre as décadas de 1930 e 1940, assim como as portarias e os decretos que regulavam o plano de ação das disciplinas escolares. Como hipótese, trabalha com a possibilidade de que as matérias produzidas sobre o tema Fisiologia, publicadas nas revistas, circulavam como um dispositivo para atender a uma inquietação expressa no Regulamento nº 7, qual seja, de que haveria dificuldade, por parte dos professores, de se apropriarem das proposições científicas e pedagógicas que o manual apresentava para a orientação da nova cultura escolar da Educação Física, o que fez com que vários impressos nascessem, a partir de 1932, para fazer a mediação entre a orientação oficial e o entendimento dos professores nas suas atividades de ensino e avaliação. Conclui que os usos escolares do Regulamento nº 7 não foram um ponto pacífico entre os intelectuais do período, pois muitos atores buscaram tornar-se protagonistas do processo de transposição didática das teorias científicas em projetos de orientação das práticas dos professores, ocorrendo uma luta de representações entre autores que tinham diferentes propostas sobre os usos dos exames antropométricos e fisiológicos para a classificação dos alunos, a organização das turmas e a execução das aulas de Educação Física no recém-criado sistema educacional implantado por Getúlio Vargas e seus ministros.

Palavras-chave: Educação Física; Fisiologia; grupamento homogêneo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the theme Physiology circulated in the pedagogical and varieties press of Physical Education and how the actors and authors of the period from 1930 to 1949 sought to use this knowledge and the sub-themes that support it, in a special way, Anthropometry, to guide the field of school Physical Education. It investigates the struggles of representations in the printed materials to understand the modes of didactic transposition of the discourses and practices of the physiological sciences to their school uses. It takes as a reference the development of the French Method as a pedagogical project, it was created at the end of the 19th century and beginning of the 20th century. Methodologically, it uses the concept of struggles of representations (Chartier), tactics, strategy and consumption (Certeau), the indicative paradigm (Ginzburg) and the document criticism (Bloch) to show the circulation and appropriation movement of the discourses about Physiology and its application in school. As sources, it uses printed materials, such as Regulation No. 7 and the pedagogical and variety printed materials that circulated between the 1930s and 1940s, as well as the ordinances and decrees that regulated the action plan of the school subjects. As a hypothesis, it works with the possibility that the materials produced on the theme Physiology, published in the magazines, circulated as a device to respond a concern expressed in Regulation No. 7, which is that there would be difficulty, on the part of teachers, to appropriate the scientific and pedagogical propositions that the manual presented for the guidance of the new school culture of Physical Education, which caused several printed materials to be created, from 1932 on, to mediate between the official guidance and the understanding of teachers in their teaching and evaluation activities. It concludes that the school uses of Regulation No. 7 were not a peaceful point among the intellectuals of the period, because many actors tried to become protagonists of the process of didactic transposition of the scientific theories in projects of orientation of the teachers' practices, occurring a fight of representations among authors who had different proposals about the uses of anthropometric and physiological exams for the classification of students, the organization of classes and the execution of the Physical Education classes, in the newly created educational system implemented by Getúlio Vargas and his ministers.

Keywords: Physical Education; Physiology; homogeneous grouping.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Ficha morfofisiológica para crianças	79
Figura 2	–	Ficha morfofisiológica para crianças: modelo reduzido	81
Figura 3	–	Exemplo prático de um modelo de escala dos cálculos estatísticos	88
Figura 4	–	Quadro de perfil morfofisiológico	89
Figura 5	–	Modelos de cartões para gráficos: quatro exemplos de marcações de medidas para classificação	91
Figura 6	–	Exame médico da educação infantil na Carl Curtis School – Los Angeles	93
Figura 7	–	Classificação do biótipo de acordo com o perfil morfofisiológico	96
Figura 8	–	Dados estatísticos de escolares do Distrito Federal: altura .	103
Figura 9	–	Dados estatísticos de escolares do Distrito Federal: peso ..	104
Figura 10	–	Dados estatísticos de escolares do Distrito Federal: índice ponderal	105
Figura 11	–	Tabela de peso e estatura da criança brasileira em idade escolar	123
Figura 12	–	Resultado estatístico da análise dos dados peso e estatura	125
Figura 13	–	Limites mínimos e máximos de normalidade em relação a graus e ciclos	137
Figura 14	–	Variabilidade entre os limites máximo e mínimo	138
Figura 15	–	Modelo de ficha apresentado pelo Dr. Peregrino Júnior	143
Figura 16	–	Novo modelo de ficha biométrica	154
Figura 17	–	Novo modelo de ficha biométrica (verso)	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Circularidade das revistas de Educação Física nas décadas de 1930 e 1940.	63
Quadro 2 –	Divisão e classificação dos grupamentos homogêneos segundo os critérios fisiológicos e as condições patológicas dos educandos	108
Quadro 3 –	Exames práticos para a obtenção dos certificados de Educação Física	129
Quadro 4 –	Comparativo de exames práticos de Educação Física entre os alunos de idade escolar e os Corpos de Tropa ...	131

LISTA DE SIGLAS

ABE	– Associação Brasileira de Educação
ACM	– Associação Cristã de Moços
AENEFD	– Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos
BEF	– Boletim de Educação Física
CEFD	– Centro de Educação Física e Desportos
Cemefec	– Centro de Memória de Educação Física e do Esporte Capixaba
CSCP	– Curso Superior de Cultura Pedagógica
DEF	– Divisão de Educação Física
E.E.F.E.	– Escola de Educação Física do Exército
Edufes	– Editora da Universidade Federal do Espírito Santo
ENEFD	– Escola Nacional de Educação Física e Desportos
EPHY	– Educação Physica
MES	– Ministério da Educação e Saúde Pública
MMF	– Missão Militar Francesa
PPGEF	– Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Proteoria	– Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física
RBEF	– Revista Brasileira de Educação Física
REF	– Revista de Educação Física (do Exército)
RGEP	– Règlement Général d'Éducation Physique
S.E.P.E.F.	– Sociedade de Estudos nos Problemas da Educação Física
Ufes	– Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PROBLEMA DE PESQUISA	18
OBJETIVO GERAL	20
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
JUSTIFICATIVA	20
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	24
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EM SUA MATERIALIDADE	27
PLANO DE EXPOSIÇÃO	33
1 CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA: A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	35
2 A PEDAGOGIZAÇÃO DA FIOIOLOGIA: PROPOSTAS FIOIOLÓGICAS E ANTROPOMÉTRICAS COMO DISCURSOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA (1930-1940)	53
2.1 Introdução	54
2.2 A circulação das revistas e a distribuição da Fisiologia como temática da Educação Física ao longo das décadas de 1930 e 1940	61
2.3 A Fisiologia e a Antropometria na imprensa periódica: modelos em circulação em impressos da Educação Física	73
2.4 Considerações parciais	117
3 O ETERNO PROBLEMA DO GRUPAMENTO HOMOGÊNEO: LUTAS DE REPRESENTAÇÕES EM IMPRESSOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA (1930-1940)	120
3.1 Introdução	121
3.2 Classificar para agrupar: os exames práticos em debate nos impressos	127
3.3 Fichas biométricas: o ponto nevrálgico do debate	139
3.4 Considerações parciais	159

CONCLUSÃO	162
REFERÊNCIAS	170
FONTES	174
APÊNDICE	214
APÊNDICE A – Quadro com os dados dos autores	215
ANEXOS	225
ANEXO A – Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931	226
ANEXO B – Portaria Ministerial nº 70, de 30 de junho de 1931	233
ANEXO C – Portaria Ministerial nº 161, de 11 de maio de 1939	236

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo nasceu de um projeto maior,¹ guarda-chuva, denominado “História e Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba”. O projeto guarda-chuva tem como principal objetivo a compreensão do itinerário de desenvolvimento da História da Educação Física no Brasil, em particular no Estado do Espírito Santo, procurando compreender as formas como se desenvolveram a Educação Física e o Esporte, as instituições que tomaram para si o protagonismo da introdução das práticas corporais sistematizadas, relacionadas com a ginástica, a Educação Física e o Esporte no espaço urbano, assim como os atores e autores que se debruçaram sobre esse universo temático ao longo do final do século XIX e no século XX.

O estudo busca analisar a história da área, por meio da imprensa periódica, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, para compreender a circulação dos saberes, em especial aqueles ligados ao campo da Fisiologia, na conformação das novas diretrizes estabelecidas para a organização das aulas de Educação Física escolar.

Mais especificamente, procuro,² com esta pesquisa, compreender os debates que estavam acontecendo na imprensa periódica da Educação Física, para entender as mudanças que ocorriam no cenário desse campo em desenvolvimento após a publicação do Regulamento nº 7,³ que introduz nova discussão na formação de professores especializados para ensinar nas escolas as práticas da Educação Física, que se tornaram obrigatórias no ensino secundário pelas reformas educacionais realizadas por Getúlio Vargas e seus ministros no ano de 1931. Essa obrigatoriedade foi estendida, a partir do ano de 1937, também ao ensino primário e normal.

Interessa-me entender como os saberes sobre a Fisiologia, um conhecimento da área médica, passaram a ser incorporados aos discursos dos professores e os debates que aconteceram ao longo das décadas de 1930 e 1940, realizados por intelectuais (médicos, militares e professores de Educação Física) interessados nessa área do conhecimento.

¹ Coordenado pelo professor Dr. Omar Schneider.

² Optei por deixar a introdução na primeira pessoa do singular por se tratar de informações pessoais.

³ Conhecido também como Regulamento de Educação Física, esse documento pode ser encontrado em sua versão digital no site do Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (Cemefec), <https://cemefec.org>.

Inicialmente, ao ingressar no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) da Universidade Federal do Espírito Santo, não era essa a minha proposta de pesquisa e nem o meu objeto. Meu olhar estava voltado para uma perspectiva mais contemporânea, abordando a influência dos aspectos histórico-culturais na inserção da capoeira nas escolas do município de Itapemirim/ES. Porém, ao ter contato com as pesquisas em desenvolvimento no programa, houve a necessidade de uma mudança nessa proposta, por um objeto que se adequasse aos projetos historiográficos em andamento e pudesse dialogar com a minha formação inicial em Educação Física, permitindo-me revisitar as minhas experiências.

No início do curso, passei a integrar o grupo de pesquisa do *Centro de Memória de Educação Física e do Esporte Capixaba* (Cemefec), criado em 2020, coordenado pelo professor Dr. Omar Schneider, que atua no Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Logo, nas primeiras reuniões, fui orientado a iniciar meus estudos com a leitura de alguns autores e historiadores que dialogavam com a Nova História Cultural, como Marc Bloch, Michel de Certeau, Roger Chartier e Carlo Ginzburg, com o objetivo de adequar o meu olhar à História, acerca de suas metodologias, práticas, teorias e discursos sobre esse campo de conhecimento, adquirindo, assim, uma visão historiográfica para o novo objeto que passei a visualizar como projeto investigativo.

Com base em estudos realizados sobre o Método Francês, com a adoção do Regulamento nº 7 pelas escolas de Educação Física, na década de 1930, e sobre a sua aplicação na formação dos primeiros professores do Curso de Educação Física do Espírito Santo, percebi a ocorrência de certas modificações no perfil da disciplina, sucedidas da mudança dos métodos ginásticos empregados nesse período. Mudanças nos discursos que norteavam os princípios da disciplina no âmbito escolar, como a sua relação com os conteúdos. Dentre as principais modificações ocorridas, atentei-me ao início da aplicabilidade da Fisiologia no campo da Educação Física Escolar, um conhecimento que se tornou obrigatório na formação dos professores e professoras naquele período e que deveria compor o novo discurso da Educação Física.

Dentro dessa nova proposta e com um novo objeto em mãos, cujo tema perpassa a História da Educação Física Brasileira, o presente estudo busca realizar

uma análise sobre a circularidade desse saber, principalmente nos impressos pedagógicos e de variedades nas décadas de 1930 e 1940, para compreender como os intelectuais do período tratavam essa temática. Como ela era abordada como conteúdo teórico para significar a presença da Educação Física na escolarização? Quais assuntos se associavam à Fisiologia? Para quem as propostas eram direcionadas?

Busquei, então, realizar um levantamento sobre o tema em artigos publicados em cinco revistas da Educação Física,⁴ periódicos lançados naquele momento. Os artigos foram localizados por meio do Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte, presente no site do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (Proteoria),⁵ do CEFD/Ufes.

A nova temática do projeto foi desenvolvida sem muitos percalços, visto que o estudo da Fisiologia já se encontrava como uma área de meu interesse, desde o período de minha graduação em licenciatura. É válido ressaltar que a grade curricular que contemplou minha formação acadêmica abarcava diversas disciplinas que compreendiam como eixo central o estudo da Fisiologia. Desse modo, autores como Jack H. Wilmore, David L. Costill, Barbara Herlihy, Nancy K. Maebius, William D. McArdle, Frank I. Katch e Victor L. Katch, entre outros, faziam parte do roteiro de leituras de diversas disciplinas, por exemplo, Estudos do Funcionamento Corporal, Desenvolvimento Humano e Desempenho Humano.

É preciso salientar que a análise desenvolvida nesta pesquisa está distante de um quadro comparativo com as concepções contemporâneas sobre a Fisiologia, uma vez que os discursos desenvolvidos naquela época giravam em torno dos problemas que eles enfrentavam e dos recursos teóricos e técnicos à disposição, não existindo, assim, um discurso fora de seu tempo. Unicamente, condiz com o que naquele momento se produziu a respeito da Fisiologia e os engajamentos dos intelectuais na resolução de uma dificuldade encontrada no uso da proposta de o Método Francês ser o orientador da educação nacional.

Para pensar a Fisiologia, busquei dialogar com estudos que pudessem me auxiliar a entender essa ciência no seu desenvolvimento histórico, principalmente na

⁴ Revista de Educação Física (do Exército) (1932), Educação Physica (1932), Boletim de Educação Física (1941), Revista Brasileira de Educação Física (1944) e Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945).

⁵ www.proteoria.org

passagem do século XIX para o século XX, operando com representações que me permitissem analisar o uso do termo nas suas condições de possibilidades.

A palavra Fisiologia, neste estudo, está vinculada ao seu processo de aproximação com as propostas conceituais instituídas no período estudado, direcionado para a sua aplicação no campo educacional. Assim, o termo não se aplica à Fisiologia do exercício nos moldes atuais, utilizada no treinamento, mas ao seu uso escolar, como recurso teórico para estabelecer parâmetros de avaliação e classificação dos alunos, com a aplicação prática desse conhecimento no campo do ensino para os professores.

A Fisiologia aqui tratada faz referência a uma fase de transição, em que a sua base conceitual passa a se alimentar das teorias e dos ideais positivistas no desenvolvimento dos estudos científicos contra um conhecimento empírico e especulativo sobre o movimento humano. Conhecimentos que buscam ser superados por um saber desenvolvido por meio de estudos práticos e experimentais.

Como aponta Gomes (2013), essa Fisiologia, implantada no Brasil no final do século XIX, refere-se a um campo de saber de modelo experimental, praticado nos laboratórios, que adquiriu, ao longo do século mencionado, ainda na Europa, um *status* de ciência prática, positiva e universal, com um objetivo investigativo, voltado para o estudo das funções dos corpos vivos e em estado dinâmico. Essas práticas laboratoriais buscavam tornar possível a demarcação de parâmetros biológicos entre o normal e o patológico, muitas vezes por meio das construções de gráficos e de curvas, uma disciplina exemplar para o ideal de ciência almejado no país (GOMES, 2013).

Nos impressos, procurei saber sobre o processo de pedagogização da Fisiologia na sua transposição didática⁶ necessária para que esse saber passasse a ser incorporado à cultura escolar⁷ daquele período, reorganizando as práticas de ensino e de avaliação desenvolvidas pelos professores. Naquela altura das intervenções propostas por Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde

⁶ Segundo Chevallard (1991), o trabalho de transformar por meio de um conjunto de adaptações de um conteúdo de conhecimento, que foi designado como conhecimento a ser ensinado, em um objeto de ensino, é chamado de transposição didática. Em outras palavras, seria a transformação desse objeto de saber em uma versão didática do próprio objeto.

⁷ Entendo a cultura escolar tendo como base o pensamento de André Chervel, autor que estuda a escolarização e os modos como essa cultura particular se desenvolveu institucionalmente. Assim, no estudo, trabalhei com o conceito de cultura escolar para me referir ao conjunto de normas, práticas e saberes transmitidos e incorporados de acordo com as diferentes finalidades escolares.

Pública, passou a ser obrigatório que os professores de Educação Física se tornassem especialistas, diferentemente do que ocorria nas décadas anteriores, em que, na escola, a ginástica era ofertada por professores generalistas formados nas Escolas Normais.

No mundo dos impressos da Educação Física, que circularam entre as décadas de 1930 e 1940, procurei os artigos/textos que expressassem proposições que levassem em consideração representações relacionadas com os saberes do campo da Fisiologia e que buscassem aplicar esses conhecimentos ao campo pedagógico, remodelando, mesmo discursivamente, as práticas da Educação Física e os novos saberes que deveriam significar a sua presença na escolarização, modificando a sua forma de aplicação e de avaliação.

Busquei, no processo de análise dos artigos localizados nos impressos selecionados, indícios de um debate que me permitisse compreender as práticas discursivas e as lutas de representações em torno dos saberes da Fisiologia e temas associados a ele, direcionados ao professor leitor, público-alvo das revistas, que poderiam capacitá-lo a ressignificar as suas práticas docentes na seleção dos conteúdos e na reflexão sobre os seus usos escolares. De modo especial, procurei direcionar a atenção para os exames fisiológicos e antropométricos utilizados como uma ciência prática e experimental dentro do ambiente escolar para a avaliação e classificação dos educandos.

Assim, analisei o debate que está acontecendo nos impressos, realizados pelos intelectuais de diferentes extrações, que se colocavam como interessados e autorizados no assunto, observando nos seus discursos as prescrições sobre os usos da Fisiologia e da Antropometria para pensar uma Pedagogia de ensino da Educação Física. Nesse caso, voltei minha atenção para os discursos que estão circulando sobre as condições de possibilidades de uma transposição didática de um saber científico ligado à Fisiologia e daqueles associados a ela, para o campo escolar do ensino da Educação Física como disciplina que deveria estar presente na cultura da escola, tendo como base o Regulamento de Educação Física, também conhecido como Regulamento nº 7, fundamentado no Método Francês.⁸

⁸ Segundo Goellner (1992), o Método Francês ou a ginástica francesa da Escola Militar de Joinville-le-Pont, cujo precursor foi Dom Francisco de Amoros y Ondeano, tendo sua continuidade no trabalho dos fisiologistas franceses, em especial Georges Demeny, foi o modelo ginástico importado pelo Brasil na segunda metade do século XIX. Sua origem esteve perpassada por objetivos nacionalistas, tais como, a intenção do aprimoramento da raça e o fortalecimento da nação, com a finalidade de

A tradução dos saberes científicos para os saberes ordinários da classe, conhecidos por transposição didática, não é autoexplicativa. Eles nascem como uma necessidade de adaptação de algo que é criado como teoria do ensino, uma epistemologia que busca capacitar o professor a fazer a seleção, ordenação, justificação e usos dos saberes científicos. Dessa forma, procurei entender os dispositivos discursivos utilizados pelos autores, as suas prescrições e os utensílios intelectuais para significar as suas escolhas para os professores leitores e o próprio Estado sobre as suas alternativas apresentadas.

PROBLEMA DE PESQUISA

Como um estudo historiográfico que busca analisar como a Fisiologia era projetada e debatida pelos intelectuais, como um saber necessário para o desenvolvimento da área, procuramos focar o processo revelado pelo debate e as propostas que circulavam nos impressos no momento em que ainda não existia uma unanimidade em torno dos melhores usos que esse instrumental teórico poderia ter ao ser utilizado para a orientação dos professores.

Logo, a necessidade de compreender esse fenômeno advém do momento em que o ensino da Fisiologia se posiciona na centralidade da formação do professor de Educação Física, uma vez que o ensino da Educação Física passou a ser orientado pelo Método Francês, também conhecido como Regulamento nº 7, que tinha a Fisiologia como eixo central. Essa era uma novidade na escolarização que traz outro vocabulário para a cultura escolar, a discussão sobre o aperfeiçoamento físico e a potência física, ou seja, a eficiência do movimento contra uma ideia anterior de uma formação que tinha como fim a estética corporal como um modelo ortopédico,⁹ cuja finalidade era refletir sobre um aperfeiçoamento corporal, um padrão a ser seguido de melhorias, tanto individuais quanto sociais, que poderiam expressar a modernidade que era perseguida.

Percebemos que, com a implantação obrigatória do Método Francês, uma nova cultura escolar estava sendo proposta para a escolarização da Educação Física,

preparar a força de trabalho, buscando melhorias na condição de vida dos indivíduos e o progresso da nação.

⁹ Sobre a correção ortopédica proposta pela ginástica sueca, ver o estudo de Schneider (2004) no artigo "Mutações no significado da Educação Física nas décadas de 1930 e 1940: um estudo a partir da revista Educação Física".

orientada pelo Regulamento nº 7, oriundo das Forças Armadas, do Exército, que possuía a sua escola de Educação Física e os seus estudos sobre a Fisiologia. O que procuramos saber é como essa proposta sobre a Fisiologia circulou nos impressos, pedagógicos e de variedades,¹⁰ e como foi traduzida para o ensino dos professores já formados e em formação, consumidores desses materiais que traziam as últimas novidades sobre o uso dos conhecimentos científicos para dar sentido às práticas da Educação Física no espaço da escolarização.

No estudo, estamos considerando como impressos pedagógicos e de variedades as publicações: Revista de Educação Física (do Exército) (1932), Educação Physica (1932), Boletim de Educação Física (1941), Revista Brasileira de Educação Física (1944) e Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945). Revistas que foram lançadas entre o início da década de 1930 e final da década de 1940, responsáveis por circular e estabelecer uma nova cultura pedagógica para o campo da Educação Física.

Buscamos, por meio dos impressos, compreender: o que se discutia sobre a Fisiologia e qual era a sua resposta de aplicabilidade no cenário escolar? Como se buscava pedagogizar a Fisiologia? Quais eram os autores que discutiam sobre esse tema? Quais teorias que foram empregadas para pensar e pedagogizar a Fisiologia? Nossas questões se fundamentam no fato de esse saber nascer no campo da Medicina e, ao adentrar o espaço escolar, necessita que a ele uma didática seja adicionada e um sentido prático seja administrado nos programas de ensino. Com base nessa constatação, perguntamos: como os autores fizeram a transposição didática do conhecimento científico/teórico para um saber que pudesse ser utilizado pelos professores e professoras na organização das suas aulas de Educação Física?

Ao analisar a imprensa pedagógica e variedades, buscamos compreender como circulou nesses objetos culturais uma proposta fisiológica para a orientação da Educação Física, localizando as principais recorrências temáticas ligadas ao tópico

¹⁰ Os impressos pedagógicos são materiais voltados para os professores que trazem proposições didáticas para o ensino, como teorias sobre o ensino-aprendizagem de um conteúdo, propostas de práticas docentes, exemplos de planos de aulas e formas de avaliação, constituindo-se como uma política para a organização e orientação e um campo de conhecimento. As revistas de variedades objetivam veicular matérias sobre o cenário esportivo com uma diversidade de conteúdos que tratam do bem-estar, da qualidade de vida, das formas de se alcançar a saúde ou a melhoria estética dos corpos, além de procurar se aproximar da escola dialogando com os professores, mas não sendo eles os seus principais consumidores, mas um público geral interessado nas práticas corporais, no esporte e nas ginásticas.

investigado, como: a Antropometria, a Biotipologia, os exames físicos, fisiológicos e laboratoriais, a fisiologia da criança e da mulher, relacionada com o exercício físico, à nutrição, à saúde e aos sistemas celulares e orgânicos. Para nós esses são assuntos que dão visibilidade à circularidade da Fisiologia ao materializar, nas páginas dos impressos, uma ordem para a mudança de concepção na formação e nos objetivos da Educação Física.

OBJETIVO GERAL

- a) Identificar as lutas de representações nos impressos da Educação Física, que circularam entre as décadas de 1930 e 1940, para compreender como foi realizada a transposição didática dos discursos e práticas das ciências fisiológicas para os seus usos escolares. Nesse sentido, analisamos os temas relacionados com a Fisiologia, os autores e as suas propostas de tradução dos saberes da Fisiologia para a cultura escolar em formação no período pós-revolução pedagógica instituída pela Reforma Francisco Campos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar a aproximação do discurso Médico/Fisiológico com a Pedagogia nas propostas de classificação das crianças para o processo de escolarização.
- b) Examinar os discursos e as propostas de atores e autores que, nos impressos, buscaram ser ouvidos e reconhecidos como autoridades sobre os melhores dispositivos científicos, que poderiam ser utilizados para avaliar e classificar os grupos de crianças e jovens dentro do sistema escolar.

JUSTIFICATIVA

Com a imposição do Método Francês no início da década de 1930, considerado o mais adequado para a população brasileira, em função da crença que perpassava sobre o seu potencial de formar indivíduos mais eficientes para o trabalho, a Fisiologia ganhou um lugar importante na proposta pedagógica para formação dos professores de Educação Física, uma vez que fornecia o embasamento teórico/prático para a

aplicação do método, servindo de suporte direcional para o bom emprego dos exercícios físicos em indivíduos com constituição fisiológica diferente (BRUSCHI, 2015).

Diante desse contexto, torna-se relevante um estudo acerca dos conhecimentos sobre a Fisiologia que se desenvolviam naquele período, sobre o que era possível pensar em torno de um conhecimento fisiológico aplicado à Educação Física em um momento de obrigatoriedade, a partir da promulgação da Portaria Ministerial nº 70, de autoria de Francisco Campos, ministro da Educação e da Saúde Pública do Governo de Getúlio Vargas.

Apoiado nessas informações, procuramos, por meio dos impressos pedagógicos e de variedades, criados entre as décadas de 1930 e 1940, compreender esse processo de intencionalidade na circulação de informações nas revistas que, para nós, são práticas de representações produzidas por atores sociais que buscavam sistematizar uma nova perspectiva para a Educação Física brasileira que repercutirá no processo de formação de professores e no ensino dessa disciplina nas escolas do ensino primário,¹¹ secundário e normal.

Observando a lacuna encontrada no estado da arte, que mostra que não há investigações sobre os conteúdos de ensino nas suas especificidades, apesar de haver um grande interesse na imprensa pedagógica como fonte, ou objeto, os debates sobre os conteúdos de ensino na transposição didática, realizada entre o conhecimento científico e as proposições para o uso escolar, ainda não foram examinados pelos pesquisadores e historiadores ligados ao campo.

Em relação aos trabalhos produzidos a respeito do tema e das mudanças políticas que moveram o período abordado, é válido salientar que não se conhece ainda, profundamente, como a Fisiologia foi introduzida como um conteúdo na formação dos professores de Educação Física e para qual propósito ela serviu.

Em um levantamento realizado sobre os estudos voltados para a análise da imprensa periódica, utilizando os impressos como fonte para uma produção historiográfica relacionada com o período, podemos, a título de exemplificação, listar

¹¹ A partir do ano de 1937, a Educação Física também se tornou obrigatória nas escolas do ensino primário, por meio da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. De acordo com o art. 131, “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”.

os trabalhos de Bermond (2007), Berto (2008), Schneider (2010), Assunção (2012) e Cassani (2018).

Em sua dissertação intitulada “A educação física escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey”, Magda Terezinha Bermond buscou compreender as relações das concepções pedagógicas de três autores, que aparecem como referências na Revista de Educação Física, e os conteúdos aplicados nas aulas de Educação Física escolar.

Na sequência, Rosianny Campos Berto, em sua dissertação denominada “Regenerar, civilizar, modernizar e nacionalizar: a Educação Física e a infância em revista nas décadas de 1930 e 1940”, utilizando como fonte a Revista de Educação Física (do Exército) e a revista Educação Physica, buscou compreender os discursos sobre o projeto de Educação e Educação Física para a infância que circulavam nesses dispositivos, para fins escolares e extraescolares. Ao longo do seu estudo, faz menção ao jogo como um dos principais instrumentos educativos para a criança. Escreve também sobre a educação dos sentidos e sobre os discursos médicos em circulação nos impressos, sinalizando algumas informações pertinentes aos exames biométricos e à formação dos grupamentos homogêneos.

Prontamente, Omar Schneider, em seu livro “Educação Physica: a arqueologia de um impresso”, buscou definir como um grupo de editores e intelectuais vinha se apropriando dos temas do campo da Educação, discutindo sobre eles, colocando-se como autoridades e utilizando esses discursos para significar o lugar da Educação Física e dos Esportes como um saber pedagógico pertencente à cultura escolar do período.

Reafirmando a relação entre a Educação Física e o Esporte presente nos discursos em circulação nos impressos, Wallace Rocha Assunção, em sua dissertação denominada “Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)”, discutiu a circulação e as apropriações do americanismo¹² com suas práticas esportivas e a sua aplicação na Educação Física escolar. Para esse estudo, toma como fontes principais a Revista de Educação Física (do Exército) e a revista Educação Physica, devido aos seus embates discursivos no campo editorial, mas também utiliza a revista Boletim de Educação

¹² Warde, citado por Assunção (2012, p. 19), descreve o termo americanismo como “[...] um movimento político-cultural que nasce nos Estados Unidos da América e é posteriormente oferecido como síntese de modernidade econômica, política, educacional e industrial para outros países”.

Física, a Revista Brasileira de Educação Física e os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos para a análise da circulação de seu objeto.

Por fim, Juliana Martins Cassani, em sua tese intitulada “Da imprensa periódica de ensino e de técnicas aos livros didáticos da Educação Física: trajetórias de prescrições pedagógicas (1932-1960)”, debate sobre o uso e apropriação da imprensa periódica como um dispositivo para a orientação didático-pedagógica dos professores de Educação Física que, a partir da década de 1930, passaram a atuar no interior das instituições educacionais.

Assim como Assunção (2012), a pesquisadora Cassani (2018) desenvolveu um trabalho utilizando os cinco impressos, apresentando, principalmente, as prescrições e os conceitos didático-pedagógicos presentes nos periódicos. Analisou, ainda, as bases teóricas abordadas pelos articulistas: Pedagogia, Biologia, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia e Antropologia. Dessas bases, as que apresentaram uma maior circularidade nos impressos foram Pedagogia e Biologia. Sobre esta última, é possível encontrar, no estudo de Cassani (2018), autores que discutiam conceitos fisiológicos e anatômicos para o ensinamento técnico-esportivo e que debatiam ideias antropométricas voltadas para a formação dos grupamentos homogêneos.

Desse modo, observamos ser relevante a compreensão da Fisiologia, como proposta pensada na especificidade, na relação desse conhecimento com o mundo dos impressos e na circulação da cultura escolar, espaços de formação intelectual de professores e construção da sociedade, uma vez que esse conhecimento moveu as bases conceituais dos discursos proferidos durante o período, tanto aqueles relacionados com as concepções pedagógicas aplicadas nas aulas de Educação Física escolar, quanto os veiculados nos impressos na busca pela autoridade do campo educacional.

Demonstra-se também apropriado um estudo acerca do discurso empregado sobre a Fisiologia no início século XX, uma vez que foi esse discurso que deu novo significado à Educação Física como disciplina escolar, após a exigência da sua obrigatoriedade, que fez com que se universalizasse como conteúdo discursivo e orientador de práticas, passando a ser, naquelas décadas, uma representação social hegemônica. Um discurso aplicado naquele período mas que, atualmente, move o campo da Educação Física nas discussões sobre o controle do peso corporal, melhoria do desempenho físico e da saúde, por exemplo, o fortalecimento do sistema

imunológico por meio das práticas dos exercícios físicos, tão discutido na atualidade. Ainda fomenta as discussões sobre o controle e a prescrição de atividades físicas compatíveis com a individualidade de cada sujeito para a melhor obtenção dos benefícios, minimizando os riscos de se aplicar uma intensidade ou um volume de treino a um praticante que não se encontra apto a essa prática.

A periodização do estudo justifica-se por se tratar de um momento de intensos debates e mudanças no âmbito da Educação e da Educação Física, um período de transição metodológica e início da implantação do Método Francês. O método impôs aos professores um deslocamento de uma formação que passa de um campo de conhecimento higiênico e ortopédico, que objetivava a correção de deformações, para um campo que visava à eficiência e o rendimento.¹³

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Ao focar o tema Fisiologia e o seu contato com a Pedagogia, na transposição didática necessária, para que esse saber adentrasse os muros da escola, buscamos indícios da aplicação desse conteúdo por meio de uma pesquisa historiográfica, recorrendo às ideias de Marc Bloch, Michel de Certeau, Roger Chartier e Carlo Ginzburg, no intuito de alcançar um aprofundamento da compreensão dos grupos de intelectuais interessados em transportar os conhecimentos da Fisiologia, principalmente das formas de avaliação e de classificação, e também os discursos sobre esse saber na constituição da nova cultura escolar que estava sendo desenvolvida, com a presença de um professor especialista para tratar de uma disciplina particular no cenário da escolarização.

Em frente a esse objeto, procuramos desvendar nos discursos, repletos de significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes dos homens no tempo com os seus problemas e condições de possibilidades de responder às demandas sociais, que passaram a existir após a obrigatoriedade da Educação Física no sistema de ensino implantado por Getúlio Vargas e seus ministros.

Sobre a utilização de documentos na pesquisa, Bloch (2001) nos informa que a História só é produzida por meio de uma grande variedade de documentos e do

¹³ Apesar de aparecer nos impressos a busca de uma adequação discursiva, em consonância com a voz oficial do Estado, é possível perceber resíduos da tradição anterior, que levava em consideração uma proposta médica e ortopédica fundamentada nos princípios da eugenia.

emprego das técnicas necessárias. Desse modo, o autor salienta ser quase ilimitada a variedade dos testemunhos históricos, ressaltando que “[...] tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 58).

O autor nos informa, ainda, que o diálogo com os documentos só ocorre quando sabemos interrogá-los. No entanto, é preciso considerar que uma observação passiva jamais fomentará alguma novidade sobre os documentos para o campo estudado. Por outro lado, um questionário flexível e aberto a agregar novos tópicos será capaz de conduzir o pesquisador em seu caminho, tendo consciência da importância desse itinerário e a certeza de que esse curso não será literalmente seguido como previamente definido. Todavia, Marc Bloch (2001, p. 58) compreendia que “[...] toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção”.

De acordo com Bloch (2001), utilizando um método racional de crítica documental, devemos estar atentos aos créditos atribuídos aos relatos presentes nos documentos, não acreditando, precipitadamente, nos testemunhos históricos, pois nem todos são verídicos, uma vez que até mesmo os vestígios materiais podem ser falsificados.

Para uma discussão acerca da introdução do Regulamento nº 7 na Educação Física brasileira e sobre como sucedeu a pedagogização da Fisiologia, tomaremos de empréstimo os conceitos de Chartier (2002) sobre lutas de representações, quando salienta haver sempre uma competição entre diferentes grupos pelo poder e dominação do mundo social. Para o autor “[...] as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Apesar de os impressos educacionais e de variedades e as documentações oficiais – o Regulamento nº 7, os Decretos e as Portarias Ministeriais – serem importantes, faz-se necessário reconhecer que tais fontes, assim como qualquer outra fonte, não são neutras. Desse modo, utilizaremos os conceitos de Chartier (2002) sobre a não neutralidade dos discursos, uma vez que se obtém a percepção de que esses discursos são repletos de estratégias e tendem a legitimar uma autoridade.

Chartier (2002, p. 123) afirma que era preciso

[...] identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão.

Na análise das revistas e do Regulamento nº 7, como fontes, consideraremos as contribuições de Ginzburg (1989, p. 177) a respeito do paradigma indiciário, em que o autor afirma “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las”.

Para compreender os sentidos das apropriações que poderemos encontrar nas análises dos impressos, utilizamos as reflexões de Certeau (1998, p. 99-100) e seu conceito de “estratégias e táticas”:

Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. [...] A tática não tem por lugar senão a do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado.

Com base nessas teorias e metodologias, buscaremos compreender o processo de produção de um discurso sobre a constituição da disciplina Educação Física e a sua relação com a Fisiologia e com a Antropometria na Escolarização, entendendo que o que está expresso nas revistas são vestígios e rastros¹⁴ do processo de configuração dos espaços e tempos¹⁵ que são disputados por atores sociais engajados nos problemas nacionais, educacionais e políticos. Muitas vezes, esses vestígios e rastros somente são percebidos entre as linhas dos textos, dos discursos e das representações.

¹⁴ De acordo com Bloch (2001, p. 53), “[...] o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand,] um conhecimento através de vestígios”. Ainda conforme Ginzburg (2007, p. 10), exclusivamente com base nos rastros do passado, emancipamo-nos e “[...] conseguimos, todavia, saber bem mais a seu respeito do que ele resolvera nos dar a conhecer”.

¹⁵ Para Certeau (1998, p. 202), “[...] existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. [...] Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratais”.

Metodologicamente, buscaremos fazer as fontes falarem, mesmo nos seus silêncios, naquilo que foram pensadas para registrar, mas também nas lutas intestinas que revelavam a presença de autores e atores sociais muito bem posicionados no campo educacional, com intenções não muito claras, mas que nos permitem conjecturar sobre as lutas de representações, sobre determinada temática, que se colocava como uma problemática a ser resolvida e a premiar aquele que conseguisse produzir a “melhor resposta”, segundo a vontade de um Estado¹⁶ que buscava revolucionar as práticas de ensino e criar as condições de modernização da sociedade, mesmo de forma autoritária e obrigatória.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EM SUA MATERIALIDADE

Ao sabermos que a Educação Física passou a ser obrigatória, a partir do ano de 1931, no ensino secundário, e no ano de 1937, no ensino primário, buscamos fontes que nos permitissem entender o impacto dessas novas regulamentações para o ensino dessa disciplina e as modificações que essa obrigatoriedade produziu.

O Regulamento nº 7, uma tradução literal do *Règlement Général d'Éducation Physique*, fundamentava-se nos conhecimentos fisiológicos para a orientação das aulas de Educação Física. Apresentava as teorias que forneciam a base pedagógica do método e oferecia uma pedagogia aplicada para esse campo que estava se desenvolvendo (BRUSCHI, 2019). Contudo, deixava de fora os ajustes necessários para o caso brasileiro e a sua constituição identitária e morfofisiológica.

Para entender como essas prescrições estavam sendo apropriadas pelos intelectuais da área e como estavam sendo pensadas para o campo, buscamos, na imprensa da Educação Física, os produtos que poderiam nos indicar um debate sobre os temas que o Regulamento nº 7 introduziu na área, e como o Regulamento de Educação Física passava a ser um guia para os professores.

Desse modo, os impressos pedagógicos e de variedades nas décadas de 1930 e 1940 poderiam estar repercutindo, no formato de estudos e proposições, o uso da

¹⁶ Com Getúlio Vargas assumindo a presidência em um governo provisório, a partir de 1930, e com a instalação de um regime mais autoritário, o Brasil foi marcado por diversas mudanças nos setores econômico, social e educacional. Em oposição a uma economia de agroexportação, intensificou-se no país o desenvolvimento do setor industrial. Para a capacitação de indivíduos modernos, bem formados, aptos para atuar neste novo mercado e construir uma nova nação, a Educação em geral e a Educação Física, de modo específico, foram vistas como peças fundamentais (BRUSCHI, 2015).

Fisiologia como um discurso que poderia significar a presença da Educação Física na escola, fazendo a transposição pedagógica do conhecimento científico, definido no Regulamento nº 7, e os seus usos nas escolas pelos professores, nas práticas de ensino, na seleção de conteúdos e nas formas de avaliar o desenvolvimento dos alunos.

A realização de um trabalho utilizando a imprensa periódica como fonte significa, conforme Chartier (2002, p. 17), entender que as

[...] percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar [ou deslegitimar] um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Segundo Luca (2005), no início da década de 1970, mesmo se reconhecendo a importância do impresso como fonte e objeto de estudo, ainda era pequeno o número de publicações que se valiam de tais fontes para a produção de uma historiografia brasileira. Assim, durante o século XIX e nas décadas iniciais do século XX, devido ao desinteresse de uma tradição de pesquisa dominante, positivista, atrelada ao desejo de uma busca pela verdade dos fatos, acreditava-se que a imprensa periódica não era o melhor lugar para se buscar e tratar as informações, desconsiderando a centralidade dos periódicos na produção do saber histórico, uma vez que presumiam que os impressos eram um repositório de opiniões e de debates, que refletia mais a política do que a ciência.

Nesse contexto, Luca (2005, p. 112) explicita que

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez [de] permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

Ainda Luca (2005, p. 116), endossando as palavras do professor francês Jean Glénisson,¹⁷ descreve que,

[...] ao comentar os procedimentos críticos demandados pelos jornais, Glénisson ponderou que estes se revestiam de 'complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado,

¹⁷ Jean Glénisson, professor, historiador, arquivista e paleógrafo francês, autor do livro "Iniciação aos estudos históricos", publicado no ano de 1961 e sucessivamente reeditado.

por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo’.

Em relação ao uso da revista como fonte de pesquisas historiográficas, Luca (2005) acentua sua importância para a compreensão da paisagem urbana, das representações e idealização sociais, porém alerta ao pesquisador que, ao utilizar esse tipo de fonte, ele deve estar atento às particularidades que circundam a materialidade dos impressos e dos seus suportes.

Paralelamente à análise da materialidade e dos conteúdos, a autora salienta sobre a importância do pesquisador em atentar para os aspectos que estão além das páginas do impresso. Luca (2005, p. 140) frisa sobre a relevância de se

[...] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário.

Em contrapartida, ainda em uma concepção de História Clássica, entendia-se que um dos melhores lugares para a busca de informações sobre o período, era o Arquivo Oficial.

Por sua vez, no Arquivo Oficial, os técnicos que decidem sobre a sua organização também detêm o controle sobre o discurso que deve ser preservado, revelando certa neutralidade discursiva. Nessa concepção histórica, o Estado deve ser entendido como neutro e impessoal, e os discursos produzidos nesses arquivos e guardados nesses locais também devem ser compreendidos como neutros e impessoais. Por meio dessa impessoalidade, seria garantida a cientificidade. Conforme Luca (2005, p. 112), na busca da verdade dos fatos por intermédio dos documentos, o historiador,

[...] livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.

Em uma concepção clássica, permeia-se a crença de que o melhor lugar para a busca da verdade, da impessoalidade e neutralidade dos discursos seria um lugar de controle, em um arquivo público e que estivesse sobre o poder do Estado. Porém,

atualmente, por meio dos estudos com a nova História Cultural, sabemos que nenhum desses discursos são realmente neutros, todos são carregados de intencionalidades e de políticas – que não são neutras – e existe uma luta de poder para se constituir o próprio arquivo.

Teorias empregadas por historiadores da nova História Cultural buscaram ampliar o entendimento e o reconhecimento do sentido do arquivo público, privado ou institucional, estabelecendo-os não apenas como lugares de memórias, mas também de políticas e de luta de representações. Da mesma forma, o jornal, a revista e o livro seriam vistos como lugares de lutas, marcados por políticas e espaços em que se busca a autoridade com lutas de representações e negociações do capital simbólico.

A imprensa periódica aqui analisada, ou seja, os artigos publicados nas revistas de Educação Física são fontes privilegiadas na busca de pistas para se compreender os discursos que circulavam durante as décadas de 1930 e 1940.

Porém, é preciso ficar atento, pois os registros nesses documentos são mais do que pistas; eles são frutos de uma intencionalidade, de um discurso que traz as marcas do seu tempo, de uma política de formação que se quer implantar e suplantar um discurso anterior, considerado ultrapassado e com baixa capacidade de ajudar o Brasil a se tornar a potência econômica que, na visão dos editores, militares e políticos, ele deveria se tornar.

Ao utilizarmos como fonte o Regulamento nº 7, um instrumento didático que teve sua base teórica fundamentada no Método Francês, devemos estar atentos às suas estratégias de escrita e à sua forma, não somente ao seu conteúdo, uma vez que esse é um dispositivo de poder que se configura como um símbolo do Estado, que tornou obrigatório o seu uso para todo o território nacional, prescrevendo os saberes permitidos à formação dos professores e também o seu uso no espaço da escolarização. Naquele momento, ele era considerado como o portador da teoria mais moderna sobre o ensino da Educação Física, comportando três partes e quatro anexos, sendo publicado pelo Estado-Maior do Exército apenas a primeira parte, composta por três títulos: bases fisiológicas, bases pedagógicas e pedagogia aplicada.

Diante desse instrumento, devemos estar atentos ao abordar o seu conteúdo e discutir sua aplicabilidade. Primeiramente, precisamos nos ater ao fato de esse guia ter a sua origem nos estabelecimentos militares, portanto não se tratava apenas da

realização de uma leitura do material e uma simples adaptação ao espaço escolar desprovido de intencionalidade. Para Chartier (2002, p. 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Logo, nenhum discurso é isento de interesse, sendo necessário um olhar atento entre as linhas do documento e também em relação ao contexto político e social que permitiu que o Regulamento nº 7 fosse adotado, tornando-se um guia do trabalho dos professores e professoras nas décadas de 1930 e 1940. Um trabalho que passou também a ser orientado pelos impressos e suas proposições para o uso escolar das teorias contidas naquele artefato cultural.

Para tal, entendemos que as fontes aqui analisadas, tanto o Regulamento nº 7, quanto a Revista de Educação Física (do Exército) (REF), a Educação Physica (EPHY),¹⁸ o Boletim de Educação Física (BEF), a Revista Brasileira de Educação Física (RBEF) e os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (AENEFD), são um espaço de politização, um espaço em que as pessoas e os grupos deixaram registrados seus interesses e revelaram as lutas políticas. Não se trata apenas de um lugar do senso comum. É um lugar de convencimento de pessoas por meio de um discurso de autoridade, que serve como um lugar de demonstração ou ocultação de sentidos.

Percebemos esses periódicos em circulação dentro do campo acadêmico como fontes distintas, que exerceram uma forte influência e uma referência marcante tanto na formação dos novos professores, como no seu fazer pedagógico, na aplicação do método em suas respectivas áreas de atuação. Eles põem em circulação publicações acerca dos discursos dominantes do campo acadêmico, vindo de instrutores dos cursos preparatórios, oficiais, médicos, professores e entusiastas da Educação Física e do Esporte.

Com base nesse entendimento, e por meio das teorias propostas pelo nosso referencial metodológico, acreditamos que a imprensa periódica é um bom lugar para

¹⁸ Durante o processo de desenvolvimento do estudo, optamos por preservar a grafia original dos documentos nas citações diretas, mesmo o nome da revista foi mantido após ter sido modificado por seus editores, já que o título do impresso o diferencia de outro que circula no mesmo período.

se buscar e tratar das informações. Assim, consideramos a centralidade dos periódicos na produção do saber histórico, uma vez que eles guardam as vozes dos homens no tempo, os seus embates políticos e filosóficos sobre o cotidiano, no nosso caso, a escola, os seus saberes e as suas práticas.

No entanto, devemos nos precaver em relação aos discursos que circulam nos documentos, pois, como diria Bloch (2001, p. 64), “[...] com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa”. Agiremos com tática, como o caminhar em um território inimigo ao lidar com o uso dos impressos como fontes de informação, não buscando apenas os discursos em circulação, mas também o seu sentido em um fluxo de informações que procuram moldar um campo de lutas e representações. Captaremos esses discursos em suas materialidades. Toda narrativa possui uma prática de representação, um objeto que carrega materialidade, portanto devemos estar sempre atentos à intenção da narração, uma vez que ele próprio pode demonstrar ser uma prática de representação.

Para problematizar as fontes, as informações coletadas nos impressos pedagógicos e de variedades nas décadas de 1930 e 1940, utilizaremos a *crítica documental*, observando questões internas e externas ao documento. No que tange às discussões sobre a crítica documental, Bloch (2001, p. 65) evidencia que “[...] a crítica, ‘essa espécie de archote que nos ilumina e conduz pelas estradas obscuras da Antiguidade, [...] [faz-nos] distinguir o verdadeiro do falso’ [...]”.

Essa forma de conceber a história demonstrada por Bloch (2001) evidencia uma necessidade de direcionarmos nosso olhar para além das informações explícitas nos textos e indagar as fontes fazendo-as falar, mesmo a contragosto, extraindo delas informações aparentemente invisíveis para a maioria dos leitores e usuários do arquivo.

PLANO DE EXPOSIÇÃO

A dissertação foi planejada e organizada em três capítulos que se correlacionam pela sua temporalidade e pelo uso da imprensa periódica como objeto e fonte, o que nos permite compreender os discursos produzidos no período, a fim de responder aos questionamentos apresentados, fornecendo contribuições ao campo de estudo da História da Educação Física.

Os capítulos mantêm uma conexão entre seus conteúdos. Optamos, ainda, por uma estruturação distinta entre eles. O primeiro foi desenvolvido como uma fundamentação contextual para os demais, que assumem, nesta proposta, o formato de artigos.

No primeiro capítulo, intitulado “Construindo um problema de pesquisa: a Educação Física nas décadas de 1930 e 1940”, buscamos por meio de revisões bibliográficas, descrever pontos importantes que marcaram o contexto político e educacional durante as décadas de 1930 e 1940, assim como o período que o antecede. Analisamos, no Capítulo 2, estudos que nos ajudaram na compreensão dos discursos e dos significados das práticas físicas e avaliativas em circulação nesse momento de transição metodológica, como também demonstraram a importância do uso dos impressos como dispositivos para o entendimento da História da Educação Física brasileira.

No segundo capítulo, denominado “A pedagogização da Fisiologia: propostas fisiológicas e antropométricas como discurso da Educação Física (1930-1940)”, apresentamos o levantamento realizado acerca dos artigos relacionados com a Fisiologia, a recorrência do aparecimento dessa temática e as formas como vinha se apresentando nos impressos. Evidenciamos, também, as primeiras propostas produzidas por médicos e fisiologistas para a transposição didática da Fisiologia para dentro do ambiente escolar e como elas vinham ao encontro do projeto de aplicação do novo método de Educação Física imposto na década de 1930. Para entendermos e fazermos uso da imprensa periódica como fonte, utilizamos as ideias de Bloch (2001) sobre os documentos, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989) e, principalmente, os conceitos de lutas de representações de Chartier (2002) para a análise dos artigos e dos discursos veiculados nos impressos.

No terceiro capítulo, sob o título “O eterno problema do grupamento homogêneo: lutas de representações em impressos da Educação Física (1930-1940)”, analisamos os debates ocorridos dentro do campo educacional veiculados por meio da imprensa periódica, que dá continuidade ao tema tratado no segundo capítulo, buscando evidenciar os discursos, algumas vezes contraditórios e desenvolvidos por diferentes atores que procuravam assegurar a sua autoridade, como meio de avaliar e classificar os sujeitos escolares. Para este capítulo, tomamos de empréstimo o conceito de Bloch (2001) sobre a crítica documental, de Certeau (1998), nos seus usos dos conceitos de estratégias e táticas, assim como de Chartier (2002), para dar visibilidade às lutas de representações dentro do campo, em construção, da Educação Física, no período estabelecido na investigação.

1 CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA: A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

O papel desempenhado pela imprensa periódica como fonte para a produção historiográfica não deve ser desconsiderado. A imprensa é uma testemunha viva da história e também instrumento da construção da própria história, pois ela ajuda a dar forma às narrativas que faz circular. O impresso é um objeto cultural que, ao longo do final do século XIX e no século XX, vem dando voz e registrando o que grupos de pessoas interessadas no campo pedagógico pensam sobre o processo da escolarização dos saberes. Dessa forma, os impressos são entendidos como um material privilegiado para analisar os debates políticos e pedagógicos sobre a escola e a escolarização. Conforme Schneider (2010, p. 29), o uso dos impressos

[...] possibilita desvelar o campo educacional em diferentes dimensões: informa sobre os sistemas escolares e processos educativos; sobre os modos peculiares de articulação entre teoria e prática e, por conseguinte, sobre a formação do professorado em diferentes períodos; dá a ver as polêmicas, debates e discussões que compõem o processo de constituição do campo educacional.

Logo, as revistas especializadas da Educação Física de natureza oficial, assim como as chamadas revistas de variedades são dignas de serem analisadas com serenidade. Como descreve Luca (2005), esse impresso, denominado estrategicamente como “de variedade”, buscava a apresentação de um conteúdo diversificado com o objetivo de agradar diferentes leitores. No entanto, a autora orienta o pesquisador para estar atento às armadilhas que ele pode conter, pois, mesmo se autodenominando “de variedades”, “[...] é possível distinguir a intenção de atingir públicos diversificados. Eram revistas de variedades, mas ao mesmo tempo femininas, masculinas, infantis, esportivas, pedagógicas e educacionais [...]” (LUCA, 2005, p. 122).

Ao utilizamos as revistas especializadas sobre Educação Física no Brasil, publicadas inicialmente durante décadas de 1930 e 1940, estamos penetrando em uma linha da História da Educação que, segundo Bermond (2007, p. 21), “[...] vem utilizando o impresso pedagógico como possibilidade para a compreensão do campo educacional”.

Durante a década de 1930, ocorreu uma grande mudança no cenário da Pedagogia e da Educação Física no Brasil, porém esses movimentos já vinham sendo

gestados em períodos anteriores. Assim, inteirar-se com o contexto que antecede a década de 1930 torna-se de suma importância para a compreensão deste estudo.

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, nasce no Brasil a primeira escola seriada denominada Grupo Escolar.¹⁹ Esse novo modelo de organização educacional veio como uma revolução na forma de pensar o cenário pedagógico, criando, nesse momento, a graduação para os alunos e a ampliação da escolarização por meio da inclusão de novas disciplinas, passando a ser conhecido como o Projeto Republicano para a Educação.

Durante a Primeira República, por meio do grupo escolar, buscou-se institucionalizar o ensino primário. A escolarização da infância no Brasil, como aponta Schneider (2013, p. 85): “[...] iniciou um processo de reestruturação educacional que envolveu a abertura de escolas primárias e de escolas normais, para a formação de professores”. Esse é um período marcado por inúmeras reformas, que intervieram na organização do ensino em diversos Estados.

Posteriormente, na década de 1920, um novo evento marcou a historiografia da educação no Brasil em um plano nacional. Segundo Goellner (1992) e Schneider (2013), um movimento educacional identificado como “otimismo pedagógico”²⁰ solidificou um amplo entusiasmo pela educação. O nacionalismo compondo o clima social alcançou a educação, abarcando as campanhas de alfabetização, a produção literária escolar e os programas de ensino das escolas primárias, como descreve Rosa Fátima de Souza²¹ em seus trabalhos desenvolvidos sobre a educação das classes populares na Primeira República.

Dentre as inúmeras reformas educacionais, ocorridas nos Estados brasileiros durante a década de 1920, sobressai-se, nesse período, devido às suas características marcantes, a Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo, conhecida como Reforma Sampaio Dória. Segundo Souza (1991) e Berto (2013), as

¹⁹ De acordo com Schneider (2013), os grupos escolares foram implantados principalmente nas capitais brasileiras, tendo surgido no corpo das leis de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma proposta de reunir as escolas isoladas. Foram instalados a partir de 1894, no Estado de São Paulo e, posteriormente, “[...] nos Estados do Rio de Janeiro (1897), do Maranhão e do Paraná (1903), de Minas Gerais (1906) e do Espírito Santo (1908) e, nos outros Estados do Brasil, até o início da década de 1970” (SCHNEIDER, 2013, p. 75).

²⁰ Nagle, citado por Schneider (2013, p. 77), descreve que o otimismo pedagógico, assim como o entusiasmo pela educação, caracteriza as décadas de 1920 e 1930, como “[...] uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos”.

²¹ Ver Rosa Fátima de Souza (1991), na dissertação “Classes Populares e Educação Popular na Primeira República: problemas, valores e lutas”.

ideias nacionalizadoras exerceram uma forte influência sobre esse movimento, tendo como alvo a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo escolar de educação básica capaz de promover a formação do cidadão republicano.

Berto (2013) salienta que Dória utilizava, como seu referencial teórico, a pedagogia spenceriana, que tinha como base uma educação intelectual, moral e física, aproximando-se também dos discursos postos em circulação pelos ideários escolanovistas.²²

Por outro lado, Souza (1998) destaca, ainda, que um discurso contraditório era proferido por certos educadores e autoridades do ensino da época. Descreve que

[...] ao enfatizar a necessidade inadiável da educação popular tal discurso colocava-se claramente a favor do povo. No entanto, essas mesmas posições favoráveis à democratização do ensino eram fundamentadas em argumentos preconceituosos sobre a população em geral. Ou seja, o mesmo discurso que exaltava os atributos da educação e sua relevância social produziu o estigma contra o analfabeto desqualificando-o para a vida política e social; isso contribuiu para a produção de um imaginário que reforçava a marginalização da maioria da população brasileira. Essa visão negativa do homem pobre perpassava o próprio entendimento do tipo de educação a ser dada ao povo (SOUZA, 1998, p. 32).

Essa relação proximal entre educação e cidadania era utilizada nesse momento para justificar a exclusão da cidadania popular, pois, ao elegê-la como um pré-requisito para a participação política, observou-se que a maioria da população não possuía quesitos mínimos de instrução escolar para exercer seu papel de cidadão e sujeito político, “[...] neste momento, o regime republicano admitia apenas a cidadania abstrata”²³ (SOUZA, 1998, p. 33).

De acordo com Souza (1998), no regime republicano, a cidadania foi mais assimilada como uma igualdade de deveres e menos como igualdade de direitos, por consequência, articulada com o sentido de valor moral. A característica mais acentuada da educação moral, segundo a autora, “[...] não recaiu sobre o uso da liberdade de direitos, mas especialmente, sobre os deveres do cidadão e a atitude

²² De acordo com Souza (1998), nos anos 20, o Escolanovismo significou um esforço de elaboração de um projeto político-pedagógico liberal reformador que, partindo da premissa “progresso dentro da ordem”, almejava responder qual deveria ser o papel da educação em uma sociedade em mudança.

²³ Souza (1998), ao enfatizar a vinculação entre educação e cidadania, elegendo a educação com uma pré-condição para a participação política, aponta o fato como uma justificativa da exclusão da cidadania popular, uma vez que a grande maioria da população era formada por analfabetos. Ao se estabelecer uma cidadania abstrata para a população, entende-se por uma cidadania teórica, que, na prática, não fornecia condições para o indivíduo exercer seus direitos e deveres de cidadão e sujeito político.

positiva frente ao convívio na sociedade, isto é, o apreço pela ordem e pela harmonia social” (SOUZA, 1998, p. 33).

Desse modo, compreendemos que a educação a ser ministrada para esse cidadão deveria enfatizar uma educação cívica, promovendo a formação de um carácter nacionalista, como parte de uma educação moral, dada não apenas como uma disciplina na escola, mas trabalhada em todas as situações no ambiente escolar, desenvolvendo em si o apreço pela ordem e a noção de seus deveres como cidadão. Segundo a autora, esse ideal pode ser observado nas palavras de Sampaio Dória como representante da Liga Nacional de São Paulo, na Conferência Interestadual do Ensino Primário, na qual assim expressa:

‘É pela educação popular que se faz do homem o inimigo da transgressão da ordem pública, em lugar de um coagido pela repressão e pelo temor da polícia (...). É, ainda, pela educação popular, que o povo produz, criando a riqueza particular e avolumando a riqueza pública’ (DÓRIA, 1921, apud SOUZA, 1991, p. 17).

A preocupação com a formação desse cidadão republicano, ao que tudo indica, advinha de um momento de grande incentivo ao setor industrial, uma fase de transição de um modelo econômico da agroexportação, que migrava para o setor industrial, devido ao nascimento de uma nova expressão política que, ao investir muitos dos recursos oriundos das atividades agrárias nesse setor, buscava a formação de uma mão de obra mais bem preparada para atuar no novo plano econômico que emergia (GOELLNER, 1992).

O final da década de 1920 foi marcado por intensas dificuldades no plano econômico do país, ainda no governo do então presidente Washington Luís Pereira de Sousa, quando ele, como descreve Goellner (1992, p. 129), precisou recorrer “[...] para a moratória em 1927, tentando adiar o pagamento da dívida externa e, assim, encontrar um equilíbrio para a economia nacional”. Ainda de acordo com a autora, a situação econômica do país

[...] se agravou com o desenrolar dos fatos pós-guerra, que ocasionaram a crise mundial de 1929, e que refletiu diretamente na balança comercial brasileira através da redução das importações efetuadas pelos Estados Unidos - nosso maior comprador e consumidor - gerando a conhecida ‘crise do café’, que totalizava 70% das nossas exportações. Essa queda provocou um profundo desequilíbrio na economia e o governo, que tinha apoio da oligarquia agrícola, se viu pressionado por não encontrar medidas capazes de equacionar essa situação (GOELLNER, 1992, p. 129).

Em função das acusações contra Washington Luís, de não conseguir encontrar soluções para os problemas econômicos que afetavam o país, o presidente foi deposto em 1930, assumindo a Presidência da República, com um forte respaldo das Forças Armadas, o gaúcho Getúlio Vargas. Prontamente, no início de seu governo, Vargas, por meio de uma obtenção de crédito, comprou o excedente da produção de café, realizando também permutas por trigo americano e, inclusive, queimando uma boa parte da produção cafeeira, tentando manter uma regulação do preço de mercado (GOELLNER, 1992).

Esse golpe de Estado foi denominado, no contexto historiográfico brasileiro, de “Revolução de 1930”, marcando o desfecho do período compreendido como Primeira República (1889-1930)²⁴ e o início do período da Nova República, também conhecido como a Era Vargas (1930-1945).

Em seu Governo Provisório, Getúlio Vargas nomeou interventores para que governassem os Estados brasileiros, seguindo as ordens de seu governo Central (BRUSCHI, 2015). Nascia, pois, uma nova expressão política, acarretando diversas transformações no cenário nacional, não apenas voltadas para mudanças políticas, mas também econômicas, sociais e educacionais.

Em oposição a uma economia agrária com base na cafeicultura de exportação, o desenvolvimento do processo de industrialização se intensificou após a Revolução, fazendo com que o sistema educacional sofresse significativos processos de adequação às novas características da sociedade, em frente ao cenário político e econômico desta nova nação (BRUSCHI, 2015).

O governo de Getúlio Vargas, com base nas análises de Bruschi (2015), volta uma atenção especial para o sistema educacional, uma vez que Vargas acreditava estar na educação a chave para a modernização do país. Portanto, investir na educação do cidadão brasileiro contribuiria para a formação de uma população mais bem instruída, controlada e produtiva, de acordo com o que se esperava de uma sociedade moderna.

Conforme as palavras de Vieira (1992), ao longo da década de 30 e no decorrer do Estado Novo (1937-1945), as Forças Armadas

²⁴ A Primeira República Brasileira, conhecida como República das Oligarquias, ou também como República Velha, é a primeira fase da República brasileira. Foi um período iniciado após o fim da Monarquia, com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e seu período se estendeu até a Revolução de 1930.

[...] assumiam papel cada vez mais relevante no cenário político brasileiro, também concebiam a educação como um meio primordial para a veiculação de seu ideário autoritário e nacionalista. Procurou-se articular, através da educação, um amplo projeto de mobilização nacional, o que se harmoniza com o imaginário político apoiado nas concepções organicistas [...]. Através da prática educacional, pretendia-se incorporar os diversos setores da sociedade brasileira em torno da construção da nacionalidade. A educação faria o vínculo da sociedade política com as gerações mais novas, assim como os sindicatos e a legislação trabalhista contribuiriam como elementos de formação ideológica das classes trabalhadoras (VIEIRA, 1992, p. 86).

Com base nos apontamentos realizados por Vieira (1992), é possível observar que o envolvimento do Estado no cenário educacional, por meio de um processo instrutivo militar, visava à preparação do cidadão brasileiro dentro das concepções organicistas, que pressupunham o estabelecimento de um “centro coordenador” aliado a uma visão de conjunto orgânico para atuar na sociedade civil, ampliando, assim, os mecanismos de controle político das classes mais novas por meio da educação, e das classes dos trabalhadores por meio dos sindicatos e das leis trabalhistas.

Observamos, ainda, no discurso empregado, a adoção de princípios liberais do escolanovismo agregado ao ideário político autoritário difuso no período em questão. Nessa perspectiva, Vieira (1992, p. 87) descreve que

[...] na implementação desse projeto de educação racional e disciplinadora, com o objetivo de moldar o ‘novo homem’, impulsionado por ideais nacionalistas e pela concepção da autoridade e da força como instrumentos políticos primordiais, o corpo ocupou um papel de destaque.

Contudo, essa preocupação com o corpo por parte dos militares já advinha de períodos anteriores dentro da própria caserna. Logo, é importante aludir que, entre os anos de 1905 e 1945, conforme Ferreira Neto (1999, p. 36), sempre existiu nas diferentes concepções dos Regulamentos do Ensino no Exército,

[...] um componente curricular de Instrução Física, Ginástica ou mesmo Educação Física, observando-se que, às vezes, a Instrução Física aparece na seção teórico-prática dos diversos cursos oferecidos pelo sistema de ensino militar. Por sua vez, a Ginástica e a Educação Física sempre aparecem na seção prática.

Segundo Ferreira Neto (1999), a proposta para o Exército da criação de um sistema de ensino militar decorria do anseio de uma modernização interna, presente desde a virada para o século XX, momento em que, mesmo com o envio de oficiais brasileiros para a realização de uma formação na Alemanha, se fez necessária a

intervenção da Missão Militar Francesa (MMF) para auxiliar na reconstrução do campo de ensino e proporcionar um aperfeiçoamento profissional (BRUSCHI, 2019).

A MMF, durante vinte anos (1919-1940), marcou profundamente o desenvolvimento do Exército, coordenando toda a instrução militar teórica e prática (BRUSCHI, 2019). Nesse sentido, implantou uma doutrina pedagógica pela Educação Física fundamentada na prática racional e metódica de exercícios físicos, proporcionando aos praticantes uma disciplina dos movimentos e a aquisição de capacidades físicas úteis e eficientes para a vida cotidiana. Essa concepção se tratava distintamente do Método Francês, um sistema desenvolvido por meio do conhecimento prático do homem em movimento, que visava, metodologicamente, ao desenvolvimento equilibrado e ao mais adequado aproveitamento de suas qualidades físicas e morais (FERREIRA NETO, 1999).

Em novembro de 1930, como demonstra Castro (1997), o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Prontamente, no ano de 1931, com a Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931a),²⁵ foi realizada uma formatação do ensino em âmbito nacional, transcorrendo implicações que influenciaram significativamente a escolarização da Educação Física. A primeira delas foi a obrigatoriedade da Educação Física, imposta para todas as classes do ensino secundário, estipulada pelo Decreto nº 19.890,²⁶ de 18 de abril de 1931 (ANEXO A). Posteriormente, a adoção do Método Francês, pela Portaria Ministerial nº 70,²⁷ de 30 de junho de 1931 (ANEXO B), designou-o como o sistema oficial de ensino da Educação Física em todo o território nacional (SCHNEIDER, 2013).

²⁵ Segundo Cassani (2018), Getúlio Vargas, no primeiro ano de seu Governo Provisório, em 1930, ao criar o MES, nomeou Francisco Campos como seu primeiro titular. Este, por sua vez, ocupava anteriormente o cargo de secretário do Interior de Minas Gerais, período em que realizou a reforma do ensino daquele Estado, em 1927. A Reforma de Francisco Campos determinou as matérias que fariam parte da grade curricular do ensino secundário, dividido em dois cursos: fundamental e complementar, instituiu uma homogeneização do ensino e da avaliação para cada disciplina, além de definir a obrigatoriedade da prática de exercícios da Educação Física para todas as classes. A Reforma foi estabelecida pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 (ANEXO A).

²⁶ O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 (ANEXO A), que dispõe sobre a organização do ensino secundário, forneceu, com base nos termos do art. 10, o respaldo legal para a expedição dos programas do curso do ensino secundário pelo MES.

²⁷ A Portaria nº 70 está incluída como anexo da dissertação. Optamos por recortar o documento de 23 páginas, deixando no nosso estudo apenas a página 12405, que introduz ao documento, e as páginas 12126 e 12127, que tratam da especificidade da Educação Física no cenário escolar.

É de suma importância salientar que, antes da instituição da Portaria Ministerial nº 70, de acordo com as informações contidas no Decreto nº 19.890, a Educação Física, no ensino secundário, não aparecia como uma disciplina que integrasse a grade curricular do curso, seja na etapa fundamental, seja na complementar. No entanto, de acordo com o art. 9º do Decreto, ficou expedido que, nos estabelecimentos de ensino secundário, haveria exercícios de Educação Física obrigatórios para todas as classes.

Conforme Schneider (2013, p. 94), no período anterior à Revolução de 1930, a Educação Física escolar no Brasil tinha como influência o Método Sueco de ginástica, entendido como “[...] o sistema que poderia cumprir o papel de regenerar física e moralmente o homem, construindo a perfeição e a harmonia, higienizando e preparando a infância para uma vida de ordem e progresso [...]”.

Todavia, devido ao aparecimento das novas exigências educacionais, o Método Sueco não atendia mais às perspectivas voltadas para a instrução e preparo dos sujeitos (BRUSCHI, 2015). Neste novo período, em que o Brasil passa a se modernizar, entrando em um modelo capitalista de produção, além da eugeniação da raça, necessitava-se de formar o indivíduo para que atendesse às novas demandas do mercado de trabalho. Para tanto, cabia à Educação Física desenvolver as potencialidades e as capacidades físicas dos alunos e não mais apenas, como propunham as teorias eugênicas, curar defeitos e moléstias dentro de uma concepção ortopédica.

Segundo Goellner (1992, p. 136), o Método Francês continha os elementos apropriados para tal proposta, pois “[...] privilegiava um caráter nacionalista em defesa do engrandecimento da Pátria, do fortalecimento da raça e da formação do trabalhador industrial e produtivo”.

Com base na análise de Bermond (2007, p. 39),

[...] a ‘causa da Educação Física’ era um projeto articulado por vários segmentos da sociedade brasileira da época (militares, civis – educadores, intelectuais, juristas, esportistas – e governo) em prol da disseminação de uma ‘cultura física’, com objetivos diversos, como a formação de um povo racialmente aperfeiçoado, de uma população sadia e de homens fortes, úteis tanto nas fábricas quanto na guerra.

Como orientação, passou a ser objetivo da Educação Física, como disciplina escolar, o comprometimento de proporcionar uma boa preparação física e moral da população brasileira, dando maior ênfase à promoção da saúde por meio das

atividades físicas, utilizando dessa ideologia como estratégia para o aperfeiçoamento do indivíduo em suas condições biológicas e sociais (GOELLNER, 1992).

No entanto, apesar de os elementos do Método Francês estarem respaldados em uma concepção científica dos métodos ginásticos europeus, embora seus elementos estivessem enquadrados com as propostas deliberadas pela Escola Nova²⁸ e, nos termos da lei, a Portaria nº 70 sancionasse a adoção do Método Francês em todo o território nacional, existiam escolas que não aderiram imediatamente ao método em suas práticas de Educação Física e se ancoraram em outros referenciais (BRUSCHI, 2019).

Tomando como base os estudos de Linhales (2009) e Bruschi (2019), observamos que o período referente ao início da década de 1930 é marcado por intensas disputas pela representatividade e pelo controle pedagógico da Educação Física. De um lado, um grupo militar favorável ao Método Francês, tendo como conteúdo as práticas de flexionamentos, os exercícios educativos, as aplicações, os jogos e os esportes; e, de outro lado, a Associação Brasileira de Educação (ABE), que se apresentou como um lugar de resistência à militarização da Educação Física, defendendo a proposta praticada pela Associação Cristã de Moços (ACM), que tinha como base os jogos, os esportes e a ginástica.

Em 1937, com a reestruturação dos trabalhos desenvolvidos pelo MES, sob a direção de Gustavo Capanema, foi instituída a Divisão de Educação Física (DEF), vinculada ao Departamento Nacional de Educação. De acordo com Castro (1997), no dia 19 de abril de 1937, Capanema escreveu para o então ministro da Guerra, Eurico de Gaspar Dutra, solicitando a indicação de um militar para presidir a nova instituição. Logo, o major Barbosa Leite, indicado ao cargo de dirigente da DEF, sugeriu a Capanema solicitar a Dutra a extensão do número de vagas para a formação de maior número de professores civis, em menor tempo, na Escola de Educação Física do Exército, objetivando a uniformização do método no país.

Com a instauração do Estado Novo, decorreram importantes modificações no campo da Educação Física. De acordo com Castro (1997) e Bruschi (2019), com base no art. 131, da Constituição Brasileira de 1937, foi definitivamente estabelecida a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas primárias, secundárias e normais.

²⁸ A Escola Nova, conforme Berto (2013, p. 236), estava “[...] fundada num saber fazer cuja finalidade era a preparação para o trabalho e para a vida adulta e, em alguma instância, para ser o novo homem de que a sociedade precisava”.

Logo, por meio do art. 132, foram instituídas as duas principais finalidades incididas para a Educação Física: “[...] disciplina moral e adestramento físico, ambas inter-relacionadas de maneira a preparar os jovens a cumprir seus deveres com a economia e a defesa da Nação” (BRUSCHI, 2019, p. 26).

A hegemonia militar chega a seu ponto mais alto dentro do campo da Educação Física durante o Estado Novo. Como ressalta Castro (1997, p. 17), “[...] grande parte dos professores eram militares; outros, civis formados pelos militares, na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos especiais ministrados em diversos estados”.

Posteriormente, como demonstra Castro (1997), no dia 1º de agosto de 1939, foi instalada, na Universidade do Brasil,²⁹ a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) (instituída pelo Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939). O ensinamento e a circulação do Método Francês foram atribuídos à nova escola.

Com os investimentos aplicados na rápida profissionalização dos professores e com a intensa fiscalização executada pela DEF, ocorreu, em curto tempo, a adoção do Método Francês por diversos estabelecimentos de ensino secundário, sucedendo uma adoção praticamente integral até o ano de 1941. Ao mesmo tempo, saíam de circulação os outros métodos existentes, como o Método Sueco e o Método Alemão (CASTRO, 1997).

O Método Francês, que teve sua expansão pelo Brasil em 1930, quando implantado, tinha como propósito a sua permanência na Educação Física brasileira até que fosse elaborado um Método Nacional de Educação Física. No entanto, desde sua adoção, já se enfatizava a necessidade de futuramente substituí-lo por um método que envolvesse elementos efetivamente característicos da cultura brasileira.

Com base na análise dos discursos postos em circulação pela REF,³⁰ Bruschi (2019) destaca que, a partir de 1940, a própria área já vinha assumindo um perfil eclético, com a inserção do esporte dentro do processo de escolarização para as crianças e para os adolescentes. Essa implicação não procedia de acordo com o discurso manifestado pelo Método Francês, mas “[...] exteriorizava o desejo de ver

²⁹ De acordo com Fávero (2006), a Universidade do Brasil foi instituída no ano de 1937 pela Lei nº 452/37, mantida e dirigida pela União, tornando-se um modelo padrão de instituição e, sob todos os pontos de vista, com uma função de caráter nacional.

³⁰ Segundo Bruschi (2019), a Revista de Educação Física é um impresso criado no ano de 1932, envolvido na propaganda da Educação Física no Brasil e na divulgação dos conhecimentos teóricos, pedagógicos e do estudo da Medicina Desportiva.

criado um Método Nacional Brasileiro, também ganhando espaço, uma cultura esportiva” (BRUSCHI, 2019, p. 199).

Em dezembro de 1940, após a derrota da França na Segunda Guerra Mundial³¹ e com o ex-chefe da missão no Brasil, o general Maurice Gamelin, derrotado e feito prisioneiro, a MMF encerrou suas atividades no Brasil. Entretanto, mesmo com a França perdendo seu prestígio internacional, Bruschi (2019) ressalta que os articulistas da REF continuavam a defender o Método Francês como modelo oficial. Todavia, para aliviar a tensão estabelecida, “[...] os articulistas do impresso previram a possibilidade de inserir outras práticas sem, contudo, confrontar com a teoria do modelo por eles defendido” (BRUSCHI, 2019, p. 199).

Entendia-se, ainda, segundo uma concepção militar, que o Método Francês representava uma importante matriz para a elaboração do Método Nacional, “[...] pois havia uma vinculação direta entre método de educação física e temperamento nacional” (CASTRO, 1997, p. 18).

Castro (1997) esclarece que, em novembro de 1942, foi lançado um “Inquérito” sobre o Método Francês. Quanto às premissas redigidas na inquirição, o autor nos chama a atenção para o item nº 36, o qual constava que

[...] a experiência havia tornado clara a necessidade de um método adequado ao nosso país. O Método Francês deveria ser estudado e adaptado, assim como outros métodos estrangeiros, dos quais deveriam ser extraídas as partes mais apropriadas às nossas necessidades (CASTRO, 1997, p. 19).

Posteriormente, nos anos de 1943 e 1944, a DEF promoveu dois concursos de trabalhos, com o intuito de obter novas ideias que contribuíssem para a elaboração do Método Nacional de Educação Física. No entanto, logo em seguida, com o fim do Estado Novo e com a desagregação do regime autoritário, no ano de 1945, o Método Francês perdeu sua exclusividade como matriz inspiradora na construção do Método

³¹ Para Ferraz (2005), a Segunda Guerra Mundial, devido à sua amplitude demográfica e ao seu grande volume de recursos humanos e materiais implicados, foi considerada a maior da história da humanidade. Embora tenha tido início oficialmente com a invasão da Polônia pelas tropas alemãs, as causas desse conflito estão enraizadas aos resultados da denominada “Grande Guerra” (1914-1913), aos conflitos tensionados por interesses estratégicos e econômicos das principais potências capitalistas e ao confronto entre os defensores do comunismo e os que eram contra o regime. Em meio ao conflito, no ano 1940, a França foi conquistada pela Alemanha de Hitler, como relata Ferraz (2005, p. 12): “[...] em uma ofensiva ousada, a Alemanha invadia os Países Baixos e a França, forçava a rendição dos franceses e obrigava as tropas inglesas a retirarem-se atravessando o Canal da Mancha”.

Nacional, e as iniciativas oficiais para sua criação foram abandonadas (CASTRO, 1997).

Ainda conforme Castro (1997), é válido salientar que foram realizadas algumas tentativas para a criação de um método eclético, durante a gestão do capitão Antônio Pereira Lira como diretor da ENEFD (1944-1946). Essas tentativas envolveram, além dos elementos do Método Francês, os elementos das ginásticas acrobáticas, calistênica, dinamarquesa e sueca, entre outras, que, por sua vez, “[...] passaram a ser utilizados por cerca de dois mil professores de Educação Física que atuavam no país” (CASTRO, 1997, p. 20).

É no decorrer de um período de extremos embates, ou seja, nas décadas de 1930 e 1940, que o presente estudo, por meio do uso da imprensa periódica, busca identificar e compreender os discursos médicos/fisiológicos em circulação, juntamente com a aplicação de práticas antropométricas de avaliação que serviriam como referência para a avaliação e classificação de desenvolvimento dos alunos. Almeja também descobrir como, pedagogicamente, essas práticas avaliativas foram direcionadas e trabalhadas dentro do ambiente escolar e para que fins se destinavam, assim como quais as lutas de representação foram empregadas nos novos discursos em circulação.

Na busca por estudos que utilizaram a imprensa periódica para compreender a Educação Física no período proposto, tomamos como base dois trabalhos,³² entre outros, já citados como exemplos do estado da arte. O primeiro deles se refere à dissertação e obra publicada de Omar Schneider, intitulada “Educação Physica: a arqueologia de um impresso”, defendida em 2003, no Mestrado em Educação: História Política Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e publicada em 2010 pela editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes).

Nesse estudo, com base na análise de um impresso comercial, a revista Educação Physica, o autor procurou definir como um grupo de editores formado por professores, técnicos e entusiastas dos esportes se apropriou dos temas do campo

³² Optamos por selecionar esses dois trabalhos, em frente aos outros descritos na justificativa desta dissertação, em função das contribuições importantes que eles nos oferecem para a compreensão contextual e discursiva do objeto desta pesquisa. Enquanto Schneider (2010), trabalhando dentro desse momento de transição metodológica, demonstra as mudanças no contexto educacional, social e os objetivos almejados na implantação da nova metodologia para a Educação Física, Bermond (2007) nos ajuda a perceber a preocupação da utilização dos exercícios físicos no desenvolvimento físico e intelectual dos educandos, assim como o uso dos exames biométricos, antropológicos e biotipológicos para aferir esse desenvolvimento.

da Educação, discutidos em períodos anteriores à década de 1930, e como esses editores passam a fazer uso desses saberes, entre as décadas de 1930 e 1940, para significar o lugar da Educação Física e dos Esportes, dentro e fora da escola, como uma prática capaz de transformar e constituir um novo padrão de civilidade, voltado para um aperfeiçoamento físico que superasse as ideias pessimistas que eram atribuídas ao homem típico brasileiro.

Conforme Schneider (2010), no final do século XIX, teorias eugênicas sobre o branqueamento da população eram objetos dos discursos dos intelectuais brasileiros, apontando que esse caminho levaria o Brasil a se tornar um país moderno e livre da degenerescência. Logo, na década de 1920, os novos intérpretes do Brasil, reconsiderando essas teorias, instituíram a crença de que a higiene e a educação seriam os fatores capazes de regenerar a população, diminuindo o pessimismo que ainda existia sobre as características do homem brasileiro, principalmente aqueles ligados ao mundo rural.

Ao longo desse período, o autor demonstra ter ocorrido uma leve mudança no discurso educacional do Brasil. A ortopedia, como arte de correção da deformação, entendida como uma prática moderna, experimental e científica, começa a perder espaço no campo pedagógico, que passou a se projetar nos termos da eficiência. Assim, com os novos ritmos da sociedade e com as inovações projetadas pela pedagogia da escola nova, o professor passa a direcionar o seu aluno de modo que ele pudesse produzir o máximo, em relação ao trabalho físico e intelectual, com o mínimo de tempo e esforço perdido.

Esse discurso da eficiência toma um maior fôlego a partir da Revolução de 1930 que, ao proporcionar uma intensificação do capitalismo industrial no Brasil, novas exigências impuseram modificações na Educação e na Educação Física. Com relação a esta última, Schneider (2010, p. 170) demonstra que, por efeito da adoção do Método Francês como o sistema de exercitação oficial,

[...] o objetivo principal não era mais curar os defeitos ou moléstias, eliminar as taras, frutos dos males de origem. As aulas passavam a ser projetadas para serem realizadas em função da economia das forças, não mais para eliminar os traços de um povo degenerado, mas desenvolver/descobrir as potencialidades/capacidades físicas dos alunos.

De acordo com Schneider (2010), os esportes emergiram como um conteúdo privilegiado neste novo modelo de aula, visto que, em meio a uma sociedade projetada

para ser competitiva, havia a necessidade de um sistema educacional que formasse homens mais eficientes e otimistas. O autor salienta que a revista *Educação Physica*, passa a fazer parte desse movimento de reorientação dos discursos da Educação Física, divulgando o esporte como o meio mais racional de exercitação, difundindo ideias sobre o aperfeiçoamento da raça por meio das atividades esportivas e do preparo do novo homem para uma sociedade mais moderna e industrializada.

O autor ainda observa a existência da autoridade exercida pelos militares durante os anos de circulação da revista, uma vez que eram eles os responsáveis por direcionar os rumos que a Educação Física deveria seguir e, principalmente, responsáveis pelos assuntos acerca da formação dos professores. Conforme Schneider (2010), como tática, os articulistas que se encontravam na periferia desse poder, buscavam “[...] aproveitar-se do capital simbólico que uma publicação poderia oferecer, uma vez que por meio dela se poderia interferir de forma concreta na formação dos professores” (SCHNEIDER, 2010, p. 210).

Em sua análise, o autor foca a atenção na reconfiguração dos discursos, trabalhando com as pistas que sinalizavam os objetivos e o direcionamento que a Educação Física, em um plano pedagógico, deveria seguir. Também, buscou investigar o plano de ação dos editores em promover um campo de poder na intenção de transformar o impresso, revista *Educação Physica*, em um instrumento instrutivo e de modificação de costumes em relação ao esporte e à cultura física na sociedade. Sobre essa proposta, fundamentada em um método interpretativo, direcionada à análise dos vestígios, Ginzburg (1989, p. 150) alude que “[...] pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”.

Certamente, não se busca, nesta breve análise, o aprofundamento deste ou do próximo trabalho que virá a seguir, mas é possível observar, neste estudo, que tratar a revista *Educação Physica* apenas como um instrumento de informação seria subestimar seu grande potencial como um objeto na produção de uma historiografia da Educação Física. Saber dialogar com as fontes pode nos levar a uma nova historicidade e revelar campos inesperados. Como descreve a antropóloga, historiadora e professora Lilia Moritz Schwarcz, na apresentação à edição brasileira do livro “Apologia da História ou o ofício de historiador”, “[...] nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe

atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto” (BLOCH, 2001, p. 6).

O segundo trabalho se refere à dissertação de Magda Terezinha Bermond, intitulada “A Educação Física Escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey”, apresentada e aprovada no ano de 2007, no Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse estudo, a autora tem como objetivo compreender, com base no impresso Revista de Educação Física, criada e editada pela Escola de Educação Física do Exército (E.E.F.E.), em maio de 1932, as relações entre as concepções pedagógicas de Jean-Jacques Rousseau, Edouard Claparède e John Dewey com as propostas e os conteúdos desenvolvidos durante as aulas de Educação Física Escolar.

Para tanto, a autora, nesse trabalho, realiza o mapeamento e a análise dos artigos presentes no impresso. Segundo ela, foi criado com o intuito de difundir o pensamento militar sobre a Educação Física no Brasil, trazendo prescrições e orientações sobre as propostas pedagógicas dos militares para as aulas de Educação Física escolar.

Em sua análise, Bermond (2007) encontra o indício de referências teórico-pedagógicas dos autores Jean-Jacques Rousseau, Edouard Claparède e John Dewey, cujas ideias ou concepções educacionais foram supostamente apropriadas e utilizadas na revista pelos articulistas que escreveram sobre Educação Física escolar.

Segundo a autora, Jean-Jacques Rousseau é o autor estrangeiro que mais aparece dentro do período analisado, e “Emílio” é sua única obra encontrada com referência. Logo, os princípios educativos do autor, abarcados pelos articulistas, tomavam como base a ideia de que o desenvolvimento físico seria a essência do desenvolvimento mental. Segundo Bermond (2007, p. 68), entre as ideias e concepções de Rousseau apropriadas pelos autores, estão

[...] as relações entre o desenvolvimento físico e o mental, a necessidade de se adequar o ensino a cada fase do desenvolvimento da criança, a proposta de uma ‘educação negativa’, a ideia de que o corpo é a ‘porta’ para a entrada do conhecimento e a ideia de que os exercícios físicos fortalecem o corpo físico e moralmente.

Nas discussões sobre Educação Física escolar, percebemos, ainda, a presença de Edouard Claparède devido à aparição de suas ideias e concepções nos

artigos que explicitavam orientações ou recomendações aos programas de ensino, entre outros conceitos empregados pelo autor, na produção de algumas obras, como, “A educação funcional” (1931), “A escola sob medida” (1920) e “Psicologia da criança e Pedagogia experimental” (1905) (BERMOND, 2007).

De acordo Bermond (2007, p. 87), as principais ideias desse autor apropriadas pelos articulistas em suas produções foram

[...] as concepções educativas desenvolvidas por Claparède sobre as relações entre crescimento físico e desenvolvimento mental e suas repercussões para o trabalho escolar; a função da imitação na vida da criança, a utilização do jogo na educação, a função do brinquedo, as relações entre jogo e trabalho, a evolução dos interesses no desenvolvimento da criança e do adolescente e a necessidade de adequar o ensino a essas diferentes fases.

É válido salientar, ainda, a importância que Claparède demonstra quanto ao desenvolvimento moral e físico do aluno. Ressalta a necessidade de se desenvolver qualidades morais e hábitos saudáveis, para o corpo e para a mente, cabendo tanto à Educação quanto à Educação Física a responsabilidade com a educação moral, ou seja, com a educação da vontade (BERMOND, 2007).

Como demonstra Bermond (2007), também é possível encontrar em determinados artigos sobre Educação Física Escolar ou, ainda, em artigos que relacionam Educação e Educação Física, ideias e concepções educacionais de John Dewey. Nesses artigos, percebemos a apropriação dos articulistas em algumas concepções do autor, tais como

[...] interesse, educação social, ligação entre o conteúdo do ensino e a vida do educando, a relação entre experiência e aprendizagem, as articulações entre teoria e prática, a moral no processo educativo e a formação de hábitos (BERMOND, 2007, p. 87).

Em resumo, as concepções pedagógicas de Dewey estariam ligadas a dois termos-chave, o “interesse e a experiência”. Bermond (2007) discorre, em sua análise, sobre a obra do então redator-chefe da revista e primeiro-tenente, João Ribeiro Pinheiro, que, no ano de 1933, fez a publicação de um artigo intitulado “A Pedagogia e a Educação Física”. Nessa publicação, o autor apresentou alguns conceitos utilizados por Dewey que se articulam com as concepções pedagógicas da Educação Física, entre eles, a experiência dentro do processo educativo e a importância de

preconizar a atração e o interesse dos alunos para o desenvolvimento eficiente dos impulsos naturais e hábitos adquiridos (BERMOND, 2007).

Outro pesquisador que, conforme Bermond (2007), teve suas ideias publicadas no periódico foi Alfred Binet. No entanto, a autora salienta que a forma como seus pensamentos foram apropriados pelos militares se difere do modo como ele era utilizado no período pelos autores que se autodenominavam “escolanovistas”. Os militares não buscaram fazer uso das ideias dos “testes de inteligência” desenvolvidos por Binet e Théodore Simon, mas, em seus artigos sobre Educação Física Escolar, apropriaram-se das descobertas efetuadas por Binet, fundamentadas na Fisiologia, sobre as relações entre a atividade física e o desenvolvimento mental. Bermond (2007) ainda aponta que as mensurações dos educandos, mesmo sendo provenientes da Biometria, da Antropologia e da Biotipologia, mantinham uma forte relação com a Psicologia.

Com base no mapeamento realizado por Bermond (2007), percebemos que a Educação Física Escolar, nos discursos presentes na revista, constituía-se como uma disciplina de natureza multidisciplinar, integrando saberes de diversas áreas, como Pedagogia, Psicologia, Antropometria, Medicina, Biotipologia e Ginástica.

Em síntese, a autora observa que a inserção de conhecimentos da Pedagogia em propostas práticas para a Educação Física escolar e a apropriação das ideias dos autores de referência feita pelos articulistas foram uma forma de desenvolver uma base racional e científica relacionada com o ideário escolanovista na Educação Física brasileira, proporcionando uma autoridade a esse discurso em meio às discussões educacionais do período. Assim, reproduziam taticamente dentro do campo esses discursos, de acordo com os seus interesses na escolarização dessa disciplina, com o objetivo de promover e consolidar suas ideias (BERMOND, 2007).

Tomando como base os discursos pedagógicos apontados por Bermond (2007), observamos a adoção de uma proposta fisiológica que sustentava a relação existente entre o desenvolvimento intelectual, ocorrendo em paralelo ao desenvolvimento físico do indivíduo. Desse modo, os resultados obtidos pelos dispositivos de avaliação antropométricos e fisiológicos utilizados poderiam refletir também o nível de desenvolvimento intelectual dos educandos.

Podemos constatar, em ambos os trabalhos, que nas revistas havia a circulação de um discurso associado a uma Educação Física capaz de gerar saúde,

moralizar e aperfeiçoar o aluno para o campo do trabalho, o que sinaliza que, para o período estudado, os desenvolvimentos físico, moral e intelectual poderiam caminhar juntos e indiciar a normalidade do indivíduo, o qual poderia se constituir como a representação do homem novo que se buscava construir. Esses discursos são para nós pistas que sinalizam o grau de importância dos exames antropométricos e fisiológicos aplicados para a classificação e a verificação do desenvolvimento dos educandos.

O início da implantação de um novo método para a Educação Física e a mudança no sentido das aulas, adentrando uma concepção fisiológica apresentada por Schneider (2010) e Bermond (2007), marcam o momento da necessidade da utilização de novos conceitos norteadores para as aulas de Educação Física Escolar. Diante dessa necessidade, percebemos a presença das revistas postas em circulação, mediando os sentidos e os significados das práticas corporais, com o intuito de orientar o trabalho pedagógico dos professores no ambiente escolar.

Nesta breve análise, é importante ressaltar o interesse que os autores apresentaram pelo uso da imprensa periódica como principal fonte utilizada nas produções historiográficas, como forma de produção na área para se compreender o período. Percebe-se, então, a importância do impresso não apenas como um registro do que aconteceu, mas, principalmente, como um elemento integrante do acontecimento (SCHNEIDER, 2010).

Conforme Schneider (2010), não se deve desconsiderar a utilização da imprensa periódica na composição de uma dada realidade, pois ela tem a capacidade de dar forma ao que por ela é registrado. Muito além de apenas veicular informações, a imprensa molda olhares auxiliando os leitores na interpretação dos acontecimentos.

As novas técnicas de produção e consumo por meio da utilização dos impressos abriram muitas possibilidades para os estudos da História, em especial para as análises e trabalhos históricos voltados ao campo da Educação Física, vinculados às teorias propostas pela Nova História Cultural³³ por meio da apropriação de seus conceitos, visando a compreender o desenvolvimento dessa área de conhecimento.

³³ Conforme o historiador britânico Peter Burke (2005), a Nova História Cultural é a forma dominante de História Cultural praticada atualmente e se desenvolveu com base na Antropologia histórica, a qual detinha sua preocupação voltada para o cotidiano e para a sociedade.

2 A PEDAGOGIZAÇÃO DA FISILOGIA: PROPOSTAS FISIOLÓGICAS E ANTROPOMÉTRICAS COMO DISCURSOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA (1930-1940)

Resumo: Este capítulo busca analisar a imprensa periódica e as proposições dos intelectuais para a Educação Física escolar, na década de 1930 e início de 1940, para compreender a circulação do discurso médico/fisiológico/antropométrico e a sua relação com uma proposta pedagógica para a Educação Física. Objetiva analisar a aproximação do discurso médico/fisiológico com a Pedagogia nas propostas de avaliação do desenvolvimento das crianças no processo de escolarização. Utiliza como fontes as matérias em circulação na imprensa periódica – impressos pedagógicos e de variedades da Educação Física – publicadas nas décadas de 1930 e 1940, observando o seu papel formativo para os professores de Educação Física e interessados nessa temática. Como referencial teórico, faz uso das proposições de Bloch (2001), Ginzburg (1989) e Chartier (2002), para entender os documentos em sua materialidade, as pistas como vestígios capazes de informar sobre o passado e as lutas de representação para dar visibilidade às disputas pela autoridade no campo pedagógico. Com a adoção do Método Francês e com a necessidade da formação dos grupamentos homogêneos, os exames antropométricos e fisiológicos tornaram-se o alvo da atenção médica na busca por uma metodologia pedagógica que atendesse às demandas científicas, escolares e governamentais. As diversas soluções colocadas em circulação nos impressos, advindas de conceitos antropológicos, antropométricos, tipológicos e fisiológicos, deixaram-nos indícios da ocorrência de uma luta pela autoridade sobre o discurso médico dentro do campo educacional, possivelmente, na busca pela autonomia do campo e do controle do discurso médico/fisiológico para a escolarização da disciplina.

Palavras-chave: Educação Física; Fisiologia; imprensa periódica.

2.1 Introdução

O Método Francês, difundido pelos militares brasileiros no país, possuía como dispositivo de orientação o Regulamento de Educação Física, conhecido também como *Regulamento nº 7*. Esse instrumento funcionava como um manual que auxiliava na “[...] organização das aulas dos professores de Educação Física civis e dos militares, indicando finalidades, modelos de aulas, conteúdos e formas de realizar a avaliação” (BRUSCHI, 2019, p. 26).

Segundo as concepções do Método Francês, visivelmente disponíveis nas bases pedagógicas do Regulamento nº 7, a prática racional e metódica da Educação Física proporcionaria ao homem atingir seu mais alto grau de aperfeiçoamento físico. No entanto, possuir saúde, força e harmonia das formas não seria um indicador seguro de que o indivíduo já teria atingido o seu aperfeiçoamento total. Seria necessário, segundo os autores do método, que ele tivesse aprendido a utilizar “[...] todas essas qualidades na vida quotidiana, e que assim, adquira um aumento de valor e energia que lhe permita dar o seu máximo de rendimento ao trabalho com o mínimo de despesa e fadiga” (ESTADO-MAIOR..., 1934, p. 20).³⁴

De acordo com o Regulamento nº 7, a Educação Física deveria ser norteada por princípios anatomofisiológicos, tendo em vista, preferencialmente, a idade fisiológica dos indivíduos – ao invés da idade cronológica – na classificação dos grupos que seriam submetidos a um determinado plano de exercício para as aulas de Educação Física. Em linhas gerais, esses agrupamentos estavam divididos em: Educação Física Elementar, para crianças dos 4 aos 13 anos, subdivididos em quatro grupos; Educação Física Secundária, para adolescentes, rapazes e moças dos 13 aos 18 anos, subdivididos em dois grupos; Educação Física Superior para adultos de ambos os sexos dos 18 aos 30/35 anos; e Ginástica de conservação para a idade madura, para pessoas acima dos 35 anos (ESTADO-MAIOR..., 1934).

Essa classificação estaria relacionada com a preocupação quanto ao perigo da imposição de um determinado quadro de exercícios idênticos a pessoas com um perfil fisiológico diferente. Nessas condições, estariam sujeitas ao risco de

³⁴ O que será reforçado no texto nas páginas 33 e 34 do Regulamento, quando afirma que o objetivo do método seria, ao ser aplicado na escolarização, “Ensinar a utilizar economicamente [...] [a] energia” (ESTADO-MAIOR..., 1934).

desenvolver uma estafa, devido à “[...] exigência de uma atividade muscular superior às capacidades fisiológicas do indivíduo [...]” (ESTADO-MAIOR..., 1934, p. 11).

O exame fisiológico³⁵ era realizado por um médico no início do ano escolar, quando ele determinava em que grupo as crianças deveriam ser incluídas, assim como quais delas deveriam ser poupadas do trabalho físico ou de algum exercício específico. Eram indicados até mesmo os exercícios mais recomendados para a melhoria do estado físico de cada aluno em particular. Os respectivos resultados dessas e de outras avaliações constariam em uma ficha individual que acompanharia o aluno até a sua vida adulta (ESTADO-MAIOR..., 1934).

Para os indivíduos mais jovens, os exames fisiológicos eram suficientes para definir a sua classificação; e para os alunos nas proximidades e acima dos 13 anos de idade, eram incluídos exames práticos, com provas individuais e sem competidores, variando o número de provas de acordo com o grau fisiológico dos indivíduos (ESTADO-MAIOR..., 1934).

Além dos exames realizados no início do ano, os alunos da Educação Física Elementar e Secundária eram submetidos a uma verificação periódica em dois momentos, antes das férias de julho e antes das férias de dezembro. A avaliação era realizada pelo médico e pelo instrutor, com exames fisiológicos e práticos. Na Educação Física Superior, essa verificação era somente do ponto de vista fisiológico, embora também acontecesse em períodos de treinamento com mais frequência e realizada com maior cautela, principalmente em relação aos exames fisiológicos e práticos (ESTADO-MAIOR..., 1934).

No Regulamento nº 7, por se tratar de uma tradução integral do *Règlement Général d'Éducation Physique* Francês (RGEP),³⁶ realizada pela Escola de Educação Física do Exército, já era prevista, inicialmente, em sua adoção, a possibilidade de passar por adaptações e melhorias condizentes ao elemento nacional, assim como

³⁵ Também entendido como exame médico, envolvia uma série de observações clínicas e fisiológicas, como a verificação dos caracteres exteriores, das funções fisiológicas dos órgãos internos e dos órgãos dos sentidos de cada indivíduo. O exame fisiológico indicava as condições físicas de cada educando, fornecendo ao instrutor, em termos de comparação, medidas sobre a altura, o peso, a capacidade vital e a força muscular, entre outros elementos avaliados. Obs.: Esses dados foram compilados com base em informações localizadas nos documentos oficiais e nos artigos em circulação.

³⁶ Ver Bruschi, Eller e Schneider (2020), no estudo “A criação do Método Francês: as disputas em torno de um objeto de ensino da educação física”.

também era pressentido o enfrentamento de possíveis dificuldades em sua aplicação, conforme descrito no preâmbulo do próprio Regulamento nº 7:

Não sendo, pois um regulamento nacional, a sua aplicação irá encontrar certas dificuldades que a Escola de Educação Física do Exército na medida de suas possibilidades e com a pratica já adquirida procurará remover respondendo ás consultas que lhe forem feitas e publicando em anexos doutrinas que for colhendo. [...] Para mais estreita colaboração a E. E. F. E. manterá qualquer correspondencia com os interessados, que deverão se dirigir ao Departamento Técnico (ESTADO-MAIOR..., 1934, p. 5).

Tendo como base essas informações, é possível presumir que o impresso REF foi taticamente instituído pela E. E. F. E., em maio de 1932, com o intuito de promover e divulgar os informativos e as novidades referentes à aplicação do novo método estabelecido para a Educação Física Escolar. Como descreve Bruschi (2019, p. 193), a REF representava “[...] um dispositivo no qual se propagavam os fundamentos para a sistematização da Educação Física”. Assim, por esse dispositivo, era possível a edição e a publicação de novas propostas sugeridas pelos colaboradores, tornando-se ainda um meio para a comunicação dos editores que, por sua vez, eram militares com o seu público-alvo composto, principalmente, por médicos, instrutores, professoras e professores de Educação Física, atuantes ou em formação.

Devido à necessidade de se fornecer aos leitores um dispositivo didático-pedagógico que os auxiliassem no seu processo formativo e na compreensão dos novos conteúdos para a aplicação do método no âmbito educacional, os artigos, por diversas vezes, assumiram um formato instrutivo, como um tipo de manual, descrevendo minuciosamente como deveria ser, por exemplo, a aplicação de uma prova prática, ou até mesmo a realização de exames antropométricos e fisiológicos nos gabinetes escolares.

É possível perceber no impresso a presença de ilustrações feitas à mão, fórmulas e tabelas desenvolvidas pelos especialistas, supostamente, na tentativa de sanar as possíveis dúvidas dos leitores e realizar o processo de transposição didática dos assuntos científicos para dentro do campo pedagógico. Como descreve Bruschi (2019, p. 192), os colaboradores, ao dissertarem sobre os mais variados assuntos no impresso, “[...] transformavam as teorias a que tinham acesso em proposições didático-pedagógicas. Facilitava-se, dessa forma, a compreensão dos conhecimentos [científicos], e servia de orientação aos alunos em formação nas escolas de Educação Física que se criavam”.

Como concorrente da REF no campo editorial, observamos, nesse mesmo período, a criação de um impresso comercial denominado EPHY, que teve o seu primeiro número publicado em maio de 1932, pela Companhia Brasil Editora. Conforme Bruschi (2019), dentro de um contexto historiográfico, ambos podem ser considerados materiais de orientação pedagógica para os professores de Educação Física, uma vez que foi constatada a presença desses impressos nas bibliotecas das escolas de Educação Física.

De acordo com Schneider (2010), o impresso EPHY foi produzido mediante a iniciativa de dois professores de Educação Física, o professor Paulo Lotufo, formado pelo Instituto Técnico das Associações Cristãs de Moços Sul-Americana, e o professor Oswaldo Murgel Rezende, advogado e consultor jurídico do Ministério da Guerra e ex-professor de Educação Física da ACM, do Rio de Janeiro. Ambos foram os primeiros diretores e editores da revista, que teve seu último número publicado em outubro de 1945.

A formação recebida por esses professores, promovida por um grupo de civis (a ACM) que, conforme os estudos de Linhares (2009) e Bruschi (2019), disputava com os militares a autoridade sobre os discursos que moviam o processo de escolarização da Educação Física, tinha como base conteúdos e metodologias diferentes do plano difundido pelos militares, uma vez que estavam fundamentados em um projeto de educação esportiva. Essa diferença nos chama a atenção para a ocorrência de possíveis divergências nos discursos produzidos e editados entre os impressos dirigidos por militares e pelos civis.

Em 1941, como demonstra Cassani (2018), na necessidade de criar um periódico que reproduzisse a voz oficial do Governo e que materializasse as metas direcionadas ao ensino da Educação Física, “sem privilegiar este ou aquele grupo”, instituiu-se, na DEF do MES, o impresso BEF, que teve seu primeiro editorial publicado em junho do ano supracitado, encerrando seus trabalhos em dezembro de 1958.

O impresso BEF teve como seu primeiro diretor e principal editor um oficial do Exército, o major Barbosa Leite, um indício que, conforme Cassani (2018), sinalizava o tipo de concepção de Educação Física assumida pelo impresso. De acordo com os relatos da autora, o corpo editorial do BEF reconhecia seu lugar de autoridade em meio aos discursos relacionados com a Educação Física, não tendo como objetivo a

disputa pelo mercado editorial com os outros impressos em circulação. Para Cassani (2018, p. 84), o BEF reservava-se a

[...] veicular as realizações da DEF, como: os decretos e leis referentes às normas federais e estaduais regulamentadoras da Educação Física; prescrições para a atuação dos inspetores no ensino secundário, especialmente em relação aos espaços físicos nas escolas; condições para a realização das sessões, programas da Educação Física e frequência dos alunos; e critérios para a realização dos grupamentos homogêneos.

Diferente dos impressos REF e EPHY, o BEF não se preocupava com a publicação de matérias que fornecessem ao professor dispositivos que o auxiliassem em seu processo didático-pedagógico, mas difundia possibilidades de atuação conforme a legislação imposta para a Educação Física.

Como descreve Cassani (2018), o BEF se dedicava à divulgação das ações do Governo, em prol do desenvolvimento da Educação Física. Em razão dessa característica, muito se aproximava dos conteúdos produzidos pelo periódico RBEF que, por sua vez, também buscou assumir tal finalidade. Os dois periódicos, apresentaram também semelhanças em seus corpos editoriais, tendo ambos, como primeiro diretor, o major Barbosa Leite, entretanto não há evidências de que suas atividades possuíssem relações entre si.

O impresso RBEF, como demonstra Schneider (2010) e Cassani (2018), tratava-se de uma revista comercial, produzida pela editora “A Noite”, com início em janeiro de 1944, e teve seu último fascículo publicado em dezembro de 1952. A disparidade desse impresso, em relação ao BEF, pode ser observada nas características de sua apresentação visual. O BEF, por se tratar de um impresso destinado à distribuição gratuita, sua impressão era mais simples e não havia publicidade em suas partes, enquanto a RBEF “[...] era publicada com capas ilustradas, publicidade diversificada e artigos que interessavam a um público mais amplo, que não fossem os professores [...]” (CASSANI, 2018, p. 85).

De acordo com as pretensões listadas pelo major Barbosa Leite, descritas por Cassani (2018, p. 86), a RBEF intencionava

[...] oferecer aos leitores, em cada número, noticiário conveniente dos órgãos federais, estaduais e municipais, das escolas de educação física, um editorial, um excerto de autor clássico estrangeiro ou nacional, outro de autor moderno em semelhantes condições, além de valiosa colaboração distribuída pelas

seções filosófica, técnico-pedagógica, técnico-biológica, técnico-desportiva [...].

O major Barbosa Leite, por atuar como diretor do DEF, tinha a consciência das necessidades da área, promovendo no impresso RBEF a divulgação de ideias que satisfizessem “[...] os insistentes [...] pedidos de informações por parte de professores e técnicos sobre publicações especializadas em Educação Física” (CASSANI, 2018, p. 87).

Posteriormente, a partir de outubro de 1945, foi criado o AENEFD, um impresso editado pela ENEFD e instalado na Universidade do Brasil. Esse periódico, como demonstra Cassani (2018), materializava a exigência explicitada no art. 41 do Decreto-Lei nº 1.212, de abril de 1939, que tratava da criação da ENEFD na Universidade do Brasil. De acordo com o que consta no art. 41, “Será publicada, pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, uma revista, que deverá sair pelo menos duas vezes por ano, destinada à divulgação dos resultados de suas realizações no terreno do ensino e da pesquisa” (BRASIL, 1939).

Segundo Melo (2005), nos Arquivos foram publicados mais do que os resultados dos trabalhos e das pesquisas realizadas no âmbito da universidade. É possível observar em suas páginas os registros de acontecimentos e iniciativas desenvolvidos pela ENEFD, assim como discursos de paraninfos, de catedráticos, de representantes do Diretório Acadêmico, entre outros.

Sobre os tipos de artigos encontrados no impresso, Cassani (2018) relata que alguns deles forneciam informações para a orientação dos professores, enquanto outros estavam voltados mais para um viés científico de análise e interpretação de dados. Melo (2005, p. 35) nos chama a atenção para o “perfil científico” diferenciado dos Arquivos no cenário nacional “[...] adquirido mediante a divulgação de informações obtidas a partir de pesquisas que extrapolavam as usuais revisões da literatura ou simples relatos de determinadas experiências práticas”.

A revista AENEFD foi o primeiro periódico sobre as chancelas das universidades e das sociedades científicas, associado a uma instituição de formação profissional de carácter civil, que produziu conhecimentos para o campo da Educação Física (CASSANI, 2018).

Embora, no decreto-lei, fosse estabelecida a publicação de dois números anuais, até o ano de 1949, foi lançado apenas um número por ano, ocorrendo, ainda,

de 1950 a 1952, uma interrupção das atividades, retornando em janeiro de 1953 e encerrando definitivamente seus trabalhos em dezembro de 1966 (MELO, 2005). Não há como confirmar as causas dessa interrupção, porém, conforme os relatos de Melo (2005), os motivos possivelmente estariam ligados a um menor envolvimento da direção, a um boicote dos professores à gestão atuante no período ou até mesmo a um conturbado momento vivido pela Escola. Esta última suposição é a hipótese que o autor julga mais assertiva.

A revista, inicialmente, esteve sob a direção do capitão Antônio Pereira Lira, reafirmando, mais uma vez, a autoridade dos militares nos lugares de referência dentro do processo de escolarização da Educação Física. Contou com um Conselho de Redação formado pelos professores João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior (médico, advindo das cadeiras “teóricas”), Alfredo Colombo (professor de Educação Física, ligado às cadeiras “práticas”) e Cecília Stramandinoli (professora de uma cadeira intermediária, “teórica”, mas não estritamente médica).³⁷ Essa constituição do Conselho proporcionava um equilíbrio no impresso, com a editoração de um percentual de artigos de médicos, de professores de Educação Física e relatórios do diretor (militar), podendo esse modelo ser percebido em praticamente todos os números do periódico (MELO, 2005).

Os militares, ao assumirem cargos de diretores em instituições como a DEF e a ENEFD, conquistaram outros espaços de referência que fortaleciam a sua autoridade na área e a propagação de seus discursos para a escolarização da Educação Física. Como integrantes do corpo editorial dos periódicos REF, BEF, RBEF e AENEFD, forneciam orientações aos professores e promoviam os conteúdos a serem ministrados no processo de formação dos alunos.

Essa movimentação dos militares e suas atuações nos diferentes espaços, como descreve Cassani (2018, p. 90), “[...] fez com que o projeto de Educação Física pensado pelo Exército oferecesse os alicerces para as possibilidades de práticas pedagógicas veiculadas no BEF, RBEF e AENEFDs – periódicos que se inspiraram nos artigos publicados na REF”. A autora ainda sinaliza que, por sua vez, a EPHY

³⁷ Segundo Melo (1995), o quadro docente inicial da ENEFD era composto basicamente por médicos e militares, muitos formados, inclusive, na E.E.F.E., ficando os médicos encarregados de ministrar as disciplinas mais diretamente ligadas à teoria, por exemplo, Anatomia e Fisiologia, enquanto os militares se encarregavam das disciplinas práticas, como Treinamento Esportivo, Esportes, Lutas etc.

reconheceu a influência da REF em frente aos discursos autorizados, publicando artigos de autores formados no Exército.

Como podemos perceber, a imprensa periódica, nesse período, representou um eficiente veículo para a circulação das ideias relacionadas com as teorias e as práticas propostas pelo novo método de Educação Física, adotado pelo governo e imposto para as escolas do Estado brasileiro.

A seguir, vamos nos debruçar sobre o estudo dos cinco impressos, apresentando dados quantitativos e qualitativos sobre a sua circulação e possíveis relações estabelecidas nesse campo editorial. Também observaremos a flutuação e o desenvolvimento das temáticas que se associavam à Fisiologia e às práticas avaliativas pertinentes à disciplina Educação Física, na busca de vestígios e pistas que nos possibilitem entender os sentidos dessas práticas em difusão dentro do campo pedagógico. Posteriormente, por meio da análise das proposições dos intelectuais para a Educação Física Escolar, na década de 1930 e no início de 1940, buscaremos compreender a circulação do discurso médico/fisiológico/antropométrico e a sua relação com a proposta pedagógica estabelecida para a escolarização da Educação Física.

2.2 A circulação das revistas e a distribuição da Fisiologia como temática da Educação Física ao longo das décadas de 1930 e 1940

Nos anos que se seguem à Reforma Francisco Campos, com a estipulação da obrigatoriedade da Educação Física no ensino primário e secundário, percebemos, por meio do estudo de Bruschi (2019), o nascimento de uma série de instituições de formação de professores em várias regiões do país que, segundo a autora, originaram-se para suprir a demanda de professores especializados para tratar a disciplina na sua introdução na cultura escolar forjada pelo Governo Vargas. Nesse momento, constatamos também a criação de várias publicações periódicas que nasceram para propagar as diretrizes da Reforma, assim como fornecer interpretações oficiais sobre a ciência que deveria estar na base da ação pedagógica dos docentes.

Esse universo de revistas, lançadas entre as décadas de 1930 e 1940, permite-nos compreender a circulação dos saberes entendidos como necessários aos

professores de Educação Física, nas suas atividades de organização do ensino e das classes. Dessa forma, a distribuição das matérias nos impressos de ensino e de variedades nos oferecem pistas sobre o desenvolvimento do campo editorial em formação, apresentando o interesse dos atores (militares e civis) na luta pela voz autorizada sobre os discursos e práticas da Educação Física, no seu processo de significação no espaço da cultura escolar.

No desenvolvimento deste item, serão apresentados um quadro e dois gráficos, gerados com base nos resultados dos levantamentos realizados nos periódicos. O Quadro 1 mostra o ritmo de produção e circularidade dos impressos ao longo dos anos. O Gráfico 1 apresenta a distribuição quantitativa dos artigos relacionados com a Fisiologia publicados em seus respectivos anos e os impressos que os veiculavam. Logo em seguida, o Gráfico 2 demonstra a distribuição dos assuntos em relação ao objeto investigado, de acordo com a categorização por temáticas.

Quadro 1 – Circularidade das revistas de Educação Física nas décadas de 1930 e 1940

ANO	MESES											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1932					REF	REF	REF					REF
1933	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1934	REF		REF	REF			REF			REF		REF
1935		REF										
1936			REF	REF	REF			REF	REF	REF		REF
1937		REF		REF		REF		REF	REF	REF	REF	REF
1938	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1939	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	2	REF
1940	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1941	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1942		REF		REF								
1943		REF		REF		REF		REF				REF
1944	REF	REF	REF	REF	REF	2	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1945	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1946	REF	REF	REF	REF		REF		REF	REF	REF	REF	REF
1947	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF	REF
1948*	REF	REF	REF	REF	REF	REF	2	REF	REF	REF	REF	REF
1949*	REF	REF	REF		REF	REF	REF		REF	REF	REF	REF

* A REF teve uma publicação após o mês de agosto de 1948 e três publicações no ano de 1949, que não constam o mês nos impressos [s.m.].

Legenda: ■ REF ■ EPHY ■ BEF ■ RBEF ■ AENEFD 2 Duas publicações no mês

Fonte: Elaboração própria.

Quando nos dedicamos a analisar a temática nesse período, percebemos uma flutuação e variação nos ritmos de produção e publicação das revistas. É possível observar a tentativa da REF de manter uma regularidade de publicações mensais, em alguns anos da década de 1930, no entanto sempre com uma periodização muito

instável e com uma grande queda de produção durante a década de 1940. A ausência de publicação em 1941 e a paralisação de 1943 a 1946, como indica Cassani (2018), ocorreu por consequência da Segunda Guerra Mundial, retornando em novembro de 1947 e mantendo-se em atividade até os dias atuais.

A principal concorrente da REF no mercado editorial, a revista EPHY, não teve seu primeiro número datado, mas, segundo Schneider (2010), na ficha técnica do impresso, publicada na edição de setembro de 1939, foi mencionada a data de publicação do primeiro fascículo, em maio de 1932. Em relação aos longos períodos de intervalos entre uma produção e outra, apresentado pela revista nos seus três anos iniciais, Schneider (2010, p. 91), descreve como “[...] um período de experiência, porquanto, ao que tudo indica, o projeto ainda estava sendo gestado”.

Após a paralisação ocorrida em 1935, a EPHY volta a circular em 1936 com uma nova organização em seu corpo editorial, com aumentos significativos nos números publicados, chegando por cinco anos consecutivos a obter uma periodicidade mensal em sua produção (CASSANI, 2018). No entanto, assim como a REF, a EPHY também sofreu com os impactos da Segunda Guerra Mundial, principalmente por se tratar de um período de instabilidade econômica internacional. Houve dificuldade na importação de matéria-prima para a confecção do periódico, o que pode ter motivado, entre outros fatores, o encerramento das produções (SCHNEIDER, 2010).

Schneider (2010) relata que a concorrência com outras revistas, como a REF e o BEF, pode também ser indicada como um fator que provocou a quebra da estabilidade da EPHY. Em contrapartida, descreve ainda que não seria esse um motivo suficiente, pois a REF havia parado de circular no momento em que a EPHY diminuiu a sua periodicidade, enquanto o BEF, apesar de ser um impresso de distribuição gratuita para escolas e clubes esportivos, não adotou uma periodicidade mensal que pudesse se equiparar com a EPHY. Como é possível visualizar no Quadro 1, a sua média era, no máximo, de três publicações anuais.

Observamos, ainda nesse quadro, uma interrupção nas atividades do periódico BEF que, após a publicação do seu fascículo n.12, em abril de 1945, retorna com seus trabalhos apenas no ano de 1955. Cassani (2018) aponta que, embora o BEF não informe o motivo da paralisação, ele está relacionado com as mudanças no cenário político brasileiro ocorridas naquele momento com a queda do Estado Novo. A autora

explica que, por se tratar de um órgão oficial, “[...] o BEF passou por reformulações, assim como a própria DEF” (CASSANI, 2018, p. 188).

Os indícios apontam que, possivelmente, uma forte concorrente no mercado editorial para a EPHY, na segunda metade da década de 1940, foi a RBEF. Como podemos visualizar no Quadro 1, esse impresso buscou manter um nível de periodicidade mensal em suas publicações, justamente em um momento de desestabilidade da EPHY e que marcou o seu fim. A RBEF, assim como a EPHY, tratava-se de um impresso comercial, que buscava ser atraente visualmente aos olhos do leitor, com a produção de um conteúdo relevante sobre as temáticas da Educação Física, da saúde e do esporte.

Outra característica que marca a semelhança da RBEF com a EPHY é a busca pela autoridade dos discursos sobre a Educação Física, percebida nas páginas do impresso. Como demonstra Cassani (2018, p. 87), estrategicamente, o major Barbosa Leite, diretor e editor da revista, “[...] fazia referência a Getúlio Vargas para reafirmar o lugar de autoridade ocupado por ele no Governo, como diretor do DEF”, o que convencia o seu público leitor da importância desse periódico diante dos outros.

Quanto ao AENEFD, descrito por Melo (2005) e Cassani (2018) como um impresso de importante representatividade científica para o período, embora sua periodicidade tenha sido estabelecida por lei para duas publicações anuais, é possível visualizar no quadro as ponderações feitas por Melo (2005) que sinalizavam a publicação de apenas um fascículo anual até 1949.

Como podemos observar no Quadro 1, existe, dentro da periodização estabelecida, a circulação de cinco revistas especializadas sobre a Educação Física, todas elas publicando, com maior ou menor ênfase, matérias que traziam proposições sobre a inserção dessa disciplina no sistema de escolarização fundamentado no Regulamento nº 7, que enfatizava os conhecimentos da Fisiologia e os saberes que lhes davam suporte teórico e prático para significar a Educação Física no cenário da escolarização.

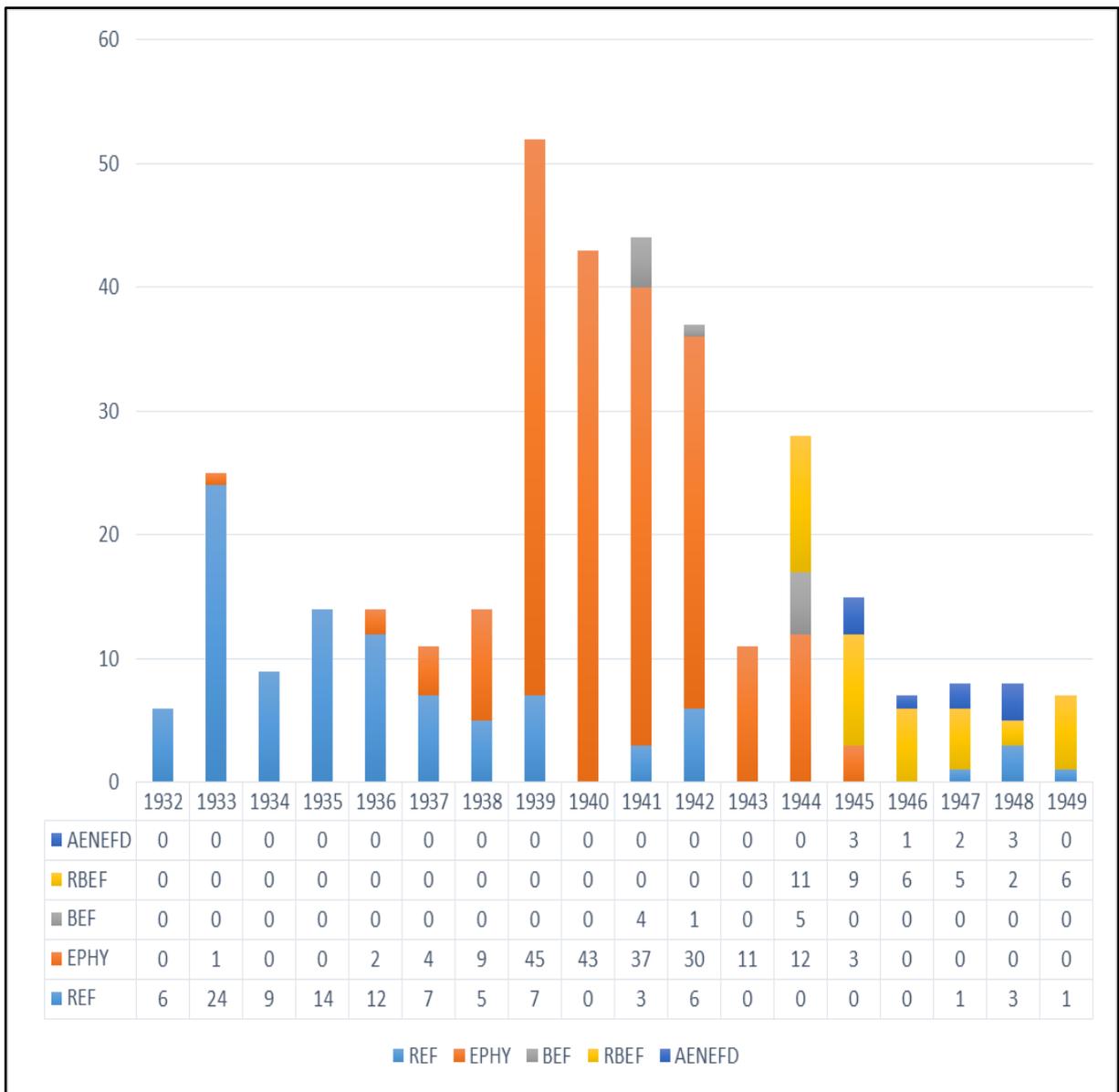
Entre os anos de 1932 e 1949, por meio de um levantamento realizado no Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte, presente no site do Proteoria, identificamos uma diversidade de artigos que faziam menções à Fisiologia. Nesse levantamento, tendo como base o estudo dos cinco impressos postos em circulação no período, constatamos uma apuração de 353 artigos pertinentes ao assunto,

resultantes da análise de um montante de aproximadamente 795 artigos averiguados, levando em conta seus respectivos títulos.

É válido salientar que, no momento da busca e do contato com essas fontes, no CEFD/Ufes, determinados volumes da Revista Brasileira de Educação Física não se encontravam presentes no Arquivo do Laboratório do Protoria, portanto não passaram pela leitura e análise da pesquisa e, conseqüentemente, deixaram de compor a listagem das fontes presentes neste estudo. Especificamente, os volumes listados para a averiguação que não foram encontrados condizem com as edições: n. 7 publicada em julho de 1944; n. 10 de outubro de 1944; n. 41 de agosto de 1947; n. 54 de setembro de 1948; n. 56 de novembro de 1948; e a edição n. 57 publicada em dezembro de 1948.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a distribuição dos artigos relacionados com a Fisiologia, publicados em seus respectivos anos, ao longo das décadas de 1930 e 1940, e os impressos que os veiculavam.

Gráfico 1 – Levantamento de artigos relacionados com a Fisiologia de acordo com o tipo de impresso e o ano de publicação (1932-1949)



Fonte: Elaboração própria.

Ao analisarmos os resultados obtidos nesse levantamento, constatamos um elevado crescimento do número de publicações a respeito dos assuntos referentes à Fisiologia, por parte da REF, no ano de 1933. Supostamente, o interesse referente ao crescimento de tais publicações estaria taticamente ligado à intenção de alcançar uma maior circulação dos discursos fisiológicos que, diante da imposição do Regulamento nº 7, passaram a organizar uma narrativa autorizada para o campo da Educação Física.

Observamos que o ápice do quantitativo de publicações referentes à Fisiologia ocorreu no ano de 1939, com mais de cinquenta artigos publicados ao todo. Manteve-se uma margem não muito diferente nos três anos seguintes. Esse grande número de publicações no período foi alcançado devido aos esforços da revista EPHY, que chegou a atingir 45 publicações anual, com textos que abordavam temáticas fisiológicas.

Diante do crescimento quantitativo de publicações sobre o tema, demonstrado pela revista EPHY, recorreremos às observações realizadas por Schneider (2010, p. 155), para compreender esse movimento e as mudanças ocorridas no impresso:

[...] o periódico muda sua designação a partir do décimo terceiro número, deixando de ser conhecida como uma *revista tecnica de sports e atletismo* para ser reconhecida como uma revista *technica de sports e saude*, para depois [no número seguinte, publicado em janeiro de 1938] suprimir o termo *technica* e ser conhecida apenas como uma Revista sobre Educação Physica, sports e saude.

O décimo terceiro número descrito pelo autor teve sua publicação realizada em dezembro de 1937. Posteriormente, com a supressão do termo “*technica*”, pôde ser observada maior ênfase, a partir desse número, aos assuntos relacionados com a saúde. É válido ressaltar que, nesse mesmo ano, em 1938, a revista EPHY, pela primeira vez, lidera o *ranking* de publicações sobre o tema Fisiologia, superando a margem de quase cem por cento a mais do número de publicações realizadas pela REF sobre o assunto.

De acordo com Schneider (2010), logo na publicação do primeiro editorial da revista EPHY, seus editores apontavam que o periódico atuaria como um instrumento para o desenvolvimento esportivo no Brasil, especialmente para o refinamento técnico e educacional do esporte. Ainda conforme o autor, a revista, em suas perspectivas iniciais, carregava “[...] a intenção de ser reconhecida como órgão orientador da Educação Física nacional [...]” (SCHNEIDER, 2010, p. 60).

Com a supressão do termo “*technica*”, a revista EPHY diminui a ênfase a ser dada à aplicação do refinamento técnico-esportivo. Inicialmente, em seu lançamento, e ao incorporar taticamente o termo “saúde” à sua designação, ao que tudo indica, passou a se dedicar mais aos estudos fisiológicos, supostamente para obter uma maior proximidade com os discursos oficiais, tendo maior chance de ser reconhecida como um órgão orientador.

Para Schneider (2010), a concordância dos editores dessa revista com os critérios oficiais difundidos nos discursos pode se caracterizar como uma tática em que o mais fraco, com o menor capital simbólico, busca se apropriar dos discursos oficiais para conseguir o reconhecimento do público leitor e dos órgãos oficiais. Dessa forma, iguala-se, pelo menos discursivamente, àqueles que detêm o poder de decidir sobre o que os leitores deviam consumir como cultura física e projetos de ensino. Ou seja, tomam para si “[...] a tarefa de remodelar o imaginário da população e dos homens do poder em relação à Educação Física e às práticas pedagógicas que lhe davam sustentação” (SCHNEIDER, 2010, p. 214).

Observamos, com referência ao final da década de 1940, um decréscimo muito grande no quantitativo de publicações referentes à Fisiologia, mesmo com o aumento da circulação do número de impressos ligados ao campo da Educação Física. Supõe-se que esse evento esteja vinculado à perda da exclusividade do Método Francês como matriz inspiradora na construção do Método Nacional, por consequência do fim do Estado Novo e da dissolução do regime autoritário em 1945 (CASTRO, 1997).

Outros fatores, possivelmente, influenciaram a redução dos artigos associados à Fisiologia. Em primeiro lugar, foi o fim da revista EPHY em outubro de 1945, um impresso que, ao longo de sua permanência no campo editorial, muito se dedicou às publicações a respeito do tema. Em segundo lugar, o fato de a revista BEF ter seu espaço restrito à divulgação de informações oficiais e o periódico AENEFD objetivar a publicação de pesquisas internas, não demonstrando “interesses” na concorrência pelo campo editorial, com a divulgação de matérias para um público mais amplo, ou da publicação de artigos sobre o tema com fins didático-pedagógicos para os professores, além de possuir uma menor periodicidade em comparação com os demais impressos. Nesse levantamento, ganhou mais visibilidade, durante o período, o impresso RBEF, com um maior número de publicações referentes ao tema.

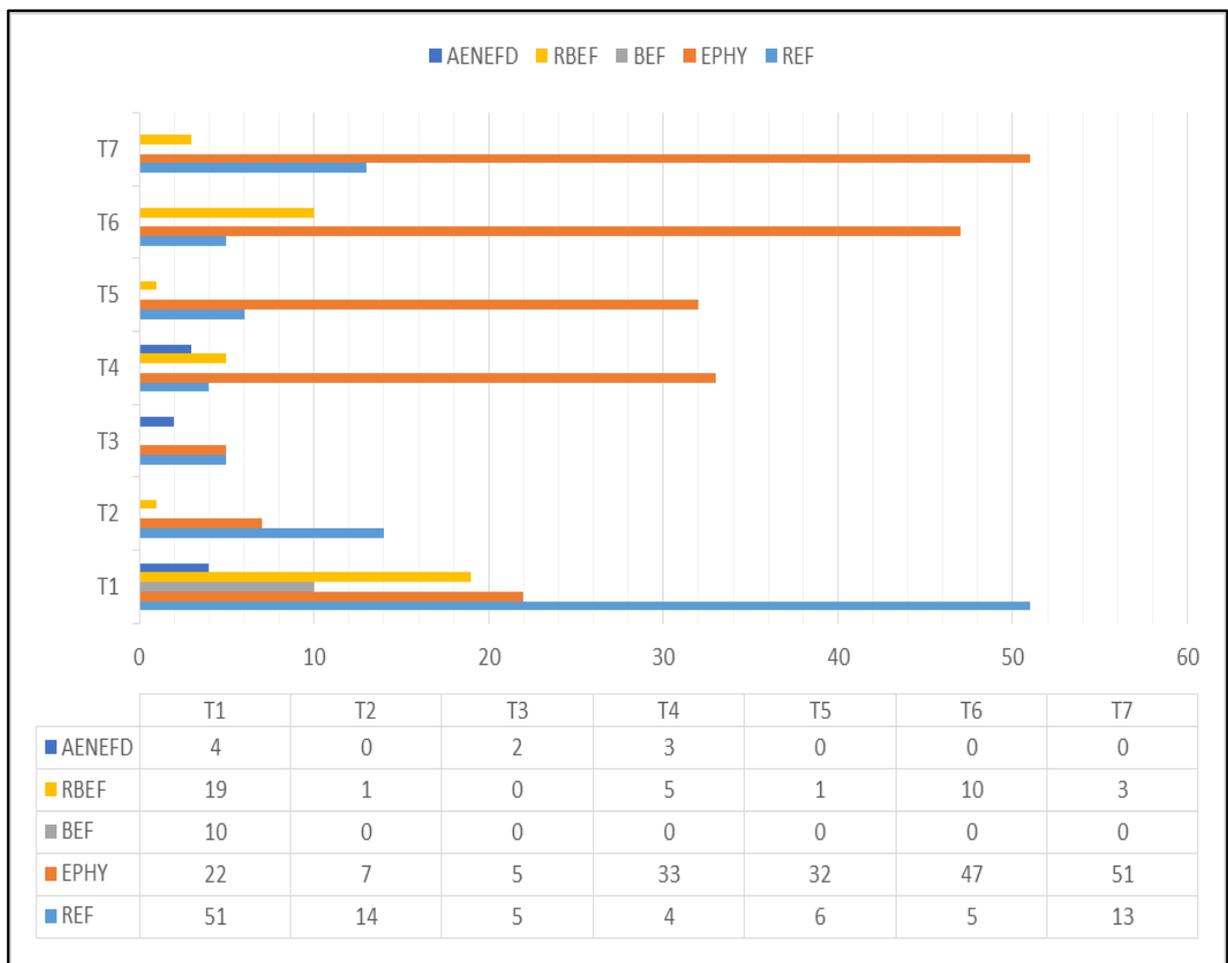
Ao nos apropriarmos dos impressos para montarmos o banco de dados do estudo, percebemos que o termo Fisiologia aparece muitas vezes de forma indireta nos títulos dos artigos catalogados. Dessa forma, foi necessário estender a busca aos temas que possuíam afinidade com o objeto, analisando o conteúdo de cada artigo. Desse levantamento, sete foram as temáticas encontradas que fazem menção e se relacionam direta e indiretamente com o objeto, quando nos apoiamos nos discursos desenvolvidos dentro de cada matéria, observando as teorias mobilizadas para

propor, explicar, argumentar, relatar ou justificar algo sobre o assunto tratado na circulação de ideias.

Em nosso novo levantamento, conseguimos categorizar sete temáticas que estão associadas ao nosso objeto: T1 - Antropometria, biotipologia, exames físicos, fisiológicos e laboratoriais; T2 - Fisiologia da criança; T3 - Fisiologia da mulher; T4 - Fisiologia do exercício; T5 - Nutrição; T6 - Saúde; T7 - Sistemas orgânicos e celulares.

No gráfico a seguir, é possível perceber de forma visual a distribuição das temáticas ao longo da periodização estabelecida pela pesquisa.

Gráfico 2 – Levantamento de temáticas fisiológicas em circulação nos impressos nas décadas de 1930 e 1940



Fonte: Elaboração própria.

Perante o exposto no Gráfico 2, é possível identificar que a temática nº 1 (T1), correspondente às práticas avaliativas, ou seja, pertinente à Antropometria, biotipologia, exames físicos, fisiológicos e laboratoriais, possui uma maior circulação entre as temáticas associadas à Fisiologia. Logo, o impresso que mais veiculou artigos

referentes a essa temática foi a REF, criada pela E.E.F.E., encarregada da divulgação dos conhecimentos teóricos, pedagógicos e do estudo da Medicina Desportiva.

A “T1” é a única que está presente nos cinco impressos, o que nos leva a supor que possui um grau de importância maior, quanto à sua circularidade em frente aos demais temas associados à Fisiologia, principalmente, nos impressos oficiais. Percebemos, em quatro dos cinco impressos em circulação, um maior número de artigos inerentes a esse tema. O BEF é um impresso marcado exclusivamente pela “T1” em seus artigos conectados ao objeto.

Possivelmente, a maior circularidade da “T1” nos impressos ocorreu em função do seu grau de importância. É entendida como “ferramenta” dentro do ambiente escolar, indispensável para a classificação dos alunos em seus grupos, tendo em vista que essa classificação contemplava preferencialmente a idade fisiológica dos indivíduos, como determinava o Regulamento nº 7.

Observamos que a revista EPHY possui um alto número de publicações nos mais variados temas associados à Fisiologia, liderando o *ranking* de suas publicações os artigos relacionados com a “T7”, seguidos pela “T6”, ou seja, o seu maior número de publicações esteve voltado para as matérias cujos assuntos eram pertinentes ao funcionamento dos sistemas orgânicos e celulares. Em seguida, tratou de matérias referentes às práticas de saúde individual e coletiva, nas quais os conceitos fisiológicos apareciam apoiando científica e teoricamente os assuntos tratados.

De acordo com as investigações e com os levantamentos realizados para a construção do quadro dos dados dos autores (APÊNDICE A), identificamos que grande parte dos articulistas e colaboradores da revista EPHY eram médicos, tendo um grande percentual desses autores uma nacionalidade estrangeira, oriundos dos Estados Unidos, da Alemanha, da Argentina, da França, da Itália, do Canadá, dentre outros países. Ao que tudo indica, esse fato justificaria o altíssimo número de publicações voltadas para a área médica/fisiológica em circulação nesse impresso de variedades.

A “T4” e a “T5” demonstraram também uma grande circularidade na revista EPHY, apresentando mais de trinta publicações de cada uma, dentro da periodização do estudo. A preocupação dos editores com a publicação dessas temáticas, possivelmente, ocorreu em função de o perfil do público leitor não ser apenas composto por professores, mas também, como demonstra Schneider (2010), por

técnicos de Educação Física, diretores de colégios, médicos, alunos de Cursos de Educação Física, atletas e simpatizantes aficionados pelos esportes, tendo, em muitos casos, seus interesses voltados para os assuntos associados à melhora do rendimento atlético/esportivo, debruçando-se sobre os conhecimentos fisiológicos durante os exercícios e nas técnicas supostamente corretas de alimentação conhecidas naquele momento.

A REF ainda lidera o *ranking* de publicações sobre a “T2”, que se refere à fisiologia da criança, o que, por conjectura, aponta uma preocupação por parte dos militares com o desenvolvimento infantil, com o funcionamento desse organismo, com a sua individualidade biológica e com as alterações provocadas pelo exercício nesse público em especial.

Contudo, um fator preponderante que muito nos chama a atenção diz respeito ao baixo quantitativo de publicações voltadas para a “T3”, ou seja, artigos relacionados com o estudo da fisiologia da mulher, uma vez que o próprio Regulamento de Educação Física dirige uma atenção especial para a Educação Física feminina dentro de seus princípios fisiológicos. O baixo número de publicações referentes ao tema nos leva a entender que, possivelmente, nesse período, os pesquisadores demonstravam pouco interesse pelos estudos sobre o perfil fisiológico feminino, sobre as orientações e os efeitos que os exercícios proporcionavam a esse grupo, mas supostamente poderia ser também que aqueles que produziam os textos para a publicação, em sua maioria homens, não investiam nessas discussões por serem médicos/fisiologistas filiados ao Exército, espaço institucional proibitivo à presença feminina até o ano de 1943, quando as mulheres puderam se alistar para exercer funções como enfermeiras na Segunda Guerra Mundial.

Para darmos seguimento a este estudo, buscamos focar nossa atenção na análise da T1, em função de sua representatividade como uma ciência experimental³⁸ que mobilizou os discursos médicos e fisiológicos do final do século XIX e início do século XX. Por meio dos exames antropométricos, fisiológicos, biotipológicos e físicos, a Fisiologia se aproximou do campo pedagógico, ganhando espaço nos discursos educacionais, indo ao encontro da formação dos instrutores, professores e

³⁸ Ver Ana Carolina Vimieiro Gomes em seu livro “Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)”, publicado em 2013.

professoras da Educação Física, movendo suas práticas e reconstruindo o modo de pensar a disciplina.

As outras temáticas que categorizamos, embora importantes para retratar o nível de conhecimento alcançado no período sobre assuntos ligados à Fisiologia, não são tratadas de forma a serem pensadas para resolver os problemas educacionais. Portanto, não faziam parte do vocabulário do professor leitor da revista, não configurando uma transposição didática, um dos objetos que perseguimos no estudo para entender a circulação das temáticas científicas relacionadas com os usos da Fisiologia no contexto da escolarização da Educação Física, entre as décadas de 1930 e 1940.

2.3 A Fisiologia e a Antropometria na imprensa periódica: modelos em circulação em impressos da Educação Física

Ao analisar os textos publicados nos impressos, na busca por pistas que demonstrassem a aproximação das ideias desenvolvidas no campo da Fisiologia com as propostas de escolarização, foi possível perceber que essa aproximação, provavelmente, aconteceu por meio da imprensa periódica, tanto da considerada de ensino, quanto daquela que era voltada para temáticas mais variadas, associadas aos esportes e práticas culturais.

As pistas e os indícios encontrados nos artigos, como as tabelas e as propostas para a avaliação, classificação e divisão dos grupos, demonstram que havia uma busca, por parte dos intelectuais, de traduzir as expectativas sobre o método adotado em relação às suas possibilidades e aplicabilidade no espaço escolar. Ou seja, os instrumentos elaborados eram dispositivos utilizados para tornar inteligíveis para os professores e professoras os usos possíveis da aplicação da teoria no campo da escolarização.

A introdução dos princípios fisiológicos no direcionamento das aulas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino ocorreu mediante o plano de aplicação do Método Francês, sustentado legalmente pela Portaria Ministerial nº 70, de 30 de junho de 1931. Por meio desse documento, o ministro de Estado da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, expediu os programas de curso

fundamental do ensino secundário. Logo, quanto ao desenvolvimento do programa de Educação Física, lista-se a exigência de que

[...] os alunos sejam distribuídos segundo grupos homogêneos, de necessidades orgânicas equivalentes, para que se realize uma criteriosa adaptação do trabalho, de acordo com a constituição média de cada um, cujos resultados devem ser apreciados periodicamente. O grupamento deve ser orientado por um médico e pelo instrutor, ambos com curso de especialização na matéria, adotando-se, de preferência as normas e diretrizes do Centro de Educação Física do Exército (BRASIL, 1931, p.12426).

De acordo com a Portaria Ministerial, a distribuição dos alunos em grupos homogêneos seria feita por meio de exames fisiológicos e práticos, realizados periodicamente no início e no final do ano letivo, assim como nas férias de junho, atribuindo a divisão dos grupos mais ao desenvolvimento físico do que à idade cronológica, como estabelecido pelo Regulamento nº 7.

Ao observar os preceitos instituídos pela Portaria, apoiada nas concepções ideológicas e científicas do Método Francês, observamos que, para dar conta de elucidar as dúvidas sobre o deslocamento do sentido tomado pelos discursos que norteavam o campo da Educação Física, diversos articulistas, colaboradores e editores responsáveis pelas publicações na imprensa periódica voltaram seus trabalhos para o aprofundamento teórico e para o aprimoramento das práticas em consonância com as concepções instrutivas apontadas no *Regulamento de Educação Física*.

Diante da preocupação com as possibilidades de implantação do Método Francês no ambiente escolar, quanto à utilização dos conceitos fisiológicos para a classificação e distribuição dos indivíduos nos respectivos grupamentos homogêneos, observamos, nos impressos, diversas contribuições a respeito do tema. No entanto, buscamos utilizar os principais autores, dentro de uma ordem cronológica, que estiveram presentes no debate que estamos, com base no nosso referencial teórico, considerando como a transposição didática da Fisiologia para o campo educacional.

Assim, podemos tomar como exemplo a participação do capitão, médico e instrutor de biometria da E.E.F.E., Dr. Augusto Sette Ramalho,³⁹ pioneiro nas publicações sobre os estudos biométricos, principalmente os relacionados com a

³⁹ O autor publicou, ao longo das décadas de 1930 e 1940, um conjunto de 22 artigos que tratavam sobre os temas da Fisiologia e Biometria e sobre o grupamento homogêneo. Desse modo, destacava-se, naquele momento, como o autor que mais se debruçou sobre o estudo da temática e com maior número de contribuições.

escolarização, presentes nos impressos de Educação Física. Ramalho foi autor de uma série de artigos associados à “T1”, destacando-se como o especialista que mais publicou nos impressos sobre essa temática, como é possível observar no quadro com os dados dos autores⁴⁰ tendo um número relevante de artigos publicados na REF e algumas publicações na EPHY e na RBEF.

Tendo em vista a realização dos exames biométricos e fisiológicos como essenciais para a classificação dos indivíduos, Dr. Augusto Sette Ramalho a princípio se posiciona a favor da constituição de um gabinete biométrico nos estabelecimentos de ensino. Em um artigo publicado na REF, em julho de 1932, denominado “O Gabinete Biométrico na Educação Física Moderna”, o articulista ressalta sobre o importante papel desse laboratório antes, durante e depois de um ciclo educativo.

De acordo com Ramalho (1932, s. p.),

[...] não podemos classificar em grupos homogêneos os alunos sem que tenhamos o conhecimento de seu verdadeiro valor físico; não podemos controlar os exercícios sem a verificação periódica aqui realizada, onde veremos si ha progresso ou si ha estagnação, não perceberemos os resultados finais visados sem que aqui verifiquemos o novo valor que representa o aluno após o período escolar.

O gabinete biométrico seria, no entanto, o “cérebro” que ordena e coordena todo o sistema educativo da Educação Física, utilizado não somente para classificar os indivíduos, mas também para acompanhar o seu desenvolvimento, quer seja quanto a seu crescimento e aproveitamento esportivo, quer seja quanto às suas deficiências que necessitam ser corrigidas na busca de seu avanço atlético/esportivo no momento adequado (RAMALHO, 1932).

O posicionamento do Dr. Sette Ramalho, em favor da constituição do gabinete biométrico, apresenta-se em conformidade com as exigências estabelecidas pela Portaria nº 70. Segundo essa portaria, a execução do programa de Educação Física, entre outros quesitos, necessitaria de “[...] um pequeno gabinete destinado aos exames fisiológicos indispensáveis á organização das fichas e de observações de ordem estatística e biotípicas [...]” (BRASIL, 1931, p.12426).

No que tange à Educação Física Infantil e à organização de uma ficha de avaliação morfológica, exclusivamente para crianças, o Dr. Sette Ramalho, em uma publicação realizada na REF, em maio de 1933, denominada “Fichas para crianças”,

⁴⁰ Ver APÊNDICE A.

aponta não ser uma tarefa fácil, porque o instrumento tem que atender, além das verificações associadas à Educação Física, às observações relacionadas com o fenômeno do crescimento. É válido ressaltar que esse artigo, supostamente em consequência da grande relevância de suas informações para o período, foi republicado em duas edições da EPHY – a primeira parte na Edição nº 41, em abril de 1940, e a segunda parte na Edição nº 43, em junho desse mesmo ano – porém, nessas edições, não foram publicados seus modelos de fichas como contempla sua primeira apresentação.

Nesse artigo, o autor, além de pontuar os principais dados a serem mensurados em uma ficha de avaliação voltada ao público infantil, como em um manual de instruções, buscou descrever a forma e a sequência da realização das aferições, a listagem dos recursos materiais necessários, o formato de organização e de divisão para a execução da tarefa em grupo, além de trazer sugestões para a organização de equipes de medidores especializados que dariam suportes nas escolas.

O Dr. Sette Ramalho apresenta, ainda, a organização de dois modelos de fichas. O primeiro modelo (Figura 1), um instrumento que incluía um número considerável de medidas importantes para a análise do crescimento e o controle da aplicação de exercícios especiais. Com um roteiro de medidas mais detalhado, este primeiro modelo de ficha trazia consigo um exame morfológico e fisiológico acompanhado de uma extensa série de dados, listando, além dos resultados das medidas encontradas em cada dado mensurado, os limites mínimo e máximo para o perfil que se encontrava o educando.

Para este primeiro modelo de ficha, no exame morfológico, deveriam ser mensurados dados, como: peso; altura; busto; membros inferiores; envergadura; medidas do crânio (comprimento, largura e altura); distâncias (vértico jugular,⁴¹ júgulo-xifoidea,⁴² abdominal superior,⁴³ abdominal inferior,⁴⁴ xifo-pubiana⁴⁵); altura do

⁴¹ Distância do vértex (extremidade superior da cabeça) ao meio da fúrcula esternal (depressão que se nota na parte superior do corpo do esterno) (RAMALHO, 1933a).

⁴² Distância do ponto jugular ao apêndice xifoide (extremidade inferior do esterno) (RAMALHO, 1933a).

⁴³ Distância do apêndice xifoide ao ponto em que se cruzam uma linha horizontal (passando pela borda inferior das décimas costelas) e uma vertical (passando pelo apêndice xifoide e umbigo) (RAMALHO, 1933a).

⁴⁴ Distância do ponto do entrecruzamento de linhas, descrito na medida do abdômen superior e o meio do bordo superior do púbis (RAMALHO, 1933a).

⁴⁵ Soma das duas medidas do abdômen (superior e inferior) (RAMALHO, 1933a).

umbigo; diâmetros (torácico - sagital⁴⁶ e transverso,⁴⁷ “bi-acromial”,⁴⁸ “bi-crista”,⁴⁹ “bi-troncanteriano”⁵⁰ e hipocondríacos – transverso⁵¹ e sagital⁵²); ângulo de Charpy;⁵³ perímetros (escapular, torácico – repouso, inspiração e expiração –, abdominal, pélvico, braço direito e esquerdo, antebraço direito e esquerdo, punho direito e esquerdo, coxa direita e esquerda, perna direita e esquerda e tornozelo direito e esquerdo).

No exame fisiológico, deveriam ser aferidos os dados referentes: à função respiratória (elasticidade torácica⁵⁴ diametral – sagital e transversa – e a elasticidade torácica perimetral, capacidade vital,⁵⁵ força expiratória bucal,⁵⁶ “apnéia voluntária” e a frequência respiratória); ao número de batimento cardíaco; à força (manual direita, manual esquerda, escapular – pressão e tração – e a lombar de tração); à reação psicomotora (visual, auditiva e tátil);⁵⁷ ao sentido muscular⁵⁸ e à velocidade (tempo de uma corrida de 50 metros).

⁴⁶ Utilizando o compasso de espessura, avalia-se em uma linha horizontal, possuindo como referência o ponto do apêndice xifoide no corpo do esterno (RAMALHO, 1933a).

⁴⁷ Utilizando o compasso de espessura, mensura-se tangendo o ponto mais externo das costelas na linha axilar (RAMALHO, 1933a).

⁴⁸ Com o compasso de espessura, afere-se a distância de um acrômio (porção óssea mais alta do ombro) ao outro (RAMALHO, 1933a). Optamos por manter a grafia original das palavras, destacando-as por meio da utilização de aspas.

⁴⁹ Com o compasso de espessura, afere-se a distância de uma crista ilíaca à outra (RAMALHO, 1933a).

⁵⁰ Com o compasso de espessura, afere-se a distância de um grande trocanter (parte superior do fêmur) ao outro (RAMALHO, 1933a).

⁵¹ Com o compasso de espessura, afere-se a distância de dois pontos ligando uma linha imaginária horizontal que passaria no meio da distância abdominal superior e terminaria lateralmente na linha axilar (RAMALHO, 1933a).

⁵² Com o compasso de espessura, afere-se a distância em uma linha horizontal do meio da distância abdominal superior até a coluna vertebral (RAMALHO, 1933a).

⁵³ Utilizando um compasso ou um goniômetro, aplica-se o vértice sobre ponto do apêndice xifoide no corpo do esterno, abrindo o compasso e acompanhando a abertura das costelas (RAMALHO, 1933a).

⁵⁴ Verifica-se a diferença entre as medidas mensuradas em inspiração e expiração forçada (RAMALHO, 1933a).

⁵⁵ Exame que era feito com o uso do espirômetro, em que a pessoa que está sendo examinada realizava uma expiração forçada precedida de uma inspiração profunda (FICHA, 1933).

⁵⁶ Consistia em soprar com toda força no bocal de um manômetro ou pneumo manômetro, evitando a intervenção das bochechas (RAMALHO, 1933a).

⁵⁷ Como descreve Ramalho (1933a), para a avaliação do sentido visual, observava-se o tempo em que a criança demorava para deter o movimento de uma agulha, tão pronto o veja manifestar-se; na avaliação auditiva, a criança deveria apertar o pressor manual no instante em que ouvisse o som do martelo batendo sobre a mesa; a avaliação tátil era semelhante à auditiva, no entanto a criança deveria sentir o martelo tocar em sua mão.

⁵⁸ Para a avaliação do sentido muscular, o indivíduo deveria estar encostado ao quadro mural, tocando-o com a parte posterior de seu corpo e com o diâmetro horizontal do quadro logo abaixo de suas axilas. O avaliando, ao comando do operador, com os olhos fechados, deveria elevar o braço esquerdo até uma altura qualquer do quadro de graduação, acima do ombro e com o dorso da mão

Além dos exames morfológicos e fisiológicos, o primeiro modelo de ficha proposto por Ramalho (1933a) apresentava ainda um espaço para a descrição das relações do índice ponderal,⁵⁹ do busto/membros inferiores,⁶⁰ do coeficiente pulmonar⁶¹ e para as fórmulas individuais de crescimento. Assim como também comportava um espaço para as anotações ortopédicas referentes à escoliose, cifose, lordose, pés tortos, joelhos tortos e outras anomalias.

virado para a parede, deixando nessa posição durante dez segundos. Posteriormente, abaixar o braço e, depois de dez segundos, elevar o braço novamente à posição em que se encontrava. Nesse momento, o operador registraria quantos números de graduação faltaram para o avaliando atingir a primeira posição (ANEXO C).

⁵⁹ Segundo Ramalho (1933a), para encontrar o índice ponderal, o examinador deveria tomar a raiz cúbica do peso, multiplicá-la por 100 e dividir o resultado pela altura.

⁶⁰ Para encontrar a relação busto-membros, bastava dividir a medida do busto pela medida dos membros inferiores, ambas as medidas em centímetros (RAMALHO, 1933a).

⁶¹ Para encontrar a relação do coeficiente pulmonar, era necessário dividir o valor da capacidade vital em centímetros pelo valor do peso em quilogramas (RAMALHO, 1933a).

Figura 1 – Ficha morfofisiológica para crianças

DATAS		1.º EXAME	2.º EXAME	MAX.	MIN.
RESPIRACÃO Função respirat. Eluat. lora-cíca Diâmetro { Sagital { Transversa Perimetral Capacidade vital Força expiratória bucal Área voluntária Frequência respiratória Número de batimentos cardíacos Manual direita Manual esquerda Escala - Pulso { Pressão { Tração Lombar de tração Força					
FISIOLÓGICA Reação psico-motora Visual Auditiva Tátil Sentido muscular Velocidade: corrida de 50 ms.-tempo Índice ponderal Busto—membros inferiores Coeficiente pulmonar Formulas individuais de crescimento: $\frac{C}{V} = \frac{M}{O}$ $\frac{Rd}{Rp} = \dots$					
RELACIONES Escoliose Cifose Lordose Pés tortos Joelhos tortos Outras					
ANOTAÇÕES ORTOPEDICAS					
FERRIL MORFO-FISIOLOGICO (a ser organizado)					
RESPIRACÃO Pecho Altura Busto Membros inferiores Envergadura Comprimento Largura Altura Vertice jugular Jugulo-sifóideu Abdominal superior Abdominal inferior Xifo-púbiana Altura do umbigo Torácico { Sagital { Transverso Bi-acromial Bi-crista Bi-troncanteriano Humeros-ombros { Transverso { Sagital Diâmetros Angulo de Charpy Escapular Repouso Inspiração Expiração Torácico { Abdominal Pelviano Braço direito AoL.-braço direito Funho direito Braço esquerdo Ante-braço esquerdo Punho esquerdo Coxa direita Perna direita Tornozelo direito Coxa esquerda Perna esquerda Tornozelo esquerdo					

Fonte: Revista de Educação Física, maio de 1933.

Prontamente, o segundo modelo de ficha (Figura 2) seria uma proposta minimamente reduzida, a fim de atender às necessidades da escola, dispondo de

pouco tempo e pouco recurso. Esse instrumento não apresentava, como o modelo mais completo, colunas para a especificação dos valores máximos e mínimos, mas disponibilizava uma única coluna para os registros de observações, caso necessário. Dividido basicamente em duas partes, contendo na primeira os dados morfológicos e na segunda parte os dados fisiológicos, esse modelo de ficha trazia ao final dos registros um espaço para as observações ortopédicas e as indicações que, possivelmente, o médico viria a descrever.

As informações colhidas referentes ao exame morfológico compreendiam a mensuração dos dados: peso, altura, busto, membros inferiores, diâmetros (“bi-acromial”, “bi-crista” e “bi-trocanteriano”) e perímetro torácico (repouso, inspiração, expiração e elasticidade). Para o exame fisiológico, seriam apenas aferidos cinco dados: capacidade vital, força expiratória bucal, frequência de pulso, corrida de 50 metros e o índice ponderal, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Ficha morfofisiológica para crianças: modelo reduzido

DATAS		1.º EXAME	2.º EXAME	Obs.
MORFOLOGIA				
Peso				
Altura				
Busto				
Membros inferiores				
Ervergadura				
DIAMETROS	Bi-acromial			
	Bi-crista			
	Bi-trocantariano			
PERIMETRO TORAXICO	Repouso			
	Inspiração			
	Expiração			
	Elasticidade			
FISILOGIA				
Capacidade vital				
Fonça expiratoria bucal				
Frequencia de pulso				
Corrída de 50 metros				
INDICE P NDERAL				
<i>Observações ortopedicas e indicações especificas do médico:</i>				
(REVERSO)				

Fonte: Revista de Educação Física, maio de 1933.

Para ambas as fichas, foram utilizadas proposadamente duas colunas para os registros, o que possibilitaria que apenas duas mensurações fossem registradas para

cada ano de idade, uma vez que as medidas seriam semestrais. Segundo Ramalho (1933a), a ideia de poucos registros em uma única ficha, em primeiro lugar, evitaria danificar o documento, poupando-o de constantes manuseios e, em segundo lugar, caso ocorresse um erro de registro que inutilizasse a ficha, seria mais fácil para o examinador passar os dados a limpo, evitando um demasiado trabalho, com mínimas chances para a ocorrência de novos erros.

Os dois modelos de fichas apresentados, de acordo com Ramalho (1933a), exibiam dados importantes a serem utilizados para a construção de tabelas que, posteriormente, serviriam para estudos antropológicos das crianças no Brasil. O articulista, ainda em sua publicação, solicitou aos profissionais encarregados de tais mensurações, que enviassem uma cópia de suas fichas com os resultados obtidos para seu Gabinete de Biometria, onde ele estaria elaborando os quadros de máxima, mínima e média para as crianças de diferentes idades e medidas.

Além das publicações voltadas para a classificação e agrupamentos de crianças, o Dr. Augusto Sette Ramalho se preocupou com o estudo dos corpos de tropa,⁶² assim como outros profissionais do Departamento Médico da E.E.F.E., como o Dr. Washington Augusto de Almeida, o Dr. Oriot Benites de Carvalho Lima, o Dr. José Almeida Neves, entre outros. Ele também se interessou pelo estudo do público adulto. Descreveu, detalhadamente, como se daria a organização de dados biométricos em uma ficha de Educação Física para adultos, analisando e adaptando o modelo que, em sua concepção, seria o mais relevante e apropriado para o trabalho do examinador.

Em uma publicação realizada na REF, em agosto de 1933, intitulada “Das fichas biométricas: técnica para a escolha e organização de dados biométricos e sua disposição em uma ficha de Educação Física”, o Dr. Sette Ramalho nos chama a atenção sobre a necessidade prévia de um exame médico, tanto para a classificação de um tipo ou subtipo biológico do indivíduo, como também para a localização de possíveis deformações ou lesões já existentes nos alunos.

⁶² O termo “corpos de tropa”, nas revistas, era normalmente utilizado como sinônimo de “corpo de Exército” ou, ainda, “corpos de tropa do Exército”, servindo para designar um grande quantitativo de militares integrantes do quartel do Exército.

Segundo Ramalho (1933b, p. 4), para a Educação Física, o exame prévio com uma coleta de dados biométricos deveria ir além de uma classificação da biotipologia humana,⁶³ concentrando-se na busca de

[...] elementos que nos digam sobre as assimetrias passíveis de correção com o exercício; elementos que nos digam sobre deficiências, em porções do corpo humano, passíveis de melhoria; elementos de controle sobre o efeito dos exercícios, afim de que possamos acompanhar, com exames periódicos, o desenvolver de nosso educando. Elementos, finalmente, que visem fornecer relações numéricas capazes de completar o juízo morfológico, com dados não atingidos com a classificação biotipológica.

O articulista, nesse trabalho, elucida não ser a favor de fichas impressas para os exames, pois dificilmente se poderia presumir todos os casos de perturbações possíveis. Para tentar ser a mais completa possível, a ficha incluiria elementos desnecessários para uns, enquanto, para outros, poderia não reservar um espaço suficiente para o registro de demais patologias existentes. Desse modo, Ramalho (1933b) se posicionava a favor da implantação de uma “Caderneta de Saúde” que, segundo ele, “[...] acompanharia o interessado em toda sua vida, na qual todo os fatos concernentes às alterações de sua saúde fosse rigorosamente anotado, ao lado de deformações encontradas ou perturbações interdecorrentes” (RAMALHO, 1933b, p. 3).

Com referência à instituição de uma “Caderneta de Saúde”, percebemos a implicação de um ideal eugenista nas concepções do Dr. Augusto Sette Ramalho, visivelmente demonstrado em seu artigo intitulado “Cadernetas de Saúde”, publicado mais adiante na REF, em dezembro de 1935. Nesse artigo, Ramalho (1935) ressalta que o ideal seria que, logo no nascimento da criança, pudesse ser dado início a seus registros em sua caderneta de saúde, que a assistiria durante toda a sua vida. Dentre as finalidades expostas para tal documento, Ramalho (1935, p. 33) salienta que ele poderia incluir “[...] o juízo pre-nupcial, não permitindo casamentos de indivíduos cuja caderneta de saúde contivesse informes que os incapacitassem para fornecer uma prole sadia”.

⁶³ De acordo com Thomaz (2013, p. 74), “[...] foi [Nicola] Pende o responsável pela criação do termo ‘biotipologia humana’, compreendendo-a como a ciência que se ocupa do complexo de manifestações anatômicas humorais, funcionais e psicológicas próprias de cada indivíduo”. Ainda, segundo Pende (1939, p. 1), descrito por Thomaz (2013, p.74), o “[...] objetivo dessa nova ciência seria conhecer o conjunto dos caracteres particulares que diferenciam um indivíduo de outro e o afastam do tipo humano abstrato ou genérico e convencional do homem espécie descrito pelos anatomistas, os fisiologistas, os psicólogos e os estatísticos”.

Quanto à organização de uma ficha biométrica destinada ao exame prévio de candidatos para a prática da Educação Física, Ramalho (1933b) propõe a elaboração de uma ficha atribuída ao público adulto, enfatizando que, dentro de seus limites, fosse a mais completa possível. Assim, sugere que a ficha deveria ser composta por seis partes distintas: morfológica (anatômica); funcional (fisiológica); psicológica (psíquica); relações numéricas (para as medidas que precisassem ser calculadas); provas de controle do exercício; e resultados obtidos em campo nas provas atléticas.

Para a escolha e organização dos numerosos dados da primeira etapa da ficha, correspondentes à avaliação “Anatomo-Morfológica”, Ramalho (1933b) se concentra nas medidas essenciais e mais praticáveis, baseando-se em um modelo criado na “Escola Constitucionalista Italiana”,⁶⁴ produzido pelo médico e professor italiano Mário Barbara, discípulo do Dr. Giacinto Viola (1870-1943) e do Dr. Nicola Pende (1880-1970).⁶⁵

Após uma criteriosa análise de cada elemento a ser inserido nesta etapa avaliativa, Ramalho (1933b) encerra a sua publicação com a relação de dados biométricos bem definidos, porém foi somente na edição seguinte, publicada em outubro de 1933, que o articulista realizou o processo de ordenação desses dados.

Com a conclusão da organização dos dados, a relação de elementos compondo a sua ficha de avaliação “Anatomo-Morfológica” ficou da seguinte forma: estatura (ou altura); busto; comprimento dos membros inferiores (direto e indireto);⁶⁶ comprimento dos membros superiores; envergadura; altura, comprimento e largura do crânio; altura e largura da porção nasal; altura e largura da porção bucal; distância

⁶⁴ Sagrado (1991), citado por Thomaz (2013, p. 74), relata que “[...] ainda na Itália, Achille di Giovanni (1838-1916) deu origem a um movimento conhecido como ‘escola constitucionalista italiana’. Di Giovanni abordava os processos de adocimento sob a ótica da teoria da evolução, considerando que as variações individuais eram o resultado das modalidades da evolução ontogenética dos sujeitos. A desproporção morfológica, baseada na Antropometria, demonstraria os ‘erros evolutivos’ relativos a uma noção de proporção equilibrada baseada em um ideal abstrato”.

⁶⁵ Segundo Thomaz (2013, p. 74), “[...] [Giacinto Viola] foi discípulo de di Giovanni, deu continuidade aos estudos de seu mestre, enunciando duas modalidades básicas de variação da forma humana, no sentido longilíneo e no sentido brevilíneo, e buscando a determinação do tipo médio através de métodos estatísticos. Nicola Pende [...] acrescentou aos estudos de di Giovanni e Viola o estudo individual da endocrinologia, do desenvolvimento físico e psíquico, da bioquímica humoral, da neurologia vegetativa e da psicologia diferencial”.

⁶⁶ O processo de mensuração do comprimento dos membros inferiores, de forma direta e indireta, seria para atender à classificação adotada por dois autores diferentes, Bárbara e Manouvrier. De acordo com Ramalho (1933b, p. 5), “[...] Barbara mede a distancia entre os trocânteres e o maléolo interno, êste obtém o seu dado, subtraindo da estatura o comprimento do busto”, levando o avaliador a ter que “[...] dividir o comprimento dos membros inferiores em comprimento por diferença e comprimento por medida diréta, o que atenderá a um e outro caso” (RAMALHO, 1933b, p. 5).

forâmen auditivo (espinha nasal anterior e raiz do nariz); comprimento e largura do nariz; distâncias (“jugulo-xifoidéia”, xifo-epigástrica,⁶⁷ epigastro-púbica); diâmetro “bi-acromial”; diâmetro torácico: transverso (médio, máximo e mínimo) e ântero-posterior (médio, máximo e mínimo); diâmetro hipocondríaco (transverso e ântero-posterior); diâmetro “bi-ilíaco”; diâmetro “bi-trocanteriano”; perímetro do pescoço; perímetro escapular; perímetro torácico (médio, máximo e mínimo); perímetro abdominal; perímetro pélvico; perímetros do braço, antebraço e punho (direito e esquerdo); e perímetros da coxa, perna e tornozelo (direito e esquerdo) (RAMALHO, 1933c).

Um elemento introduzido nessa ficha que nos chama a atenção, dentro desse processo avaliativo, é a aferição do chamado “índice nasal”, no qual é considerado o comprimento e a largura do nariz. Para justificar a inclusão desse elemento, Ramalho (1933b) acentua a importância dada a ele pelos estudos antropométricos modernos condizentes ao seu período, para a classificação das raças, reservando então um lugar para esse elemento de mensuração antropológica em sua ficha.

Após tais aferições e com os dados numéricos em mãos, seria possível a realização de um estudo que levasse em consideração as possíveis relações entre os elementos morfológicos que, segundo Ramalho (1933b, p. 5), poderiam “[...] nos fornecer uma messe de exigências numéricas bem apreciável”.

Em seu artigo, o Dr. Sette Ramalho relata fazer uso dos conceitos da biotipologia desenvolvida por Viola, Pende e Bárbara para a orientação do seu trabalho. No entanto, como descreve Silva (2012), Ramalho frequentou, em 1930, a segunda turma de Médicos Especialistas formados pelo Centro Militar de Educação Física, o que nos leva a entender que, possivelmente, além das informações que ele já teria acumulado, como veremos a seguir, outras bases conceituais passaram a sustentar os seus discursos para além daquilo que já estava sendo proposto pelos autores que discutiam o tema nos impressos.

Nesse período, ao observamos que a MMF coordenava toda a instrução militar brasileira, teórica e prática, e que, no final do século XIX e início do século XX, a França desenvolvia, nas faculdades de Medicina de Paris, propostas voltadas para uma eugenia francesa, podemos presumir que a formação realizada pelo Dr. Sette Ramalho esteve vinculada aos princípios eugênicos que circulavam pela França

⁶⁷ Distância entre o processo xifoide (extremidade inferior do esterno) e a base da região epigástrica, localizada acima da cintura.

durante o período. Entre eles, destacamos a “puericultura” desenvolvida por Adolphe Pinard (1844-1934),⁶⁸ ciência preocupada com os cuidados pré-natais dos recém-nascidos e com a influência dos progenitores, pois se acreditava na transmissão hereditária dos caracteres adquiridos, e ainda os princípios eugênicos de Charles Richet (1850-1935),⁶⁹ com base na superioridade do homem branco em relação aos africanos e asiáticos.

Para Berto (2008), os estudos produzidos por Ramalho fazem ecoar as vozes de autores que pensavam em reproduzir formas de controle social. A autora faz menção ao estudo de Blanckaert (2001), denominado “Lógicas da Antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)”, em que o autor, ao dissertar sobre as ideias do líder da escola americana de Antropologia, Ales Hrdlicka, apresentava conceitos e ideologias que muito se aproximavam dos ideais defendidos e aplicados por Ramalho em seus trabalhos,

Conforme Blanckaert (2001), em 1919, Ales Hrdlicka, a fim de imputar à Antropometria um valor profissional e um propósito puramente científico, determinou um núcleo de pesquisa pura, denominado “Antropometria Antropológica”. Segundo o autor, Hrdlicka, na primeira edição do *American Journal of Physical Anthropology*, em 1918, já havia definido o programa clássico dessa área, que teve como primeiro objetivo “[...] esclarecer o lugar biológico do homem na natureza e delimitar a particularidade de suas raças, não sem uma estereotipia” (BLANCKAERT, 2001, p. 146).

Blanckaert (2001) descreve que Hrdlicka aponta a eugenia como uma forma de Antropologia aplicada, que assinalaria as disposições evolutivas correntes e futuras. Por sua vez, fundamentado nos princípios diretivos da hereditariedade, via a necessidade de se formular metas físicas e intelectuais para a humanidade, assim como outros pesquisadores da Europa “[...] preconizavam a implantação de um controle antropométrico nacional, em caráter permanente, em cada país civilizado” (BLANCKAERT, 2001, p. 149).

⁶⁸ Conforme William H. Schneider (1990), citado por Thomaz (2013), Adolphe Pinard atuou como chefe da cadeira de Obstetrícia na Faculdade de Medicina de Paris, sendo considerado o criador do projeto conhecido como “puericultura”, por volta do ano de 1899, originalmente formulado como o conhecimento relativo à reprodução, conservação e melhoramento da espécie humana.

⁶⁹ De acordo Thomaz (2013), Charles Richet foi escritor e um grande cientista francês, ganhador do Prêmio Nobel de Fisiologia, de 1913, pela descrição da reação anafilática, participando, ainda, como vice-presidente na fundação “Société Française d’Eugénique”, em dezembro de 1912.

A preocupação com a extensa e minuciosa aferição de dados voltados para um estudo antropométrico de crianças e adultos, como as medidas do crânio, dos elementos da face, de pontos específicos dos membros e do tronco, a altura do umbigo, possivelmente, estava relacionada com a busca da “proporção áurea”,⁷⁰ tida como a proporção corporal “ideal” para a organização corporal do ser humano, estudo que muito se assemelha aos pontos de mensuração determinados por Ramalho em sua Ficha Morfofisiológica.

Engendrando uma forma capaz de coordenar todas as medidas aferidas de um examinando e de realizar um estudo do conjunto do indivíduo em seu aspecto morfológico, funcional, vegetativo ou psíquico, o Dr. Sette Ramalho apresenta contribuições importantes para aquele estágio do conhecimento, com as teorias disponíveis em seu artigo denominado “Representação gráfica das qualidades biomensuráveis”, publicado na REF, em dezembro de 1933. Nesse trabalho, o articulista demonstra que, por meio dos estudos estatísticos, em uma escala de valores padronizada, seria possível tornar medidas tão heterogêneas comparáveis entre si.

Ao utilizar como parâmetro um trabalho estatístico das medidas biométricas realizadas em numerosos indivíduos, foi feita uma contagem seriada dos dados, seguida de um grupamento, conseguindo, no final desse processo, calcular o desvio padrão. Por meio da organização de todas as medidas, dentro de seus limites, em uma escala gráfica comum, Ramalho (1933d) aponta ser possível realizar um comparativo do grau de uma escala para o grau de outra, efetuando de forma mais fácil observações em relação às deficiências, qualidades e defeitos a serem corrigidos.

Na Figura 3, o autor buscou demonstrar, com um modelo de escala de cálculos estatísticos, a possibilidade de se produzir e organizar uma escala decimal, levando em consideração as medidas de altura, peso e capacidade vital.

⁷⁰ Segundo Bertoli, Freitas Júnior e Santos (2018, p. 16), a proporção áurea, também conhecida como seção áurea, “[...] é a constante real algébrica irracional representada pela letra grega ϕ (phi) que é o valor arredondado de 1,618 obtido matematicamente através de sequências contínuas infinitas, deduções algébricas ou geométricas [...] sendo que pode ser empregada para determinar proporções ‘ideais’, incluindo as corporais e na organização dos ossos, veias e nervos não só do ser humano mas de outros animais [...] envolve o corpo humano também nas relações que existem entre segmentos corporais, tais como as distâncias do umbigo até a planta do pé, do umbigo até o ponto mais alto da cabeça (vértex) e a altura total”.

Figura 3 – Exemplo prático de um modelo de escala dos cálculos estatísticos

<i>Altura</i>	<i>Pêso</i>	<i>Capacidade vital</i>
0 1m,50	0 50	0 2.000
1 1m,53	1 52	1 2.300
2 1m,56	2 54	2 2.600
3 1m,59	3 56	3 2.900
4 1m,62	4 58	4 3.200
5 1m,65 (media)	5 60 (media)	5 3.500 (media)
6 1m,68	6 62	6 3.800
7 1m,71	7 64	7 4.100
8 1m,74	8 66	8 4.400
9 1m,77	9 68	9 4.700
10 1m,80	10 70	10 5.000

Fonte: Revista de Educação Física, dezembro de 1933.

Com relação à escala apresentada na Figura 3, Ramalho (1933d) relatou que todos os elementos medidos deveriam estar incluídos na escala de zero a dez. O zero corresponderia à menor medida, o dez à maior e o cinco seria a média aritmética das medidas. Por meio desse processo, seria possível agrupar uma série de medidas heterogêneas dentro do mesmo sistema.

Para a mais perfeita comparação dos dados, Ramalho (1933d) indicou a construção de um gráfico com linhas verticais, no qual, de um lado, teria colunas numeradas de zero a dez e, do outro lado, a relação de todas as medidas. A Figura 4 demonstra como se daria a construção de um gráfico para a apreciação das qualidades morfológicas e de raça.

Figura 4 – Quadro de perfil morfofisiológico

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Indice nasal											
Crânio facial.....											
Crânio cerebral.....											
Valores {	tórax.....										
	abdomensuperior.....										
	abdomen inferior.....										
	TRONCO.....										
MEMBROS.....											
Busto.....											
Pernas.....											
Envergadura.....											
Indice de along.....											
Diâmetro bi-acromial.....											
Perímetro escapular.....											
Diâm. bi-trocanter.....											
Perímetro pélvico.....											

Fonte: Revista de Educação Física, dezembro de 1933.

Segundo Ramalho (1933d), após se verificar, na ficha do examinando, a posição de cada uma das medidas estipuladas na tabela, seriam assinalados no gráfico (Figura 4) pontos de marcação e, em seguida, estes seriam unidos por traços quebrados, nos quais poderiam ser observadas as condições físicas do indivíduo.

Por fim, o autor aponta ainda que, além das medidas demonstradas no exemplo, poderíamos trabalhar com outras medições para os diferentes fins, por exemplo, utilizar a série altura, peso, perímetro abdominal e índice ponderal para se referir ao estado de nutrição ou, ainda, a série perímetro torácico, elasticidade torácica, capacidade vital e apneia voluntária para apreciar a situação do tórax e do aparelho respiratório. Essa organização por meio de gráficos poderia ser utilizada para todos os diferentes aparelhos, facilitando o processo de classificação das turmas para a Educação Física, a apreciação do progresso dos alunos, entre outras observações.

Posteriormente, o Dr. Augusto Sette Ramalho volta novamente a tratar da classificação das crianças, aplicando também, nesse grupo, a técnica de apreciação gráfica.

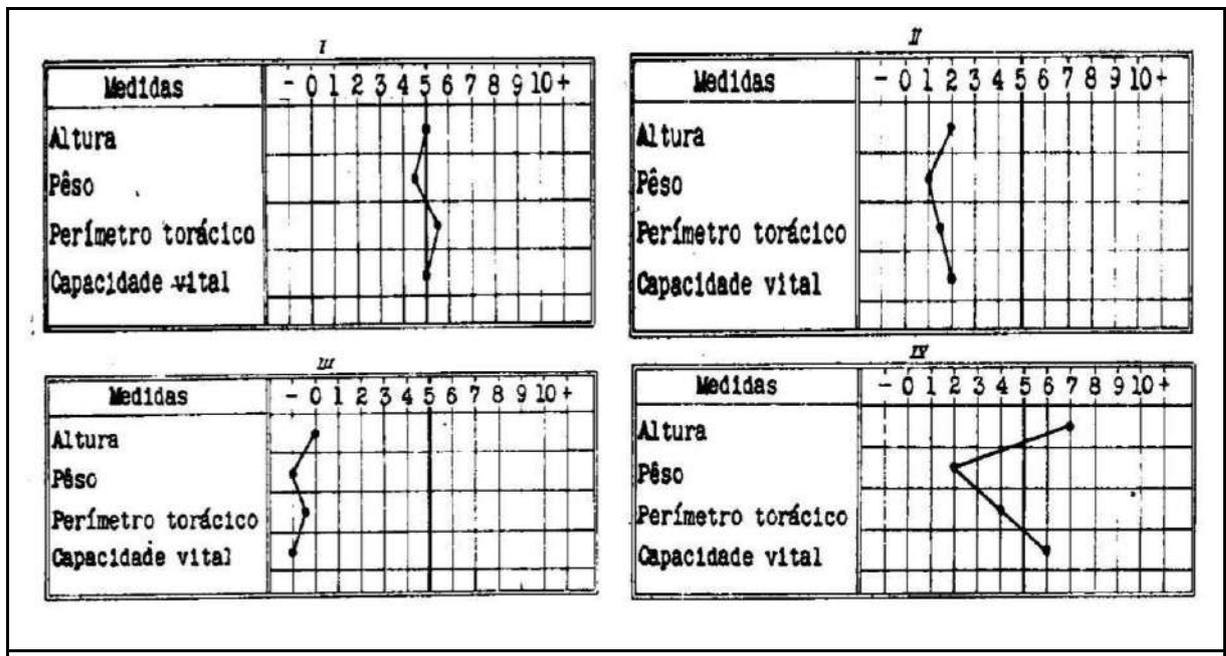
Em uma publicação realizada na REF, em agosto de 1936, intitulada “Determinação da idade fisiológica das crianças pelos dados antropométricos registrados gráficamente - Método brasileiro”, Ramalho (1936a) propõe que seja empregada uma nova técnica para a determinação da idade fisiológica das crianças, sem o uso de exames caros e inviáveis a grandes grupos, uma técnica de utilização de dados antropológicos em conjunto com o método estatístico, resultando na análise de um gráfico obtido de cada criança, com critérios semelhantes aos exames comuns para a Educação Física nos denominados “perfis morfo-fisiológicos”.

Em síntese, a técnica estabelecida era semelhante ao trabalho estatístico das medidas biométricas realizadas com os adultos, tratado anteriormente. Porém, na nova metodologia estabelecida por Ramalho (1936a), seria coletado das crianças o mínimo de dados antropológicos, apenas os específicos para esse trabalho, como altura, peso, perímetro torácico e a capacidade vital, que forneceriam os aportes necessários para a determinação das turmas.

Recolhidos esses elementos, de uma média de mil para cada idade, seriam organizados os dados estatisticamente em uma tabela que poderia variar de 0 a 10 ou de 0 a 100, estabelecendo a marcação central da tabela (5 ou 50) para o tipo médio padrão, assim como também seria determinado o valor mínimo e máximo de desvio compatível com o desenvolvimento para cada idade.

Por fim, após a estipulação dos valores padrão em uma tabela por idades, seriam verificados os valores individuais de cada criança com a utilização de um cartão contendo os números e a descrição dos elementos medidos para o traçado do gráfico, como demonstrado na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Modelos de cartões para gráficos: quatro exemplos de marcações de medidas para classificação



Fonte: Revista de Educação Física, agosto de 1936.

Observamos, na Figura 5, alguns modelos gráficos traçados conforme a metodologia apresentada por Ramalho (1936a). Segundo o autor, os quatro modelos de marcações exibidos estariam voltados para uma idade pressuposta de dez anos, resultando nas seguintes apreciações: I) criança apresentando um desenvolvimento médio para sua idade; II) criança com o desenvolvimento abaixo da média, mas mantendo o equilíbrio para sua idade cronológica; III) criança com qualidades abaixo do normal para a idade, devendo ser classificada em turma de idade inferior; IV) criança com um desequilíbrio entre o peso e altura, possivelmente desnutrida, necessitando de exercícios de classe inferior até que tenha normalizado seu estado de nutrição.

Segundo Ramalho (1936a, p. 3), não era aconselhável “[...] ser mantida em uma turma de certa idade, criança em que uma única das suas medidas esteja abaixo do mínimo”. Logo, também não era admitido pelo Método Francês que uma criança fosse inserida em uma turma acima de sua idade cronológica, mesmo que a sua idade fisiológica fosse superior. Assim, como descreve Ramalho (1936a, p. 3), “[...] uma criança de 8 anos, com o desenvolvimento de uma de 10, não pode ser colocada em uma turma superior à de sua idade cronológica”, pois, conforme o autor, o desenvolvimento supranormal também vinha a ser considerado uma anomalia.

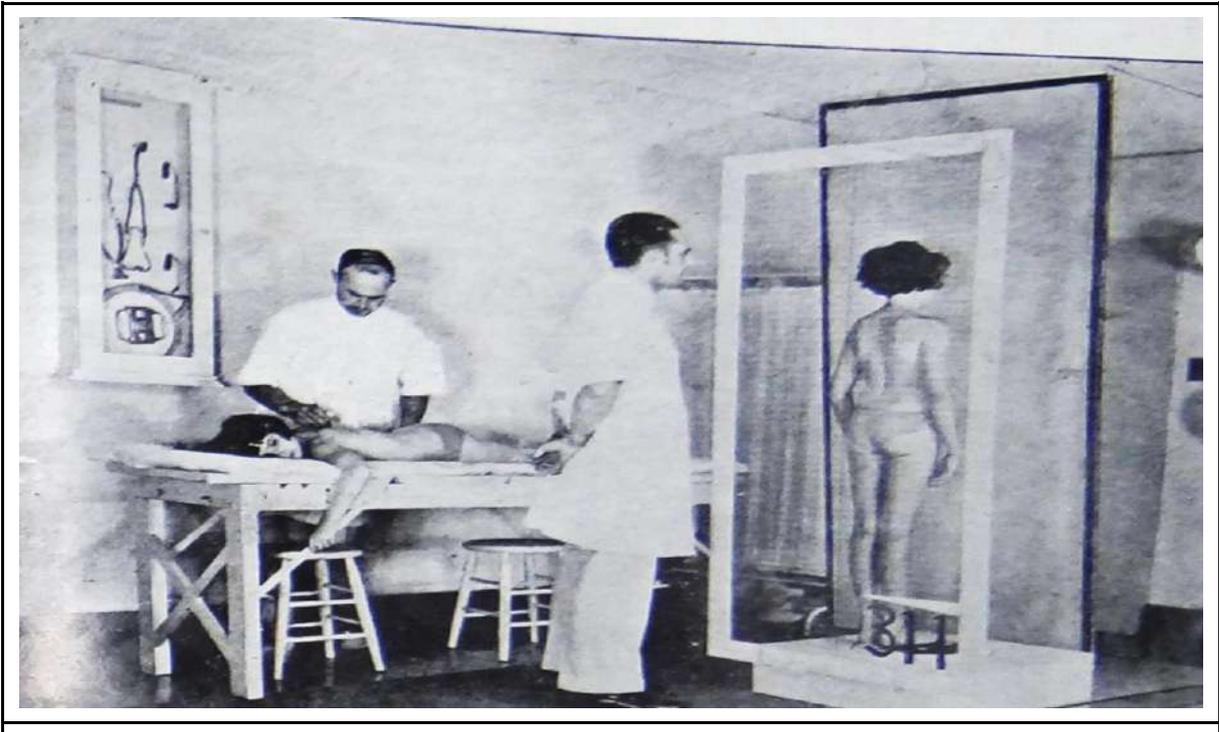
Nesse mesmo ano, observamos, ainda, outras contribuições do Dr. Augusto Sette Ramalho que tratavam da dimensão do trabalho médico no ambiente escolar. Em uma publicação realizada na REF, em outubro de 1936, intitulada “O exame médico na educação física da criança, pelo método francês”, Ramalho (1936b) salientou ser o exame médico o instrumento que orientaria toda a Educação Física infantil, isso porque seria ele que daria ao instrutor as recomendações corretas sobre o tipo de exercícios a ser trabalhado com cada aluno em particular, assim como seria por meio dele que se observariam os efeitos e proveitos dos exercícios físicos nos alunos, até a idade dos 16 anos, uma vez que, até essa idade, não eram realizadas provas físicas a fim de evitar os sacrifícios dos alunos na obtenção de altas performances.

A prática do exame médico envolvia uma série de observações clínicas e fisiológicas divididas em duas partes: na primeira, realizava-se o exame clínico propriamente dito e, em seguida, o exame antropológico, segundo os dados indicados por uma ficha previamente estabelecida.

Em um aprofundamento feito pelo articulista, em relação ao exame clínico realizado nos estabelecimentos de ensino, observamos que se tratava de um exame muito semelhante ao aplicado em um consultório médico, compreendendo uma análise dos “[...] caracteres exteriores, dos órgãos internos e dos órgãos dos sentidos” (RAMALHO, 1936b, p. 10).

Sobre os procedimentos médicos, Ramalho (1936b) descreve que, inicialmente, a criança, na medida do possível, deveria ficar desnuda para o exame geral (Figura 6), que visava a analisar a cor e o estado de sua pele, a tonicidade dos seus músculos e a sua fisionomia. Em seguida, era iniciado o exame particular de cada região, buscando, nos respectivos sujeitos, a realização do exame da cabeça, da face, da boca e dos dentes, do tronco, dos membros, dos gânglios, dos órgãos dos sentidos e dos órgãos internos relacionados com os aparelhos respiratório, circulatório e digestivo.

Figura 6 – Exame médico da educação infantil na Carl Curtis School – Los Angeles⁷¹



Fonte: Revista de Educação Física, fevereiro de 1933.

De acordo com o autor, todo esse repertório de exames tinha como objetivo localizar males, perturbações, deformações, defeitos ou sinais de lesões, que precisavam e podiam ser corrigidos ou melhorados por meio de exercícios especiais, adequados a cada caso. Ainda era utilizado para fornecer uma classificação dos avaliados, observando o seu desenvolvimento, as suas necessidades e as suas restrições.

Como podemos observar, para que fosse possível atingir a proposta estabelecida pelo Método Francês, dentro do processo de controle e classificação dos grupamentos homogêneos, o Dr. Sette Ramalho iniciou o trabalho de construção das primeiras sugestões de fichas morfofisiológicas a serem utilizadas como instrumento orientador para o trabalho do médico e do professor de Educação Física dentro do ambiente escolar.

Desde as suas primeiras contribuições, o Dr. Sette Ramalho nos deixou pistas sobre a ideia do uso de fichas de ordem estatística e biotipológicas para o trabalho

⁷¹ Embora essa figura não retrate um gabinete de antropometria instalado em uma escola brasileira, é entendida como uma reprodução do que o Estado gostaria de possuir em cada instituição de ensino. Dessa forma, ela foi uma representação publicada pelos editores como um modelo a ser observado como ideal.

com os dados morfofisiológicos no ambiente escolar, confirmando esses indícios por meio da elaboração das novas metodologias, utilizando esses dados na busca pela idade fisiológica dos educandos, adaptadas de forma simples e pedagógica ao trabalho com um grande público, visando a atender aos objetivos estabelecidos.

Em maio de 1936, o Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel⁷² já compartilhava dessas ideias em um de seus artigos publicados na REF, intitulado “O controle médico da Educação Física em suas relações com a biotipologia e a endocrinologia”. Nessa publicação, Stoffel (1936) informa sobre as pesquisas em desenvolvimento no gabinete médico das escolas secundárias técnicas do Distrito Federal e sobre o trabalho realizado pelo Serviço de Controle Médico da Educação Física no monitoramento dos exercícios físicos para os diferentes grupos de estudantes.

O articulista descreve que o controle médico, nessas escolas, era realizado em duas etapas: na primeira, o especialista separava os alunos em dois grupos: os que estariam aptos à prática das atividades físicas e os inaptos. Este segundo grupo era subdividido entre os alunos que estariam incapacitados transitoriamente e os que não poderiam, definitivamente, ser incluídos nas aulas de Educação Física.

Os alunos apontados com uma restrição provisória quanto à prática das atividades físicas eram encaminhados aos médicos especialistas na busca da realização de um possível tratamento. Estando aptos à prática de exercícios, retornavam ao médico controlador da Educação Física, do qual recebiam as orientações relacionadas com atividades mais compatíveis com as suas possibilidades físicas (STOFFEL, 1936).

O grupo de alunos apontados como aptos à prática de atividade física também recebia uma subdivisão, que os enquadraria em dois subgrupos: os que estariam capacitados de forma harmônica à prática dos exercícios físicos em geral, e os que necessitavam de exercícios físicos específicos, a fim de corrigir desvios posturais, defeitos ou deformações. Esse segundo subgrupo ficava a cargo da ginástica ortopédica (STOFFEL, 1936).

De acordo com Stoffel (1936), os médicos das escolas realizavam a triagem dos candidatos por meio de exames gerais bem rigorosos, na busca de possíveis doenças ou condições que poderiam contraindicar as práticas de atividades físicas.

⁷² Livre-docente da Faculdade Nacional de Medicina, assistente efetivo de Clínica Propedêutica, médico assistente em Educação Física das Escolas Técnicas Secundárias do Distrito Federal.

Conforme o autor, os tipos de problemas que restringiam a realização das aulas seriam

[...] No **aparelho circulatório**: as bradicardias orgânicas, os bloqueios cardíacos, a taquicardia do Basedow grave, as extra-sístoles que aumentam ou aparecem com os exercícios, a hipertensão grave, a estenose mitral com sinais radiológicos, a insuficiência mitral no período de instalação, a insuficiência aórtica, as miocardites agudas. As lesões orgânicas do coração só contra-indicam as atividades físicas, quando acompanhadas de sinais ou fenômenos subjetivos. No **aparelho gênito-urinário**: albuminúria patológica, as nefrites, a litíase renal, si os cálculos forem volumosos. A menstruação só contra-indica exercícios prolongados antes das primeiras regras. As dores que precedem os períodos menstruais não devem fazer cessar as atividades físicas que só devem passar a ser feitas moderadamente [...]. No **aparelho respiratório**: a tuberculose em evolução. No **aparelho digestivo**: a úlcera gástrica ou duodenal e a insuficiência hepática. A acidose e a acetonemia contra-indicam. O mesmo para as eventrações e as hérnias e as doenças infecciosas agudas (STOFFEL, 1936, p. 9, grifos do autor).

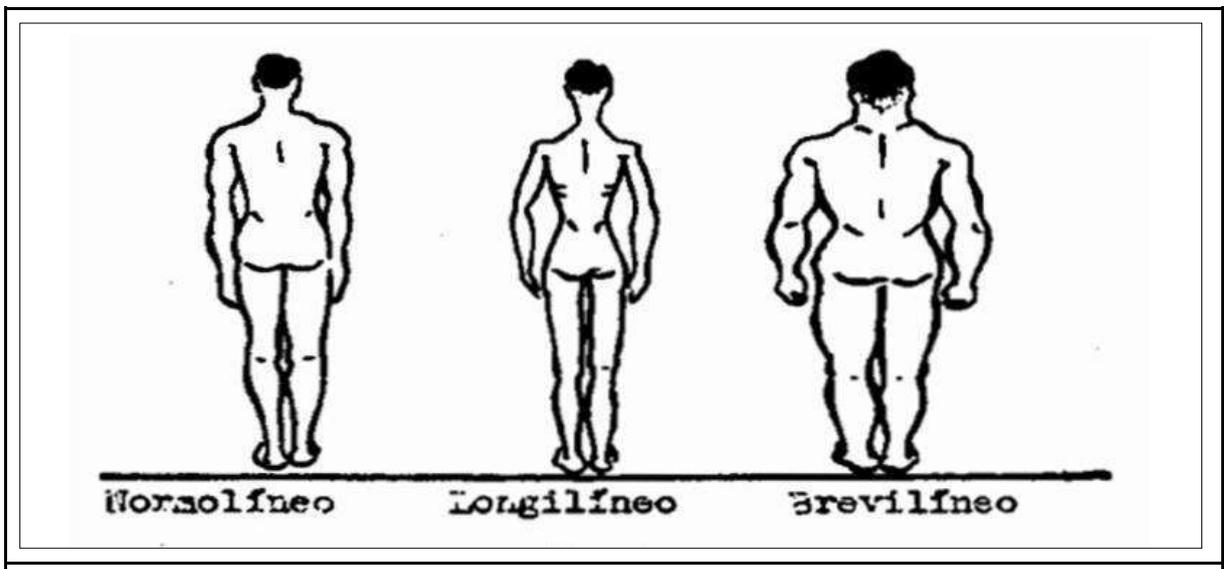
Diante das condições descritas e investigadas no exame médico, Stoffel (1936) relata que algumas poderiam contraindicar a prática das atividades físicas de maneira definitiva, enquanto outras afastariam o educando dos exercícios físicos de forma transitória, até que um possível tratamento fosse realizado, possibilitando o seu retorno às aulas de Educação Física.

De acordo Stoffel (1936), para que a Educação Física fosse trabalhada em um sentido genuinamente científico e com a produção de benefícios rigorosamente controláveis, seria necessário realizar a divisão do subgrupo classificado como apto a praticar a Educação Física completa em três classes homogêneas: os brevilíneos, os normolíneos e os longilíneos, avaliados segundo as suas características individuais, embasadas em seu perfil morfofisiológico.⁷³

A Figura 7, apresentada a seguir, demonstra algumas diferenças morfofisiológicas entre os brevilíneos, normolíneos e longilíneos.

⁷³ O perfil morfofisiológico pode ser definido como a representação ou descrição da estrutura externa (a forma corporal) e do funcionamento interno do organismo.

Figura 7 – Classificação do biótipo de acordo com o perfil morfofisiológico



Fonte: Revista de Educação Física, n. 79, [s. m.] 1955.⁷⁴

Na Figura 7, percebemos que ficam visivelmente marcantes certas diferenças do perfil morfofisiológico de cada sujeito. Os brevilíneos correspondem aos tipos entroncados. São indivíduos geralmente de peso excessivo, com tronco, tórax e bacia larga, com membros relativamente curtos, tendo em conta a massa e o comprimento do tórax. Os longilíneos condizem com o tipo esguio, com um tronco relativamente mais estreito, apresentando comprimento dos membros inferiores excedendo à média dos homens normais. Possuem ainda tendências a estaturas elevadas e o peso deficiente. Logo, os normolíneos correspondem ao tipo intermediário entre os dois tipos tratados.

A classificação sugerida por Stoffel (1936) fundamentava-se em um grupamento de acordo com o perfil morfofisiológico dos indivíduos. Assim como Ramalho (1933a), também utilizou, para efeito dessa divisão, os conhecimentos produzidos pela escola italiana, com base nos trabalhos de Viola, Pende e seus discípulos.

Após o término desta primeira fase do controle médico, que podemos chamar de “classificação”, o médico especialista da Educação Física iniciaria a parte de coordenação e monitoramento da aula, prescrevendo os exercícios concernentes a

⁷⁴ Apesar de o estudo estar voltado para um recorte temporal entre as décadas de 1930 e 1940, apenas na REF do ano de 1955 pôde ser encontrada uma imagem que retratava a classificação do biótipo segundo as análises apresentadas por Stoffel (1936).

cada grupamento e o tempo de duração. Desse momento em diante, tornar-se-ia responsabilidade do Gabinete Médico da Educação Física o acompanhamento e a orientação sobre as mudanças necessárias nas lições, utilizando os exames periódicos para o controle do efeito dos exercícios sobre o físico de cada indivíduo, para a verificação e para a comparação dos resultados obtidos nas provas e nos exames, tanto dentro do laboratório, quanto em campo (STOFFEL, 1936).

Segundo Stoffel (1936), a divisão dos indivíduos em subgrupos, de acordo com o seu perfil morfofisiológico, assim como o controle individual dos exercícios físicos para cada grupamento seriam a intenção do Gabinete Médico de Controle da Educação Física das Escolas Secundárias e Técnicas, entretanto, nesse momento, o trabalho encontrava-se em uma fase silenciosa, referente ao levantamento de informações necessárias para a classificação dos educandos. Stoffel (1936) relata que o trabalho, até então realizado, girava em torno de mil fichas produzidas quanto à verificação dos dados pertencentes às alunas do Distrito Federal.

Para esse momento, Stoffel (1936) descreve que utilizavam uma ficha por eles organizada para o registro dos dados, controle e classificação. Essa ficha era composta, inicialmente, com a identificação do participante, seguida pelas medidas e pelos valores do crânio e da face, dos membros e seus segmentos, como braços, antebraços, coxa, perna, mão (largura e comprimento) e pé (largura, comprimento e altura). Aferia-se a envergadura, o ângulo de Charpy, a distância vértico-púbis, a distância púbis-planta-do-pé, os diâmetros “bi-trocanteriano” e “bi-acromial”. Em seguida, verificavam-se as medidas antropométricas, como diâmetros, alturas, perímetros e medidas fisiológicas do sistema nervoso, do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e do aparelho muscular.

Grande parte dessas medidas e avaliações do sistema fisiológico eram realizadas no próprio Gabinete, como a análise do aparelho respiratório e do aparelho muscular, avaliados por meio de instrumentos laboratoriais específicos para cada caso. Observamos, porém, práticas avaliativas que possivelmente eram realizadas em campo, como o exame do aparelho circulatório que visava à aferição da pressão arterial e da frequência cardíaca, mensuradas com o indivíduo em repouso e após a prática de uma corrida.

A terceira parte da ficha descrita por Stoffel (1936) era composta pela ficha ortopédica, em que seriam registradas as alterações que eventualmente poderiam

ocorrer nos diversos segmentos, deixando, ainda, um espaço para observações, gráficos, fotografias, entre outros registros.

Em anexo, acompanhava a ficha do “perfil morfo-fisiológico” contendo todos os resultados das medidas já mencionadas, com uma série de linhas verticais, numeradas de 0 a 10. Na linha central, estaria o número 5, correspondendo ao que seria visto como normal. Abaixo dela, os resultados recebiam uma qualificação negativa, com o sinal (-), pois entrariam como uma possível deficiência no quadro. Acima do vértice central, os resultados eram acompanhados com um sinal (+), representando o apreço acima do normal. Após realizar a classificação biotipológica, com a formação de um gráfico, por meio da união dos pontos empregados em cada perfil, Stoffel (1936, p. 11) salientou que,

[...] num simples golpe de vista por sobre o perfil morfo-fisiológico, terá o observador uma idéia precisa do estado do dono da ficha e poderá indicar os exercícios que melhor lhe convenham, corrigindo-lhe, tanto as excedências, como as deficiências.

A comparação de dois gráficos distintos, conforme Stoffel (1936), daria ao examinador as possíveis vantagens e desvantagens dos métodos de Educação Física utilizados, a fim de obter uma melhoria na análise dos resultados. Tal constatação se assemelhava às reflexões apresentadas e discutidas por Ramalho (1933d) em seu estudo sobre representação gráfica, objeto tratado anteriormente.

Conforme Stoffel (1936, p. 11), havia, no verso da ficha do perfil morfofisiológico, um espaço reservado para as “[...] anotações sobre as deficiências verificadas, as indicações que se fizerem mister e a classificação dos indivíduos em três turmas: forte, média e fraca”.

Enfatizou também a atenção especial a ser dada pelo médico especialista ao trabalho com os adolescentes, uma vez que essa seria uma fase que contemplava um importante período de crescimento, em que a Educação Física deveria ser bem dosada, paralela a um cuidado com a alimentação, pois, segundo Stoffel (1936), esse período seria o mais propício à ocorrência de desequilíbrios, sendo necessária uma higiene geral com o corpo e com o estilo de vida, a fim de evitar o esgotamento e a fadiga.

As pretensões de divisões de grupos defendidas por Stoffel (1936) embasavam-se em uma possível ampliação das atribuições fornecidas pelo gabinete, na busca das curvas de peso e altura de cada um dos grupos (brevilíneos,

normolíneos e longilíneos), obtendo-se, assim, três curvas normais que dariam suporte aos estudos dos três diferentes grupos.

Segundo Stoffel (1936), esse trabalho romperia com o classicismo que tinha como base o estudo dos indivíduos conforme o grau de pigmentação da epiderme. De acordo com o autor, tais estudos não ofereciam nenhuma vantagem à sociedade e nem comprovação de superioridade de uma etnia em relação à outra, uma vez que já havia sido constatado que a diferença em alguns casos estaria simplesmente ligada ao grau de civilização, isto é, aos fatores ambientais. Por outro lado, todas as etnias se dividiam nos três grupos citados. Segundo os apontamentos das observações até então colhidas, “[...] o meio é o fator preponderante na estruturação do indivíduo, imprimindo-lhe características que são comuns a todos quantos se encontram sob sua influência [...]” (STOFFEL, 1936, p. 11).

Posteriormente, em uma publicação denominada *Biotipologia*, veiculada pela REF, em dezembro de 1937, o Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel descreveu sua conduta e os resultados obtidos do progresso do seu trabalho de gabinete. Na ocasião, Stoffel (1937) demonstrou uma avaliação morfológica realizada com 320 meninas de 15 anos de idade, das Escolas Técnicas Secundárias do Distrito Federal, na busca pela obtenção de seus respectivos perfis morfológicos e seus biótipos, segundo a classificação e técnica descrita pelo professor Dr. Giacinto Viola, chefe da Escola Constitucionalista Italiana.

Neste trabalho, utilizando uma nova nomenclatura para a distinção dos grupos e com ideias de classificação dos indivíduos diferentes das descritas em seu artigo anterior, Stoffel (1937) propõe uma distribuição das participantes em quatro grupos: “braquitipos”, “longitipos”, “normotipos” e “mixotipos”. Os três primeiros subdivididos em mais seis grupos.

Quanto à mudança da nomenclatura, os três primeiros seriam, respectivamente, brevelíneos, longilíneos e normolíneos. Com relação ao último grupo incluído (os mixotipos), o articulista elucida que seria um grupo de indivíduos que vinham a tender mais ou menos para uma deformação braqui ou longitípica, propensa à realidade de tipo mixto ou mixotipo.

Após a conclusão das avaliações nesse grupo de meninas, ficou constatada uma distribuição tipológica da seguinte maneira: braquitipos 16,25%, longitipos 16,25%, normotipos 18,12% e mixotipos 49,38%. Diante dos resultados obtidos, ao

observar que grande parte dos braquitipos e dos longitipos, daquele grupo genuíno, se encontravam em uma realidade do tipo mixto, Stoffel (1937) salienta ser necessária uma especificação mais minuciosa até que fosse possível uma melhor definição do tipo, o que seria possível por meio da comparação de outros dados.

De acordo com Stoffel (1937, p. 18), “A tipologia não é, porém, sinão um ramo e o mais acessível, da ciência da constituição, mas está bem longe de formar o objeto principal, como muitos pensam”. O articulista enfatiza que o trabalho publicado se referia apenas à somatometria externa das alunas, e que o gabinete estaria empenhado, conforme as mesmas linhas metodológicas, na avaliação da individualidade funcional das meninas, buscando obter as médias das medidas funcionais dos sistemas circulatórios, respiratórios, muscular e nervoso.

Como podemos observar no quadro com os dados dos autores (APÊNDICE I), o Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel não se destacava como um dos autores que mais produziram materiais referentes ao tema Fisiologia, porém as suas contribuições foram essenciais para o entendimento de como ocorreu a aplicação desse conteúdo dentro das escolas secundárias, trazendo, por sua vez, esse movimento nas escolas técnicas do Distrito Federal.

Ao realizarmos uma comparação entre os trabalhos produzidos pelo Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel e as contribuições efetuadas pelo Dr. Sette Ramalho, é possível observar que os dois autores desenvolveram seus estudos com base nos conhecimentos produzidos na Escola Constitucionalista Italiana, por Viola e seus discípulos. Ambos os autores, aparentemente, buscavam reafirmar em seus artigos a importância da presença médica e do discurso fisiológico no direcionamento da Educação Física escolar. No entanto, é possível perceber a presença de ideias divergentes, que nos fornecem pistas de uma provável luta pela autoridade do discurso dentro do campo médico.

Nos estudos do Dr. Sette Ramalho, juntamente com suas propostas de levantamentos de dados morfológicos e fisiológicos para o fichamento dos alunos, é possível perceber indícios de ideais eugênicos de classificação e de melhoria racial, em meio às informações coletadas nos exames realizados nos Gabinetes Biométricos. Por outro lado, o Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel direcionou o seu trabalho para o aprofundamentos dos estudos sobre a biotipologia humana, indo além dos padrões de classificação e de comparação de medidas antropométricas e fisiológicas dos

indivíduos sugeridas pelo Dr. Sette Ramalho para a divisão de grupos. Os estudos do Dr. Stoffel buscavam romper com o classicismo racial, que estudava os indivíduos separando-os segundo o grau de pigmentação da epiderme, direcionando sua atenção para uma análise biotipológica das características da morfologia somática externa dos educandos, características que, segundo o autor, estariam presentes em todas as etnias e que resultariam em diferentes curvas de desenvolvimento, influenciando a classificação e a formação dos grupos para as aulas de Educação Física.

Outro autor que, assim como Stoffel (1937), também dedicou parte dos seus estudos às práticas avaliativas voltadas ao público feminino foi o capitão médico auxiliar do Departamento Médico da E.E.F.E., o Dr. Lauro Barroso Studart. Ao observarmos a tabela com os dados dos autores, podemos perceber que Studart é um dos articulistas com mais publicações voltadas ao estudo da Fisiologia, aprofundando seu trabalho principalmente na T1, voltando-se para as análises antropométricas e para os exames laboratoriais de controle dos exercícios.

O Dr. Lauro Barroso Studart, percebendo a necessidade da elaboração de uma ficha biométrica para escolares do sexo feminino, redigiu o artigo “Índices biométricos femininos”, publicado na REF, em outubro de 1937, com o intuito de que esse documento, como os levantamentos e as tabelas fornecidas pelo estudo, servisse de suporte para a constituição de grupos homogêneos para a Educação Física feminina.

Nesse trabalho, Studart (1937) se dedicou ao levantamento de três elementos: a altura, o peso e o índice ponderal,⁷⁵ destacando que, por meio deles, seria possível ter uma ideia do estado nutricional das estudantes de 11 a 16 anos de idade.

Para a coleta de dados, Studart (1937) contou com a colaboração de outros profissionais que se dedicaram a esse árduo trabalho em outros estabelecimentos. São eles: o Dr. Bastos d'Ávila, da Seção de Antropologia do Instituto de Pesquisas Educacionais; o Dr. Raul Pontual, médico do Instituto de Educação da Universidade do Distrito Federal; e a professora D. Cacilda Martins, da Fundação Osório.⁷⁶

⁷⁵ Segundo Studart (1937, p. 26), “O índice ponderal é um índice mais racional, onde a raiz cúbica do *pêso* aparece com medida linear, *fácilmente* comparável com a altura, medida também linear. O índice ponderal é a porcentagem que a aresta de um cubo de mesmo volume que o corpo é a altura do indivíduo”.

⁷⁶ É uma instituição federal de ensino, localizada na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente, criada para atender exclusivamente às filhas órfãs de militares. Posteriormente, passou a atender às filhas de militares e também as meninas da comunidade. A partir de 1993, passou a atender meninas e meninos, filhos de militares e civis em geral.

As Figuras 8, 9 e 10, a seguir, apresentam, em dois modelos de tabelas, os dados coletados e os resultados obtidos pela pesquisa de Studart (1937) e seus colaboradores. Esses estudos sistematizam um conjunto de dados seriados resultante da análise dos elementos altura, peso e índice ponderal, divididos de acordo com a idade cronológica das participantes.

Figura 8 – Dados estatísticos de escolares do Distrito Federal: altura

ALTURA TABELA 1

Sexo feminino

Idades	Média	EXCEDÊNCIAS										Número de Casos
	0	+1	+2	+3	+4	+5	+6	+7	+8	+9	+10	
11 anos	1,432	1,453	1,474	1,495	1,516	1,537	1,558	1,579	1,599	1,620	1,641	453
12 anos	1,473	1,491	1,510	1,528	1,546	1,564	1,582	1,600	1,619	1,637	1,655	697
13 anos	1,507	1,523	1,540	1,557	1,574	1,591	1,608	1,625	1,642	1,659	1,676	715
14 anos	1,532	1,548	1,565	1,582	1,598	1,615	1,632	1,648	1,665	1,682	1,698	699
15 anos	1,540	1,556	1,571	1,587	1,603	1,611	1,634	1,650	1,666	1,682	1,697	347
16 anos	1,547	1,563	1,579	1,595	1,611	1,627	1,643	1,659	1,674	1,690	1,706	201
Total											3112	

Idades	Média	DEFICIÊNCIAS										Número de Casos
	0	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	-10	
11 anos	1,432	1,411	1,390	1,369	1,348	1,327	1,307	1,286	1,265	1,244	1,223	453
12 anos	1,473	1,455	1,437	1,419	1,401	1,383	1,364	1,346	1,328	1,310	1,292	697
13 anos	1,507	1,490	1,473	1,456	1,439	1,422	1,405	1,388	1,371	1,354	1,338	715
14 anos	1,532	1,515	1,498	1,481	1,465	1,448	1,431	1,415	1,398	1,381	1,365	699
15 anos	1,540	1,524	1,509	1,493	1,477	1,461	1,446	1,430	1,414	1,398	1,383	347
16 anos	1,547	1,531	1,515	1,499	1,483	1,467	1,451	1,435	1,419	1,403	1,387	201
Total											3112	

ALTURA TABELA 2

Sexo feminino

Idades	Superlativa-3	Comparativa-2	Paranormal-1	NORMAL	Paranormal+1	Comparativa+2	Superlativa+3	Número de Casos
	-3 σ	-2 σ	-1 σ	0	+1 σ	+2 σ	+3 σ	
11 anos	1,223	1,293	1,362	1,432	1,502	1,572	1,641	453
12 anos	1,292	1,352	1,413	1,473	1,534	1,594	1,655	697
13 anos	1,338	1,394	1,450	1,507	1,563	1,619	1,676	715
14 anos	1,365	1,420	1,476	1,532	1,587	1,643	1,698	699
15 anos	1,383	1,435	1,488	1,540	1,592	1,645	1,697	347
16 anos	1,387	1,441	1,494	1,547	1,600	1,653	1,706	201
Total								3112
Classe sigmática negativa				Classe normal-paranormal média		Classe sigmática positiva		TOTAL

Fonte: Revista de Educação Física, outubro de 1937.

Figura 9 – Dados estatísticos de escolares do Distrito Federal: peso

PÊSO

Sexo feminino

TABELA 1

Idades	Média	EXCEDÊNCIAS										Número de casos
	0	+1	+2	+3	+4	+5	+6	+7	+8	+9	+10	
11 anos	36,5	38,8	41,1	43,4	45,7	48,0	50,3	52,6	54,9	57,2	59,5	413
12 anos	39,2	41,4	43,7	45,9	48,1	50,4	52,6	54,8	57,1	59,3	61,5	690
13 anos	41,6	43,6	45,6	47,6	49,6	51,6	53,7	55,7	57,7	59,7	61,7	716
14 anos	44,3	46,3	48,3	50,4	52,4	54,4	56,5	58,5	60,5	62,6	64,6	697
15 anos	45,2	47,1	49,1	51,1	53,1	55,1	57,0	59,0	61,0	63,0	65,0	351
16 anos	45,9	47,8	49,7	51,6	53,5	55,5	57,4	59,3	61,2	63,1	65,0	200
<i>Total</i>											3067	

Idades	Média	DEFICIÊNCIAS										Número de casos
	0	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9	-10	
11 anos	36,5	34,2	31,9	29,6	27,3	25,0	22,7	20,4	18,1	15,8	13,5	413
12 anos	39,2	37,0	34,7	32,5	30,3	28,0	25,8	23,6	21,3	19,1	16,9	690
13 anos	41,6	39,6	37,6	35,5	33,5	31,5	29,5	27,5	25,5	23,5	21,4	716
14 anos	44,3	42,2	40,2	38,2	36,1	34,1	32,1	30,0	28,0	26,0	23,9	697
15 anos	45,2	43,2	41,2	39,2	37,2	35,3	33,3	31,3	29,3	27,3	25,4	351
16 anos	45,9	43,9	42,0	40,1	38,2	36,3	34,4	32,4	30,5	28,6	26,7	200
<i>Total</i>											3067	

PÊSO

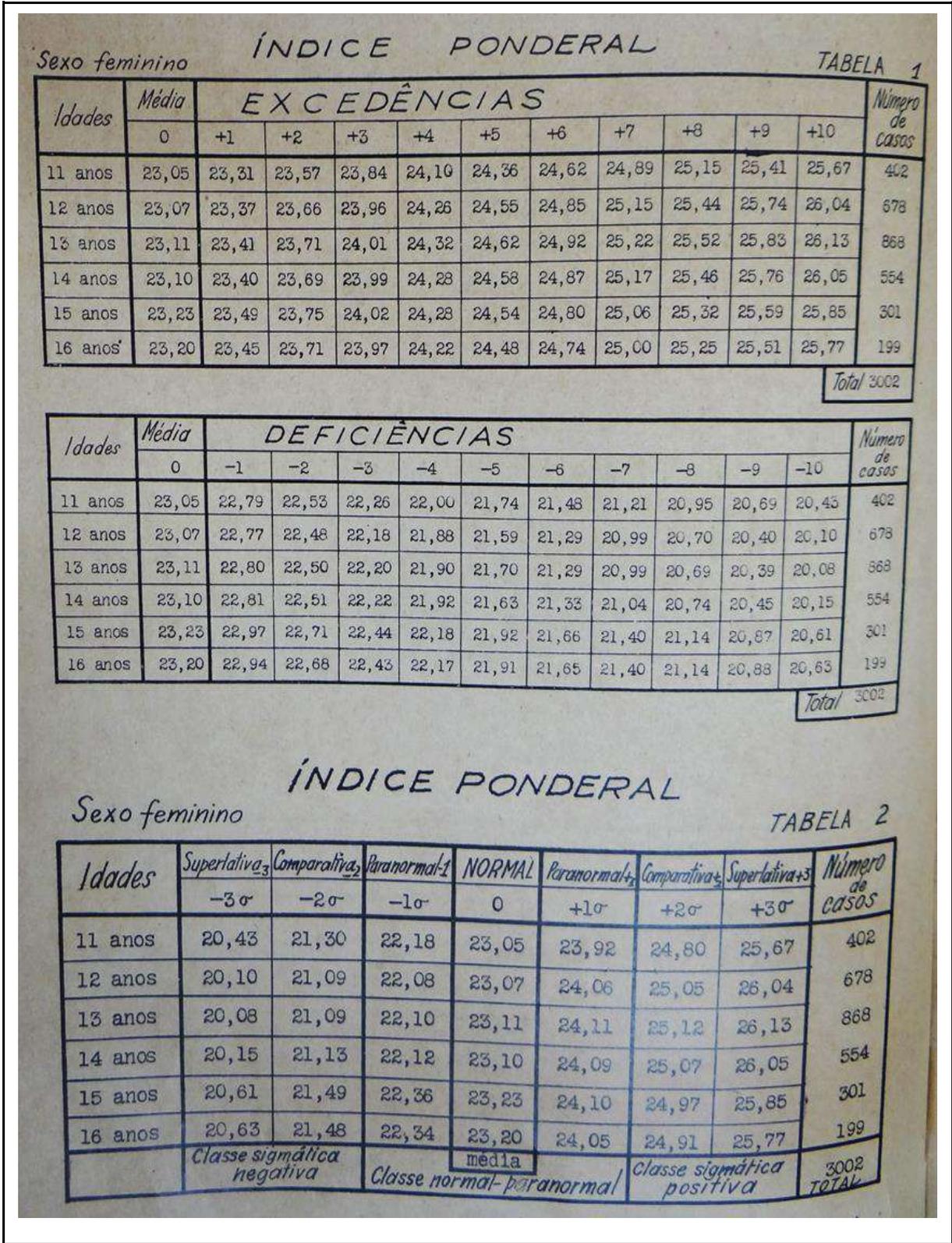
Sexo feminino

TABELA 2

Idades	Superlativa-3	Comparativa-2	Paranormal-1	NORMAL	Paranormal+1	Comparativa+2	Superlativa+3	Número de casos
	-3σ	-2σ	-1σ	0	+1σ	+2σ	+3σ	
11 anos	13,5	21,1	28,8	36,5	44,1	51,8	59,5	413
12 anos	16,9	24,3	31,8	39,2	46,6	54,1	61,5	690
13 anos	21,4	28,2	34,9	41,6	48,3	55,0	61,7	716
14 anos	23,9	30,7	37,5	44,3	51,1	57,8	64,6	697
15 anos	25,4	32,0	38,6	45,2	51,8	58,4	65,0	351
16 anos	26,7	33,1	39,5	45,9	52,3	58,7	65,0	200
	Limite mínimo sigmática negativa	Classe	média		Classe	Limite máximo sigmática positiva	TOTAL	
			classe normal-paranormal					3067

Fonte: Revista de Educação Física, outubro de 1937.

Figura 10 – Dados estatísticos de escolares do Distrito Federal: índice ponderal



Fonte: Revista de Educação Física, outubro de 1937.

Nas Figuras 8, 9 e 10, observamos os elementos mensurados em duas tabelas com diferentes escalas de classificação. As Tabelas “1” de cada elemento trabalhado foram divididas pelo autor em duas partes (*Excedências / Deficiências*), sendo possível encontrar os valores que supostamente variavam entre o índice da maior e da menor medida aferida. Ainda podemos observar o quantitativo de indivíduos avaliados e as médias aritméticas para cada idade, apresentadas na posição “0”, desenvolvidas dentro de uma tabela de ordem estatística de formato semelhante às descritas pelo Dr. Sette Ramalho e pelo Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel.

Nas Tabelas “2”, produzidas com base nos resultados obtidos nas Tabelas “1”, Studart (1937) sintetizou e organizou os dados em um quadro menor, apontando, dentro das respectivas idades, quais seriam os sigmas⁷⁷ aceitáveis para a média estabelecida, denominada *Classe normal-paranormal*.⁷⁸ Apontava, ainda, a classe sigmática negativa e a classe sigmática positiva, que estariam, respectivamente, abaixo e acima da margem padrão definida.

Em seu trabalho, Studart (1937) descreveu ter sido realizado o cálculo do elemento “índice ponderal” por meio da fórmula $\frac{100 \sqrt[3]{P}}{A}$, trabalhando os dados da altura e do peso obtidos individualmente de cada aluna, construindo, assim, suas respectivas tabelas. Em sua narrativa, ressaltou o grau de relevância do índice ponderal que, segundo ele, seria o índice mais racional a ser avaliado, uma vez que já havia sido comprovado, por estudos anteriores, que a altura em centímetros nas diversas idades não correspondia ao peso em gramas, tornando imprescindível a utilização desse elemento para a classificação dos índices biométricos.

O trabalho apresentado por Studart (1937), ao que tudo indica, foi um dos primeiros estudos desenvolvidos por meio da análise de dados obtidos da coleta de um número significativo de indivíduos, que resultou na organização dos elementos antropométricos em tabelas, que serviriam de referência para a classificação e formação dos grupamentos homogêneos para o público feminino dentro do ciclo secundário.

⁷⁷ O sigma seria a medida estatística de variação dos pontos dentro de um subgrupo (amostragem). O cálculo do sigma estimado está embasado nos valores médios do gráfico, do quadro ou da tabela apontando a média padrão, os resultados abaixo e acima do aceitável.

⁷⁸ O termo referente ao grupo classificado como “Classe normal-paranormal” nos leva a entender, dentro da análise do contexto trabalhado, que se trataria de uma classificação que estaria paralela à classe apontada como normal.

Após o trabalho com os índices biométricos femininos realizado por Studart (1937), novos estudos, estipulando médias de peso e altura para os diferentes públicos, foram desenvolvidos por repartições oficiais e não oficiais, tendo como objetivo sanar a carência e a dificuldade encontradas na classificação e na divisão dos grupamentos homogêneos, porém essas publicações só vieram a ocorrer a partir de 1941, como veremos mais adiante.

Precedente à publicação dos primeiros resultados oficiais encontrados mediante as análises estatísticas, localizamos na EPHY um artigo intitulado “Biometria: instruções para o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino”, de dezembro de 1939. Nesse instrumento, encontravam-se as instruções baixadas pelo Departamento Nacional do Ensino do MES, que tinham como finalidade garantir a regularidade do serviço médico nas instituições de ensino e a homogeneidade na coleta dos dados dispostos na ficha de Educação Física.

Ao analisar outras matérias veiculadas na EPHY, é possível perceber pistas de documentos que nortearam as ideias em circulação nesse impresso, verificando-se que esse artigo se tratou, na realidade, de uma republicação da Portaria Ministerial nº 161, de 11 de maio de 1939, veiculada pelo Diário Oficial nº 198, publicado no dia 25 de agosto de 1939 (ANEXO C).

Segundo as instruções do Departamento Nacional de Ensino, após os exames iniciais, os alunos normais deveriam ser classificados como Grupo 1 e os deficientes como Grupo 2. Em seguida, ambos os grupos seriam subdivididos de acordo com seu grupamento homogêneo, levando em consideração os critérios fisiológicos e o tipo de moléstia ou defeito físico que viriam a apresentar. O grupamento homogêneo dos alunos seria procedido levando em conta primeiramente a idade fisiológica, porém utilizando a idade cronológica como um fator de indicação, assim como era orientado pelo Regulamento de Educação Física e determinado pela Portaria Ministerial nº 70.

No Quadro 2, a seguir, podemos observar o padrão de códigos adotados para a classificação dos educandos de acordo com seu perfil.

Quadro 2 – Divisão e classificação dos grupamentos homogêneos segundo os critérios fisiológicos e as condições patológicas dos educandos

Alunos normais		1
Ciclo elementar ou <i>pré-pubertário</i>		3
1º grau	4 a 6 anos	3a
2º grau	6 a 9 anos	3b
3º grau	9 a 11 anos	3c
4º grau	11 a 13 anos	3d
Ciclo secundário, idade <i>pubertária</i> e a <i>post-pubertária</i>		4
1º grau	13 a 16 anos	4e
2º grau	16 a 18 anos	4f
Ciclo superior - adultos		5
Mais de 18 anos		5g
Alunos com desvio de normalidade ou deficientes		2
Alunos com moléstias ou defeitos físicos de natureza transitória		6
Alunos que necessitavam de se submeter a um tratamento antes de serem inseridos nas aulas de Educação Física		6h
Alunos que necessitavam de uma ginástica especial antes de serem incorporados aos normais		6i
Alunos com moléstias ou defeitos físicos de natureza permanente		7
Alunos que deveriam fazer uma ginástica especial compatível com o seu estado patológico		7j
Alunos que não poderiam praticar qualquer espécie de exercício		7k

Fonte: Elaboração própria, fundamentada no artigo “Biometria: instruções para o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino”.

No quadro apresentado, devemos estar atentos ao fato de que as idades mencionadas para a divisão do grupo normal serviam apenas para o critério de indicação, uma vez que o grupamento homogêneo seria efetuado pela comparação dos dados biométricos e clínicos de cada aluno com os dados das escolas avaliadas para esse fim, obtidos por meio de cálculos estatísticos direcionados a cada grupo estudado. Para efeito dessa comparação, o MES informava que, teoricamente, surgiam três hipóteses classificatórias: deficiência, igualdade e excesso dela.

No entanto, é válido salientar que, de acordo com as informações contidas no artigo analisado, assim como na Portaria nº 161, não existiam até o momento as escalas referidas para a comparação dos resultados obtidos das avaliações biométricas dos educandos. Todavia, conforme as instruções do Departamento Nacional de Educação, as escalas seriam obtidas mais adiante por meio dos dados colhidos e enviados à DEF, que ficaria responsável pela análise e estipulação dos dados.

Quanto às diferentes subdivisões contidas no Quadro 2, a portaria nos traz as definições, as recomendações de trabalho e os apontamentos direcionados a cada caso. No ciclo elementar, representado pelos Grupos “3a” ao “3d”, sua subdivisão ocorreria pela imposição dos critérios da homogeneidade dos educandos. As fichas de Educação Física foram elaboradas em dois modelos, um modelo para os três primeiros ciclos e outro diferenciado para o 4º grau.

Nas fichas (ANEXO C), de modo geral, observamos um modelo básico de cabeçalho, trazendo dados, como o nome do aluno, o sexo, a idade, o nível de escolaridade, o nome do estabelecimento, a localidade e a data de aplicação dos exames. Na parte referente ao Exame Biométrico, estipulava-se o espaçamento para duas mensurações, uma para o início e outra para a verificação dos resultados. Os elementos mensurados nos três primeiros grupos eram o perímetro torácico, a elasticidade torácica, o peso, a estatura e a capacidade vital. Posteriormente, é possível verificar um espaçamento na ficha destinado às anotações referentes ao exame clínico, indicação do exercício, aproveitamento do exercício, observações, dados etnológicos, cor da pele, tipo de cabelo, medida do nariz e índice cefálico.

Ao que tudo indica, a ficha de Educação Física para os três primeiros graus do ciclo elementar tratava-se de um instrumento de uso quase exclusivo do médico responsável pelos exames. A responsabilidade do professor de Educação Física era apenas os registros no tópico “aproveitamento do exercício”. Nessa parte, entravam os registros referentes às observações do aluno durante as aulas, indicando como ele se comportava em frente à ação dos exercícios em relação aos demais alunos. Os registros deveriam ser encaminhados ao médico e, no caso de anomalias, um novo exame clínico seria realizado na busca por uma possível lesão que tivesse passado despercebida no primeiro exame.

De acordo com as informações prestadas ao serviço médico de Educação Física, para os registros e critérios de classificação dos elementos “cor da pele” e “tipo do cabelo”, bastariam ser utilizados as letras e os números referentes a cada caso. A identificação da cor da pele ocorria da seguinte forma: os brancos/leucodermos se dividiriam em L1 (claros) e L2 (morenos), os negros/melanodermos se dividiriam em M1 (os não muito escuros) e M2 (os retintos), os mulatos/faiodermos se dividiriam em F1 (claros) e F2 (escuros) e os cablocos/xantodermos se dividiriam em X1 (claros) e

X2 (escuros). Logo, para o “tipo de cabelo” os critérios eram: liso 1, ondulado 2, espiralado 3; e para os tipos mistos 1-2 e 2-3.

No segundo modelo de ficha, destinado ao 4º grau do ciclo elementar, além de se contemplar os elementos apresentados na primeira ficha, foram introduzidos novos dados, entre os quais estão a altura do busto, a envergadura, o pulso (em repouso e após dez flexões das pernas em vinte segundos), a apnéia voluntária e o sentido muscular, também continha um espaçamento destinado aos registros do exame prático, um assunto que não foi aprofundado neste momento, mas que discutiremos em um tópico específico.

Para o ciclo secundário, representado pelos Grupos 4e e 4f, as instruções e recomendações implicadas nessa fase referiam-se a uma vigilância cuidadosa por parte dos médicos para que a Educação Física não causasse prejuízos à saúde desses indivíduos. Com relação à elaboração das fichas para esse ciclo, é válido salientar que cada um dos graus possui uma ficha exclusiva, diferenciando-se nas provas do exame prático, observando, também, a introdução de novos elementos em outras partes da ficha, como o diâmetro transverso do tórax, o “diâmetro ântero-posterior do tórax”, o “diâmetro bi-acromal”, o “diâmetro bi-trocantariano”, o pulso (com uma mudança de dado: após vinte flexões das pernas em quarenta segundos), a força manual, a força lombar e o exame clínico que passava a investigar a puberdade nos rapazes e a menstruação nas moças, além das outras investigações efetuadas no exame clínico dos ciclos anteriores.

Para o ciclo secundário, observamos, ainda, a inserção de dados especiais para o sexo feminino. Era recomendado ao médico encarregar uma professora ou uma enfermeira, devidamente preparada, para a mensuração dos dados. Nessa listagem de elementos, encontram-se os perímetros do pescoço, busto, abdômen, braço, antebraço, punho, quadril, glúteo, coxa, perna, tornozelo e o diâmetro baudelocque.⁷⁹

No ciclo superior, classificado como 5g, de acordo com os apontamentos, era dado início à fase de “controle”. Além das tarefas habituais prestadas pelo médico desportivo, teria a incumbência de organizar os testes de treinamento e realizar o acompanhamento da preparação dos conjuntos desportivos para as competições.

⁷⁹ Ver ANEXO C – Portaria Ministerial nº 161.

Devido à submissão a um intenso esforço físico, esse grupo necessitava de uma máxima vigilância sobre todos os seus sistemas e órgãos.

Quanto à ficha de Educação Física direcionada ao Ciclo Superior, observamos que ela deveria contemplar, além do julgamento das condições orgânicas dos alunos, a verificação das aptidões deles para os diferentes desportos. Entre as medições e controle estabelecidos para esse grupo, seriam introduzidas informações referentes ao comprimento dos braços, comprimento das pernas, tensão arterial e força escapular (destinada apenas aos rapazes).

Para os alunos e alunas que praticavam algum tipo de desporto, seriam inseridos ainda os dados: tipo desportivo (longilíneo, normolíneo e brevelíneo. Também eram utilizados termos como “atleta pesado”, “atleta leve”, “poliatleta” e “sem tendência própria”), juízo desportivo, desporto indicado, vida desportiva (dividida em “desporto principal” e “outros desportos”), histórico e anamnese, treinamento, treinamento em provas práticas, comportamento do pulso, gráfico, data, tempo e observações.

Quanto ao dado “juízo desportivo”, consignava-se em um julgamento médico sobre a capacidade funcional do aluno para o desporto. Nesse julgamento, as qualidades avaliadas seriam representadas pelas suas iniciais: velocidade (V), agilidade ou destreza (A), resistência (R) e força (F). A qualidade predominante seria representada em maiúscula enquanto as demais em minúsculas. Assim, se uma determinada pessoa possuísse a resistência como qualidade predominante, seu “juízo desportivo” seria representado pela fórmula: $vaRf$.

O Grupo 2, classificado como “alunos com desvio de normalidade ou deficiente”, seria dividido em mais dois subgrupos, denominados 6 e 7. No Grupo 6, ficariam os indivíduos com moléstias e defeitos transitórios e no Grupo 7, os que apresentassem defeitos permanentes.

Os alunos estipulados para o Grupo 6 passariam ainda por uma nova subdivisão de grupo, marcados como 6h ou 6i. Os educandos pertencentes ao grupo 6h necessitariam ser submetidos a um tratamento antes de iniciar as aulas de Educação Física. Enquanto não se submetessem a um tratamento que lhes restituísse a normalidade, seriam inseridos em turmas com ginásticas especiais, as quais poderiam ser em conjunto com o Grupo 6i ou a alguma turma do Grupo 7, dependendo de sua necessidade. Os alunos do Grupo 6i deveriam passar por uma ginástica

especial antes de serem inseridos nos grupos com os considerados normais. Para isso seriam criadas turmas de ginásticas especiais com a finalidade de reconstrução ou correção física, dentro de um período transitório, até que estivessem em condição de poder passar para as turmas normais.

Por fim, os alunos pertencentes ao Grupo 7 também passariam por uma nova subdivisão, classificados como 7j ou 7k. No Grupo 7j, estariam os alunos que necessitariam de uma ginástica compatível com seu estado patológico e, por se tratar de moléstias ou defeitos físicos sem possibilidade de cura, os exercícios especiais envolveriam um tratamento permanente a fim de evitar que o quadro de seu problema evoluísse. No Grupo 7k, permaneceriam os alunos com impedimento total quanto às práticas de exercícios físicos, que nem mesmo nos Grupos 6i ou 7j puderam ser inseridos, mas possuíam um atestado de sanidade exigido para a admissão no curso secundário.

Como se pode observar, as instruções baixadas pelo Departamento Nacional do Ensino para o Serviço Médico de Educação Física, estabelecidas na Portaria nº 161, em partes se assemelha ao trabalho descrito pelo Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel em seu artigo “O contrôle médico da Educação Física em suas relações com a biotipologia e a endocrinologia”. Nota-se a apropriação do mesmo tipo de metodologia utilizada na divisão dos grupos das escolas secundárias técnicas do Distrito Federal, com a utilização de códigos para a classificação dos grupos, assim como também fazem uso da biotipologia para definir o “tipo desportivo” do aluno no ciclo superior.

Ao analisar a prescrição das fichas morfológicas, percebemos que foi inserida a definição de dados, como a cor da pele e o tipo de cabelo, o que ia ao encontro das classificações raciais, mas em desacordo com as ideias defendidas por Stoffel a respeito de um classicismo, que seu trabalho visava a romper. Isso nos leva a entender que os conceitos eugênicos e raciais ainda eram mantidos e estavam enraizados nos discursos oficiais.

Mesmo com a tentativa de implantação de um método para a Educação Física, que possuía uma base conceitual sustentada por princípios fisiológicos, é possível perceber que a intelectualidade médica ligada à classe dominante manteve o seu pensamento voltado para uma abordagem eugênica e higienista. Conforme Goellner (1992), esse pensamento esteve associado à ideia da formação de uma raça nacional e forte, tendo a Educação Física fornecido sua colaboração por meio dos seus “[...]”

profissionais [que] atuaram como ‘obreiros da eugenia da raça’” (GOELLNER, 1992, p. 146).

Podemos observar o perfil de homem brasileiro idealizado por alguns autores como o produto desta “nova Educação Física” por meio de um trecho do texto produzido por Irving Fisher, citado por Schneider (2010, p. 179),

[...] a nova educação física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: detalhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de actos e de pensamentos, dotado com o senso de honra e da justiça, compartilhando no companheirismo de seus semelhantes.

Como ressalta Schneider (2010), essa ideia de corpo gracioso, equilibrado e eugenizado servia como molde para imaginar o homem novo, que deveria ser prescrito para formar o brasileiro, ainda que, entre outros elementos descritos, um perfil idealizado do homem de olhos claros negasse a própria origem étnica do país, composto por uma população miscigenada por consequência dos diversos processos imigratórios e de escravização ocorridos desde a colonização.

Corroborando as ideias de Irving Fisher, em seu texto publicado no ano de 1934, sobre os ideais da nova Educação Física, podemos localizar uma publicação do professor Lourenço Filho, intitulada “A Educação Física e a futura raça brasileira”, realizada na EPHY, em 1939. Em seu artigo, o autor discute sobre o suposto perfil que deveria ser impresso ao brasileiro, com a realização sistemática da Educação Física.

Segundo Lourenço Filho (1939, p. 12), a Educação Física ajudaria a

[...] ramificar no nosso espírito o sentimento de solidariedade e sociabilidade, [...] na cura de nossa apatia e resignação deante da natureza. Pelo otimismo sadio que instila no ânimo da gente a vida esportiva. Pela confiança e garantia da própria suficiencia, disposição mental adquirida e robustecida, quantas vezes, nos campos de competição, e levada posteriormente para as lutas da vida real. Aprende-se a tenacidade, a resistencia, e esta pertinacia emulativa e satisfeita do obstaculo, pelo gosto de vencer. Adquire-se a precisão da vontade, numa resolução rapida a tomar. Descobre-se o espirito de iniciativa na frequencia das circunstancias em que a necessidade de um recurso imediato faz perigar uma competição.

Em luta, mais tarde, com a vida e a natureza, o brasileiro terá aprendido a confiar, a ousar, a ter iniciativa e expediente, nas situações necessárias. [...] vai ajudar-nos na nossa preservação contra o vício, o alcoolismo, a depravação.

Esmerando-se, durante a vida escolar e universitaria, pela manutenção de um físico sadio e harmonioso, o jovem brasileiro despenderá nas atividades

corporais o excedente da exuberancia moça; capacitar-se-á da responsabilidade do proprio vigor, estimando-o devidamente, para que saiba repulsar tudo que seja depauperador e depravador. Nesta sobriez a que se aveza o jovem, pela vida somatica regulada e nutrida a exercicios, está a melhor reserva de eficiencia, de capacidade, do futuro cidadão.

O professor Lourenço Filho, ao demonstrar as possíveis contribuições das aulas de Educação Física para a formação da “futura raça brasileira”, aspirava a uma formação integral desse novo homem, que fosse além do desenvolvimento físico e disciplinar nas aulas. Como o próprio autor descreve, era necessária a preparação dessa geração, por meio de “[...] uma educação completa, que é a intelectual e a física” (LOURENÇO FILHO, 1939, p. 12).

O corpo era o alvo a ser atingido pela Educação Física, conseqüentemente, por meio da análise dos apontamentos descritos por Lourenço Filho (1939), podemos supor que havia um entendimento de que a melhoria das condições biotipológicas pela adoção da prática esportiva e a da exercitação diária poderia levar a uma disciplinarização do corpo, moralização dos hábitos, formação do caráter e da vontade.

Ao que tudo indica, Lourenço Filho (1939), ao escrever o seu texto, buscou se fundamentar nos principios gerais do Método Francês, descritos nas bases pedagógicas do Regulamento nº 7, que apontava a Educação Física, realizada de forma sistemática, como uma prática capaz de proporcionar, além das melhorias da saúde dos indivíduos, o aprimoramento das qualidades físicas, como a impulsão, a velocidade, a força muscular, a resistência orgânica, a destreza e a harmonia nas formas, assim como também o desenvolvimento das qualidades morais, como a audácia, o sangue frio, a tenacidade, o espírito de disciplina e de solidariedade, entre outras aptidões (ESTADO-MAIOR..., 1934).

Desse modo, tomando como base as ideias em circulação sobre a Educação Física nesse período, entendemos que, ao serem obtidos, nos exames médicos, os dados antropométricos, fisiológicos e esportivos dos alunos, conforme as instruções do Departamento Nacional de Educação, esses dados poderiam indicar uma forma de avaliação que ultrapassaria a objetividade revelada. Dessa forma, a avaliação buscava captar não somente o desenvolvimento físico dos alunos, mas também o seu desenvolvimento moral e intelectual, elementos subjetivos que poderiam ser utilizados

na classificação dos grupamentos homogêneos e no direcionamento das aulas nos estabelecimentos de ensino.

É possível observar que, nesse momento, a carência em relação à solidificação dos dados comparativos, essenciais para a classificação dos educandos e para a formação dos respectivos grupamentos homogêneos, dificultava a sistematização do trabalho que deveria ser desenvolvido pela Educação Física escolar.

A recomendação listada pela Portaria nº 161, para essa divisão, momentaneamente, era: a adoção do critério exposto pela Portaria Ministerial de 30 de junho de 1931. Desse modo, na portaria afirmava-se que:

[...] a distribuição em grupos deva obedecer mais ao desenvolvimento físico do que à idade, pode-se, entretanto admitir, como critério dos tipos normais, a seguinte subdivisão cronológica: 1ª classe, dos 11 aos 13 anos; 2ª classe, dos 13 aos 16 anos; 3ª classe, dos 16 aos 18 anos e 4ª classe, maiores de 18 anos. A passagem de uma classe a outra depende dos resultados dos exames, em qualquer das épocas previstas, conferindo-se, então, ao aluno um certificado de promoção (BRASIL, 1931b, p. 20465)

Nesse período, observamos em circulação a insatisfação e o anseio do Dr. Paulo Frederico Figueiredo de Araújo, médico, articulista, fundador e membro da Sociedade de Estudos nos Problemas da Educação Física (S.E.P.E.F.) que não concordava com a divisão provisória das turmas levando em consideração a idade cronológica.

O Dr. Paulo Araújo, como também era conhecido em seus artigos, realizou diversas publicações relacionadas com a Fisiologia em quatro dos cinco impressos aqui analisados: REF, EPHY, BEF e RBEF. Em uma publicação na EPHY, em outubro de 1940, intitulada “Educação Física nos estabelecimentos de ensino”, concluída na edição seguinte, publicada em novembro de 1940, o Dr. Paulo Araújo acentuou os pontos negativos sobre a recorrente constituição das classes utilizando o critério de divisão dos alunos pela idade cronológica, prescrevendo, ainda, uma sugestão prática e adequada para as condições momentâneas de como poderia ser realizado o grupamento homogêneo na escola.

Para a formação do grupamento homogêneo, Araújo (1940) sugeriu que fossem tomados como referência três dados morfológicos característicos do corpo humano: a estatura, o peso e a capacidade vital, elementos já utilizados para esse tipo de classificação em outros ensaios, como pode ser visto nos estudos de Ramalho (1936a).

Araújo (1940) buscou exemplificar como os dados demasiadamente diferentes interfeririam diretamente na organização das aulas de Educação Física, como no exemplo da aplicação de um jogo que envolvesse saltos de um educando sobre o outro, em uma atividade que contemplasse o transporte do companheiro, ou em uma corrida com uma distância previamente estabelecida. Anomalias no perfil da turma, como alunos muito altos interagindo com alunos baixos, alunos muito pesados com alunos leves ou alunos que não tivessem o valor respiratório aproximado dos demais, seriam pontos de evidentes malefícios e de propensão para acidentes.

Diante desse quadro, até que os trabalhos estatísticos estivessem completos, Araújo (1940) sugeria que, inicialmente, na realização do Exame Clínico e do fichamento médico-biométrico, o médico avaliasse e produzisse um juízo sobre as condições orgânicas de cada aluno. Em um julgamento rápido, poderia ser: muito forte, forte, média, fraca, muito fraca. Em seguida, ele realizaria a divisão das turmas de acordo com o dado “altura”, colocando o mesmo número de alunos no quantitativo de turmas que se pretendia dividir. Logo após, avaliaria as fichas de acordo com o elemento “peso”, verificando se os alunos teriam que ser deslocados ou seriam deixados nos grupos em que se encontravam. Por fim, avaliaria as fichas de acordo com a indicação de sua “capacidade vital”, finalizando o processo conforme as anotações fornecidas no Exame Clínico e pelo prévio julgamento que já tinha realizado.

Após esse processo, como descreveu Araújo (1940), estaria pronto o grupamento homogêneo em conformidade com a identidade de condições morfofisiológicas de cada aluno. Nesse momento, ele enfatizou que seriam separados os alunos deficientes e, de acordo com esses e outros dados contidos na ficha, seriam fornecidas as indicações particulares de cada aluno ao professor.

Em suas conclusões, o autor relatou que, provisoriamente, o processo que permitiria realizar o grupamento, segundo a homogeneidade morfofisiológica descrita em seu método, poderia ser usado, no entanto é possível perceber em Araújo uma preocupação em relação à forma de obtenção e também de acesso aos dados estatísticos oficiais, pois como descreveu o autor,

[...] [haveria a] necessidade de incentivar a prática dos exames médico-biométricos nos estabelecimentos de ensino, e fornecer os dados nêles colhidos à Divisão de Educação Física, para que se consiga o mais breve possível, aquele objetivo. [...] Há necessidade do mais absoluto critério e correção na tomada das medidas (ARAÚJO, 1940, p. 40).

Como podemos observar, a fim de alcançar uma metodologia que atendesse às expectativas sobre a formação do grupamento homogêneo, dentro das possibilidades e recursos disponíveis no momento, o Dr. Paulo Araújo, assim como os doutores Lauro Barroso Studart, Floriano Peixoto Martins Stoffel e Sette Ramalho, debruçaram-se sobre esses estudos, desenvolvendo um modo diferente para produzir formas que pudessem expressar o que poderia ser considerado como um bom marcador que identificasse e sintetizasse a homogeneidade dos grupos. Nesse processo, eles deixaram indícios dos seus interesses e da participação nessa luta de representações, que era uma luta pela autoridade. Possivelmente, estavam em busca de um maior reconhecimento institucional e também da aplicabilidade do método no campo da educação, o que nos faz supor que, para o vencedor, haveria maior oportunidade na carreira ao se tornar autoridade sobre o assunto dentro e fora da escola.

Nos artigos da imprensa periódica, deparamo-nos com pistas que sinalizam um momento de insegurança em que, mesmo com as diversas contribuições médicas sugerindo métodos com um aporte fisiológico para a classificação dos grupos, o Estado preferiu não adotar nenhuma metodologia com ênfase em dados morfofisiológicos, gerando um momento de incertezas em relação sobre qual método de grupamento homogêneo seria selecionado para se tornar oficial.

2.4 Considerações parciais

Como podemos observar, ao ser imposta a adoção obrigatória do Método Francês para as aulas de Educação Física escolar, ocorreu a necessidade de implantação de um novo meio de classificar e agrupar os alunos, não mais conforme suas idades cronológicas, como tradicionalmente ocorria na cultura escolar já estabelecida no sistema que organizava as turmas nos grupos escolares, também chamado de escola seriada, criado na Primeira República.

O que se propunha com a intervenção do médico seria uma nova organização dos alunos e das classes, ordenados conforme os conceitos médicos/fisiológicos, que passariam a ser utilizados como critério de classificação dos educandos, levando em consideração a sua idade fisiológica, com o intuito de alcançar o mais perfeito

grupamento homogêneo, para que não fossem oferecidos para indivíduos fisiologicamente diferentes exercícios idênticos.

O Método Francês não informava os padrões a serem utilizados para a obtenção da idade fisiológica e para a formação dos grupamentos homogêneos, cabendo ao Estado oferecer cursos para a capacitação de médicos e professores, habilitando-os para o trabalho, possivelmente, na intenção de obter profissionais qualificados e as respectivas soluções que atendessem aos seus anseios e às suas necessidades.

Por meio da imprensa periódica, foi possível perceber uma luta de representações entre os médicos e os militares ocorrendo dentro do campo educacional, em uma disputa pela autoridade do discurso e pelo reconhecimento do Estado.

Assim, visando a realizar a classificação dos alunos, obter o controle sobre o seu desenvolvimento físico em resposta aos exercícios dirigidos e, principalmente, atender à exigência imposta sobre a formação das turmas para as aulas de Educação Física, segundo a idade fisiológica dos educandos, o Dr. Sette Ramalho iniciou o trabalho de construção das primeiras sugestões de fichas morfofisiológicas.

Com o intuito de realizar o que consideramos como uma transposição didática dos conceitos fisiológicos para dentro do ambiente escolar e facilitar o processo de classificação das turmas, de modo que pudessem atender de maneira mais eficiente ao trabalho com um grande número de alunos em diferentes níveis de escolarização, o Dr. Sette Ramalho passou a elaborar metodologias que pudessem ser mais simples e em um formato mais pedagógico. Nesse sentido, utilizava quadros, gráficos comparativos e com um quantitativo reduzido de indicadores a serem utilizados.

Novas sugestões metodológicas voltadas para a formação dos grupamentos homogêneos e para o trabalho com a Fisiologia no ambiente escolar foram produzidas, circularam nos impressos e estiveram presentes nessa luta de representações. Dentre elas, observamos, nesse período: as pretensões sobre o trabalho que vinha sendo desenvolvido nas escolas secundárias técnicas do Distrito Federal, pelo Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel, com a utilização da biotipologia para a classificação dos alunos; o trabalho organizado pelo Dr. Lauro Barroso Studart, com as alunas do Distrito Federal de 11 a 16 anos de idade, estabelecendo a classificação e a média do estado nutricional de acordo com a idade das alunas, por meio de três

elementos: a altura, o peso e o índice ponderal; e a proposta desenvolvida pelo Dr. Paulo Frederico Figueiredo de Araújo de realizar o agrupamento dos alunos utilizando os elementos estatura, peso e a capacidade vital.

O resultado de uma média nacional, fundamentada em dados oficiais, era o coeficiente aguardado por médicos e fisiologistas para a realização do grupamento homogêneo nas escolas. A falta desses dados levou os autores, estudiosos envolvidos no processo, a desenvolver técnicas para a obtenção dos dados, assim como construir modelos de quadros, tabelas e gráficos como uma forma de pedagogizar o trabalho com os dados fisiológicos obtidos nas escolas, facilitando a visualização do padrão a ser seguido e alcançado pelos demais profissionais, provisoriamente, até que os dados oficiais fossem publicados.

Essa padronização da “raça” brasileira esteve ligada à busca pela “média”. Em um estudo em que se avaliaria um determinado elemento, ou um conjunto de elementos, de um grupo estabelecido em função de um certo fator de semelhança, seria possível determinar uma média para aquele tipo, identificar os excepcionais que se encontravam acima da média e os deficientes que estavam abaixo da média padrão. Possivelmente, a intenção do estudo não era encontrar o excepcional, mas estabelecer o padrão que deveria ser alcançado por aqueles que se encontravam abaixo da média.

Cada autor que se envolveu com o debate, assim como os seus estudos desenvolvidos, buscou uma forma de traduzir conhecimentos científicos e especializados para o campo escolar. Dessa forma, realizava a transposição didática de um tema complexo do campo médico, medidas e avaliações para a classificação dos indivíduos e seus perfis morfofisiológicos, trazendo para a orientação da Educação Física no espaço escolar.

Podemos perceber essa experiência de transposição, quando observamos as sugestões técnicas, por meio da elaboração de fichas, de quadros, de tabelas e do trabalho gráfico e estatístico que circulou nos impressos. Fazendo uso desses dispositivos, buscaram obter uma padronização metodológica que tivesse o reconhecimento da ciência e do Governo que, por sua vez, almejava encontrar o padrão típico do brasileiro para definir a construção do que consideravam como o homem novo, como definiu Vieira (1992), um brasileiro moldado por ideais nacionalistas, racionalmente disciplinado, tanto física quanto intelectualmente.

3 O ETERNO PROBLEMA DO GRUPAMENTO HOMOGÊNEO: LUTAS DE REPRESENTAÇÕES EM IMPRESSOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA (1930-1940)

Resumo: Este capítulo analisa o debate que aconteceu na Educação Física para se estabelecer uma estratégia que proporcionasse o desenvolvimento de um sistema de controle sobre as formas de medir e examinar as capacidades físicas dos educandos. Objetiva analisar os discursos e as propostas de atores e autores que, nos impressos, buscaram ser ouvidos e reconhecidos como autoridades sobre os melhores dispositivos científicos que poderiam ser utilizados para avaliar e classificar os grupos de crianças e jovens dentro do sistema escolar. Como fonte, utiliza a imprensa periódica da área e os impressos pedagógicos e de variedades que circularam entre as décadas de 1930 e 1940, observando a circulação de temas ligados a um projeto de uso do Regulamento nº 7, na condução de estratégias de classificação e controle da composição das classes de alunos nas aulas de Educação Física. Como referencial teórico, faz uso das proposições de Bloch (2001), Ginzburg (1989) Certeau (1998) e Chartier (2002), para entender os documentos em sua materialidade, as pistas como vestígios capazes de informar sobre o passado, a apropriação tática dos discursos e as lutas de representação como elementos que dão visibilidade às disputas pela autoridade no campo pedagógico. Constatou-se que, ao longo do capítulo, havia uma luta de representações entre os principais articulistas que debatiam as questões que denominaram como Grupamentos Homogêneos, uma forma racional de medir, avaliar, comparar e distribuir os alunos segundo os seus perfis e as suas capacidades físicas, mas também não havia um consenso sobre quais instrumentos deveriam ser utilizados para essa finalidade. Parece ser consensual entre os autores que as estatísticas apresentadas pelo Regulamento de Educação Física, instituído como obrigatório, não respondiam às demandas da sociedade brasileira. Dessa forma, diferentes grupos buscaram tornar-se a voz autorizada sobre esse tema e lograr o reconhecimento do Estado, ao conseguir responder às demandas da Portaria nº 161, instituída pelo governo para o desenvolvimento da Educação Física no Brasil.

Palavras-chave: Educação Física; exames fisiológicos; imprensa periódica.

3.1 Introdução

O decorrer das décadas de 1930 e 1940 foi um período marcado por intensas disputas no campo educacional, que podem ser captadas por meio da imprensa periódica. Em relação à Educação Física e ao Esporte, podemos observar, por meio das revistas que circularam, principalmente as direcionadas para o campo das atividades físicas e da cultura esportiva, a presença de grupos de intelectuais, médicos, militares e civis buscando meios para significar a presença da Educação Física e do Esporte, nos espaços escolares e não escolares, como atividade sistematizada.

Nos impressos, podemos perceber o aparecimento de debates que buscavam atender às demandas do Estado, após a obrigatoriedade da Educação Física no sistema educacional montado por Vargas e seus ministros. Uma proposta que ganhou bastante repercussão nas revistas diz respeito ao que passou a ser chamado de grupamentos homogêneos, um modelo de organização das turmas para a Educação Física que buscava refletir o novo status disciplinar das práticas corporais na cultura escolar.

Com a implantação da obrigatoriedade da Educação Física, foi adotado como base o Regulamento de Educação Física, o Regulamento nº 7, um manual desenvolvido na França, mais especificamente na Escola Militar de Joinville-le-Pont, para apresentar o ensino e as técnicas propostas para a Educação Física, segundo as concepções metodológicas do Método Francês. Foi traduzido para o português pelo Exército e empregado oficialmente nas escolas brasileiras a partir de 1931.

Esse manual, em seu modelo original, trazia consigo uma base de conhecimentos que poderia ser utilizada para a verificação fisiológica e para a comparação dos resultados dos exercícios. Seu quadro de verificação fornecia dados com valores referentes ao peso e à altura para os indivíduos de ambos os sexos, dentro de uma faixa etária que se iniciava do recém-nascido até a idade de vinte anos.

Apesar de esse manual fornecer as bases para o direcionamento e para a aplicação da Educação Física no ambiente escolar, discutia-se a sua pertinência nas páginas dos impressos, uma vez que os dados compilados diziam respeito a um padrão estrangeiro para a comparação e classificação das crianças e dos jovens brasileiros, desconsiderando, na sua tradução, o perfil morfofisiológico genuinamente

brasileiro, com as suas miscigenações e seus fluxos imigratórios. Desse modo, a imprensa periódica nos revela os bastidores do processo de implantação do Regulamento de Educação Física, que foi discutido nos impressos da área, buscando fazer a transposição dos conhecimentos científicos relacionados com a Fisiologia para o uso escolar.

No processo de discussão, percebemos diversos grupos de intelectuais criando alternativas para o uso do Regulamento de Educação Física, elaborando e divulgando propostas que pudessem adaptar as classificações fisiológicas veiculadas no Regulamento nº 7. Assim, consideramos que, apesar de haver a obrigatoriedade da Educação Física no sistema escolar, o regulamento não foi simplesmente utilizado, mas passou por um processo de crítica em relação ao seu método classificatório, dando maior especificidade à Educação Física no campo educacional e, em certo nível, tornando o processo mais racional, como almejava o projeto de implantação de uma pedagogia moderna no Brasil.

Por meio das propostas apresentadas nos impressos, podemos ver que os articulistas buscavam criar formas metodológicas para que os médicos, os professores e os instrutores pudessem agrupar os alunos de forma homogênea, segundo as características morfológicas nacionais, em conformidade com os conhecimentos médicos/fisiológicos que circulavam no período.

Percebemos que havia uma solidariedade entre os professores e professoras de Educação Física das escolas com os intelectuais que discutiam sobre a temática do grupamento homogêneo nos impressos. Os dados, com os quais se produziram as classificações, que buscavam propor ordenações sobre o ensino da Educação Física e os seus conteúdos, são compilados de situações reais, do público atendido pelas escolas do país. Esses dados são tão importantes para os intelectuais que podemos até perceber uma certa dose de ansiedade por parte dos articulistas, com a constante solicitação de que as escolas enviassem para a DEF os dados antropométricos dos educandos, para que assim pudessem ser criadas as novas classificações referentes ao perfil morfofisiológico das crianças e adolescentes brasileiros.

A criação dos dados oficiais, fruto dos levantamentos realizados nas escolas, era publicizada nos impressos como estudos desenvolvidas pelos intelectuais, que tomavam como referência o material enviado para a DEF. Com base neles, propunham-se novas formas de pensar o ensino e a prática da Educação Física,

levando em consideração os dados empíricos extraídos pelos professores nas escolas em que lecionavam. Na década de 1940, começamos a ver as primeiras tabelas que buscavam sistematizar os dados nacionais para pensar as características das crianças e dos adolescentes brasileiros, do sexo masculino e feminino, estabelecendo um padrão nacional, permitindo o exercício de planejar o que seria o grupamento homogêneo.

Assim, vemos nos impressos as primeiras publicações, estipulando as médias de peso e estatura para as crianças em fase escolar, começando a ser produzidas. A primeira delas, segundo os levantamentos realizados, trata-se de um trabalho publicado na EPHY, em agosto de 1941, denominado “Tabela de peso e estatura da criança brasileira, em idade escolar”, demonstrado na Figura 11:

Figura 11 – Tabela de peso e estatura da criança brasileira, em idade escolar

	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Pêso	Altura	Pêso	Altura
7 anos	21,0	1,14	20,5	1,13
8 "	23,3	1,21	22,7	1,19
9 "	25,0	1,24	24,5	1,23
10 "	28,2	1,28	27,4	1,29
11 "	30,0	1,32	31,0	1,33
12 "	32,0	1,35	34,0	1,40
13 "	36,0	1,39	38,5	1,46
14 "	38,0	1,45	41,5	1,49

Fonte: Educação Physica, agosto de 1941.

A tabela apresentada na Figura 11 é o resultado de um trabalho organizado pelo Dr. Dante Costa, com base nos dados obtidos sobre a análise de 36 mil crianças da região sul do Estado de São Paulo, realizada pela Dra. Ema de Azevedo, e da análise de 9 mil crianças da região norte do Estado do Pará, em pesquisa desenvolvida pelo Dr. Rapisardi dos Santos.

Segundo o Dr. Dante Costa, esse trabalho foi necessário devido à falta de uma tabela padrão para o Brasil, trazendo em si uma média aproximada dos valores de peso e de altura para crianças de ambos os sexos, de 7 aos 14 anos de idade, dividindo essa classificação por gênero e idade.

Nesse mesmo ano, mais especificamente um mês após a publicação do trabalho organizado pelo Dr. Dante Costa, foram, finalmente, publicados pela DEF os primeiros resultados estatísticos produzidos com as fichas médico-biométricas enviadas pelos departamentos médicos dos estabelecimentos de ensino secundário.

A publicação desses dados estatísticos ocorreu por meio do impresso BEF,⁸⁰ em setembro de 1941, em um artigo intitulado “Variações do peso e da estatura dos alunos, nas diversas idades, dos estabelecimentos de Ensino Secundário”, em que a DEF, utilizando as fichas recebidas de quase todo o país, ainda nos primeiros meses de 1940, estabeleceu os resultados estatísticos sobre a análise dos elementos “peso” e “estatura”, que podem ser observados na Figura 12, exibida a seguir.

⁸⁰ De acordo com Schneider (2010) e com os levantamentos realizados por Juliana Martins Cassani, em sua tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 2018, o Boletim de Educação Física foi um impresso oficial editado pela DEF do MES, entre os anos de 1941 e 1958, cujo seu objetivo era a divulgação dos trabalhos técnicos e das medidas administrativas que vinham marcando as atividades dessa Divisão dentro do Departamento Nacional de Educação.

Figura 12 – Resultado estatístico da análise dos dados peso e estatura

PESO				
SEXO MASCULINO				
<i>Idade</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Moda</i>	<i>Frequência</i>
11 anos	34,76 kg	41 kg	35 kg	502
12 anos	37,38 kg	52 kg	35 kg	1 513
13 anos	41,43 kg	53 kg	40 kg	1 816
14 anos	44,59 kg	62 kg	42 kg	1 886
15 anos	49,80 kg	61 kg	51 kg	1 843
16 anos	53,15 kg	58 kg	50 kg	1 371
17 anos	56,27 kg	65 kg	56 kg	1 126
18 anos	57,85 kg	63 kg	45 kg	674
				Frequência total: 10 731
SEXO FEMININO				
<i>Idade</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Moda</i>	<i>Frequência</i>
11 anos	36,01 kg	47 kg	35 kg	466
12 anos	39,63 kg	49 kg	43 kg	1 399
13 anos	41,17 kg	52 kg	45 kg	1 977
14 anos	47,33 kg	53 kg	45 kg	2 160
15 anos	48,71 kg	57 kg	47 kg	2 056
16 anos	50,12 kg	61 kg	48 kg	1 712
17 anos	50,18 kg	61 kg	50 kg	1 099
18 anos	50,37 kg	59 kg	50 kg	636
				Frequência total: 11 503
ESTATURA				
SEXO MASCULINO				
<i>Idade</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Moda</i>	<i>Frequência</i>
11 anos	1,41 m	1,42 m	1,40 m	505
12 anos	1,45 m	1,48 m	1,45 m	1 521
13 anos	1,50 m	1,52 m	1,60 m	1 826
14 anos	1,55 m	1,52 m	1,58 m	1 807
15 anos	1,61 m	1,58 m	1,65 m	1 848
16 anos	1,64 m	1,63 m	1,65 m	1 373
17 anos	1,67 m	1,67 m	1,66 m	1 126
18 anos	1,68 m	1,65 m	1,70 m	672
				Frequência total: 10 678
SEXO FEMININO				
<i>Idade</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Moda</i>	<i>Frequência</i>
11 anos	1,46 m	1,40 m	1,40 m	470
12 anos	1,47 m	1,41 m	1,50 m	1 406
13 anos	1,48 m	1,41 m	1,50 m	1 925
14 anos	1,54 m	1,54 m	1,54 m	2 161
15 anos	1,56 m	1,55 m	1,53 m	2 056
16 anos	1,56 m	1,57 m	1,55 m	1 710
17 anos	1,56 m	1,50 m	1,56 m	1 099
18 anos	1,56 m	1,53 m	1,56 m	637
				Frequência total: 11 514

Fonte: Boletim Educação Física, setembro de 1941.

Como podemos verificar, o estudo contemplou as idades de 11 aos 18 anos, período que abrangia o quarto grau do ciclo elementar (final da idade pré-pubertária), o primeiro e o segundo grau do ciclo secundário (período pubertário e pós-pubertário). Esses períodos correspondiam a um momento de muita atenção na vida dos jovens, em virtude de compreender a fase dos estirões de crescimento, marcada ainda pelos exames físicos periódicos nas aulas de Educação Física, em que qualquer exagero

na realização das atividades físicas ou um descuido na alimentação poderiam ser prejudiciais à saúde dos alunos, como alertava Stoffel (1936).

Na Figura 12, observamos, ainda, a apresentação de três tipos de resultados provenientes da análise estatística dos dados para ambos os sexos: a Média, a Mediana e a Moda. A publicação dessas variações encontradas sobre o tipo de resultado na análise, presumivelmente, foi o que motivou o Dr. Sette Ramalho no desenvolvimento de seu estudo publicado na REF em fevereiro de 1942, intitulado "Média ou Moda: qual o valor central a ser escolhido como ponto de partida para determinarmos a situação de um indivíduo, relativamente aos elementos biométricos nele tomados?", no qual buscou indicar o melhor resultado a ser adotado para a realização dos grupamentos.

Em seu estudo, Ramalho (1942) realizou um trabalho estatístico utilizando 1.200 fichas, provenientes da Escola de Educação Física do Exército, fazendo uso de duas variáveis (a Média e a Moda) para analisar estatisticamente quatro medidas diferentes (a altura, a envergadura, a capacidade vital e o peso) em diferentes quantidades de fichas/indivíduos por grupo.

Ao término de sua pesquisa, Ramalho (1942) demonstrou que a Moda deveria ser utilizada como ponto central apenas quando o número de observação fosse suficientemente grande, escolhendo, assim, a Média a fim de evitar erros maiores, uma vez que esta apresentou uma menor variação diante dos valores centrais.

Quanto ao número relativamente reduzido da quantidade de elementos ponderados pela DEF, justifica-se relatando que os resultados das análises estatísticas se restringiram, inicialmente, aos dados sobre o peso e a altura, pois seria necessário um maior aprofundamento nos estudos dos dados menos comuns.

O artigo apresentava a nota de uma circular que estaria sendo preparada pela DEF, solicitando aos Departamentos Médicos de Educação Física dos estabelecimentos de ensino que realizassem a observação do comportamento dos organismos dos alunos durante os exercícios físicos e durante as provas práticas. Essas informações seriam anexadas, em formato de relatório, juntamente com as cópias das fichas médico-biométricas que, posteriormente, seriam encaminhadas à DEF.

Estão presentes no artigo informações sobre uma outra nota circular que, no dia 23 de outubro de 1940, havia sido enviada aos colégios, solicitando que os dados

das provas práticas fossem expressos em números, com letra legível ou então transcritos à máquina e encaminhados, sem demora, à DEF.

Percebemos, nesse momento, que começava a se manifestar no impresso o interesse pelos estudos relacionados com os níveis de condicionamento e performance dos educandos, o que demonstrava que a DEF estaria dando início a mais um trabalho de pesquisa destinado ao público jovem. Isso poderia resultar na produção de novos dados sobre a aptidão dos estudantes, considerados como sinalizadores da evolução e desenvolvimento físico dos escolares, os quais permitiriam a comparação e, posteriormente, a utilização na formação dos grupamentos homogêneos.

Na sequência nos dedicaremos a observar os tipos de provas aplicadas nos exames físicos destinados aos adolescentes, rapazes e moças em idade escolar, do 4º grau do ciclo elementar ao 2º grau do ciclo secundário, para avançar em seu nível escolar e obter seus respectivos certificados de Educação Física. Realizaremos também uma breve comparação entre os exames físicos aplicados aos escolares juvenis e as provas práticas utilizadas nos estabelecimentos militares. Posteriormente, por meio da análise dos debates ocorridos no campo educacional e veiculados pelos impressos de Educação Física, durante a década de 1940, buscaremos analisar os discursos dos diferentes atores que procuravam assegurar a sua autoridade no campo educacional, como meio de avaliar e classificar os grupos de crianças e jovens dentro do sistema escolar.

3.2 Classificar para agrupar: os exames práticos em debate nos impressos

Na busca por documentos que fornecessem algum tipo de orientação para a realização dos exames práticos de Educação Física, foram constatadas, ainda no ano de 1940, as contribuições do major João Barbosa Leite⁸¹ que, em uma publicação realizada na EPHY, em março do ano supracitado, intitulada “Instruções para os exames práticos nos estabelecimentos de ensino”, descreveu um rol de orientações sobre como se daria a preparação e a execução dos exames práticos de Educação Física, assim como relatou também quais seriam os recursos humanos, materiais e estruturais necessários para a aplicação desses exames.

⁸¹ Ver o “Quadro com os dados dos autores” (APÊNDICE A).

Corroborando as orientações descritas por Leite (1940), observamos, mais adiante, algumas contribuições do professor Inezil Penna Marinho,⁸² em uma publicação realizada na RBEF,⁸³ em abril de 1944, denominada “Provas práticas e certificados de Educação Física”. Nesse artigo, diferente de Leite (1940), que buscou apenas descrever como deveriam ser executadas as provas, Marinho (1944a) preocupou-se também em distinguir a natureza das provas, especificando os limites mínimos a serem atingidos em cada um dos testes, de acordo com o gênero dos participantes e com o grau escolar em que se encontravam. Ambos também adentraram nos quesitos sobre a preparação das provas, sobre a certificação e sobre os recursos necessários.

Marinho (1944a) apontava, como referência para o seu texto, as orientações transmitidas em uma conferência realizada no Curso de Informações, pela DEF, em 1941. No entanto, também é possível constatar tais informações presentes nas fichas apresentadas na Portaria Ministerial nº 161 e no trabalho publicado por Leite no ano de 1940.

Conforme Leite (1940) e Marinho (1944a), os exames práticos seriam dirigidos pelo professor de Educação Física, assistidos pelo médico e fiscalizados pelo inspetor de ensino, também denominado de inspetor federal. Submetidos a esses exames, eram aceitos os educandos que atingiam os limites de idade, quanto ao seu grau ou ciclo, ou seja, 12 ½ anos para o 4º grau do ciclo elementar, 15 ½ anos para o 1º grau do ciclo secundário e 17 ½ anos para o 2º grau do ciclo secundário, desde que tivessem sido julgados em condições para a realização de todas as provas no exame fisiológico.

No Quadro 3, a seguir, podemos observar o parecer sobre os tipos de provas a serem aplicadas e os limites mínimos que deveriam ser alcançados pelos grupos, como foi descrito por Marinho (1944a).

⁸² Ver o “Quadro com os dados dos autores” (APÊNDICE A).

⁸³ Segundo Cassani (2018), a Revista Brasileira de Educação Física era um periódico de propriedade de uma empresa comercial, a editora “A Noite”, que possuía em seus exemplares uma publicidade diversificada, assim como artigos que interessavam a um público mais amplo e diversificado, não apenas aos professores.

Quadro 3 – Exames práticos para a obtenção dos certificados de Educação Física

Natureza das provas	Limites mínimos para o 4º grau do ciclo elementar		Limites mínimos para o 1º grau do ciclo secundário		Limites mínimos para o 2º grau do ciclo secundário	
	Meninos	Meninas	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças
1. Corrida (velocidade)	50m em 9seg	30m em 6seg	60m em 9seg	50m em 9seg	100m em 14seg	50m em 8seg
2. Corrida (resistência)	N.A.	N.A.	800m em 3min e 30seg	400m em 2min	1000m em 3min e 30seg	400m em 1min e 50seg
3. Salto em altura com impulso	0,90m	0,80m	1,10m	0,90m	1,25m	0,95m
4. Salto em extensão com impulso	3,25m	2,75m	4m	3m	4,50m	3,25m
5. Transportar um peso em equilíbrio sobre a cabeça	5kg em 20m	5kg em 20m	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
6. Trepar em cordas duplas	4m.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
7. Trepar (1 apoio)	N.A.	N.A.	3m	N.A.	5,50m	N.A.
8. Arremessar três bolas no máximo, com cada mão, para atingir um alvo de um metro de lado	Uma bola de cada mão deve atingir o alvo a 10m	Uma bola de cada mão deve atingir o alvo a 8m	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
9. Arremessar (com ambas as mãos e somar os resultados)	N.A.	N.A.	5kg a 14m soma dos resultados	Uma bola de cada mão deve atingir o alvo a 9m	5kg a 16m soma dos resultados	Uma bola de cada mão deve atingir o alvo a 10m
10. Exercício de equilíbrio sobre uma trave colocada a 1,10m do solo	5seg sobre cada perna	5seg sobre cada perna	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
11. Levantar e transportar	N.A.	N.A.	30kg a 50m em 20seg	15kg a 50m em 20seg	50kg a 80m em 30seg	20kg a 50m em 30seg
12. Dois flexionamentos combinados, dos quais um é executado sobre uma trave	N.A.	N.A.	Altura da trave: 1,10m	Altura da trave: 1,10m	Altura da trave: 1,10m	Altura da trave: 1,10m

* N.A. (refere-se à prova que não se aplica a determinado grupo).

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar no Quadro 3, os tipos de provas e os limites mínimos estabelecidos são os mesmos presentes nas fichas de Educação Física instituídas pela Portaria nº 161 (ANEXO C). As provas práticas não eram idênticas para todos os graus, ciclos ou gêneros. Sofriam modificações nos tipos de tarefas ou na intensidade. Os alunos que atingiam um resultado satisfatório, igual ou superior ao limite mínimo definido, recebiam um certificado que lhes concedia o direito de passar ao grau, ou ciclo seguinte. Entretanto, os alunos que não estivessem nessas condições, em relação ao seu nível de treinamento, eram submetidos a provas com índices inferiores aos previstos para seu ciclo. Esses índices eram estipulados pelo professor de Educação Física, mas não lhe davam direito ao certificado, como elucida Marinho (1944a).

Conforme Leite (1940), os registros dos resultados eram feitos diretamente na ficha e lançados de acordo com a simples indicação de “sim” ou “não”, ou seja, avaliando se o examinado atingiria ou não o limite estabelecido, com exceção da prova de arremesso de peso, que era registrada com dados numéricos. Ao que tudo indica, seria esse o motivo que justificaria a carência de dados numéricos, quanto aos resultados das provas práticas para as análises da performance dos educandos.

Logo, Marinho (1944a) relatou que a DEF, por intermédio da Circular nº 3, de 23 de outubro de 1940, havia modificado essas instruções, solicitando que, provisoriamente, até que fosse verificada a performance dos jovens, os dados de todas as provas práticas deveriam ser expressos em número e enviados a DEF, como relatado.

Para os indivíduos mais jovens, até os 12 anos e meio de idade, os exames clínicos, biométricos e fisiológicos realizados no gabinete biométrico eram suficientes para definir sua classificação, competindo ao médico a cuidadosa observação clínica e fisiológica da situação dos educandos. Ao professor de Educação Física cabia o acompanhamento dos educandos durante as aulas e a aplicação dos exercícios, segundo as recomendações médicas sobre o tipo de exercício a ser trabalhado com cada indivíduo em particular, seguindo as orientações do Regulamento de Educação Física.

Com o início da fase dos exames práticos, o professor de Educação Física passa a ter um envolvimento maior na classificação dos educandos, uma vez que seria ele o responsável por dirigir as provas práticas, em que seus resultados,

utilizados em conjunto com os exames de gabinete, definiriam a formação dos grupamentos homogêneos.

Os exames práticos deliberados para os estabelecimentos de ensino, envolvendo educandos de 12 a 17 anos, muito se assemelhavam aos exames físicos da 3ª parte do Método Francês, destinada à Educação Física Militar e aplicados na Escola de Educação Física do Exército. O capitão Orlando Eduardo Silva e o Capitão e chefe da Seção de Educação Física, João Carlos Gross, ambos articulistas, com publicações na REF, trazem-nos indícios dessa semelhança encontrada na relação das provas que compunham esse tipo de exame.

O capitão Orlando Eduardo Silva, no ano de 1933, ao redigir o artigo “Educação Física Militar: organização de um exame físico”, buscou trazer algumas recomendações ou, ainda, um manual sobre a organização, a sequência e a execução do exame físico da terceira parte do Regulamento de Educação Física. Corroborando suas ideias, observamos, posteriormente, o capitão João Carlos Gross, no ano de 1935, em seu artigo denominado “O exame físico: provas práticas”, remetendo a um outro tipo de organização que, segundo o articulista, seria o modelo que descrevia o padrão, fundamentado nas análises das melhores médias alcançadas pelos indivíduos na realização das provas físicas.

Independentemente das sequências apontadas por ambos, verificamos, nos dois estudos, uma relação padrão das provas que compunham o exame físico nessa categoria, o que possibilita, neste estudo, a elaboração de um quadro comparativo com as provas utilizadas no exame prático de Educação Física nos ciclos secundários de escolarização. No Quadro 4, a seguir, podemos realizar uma comparação dos exames e dos limites estabelecidos para os dois grupos.

Quadro 4 – Comparativo de exames práticos de Educação Física entre os alunos de idade escolar e os Corpos de Tropa

Relação de provas e limites mínimos para rapazes do 2º grau do Ciclo Secundário		Relação de provas e limites mínimos para os Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares	
1. Corrida (velocidade)	100m em 14seg	1. Corrida (velocidade)	100m em 14seg
2. Corrida (resistência)	1.000m em 3min e 30seg	2. Corrida (resistência)	1.500m em 6min e 30seg
3. Salto em altura com impulso	1,25m	3. Salto em altura com impulso	1,25m

4. Salto em extensão com impulso	4,50m	4. Salto em extensão com impulso	4,25m
5. Trepas (1 apoio)	5,50m	5. Trepas na corda	Subir 4,50m de corda e tomar o apoio estendido na barra
6. Arremessar (com ambas as mãos e somasse os resultados)	5kg a 16m soma dos resultados	6. Lançamento de granadas (3 tentativas com o melhor braço/lançamento livre)	650 gramas à 35m
7. Levantar e transportar	50kg a 80m em 30seg	7. Carregar e transportar	50kg a 100m em 30seg
8. Dois flexionamentos combinados, dos quais um executado sobre uma trave	Altura da trave: 1,10m	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os dados apresentados no Quadro 4, verificamos que é possível perceber a similaridade nos tipos de provas e nos limites mínimos estipulados para os dois grupos. As situações que apresentavam divergências dos limites estabelecidos, apontam variações minimamente desiguais, sobressaindo, em alguns casos, uma intensidade um pouco maior nas provas dos Corpos de Tropa. Em outros casos, surpreendentemente, havia uma maior exigência no limite mínimo sobre os alunos do Ciclo Secundário.

Diante dessa similaridade apresentada entre os dois modelos de fichas, é plausível presumir que os exames práticos instituídos pela Portaria Ministerial nº 161, destinados aos educandos de ambos os gêneros, do ciclo elementar ao secundário, derivaram de uma adequação dos exames físicos empregados pelos Corpos de Tropa das Escolas de Educação Física do Exército.

Dentro desse processo de adaptação, é possível verificar, no ciclo secundário, a aplicação das provas em um formato mais educativo quando comparadas com as provas dos Corpos de Tropa. Como indício, observamos, na prova de “arremessar”, a exigência de um trabalho de lateralidade, com a utilização de ambos os braços, enquanto na prova de “lançamento de granadas” visava-se ao lançamento com o melhor braço, com o único intuito de atingir a meta estabelecida. Outra situação que pôde ser observada foi a inserção da prova “flexionamentos combinados”, que demonstrava uma preocupação em averiguar os conhecimentos instrutivos aprendidos pelos educandos durante os períodos de formação.

Nos Corpos de Tropa, assim como dentro do processo de escolarização, para a aplicação de duas, das quatro regras gerais do Método Francês – o grupamento dos indivíduos e a verificação periódica da instrução –, era exigida a aplicação de dois exames médicos no decorrer do ano, fichas biométricas e a execução das provas práticas ou exame físico. Quanto à utilização dessas provas e a formação dos grupamentos homogêneos, o professor Inezil Penna Marinho, em seu artigo “Grupamento homogêneo: considerações em torno desse problema em educação física”, publicado na EPHY, em junho de 1942, e republicado nesse mesmo impresso, em março de 1944, apontou indícios de um mau aproveitamento desse exame por parte dos professores e expressou sua opinião sobre o modo como realizar o grupamento e como ele deveria ser utilizado nas aulas de Educação Física.

De acordo com Marinho (1942), a prova prática seria um “meio” utilizado para a verificação das qualidades físicas do aluno e do grau de aperfeiçoamento do seu sistema neuromuscular, após um período de instrução e treinamento nas aulas de Educação Física, e não um “fim” a ser atingido. No entanto, Marinho (1942, p. 52) descreve que “[...] foi justamente o que aconteceu, [...] com um grande número de professores primários que não estavam preparados para fazer uso dos testes pedagógicos e os transformaram num fim [...]”, ressaltando, ainda, que “[...] sempre que transformamos um meio num fim, há fracasso do sistema” (p. 52).

As provas práticas estariam voltadas ao trabalho de atividades desenvolvidas nas sete grandes famílias de exercícios, descritas no Regulamento de Educação Física, que seriam: marchar; trepar – escaladas – equilíbrio; saltar; levantar – transportar; correr; lançar; atacar – defender-se. Essas famílias de exercícios compunham parcialmente a “lição propriamente dita”, constituindo a parte principal da aula referida no Regulamento nº 7.

O trabalho desenvolvido no decorrer do programa de instrução, utilizando as grandes famílias de exercícios e os flexionamentos, entre outros elementos, tinha propósitos diferentes em cada etapa da formação dos educandos. No ciclo secundário, por exemplo, o Regulamento nº 7 apontava como os objetivos do programa:

Desenvolver a saúde, cuidar particularmente do desenvolvimento da função respiratória. Continuar o desenvolvimento dos sistemas nervoso e muscular para aumentar a energia vital do indivíduo. Ensinar a utilizar economicamente esta energia. Despertar o gosto pelo esforço e o hábito de vida ao ar livre (ESTADO-MAIOR..., 1934, p. 33-34).

A verificação periódica da Educação Física, com a aplicação dos exames fisiológicos e práticos, tinha como fim informar ao professor o estado geral dos seus alunos e direcionar as orientações decorrentes, a instrução e a dosagem do trabalho físico. No entanto, por ser um instrumento utilizado para a classificação dos alunos, em que eles deveriam atingir, em seus resultados, pelo menos os limites mínimos fixados para serem admitidos em um grau superior, é possível que, taticamente, os professores se viram na obrigação de preparar seus alunos para essa etapa avaliativa, descartando as reais finalidades formativas do seu trabalho.

Outra possível hipótese, que levaria o professor de Educação Física a se preocupar, exclusivamente, em instruir seus alunos para a aprovação nas respectivas provas práticas, estaria relacionada com a própria imagem do seu trabalho, demonstrada nos resultados dos exames, diante do médico e do inspetor de ensino, este último um representante federal. O fato de um aluno, considerado apto em um exame fisiológico, não conseguir atingir um condicionamento físico e técnico mediano para a sua aprovação nas provas práticas, possivelmente, poderia refletir uma imagem negativa em relação ao trabalho realizado pelo professor de Educação Física.

Diante dos indícios apresentados pelos textos, buscamos construir análises sobre as possíveis causas que levariam os professores de Educação Física a utilizar taticamente os conhecimentos fisiológicos adquiridos em seu curso de formação para tornar seus alunos aptos fisicamente a atingir os índices determinados pelo Estado em suas provas práticas.

No entanto, tomando de empréstimo as ideias de Bloch (2001, p. 64) sobre a crítica documental, é possível observar que “[...] nem todos os relatos [podem ser] [...] verídicos e os vestígios materiais, [eles] também, podem ser falsificados”. Desse modo, devemos estar atentos aos apontamentos realizados por Marinho (1942) sobre a má utilização dos exames físicos pelos professores. O professor Inezil Penna Marinho também é um autor e ator interessado. Naquele momento, buscava adquirir autoridade e reconhecimento no campo da Educação e da Educação Física, não demonstrando ser a favor do método de avaliação adotado para essa disciplina. Possivelmente, essas críticas poderiam não estar de acordo com o que realmente estava acontecendo, tendo como objetivo fazer circular entre os seus leitores uma má impressão sobre a formação obtida pelos professores e as suas dificuldades em

aplicar os métodos desenvolvidos pelos médicos, seus concorrentes diretos pela autoridade no campo.

Ao contestar certos aspectos sobre a formação dos grupamentos homogêneos, Marinho (1942) destaca não ser esse um problema exclusivo das aulas de Educação Física escolar, mas que ecoa dentro de todo o processo de escolarização. O autor salientou que não era apropriada a utilização do mesmo grupamento para diversos fins, uma vez que os critérios utilizados na divisão de um grupo, para o desenvolvimento de um determinado trabalho, poderiam não ser os mais indicados para a realização de outras atividades. Em muitos casos, os diferentes conhecimentos, capacidades e habilidades intrínsecos ao aluno poderiam contribuir mais na formação de um grupo homogêneo do que apenas o equilíbrio morfofisiológico de seus componentes.

Conforme Marinho (1942), a constituição de turmas, na realização dos exercícios físicos, deveria levar em consideração, para o autor, o traçado do perfil morfofisiológico, cujo objetivo seria reunir indivíduos com condições físicas equivalentes que atenderiam às expectativas do Exército, da Marinha, das forças auxiliares e de todas as instituições que tinham por finalidade manter o equilíbrio morfofisiológico e a boa condição física dos seus homens. No entanto, para a escola de Educação Física, que tinha por objetivo a formação de professores e técnicos, essa forma de grupamento não seria útil.

Segundo Marinho (1942), os alunos matriculados nas escolas de Educação Física estariam sujeitos a desenvolver um trabalho intelectual e prático, aplicado ainda na instrução especializada. Prontamente, não concordava que a constituição das turmas utilizada no primeiro grupamento para as aulas de exercício físico fosse mantida para as aulas de natação, tênis, futebol, boxe, esgrima, entre outros esportes.

Marinho (1942, p. 29) salienta que

[...] os alunos que se apresentam para fazer cursos de educação física, alguns já praticam este ou aquele desporto há muito tempo, tendo deles, portanto, uma larga experiência, enquanto outros se mostram bisonhos. Será de algum valor, neste caso, o grupamento homogêneo pelo perfil morfo-fisiológico? Não seria muito mais conveniente nova organização nas turmas, da qual resultasse um grupamento segundo o grau de aptidão de cada um para cada desporto? [...].

De acordo com as análises do autor, a constituição de um grupamento diferente para cada atividade desportiva permitiria aos instrutores e professores um trabalho

mais bem orientado, podendo se dedicar mais aos alunos atrasados, sem prejudicar os educandos mais avançados.

Focalizando o grupamento para as escolas primárias e secundárias, Marinho (1942) destaca que, nos indivíduos normais, a idade cronológica coincidia com a fisiológica, mas aqueles que se encontravam com a idade fisiológica avançada ou atrasada deveriam ser classificados de forma diferente. Para as escolas primárias, normalmente abrangendo alunos com idades entre 7 e 11 anos, não havia ainda uma relação de dados que permitisse a classificação das turmas homogêneas. Eles eram divididos apenas pela idade cronológica. Em relação às escolas secundárias, Marinho (1942) apresentou, ao final de seu artigo, publicado anteriormente no BEF, em setembro de 1941, uma republicação do quadro contendo os dados levantados pela DEF, em parceria com o Serviço de Estatística do MES, acerca do peso e da estatura dos alunos de 11 a 18 anos. Ele ainda exibiu dois novos quadros resultantes de suas análises. Um apresentando os limites mínimos e máximos sobre a normalidade do peso e da estatura, divididos por Grau e Ciclos (Figura 13), e outro quadro apontando a variabilidade entre os limites dentro dessa divisão (Figura 14).

Figura 13 – Limites mínimos e máximos de normalidade em relação a graus e ciclos

	PESO (2)				ESTATURA (3)				
	S. MASCULINO		S. FEMININO		S. MASCULINO		S. FEMININO		
	A	B	A	B	A	B	A	B	
GRAUS E CICLO									
4.º grau-C. E.	33,400-37,400	37,500-41,400	34,700-38,300	38,400-41,900	130-143	144-147	145-146	146-147	
1.º grau-C. Sc.	41,500-46,600	46,700-51,700	42,000-45,700	45,800-49,400	148-155	156-162	148-152	152-156	
2.º grau-C. Sc.	51,800-54,400	54,500-57,000	49,500-49,900	50,000-50,300	163-165	166-167	156-X	X-Y	
Ciclo Superior	57,100 - X	X - Y	50,400 - X	X - Y	167-X	X-Y	Y-Z	Z-Z'	

Fonte: Educação Física, março de 1944.⁸⁴

⁸⁴ A opção por inserir a imagem do quadro ilustrado na republicação do artigo, em 1944, deve-se unicamente ao fato de essa imagem aparentar uma melhor nitidez devido às condições do documento e do ambiente no momento da sua captura.

Figura 14 – Variabilidade entre os limites máximo e mínimo

GRAUS E CICLO	PESO (2)		ESTATURA (3)	
	S. MASCULINO	S. FEMININO	S. MASCULINO	S. FEMININO
4.º grau-C. E.	8,000	7,200	8	7
1.º grau-C. S.	10,200	7,400	14	8
2.º grau-C. S.	5,000	0,800	4	X
CICLO SUPERIOR	X	X	X	Y

Fonte: Educação Física, março de 1944.

Segundo Marinho (1942), a divisão em turmas “A” e “B”, apresentada no quadro da Figura 13, tinha como finalidade tornar os grupos tão homogêneos quanto possível, havendo ainda novas possibilidades de desdobramentos de turmas (A, B, C, D...), caso fosse necessário, e o quadro da Figura 14 indicava a variação dentro de cada

grupo. Aparentemente, ambos serviriam como um instrumento de apoio aos profissionais envolvidos no processo para estarem efetuando suas divisões.

De acordo com Marinho (1942, p. 52), “[...] com esses dois elementos - peso e estatura - a idade cronológica e os resultados do exame clínico e das provas práticas, poderemos obter um grupamento homogêneo [...]”. Supostamente, essa proposta descartaria o longo processo de coleta de dados descritos nas extensas fichas biométricas destinadas à obtenção do perfil morfofisiológico dos educandos.

Por meio dessas e de outras ponderações realizadas acerca do grupamento nas escolas de Educação Física, podemos observar, nos discursos de Marinho (1942), uma possível tentativa de rompimento com os discursos médicos voltados para a classificação e para o grupamento de indivíduos, aplicados de acordo com o perfil morfofisiológico. Verificamos que Marinho (1942) buscou, de modo tático, pôr em circulação um novo discurso para a realização dos grupamentos homogêneos, de acordo com as habilidades e experiências pessoais dos indivíduos, no entanto mantém de forma sutil a representação de um discurso oficial em seu artigo, aplicando sobre ele um novo trabalho, possivelmente, na intenção de ser reconhecido, mesmo subvertendo o discurso oficial.

3.3 Fichas biométricas: o ponto nevrálgico do debate

A Educação Física implantada nas escolas durante a década de 1930, segundo as concepções estabelecidas pelo Método Francês, deveria ser orientada pelos princípios anatomofisiológicos, direcionando o tipo e nível de instrução recebida pelos educandos, impedindo que fossem impostos exercícios idênticos para indivíduos com valor fisiológico diferente. Para a execução de um plano de Educação Física voltado para esse fim, observamos a primeira regra geral de aplicação firmada no Regulamento nº 7, o “grupamento de indivíduos” (ESTADO-MAIOR..., 1934).

A Escola de Educação Física do Exército, precursora nos estudos sobre o grupamento no Brasil, por meio dos resultados obtidos nos exames morfofisiológicos, organizou, segundo Marinho (1942, p. 16), “[...] baseada em estatística levantada em milhares de fichas de recrutas do Exército, cuja idade é de vinte e um anos, tabelas para cálculo da média e do desvio padrão de 32 elementos diversos”. As turmas para

os exercícios físicos eram divididas respeitando os resultados obtidos nesses exames, conforme o traçado do perfil morfofisiológico.

Com relação ao fichamento dos alunos utilizados nas aulas de Educação Física das escolas brasileiras, é possível observar o trabalho do Dr. João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior, médico e professor Catedrático de Biometria Aplicada da ENEFD, em um artigo publicado na EPHY, em janeiro/fevereiro de 1943, denominado “Aspectos modernos do fichamento biométrico em Educação Física”. Nessa publicação encontramos críticas ao modelo de ficha biométrica utilizada para as crianças, ressaltando sobre a necessidade de uma substituição das extensas fichas empregadas nessas avaliações.

O Dr. Peregrino Júnior, após assumir a Cátedra de Biometria na ENEFD, realizou uma análise dos arquivos de sua cadeira, percebendo a complexibilidade, a extensão e a ausência de objetividade das fichas adotadas, constatando que essas fichas eram inexequíveis e inúteis, uma vez que raras eram as fichas em que todos seus elementos haviam sido registrados.

Como é possível perceber, o consumo das fichas biométricas se opunha em parte às representações da sua criação, resultando em uma outra produção, um pouco distante dos objetivos para os quais foram desenvolvidas. As táticas de consumo, utilizadas pelos atores envolvidos no processo de avaliação biométrica e fisiológica, possivelmente se limitavam à mensuração de dados que possibilitariam a realização do grupamento homogêneo e das possíveis verificações de melhoria das performances, deixando de lado, supostamente, algumas medidas que traçavam o perfil étnico e morfológico que não interferiam nas aptidões para os esportes. A verificação minuciosa de um imenso número de dados, com um grande número de alunos, necessitaria de muito tempo de trabalho e um prazo maior para estipular os resultados finais, dentro de um protocolo que exigia que as verificações fossem realizadas três vezes ao ano, gerando atraso no processo de instrução.

Peregrino Júnior (1943a) declarou ser imprescindível a substituição das fichas adotadas, tanto pela DEF, quanto pelos estabelecimentos escolares, por uma ficha mais simples, fácil e científica, que atendesse ao processo de classificação morfofisiológica e à avaliação do desenvolvimento somático do homem brasileiro.

Ao longo de seu artigo, descreveu as tendências de grupamentos e classificações morfológicas que foram desenvolvidas por outros pesquisadores em

estudos anteriores e, ainda, realizou críticas ao sistema de Viola, utilizado por médicos brasileiros para a realização dos fichamentos biométricos. De acordo com Peregrino Júnior (1943a, p. 46),

[...] é unânime a reação contra o sistema fechado de Viola, mesmo nos centros antropométricos onde se realiza o fichamento individual com finalidade exclusiva e expressamente biotipológica. Acreditamos, por tudo isso, que seria um erro e uma obstinação imperdoáveis continuarmos a realizar o fichamento biométrico, em Educação Física, de acordo com o sistema fechado de Viola, que, se do ponto de vista estatístico e biométrico é correto e científico, do ponto de vista pragmático é desaconselhável por difícil, extenso e complexo.

Para o autor, não seria cabível apenas o contorno das dificuldades e dos atrasos da metodologia biotipológica italiana, mas sim “[...] com um espírito científico e sem compromissos de ordem pessoal ou partidária, fazer a crítica do que existe e procurar novos roteiros, mais modernos, mais práticos e mais objetivos” (PEREGRINO JÚNIOR, 1934a, p. 46). Desse modo, apresentou, na continuação de seu artigo, uma nova sugestão de fichamento, a qual veio a ser publicada na edição seguinte da EPHY, em março/abril de 1943.

Na edição subsequente, conclusiva de seu artigo “Aspectos modernos do fichamento biométrico em Educação Física”, o Dr. Peregrino Júnior (1943b, p. 15) salienta que, como professor de Biometria da Universidade do Brasil, teria refletido muito sobre o problema do fichamento biométrico na realização da classificação e divisão dos alunos, descrevendo suas contribuições nesse artigo de modo a relatar o resultado de suas reflexões com “[...] um gratuito espírito de colaboração, oferecendo sugestões que reputamos oportunas e adequadas para a solução de um dos mais graves e urgentes problemas do Brasil: o problema da criança”.

Segundo Peregrino Júnior (1943b), depois de muito estudo, chegaram à conclusão de que a melhor sugestão seria o sistema antropométrico de Engelbach,⁸⁵

⁸⁵ O sistema antropométrico de Engelbach, criado pelo endocrinologista norte-americano, Dr. William Engelbach, buscava avaliar a “idade endócrina” do indivíduo. Em uma publicação realizada na Revista Brasileira de Estatística, em janeiro/março de 1944, Peregrino Júnior explicou com mais detalhes esse sistema. De acordo com o autor, William Engelbach, “Desejando estabelecer os limites anuais de oito medidas (altura, envergadura, segmento superior, segmento inferior, circunferência da cabeça, do peito do abdômen e o peso) em ambos os sexos, desde o nascimento até a idade dos 20 anos, [...] determinou o ritmo exato do desenvolvimento normal do americano. Essas medidas para a elaboração das tabelas de Engelbach foram tomadas mensalmente durante o primeiro ano, trimestralmente durante o segundo ano e semestralmente durante os seguintes até a idade adulta” (PEREGRINO JÚNIOR, 1944c, p. 62).

com algumas modificações. Juntamente com a proposta, sugeriu um novo modelo de ficha, apresentado na Figura 15, composto por quatro partes: identificação do avaliando (nº da ficha e do aluno, nome, sexo, cor, idade, curso e data); medidas somáticas (peso, altura, envergadura, segmento superior, segmento inferior, perímetro cefálico, perímetro torácico (repouso, inspiração e expiração), perímetro abdominal, diâmetro “bi-acromial” e diâmetro “bi-trocantariano”); medidas funcionais (índice ponderal, elasticidade torácica, capacidade vital, apneia voluntária, força manual (direita e esquerda) e tração lombar); e as medidas raciais (crânio – largura e comprimento –, nariz – largura e altura – e índices cefálico e nasal).

Figura 15 – Modelo de ficha apresentado pelo Dr. Peregrino Júnior

ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
Cadefem de Biometria

Ficha N.º Aluno N.º
 Nome Curso
 Data

	1º EXAME	2º EXAME	3º EXAME	OBSERVAÇÕES
PESO				
ALTURA				
COMPRIMENTO SUPERIOR				
COMPRIMENTO INFERIOR				
PERÍMETRO CEFÁLICO				
PERÍMETRO TORÁCICO (REPUSO)				
PERÍMETRO TORÁCICO (INSPIRAÇÃO)				
PERÍMETRO TORÁCICO (EXPIRAÇÃO)				
PERÍMETRO ABDOMINAL				
DIÂMETRO BI-ACROMIAL				
DIÂMETRO BI-TROCANTERIANO				
ÍNDICE PULSAL				
PLASTICIDADE TORÁCICA				
CAPACIDADE VITAL				
REFLEXO VOLUNTÁRIO				
FORÇA MANUAL (DIREITA)				
FORÇA MANUAL (ESQUERDA)				
FRACÇÃO LUMBAR				
QUADRILHA (COMPRIMENTO)				
QUADRILHA (LARGURA)				
QUADRILHA (ALTURA)				
ÍNDICES CEFÁLICOS				
ÍNDICE NASAL				

DATA

Fonte: Educação Física, março/abril de 1943.

De acordo com o articulista, essa ficha seria capaz de proporcionar informações sucintas e precisas sobre o desenvolvimento morfológico do indivíduo, as características étnicas, o comportamento fisiológico, as aptidões de força e

robustez para a prática de exercícios físicos e a coleta do material estatístico para a elaboração das tabelas de desenvolvimento morfológico brasileiro.

O Dr. Peregrino Júnior, em uma publicação posterior, realizada na RBEF em abril de 1944, intitulada como “Idade biológica e Educação Física”, explicou que o sistema de Engelbach tinha como proposta a aferição da idade morfológica do indivíduo por meio do conhecimento do papel das glândulas internas no seu desenvolvimento morfofisiológico, um trabalho desenvolvido graças aos progressos da moderna endocrinologia. Desse modo, informou ser necessário que os “técnicos de Educação Física” estudassem os segredos do endocrinismo humano para estarem aptos a indicar, dentro de um viés científico, o tipo de exercício adequado a cada idade do educando.

Em uma nova publicação realizada na RBEF, em julho de 1944, e republicada no BEF em dezembro de 1944, o Dr. Peregrino Júnior retoma as discussões sobre os esforços aplicados por médicos e demais pesquisadores na tentativa da formação dos grupamentos homogêneos. Em seu primeiro artigo da série denominada “O eterno problema do grupamento homogêneo”,⁸⁶ aponta, de forma sucinta, as propostas de grupamento e os avanços obtidos por alguns autores em seus métodos empregados ao longo dos anos nesse processo. Segundo o autor,

A primeira tentativa foi talvez a do major dr. Sette Ramalho, na Escola de Educação Física do Exército, grupando os alunos, segundo as normas antropométricas de BARBÁRA, de conformidade com o perfil morfo-fisiológico. O processo embora cientificamente bem fundamentado, não é prático, não é simples, nem é tampouco exequível, tendo merecido as mais severas críticas, inclusive dos técnicos do próprio Exército. E abandonado por longo, difícil e complicado, esse processo de grupamento foi substituído, n'aquela ilustre centro de pesquisas e trabalho, pelo método do capitão dr. Adolfo Ratisbona, baseado na correlação peso-altura. Lúcido e objetivo, colocava destarte o capitão Ratisbona o problema dentro da realidade, elaborando uma tabela de fácil utilização, que inegavelmente tem prestado bons serviços aos que lidam com a matéria.

Fiel à metodologia ortodoxa de Viola, o dr. Floriano Stoeffel realizou, em 1935, no Gabinete Médico das Escolas Secundárias da Prefeitura, um trabalho admirável de minúcias e exatidão, fazendo o grupamento biotipológico dos alunos sob a sua direção.

Em 1940, o tenente dr. Lauro Studart, que é um trabalhador infatigável, apresentou ao Congresso Brasileiro de Educação Física, em São Paulo, um

⁸⁶ O artigo aqui analisado trata-se da republicação realizada pelo BEF, em dezembro de 1944. A edição n. 7 da RBEF, de julho de 1944, referente à primeira publicação desse artigo, não foi encontrada no laboratório. No entanto, constam nos registros seus exemplares no site do Proteroria e as informações encontradas em nota de rodapé nos levam a entender que se trata de uma republicação do artigo original. A mesma situação ocorre com as edições dos meses de agosto e outubro da RBEF, que trabalharemos a seguir.

método pessoal de grupamento, no qual levava em conta apenas três dados: pêsso, altura e capacidade vital. Como se vê, vínhamos caminhando, nesse áspero terreno, no sentido da simplificação. Quer dizer: estávamos progredindo. Porque tôda vez que conseguimos simplificar um problema, é evidente que realizamos um considerável progresso (PEREGRINO JÚNIOR, 1944a, p. 8).

Para o Dr. Peregrino Júnior (1944a), a simplificação dos métodos utilizados para a realização dos grupamentos levaria o processo a um considerável progresso. Nesse sentido, deixa-nos indícios sobre a dificuldade encontrada na aplicação de uma outra proposta para o grupamento de alunos que ele havia sugerido, quando, em colaboração com Gouvêia, do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, em 1943, propôs a aplicação do sistema de grupamento conhecido como “SPA”, que possuía como base a correlação segmento inferior, peso e altura, no entanto foi considerado muito complexo para os profissionais sem um preparo especializado.

Tendo como base os estudos e discursos proferidos pelo professor e médico, Dr. Waldemar Areno, chefe do Departamento Médico da ex-Liga Carioca de Natação e o trabalho de adaptação da tabela de Christian⁸⁷ ao Método Francês, realizado pelo Dr. Otávio Lengruber, da DEF do Rio de Janeiro, o Dr. Peregrino Júnior, analisando a aplicação prática e os resultados promissores obtidos com a utilização da tabela de Christian nas competições da Liga de Natação do Rio de Janeiro, apontou esse sistema de classificação como uma possível solução para o problema do grupamento homogêneo.

O Dr. Peregrino Júnior salientou que essa classificação, utilizando a tabela de Christian, demonstrava-se profícua e coerente com os princípios do Método Francês, ressaltando, ainda, que, se a homogeneidade das turmas obtidas por meio dessa classificação alcançou um grau de excelência nas competições, certamente atenderia às necessidades voltadas à prática regular da Educação Física.

Em seu desfecho, Peregrino Júnior (1944a) concluiu que o problema do grupamento continuava a ser uma questão aberta e destacou que pontos, como a simplicidade, a rapidez e a praticidade, seriam imprescindíveis para a realização desse trabalho. Defendeu também que os grupamentos deveriam ser flexíveis e

⁸⁷ Segundo Peregrino Júnior (1944a), a tabela de Christian foi introduzida no Brasil em 1922, na Associação Cristã de Moços. Essa tabela compreendia quatro elementos fundamentais para o grupamento homogêneo (a idade, o peso, a estatura e a capacidade vital), os quais eram colhidos no exame morfofisiológico e levados a tabelas, condicionando uma soma de pontos que classificaria os indivíduos do sexo masculino em seis grupos e os do sexo feminino em quatro.

adequados aos casos particulares, feitos por meio de tabelas de pontos e com o menor número possível de medidas.

Por fim, é válido salientar que o autor descreve que os professores Alfredo Colombo e Inezil Penna Marinho possuíam processos pessoais de grupamentos fundamentados na aptidão física dos indivíduos, mas relatou não conhecer ainda tais procedimentos, devido ao fato de não terem sido publicados. Esse relato, aparentemente, serviu de inspiração para Marinho e, posteriormente, Alfredo Colombo demonstrou seus posicionamentos acerca do tema.

O professor Inezil Penna Marinho, após os relatos do Dr. Peregrino Júnior, em seu artigo supracitado, efetuou a publicação de um novo artigo, também intitulado de "O eterno problema do grupamento homogêneo", publicado na RBEF em agosto de 1944 e republicado no BEF em dezembro de 1944. Em seu texto descreveu ser grato pela oportunidade de prestar ao público alguns esclarecimentos e de demonstrar as ideias que o incitavam sobre a questão do grupamento homogêneo em Educação Física.

Inicialmente, Marinho (1944b) relatou que quase todos os pesquisadores estavam certos quanto às formas de grupamentos homogêneos apresentadas, porém não abandonou suas ideias previamente relatadas em publicações anteriores e manteve sua opinião sobre a impossibilidade de ser utilizado o mesmo grupamento para os diversos fins. Descreveu, ainda, que o grupamento homogêneo nas aulas de Educação Física tinha como objetivo unir em uma mesma turma indivíduos capazes de realizar um trabalho físico aplicável a todos, quanto à intensidade e à complexidade dos exercícios, a fim de o professor não perder com um aluno desajustado o tempo de aula que seria destinado a todos os outros.

Para Marinho (1944b), o grupamento realizado no gabinete serviria para fins de gabinete, por outro lado, o grupamento voltado para um eficiente trabalho no campo deveria ser realizado no campo. Ressaltou que ninguém jamais imaginou agrupar os alunos em uma classe, considerando seu índice cefálico, mas sim os resultados de seus testes de leitura, escrita, cálculo, entre outros. Então, não deveria ser utilizado na Educação Física o exame morfofisiológico como base para um grupamento homogêneo, mas os testes de aptidão e capacidade física, uma vez que esses testes seriam as provas práticas de eficiência física das quais o professor deveria lançar mão na divisão das turmas para as sessões de exercícios físicos.

Ao analisar as propostas que vinham surgindo a respeito do tema, Inezil Penna Marinho descreveu não estar de acordo com a insistência de vários médicos, com exceção do Dr. Paulo Frederico de Figueiredo Araújo, em estudar o grupamento de indivíduos especificamente do ponto de vista médico, enquanto se trata de um problema educacional. No entanto, não descartou a contribuição do médico no processo de divisão e formação dos grupamentos, salientando que esse profissional estaria na importante função da interpretação segura do funcionamento de cada um dos aparelhos orgânicos, responsáveis pelo estado de saúde dos educandos e pela sua eficiência física.

O articulista declarou que não concordava com as diretrizes do Método Francês, por que esse método não prescrevia provas práticas para avançar os alunos nos primeiros graus do ciclo elementar. Eles eram promovidos de acordo com seu desenvolvimento morfofisiológico, como descreve Marinho (1944b, p. 36):

Êsse critério não nos parece muito acertado, pois somos favoráveis à realização de provas práticas para a passagem de um grupo para outro e achamos mesmo que esta não se deverá verificar sem que a criança demonstre objetivamente que está em condições de receber um regime de trabalho não apenas mais intenso, mas também mais complexo.

Em sua concepção, a DEF deveria considerar a questão e estabelecer provas adequadas, como já acontecia para os demais graus e ciclos, de modo que suprissem essa necessidade presente no Regulamento de Educação Física.

Marinho (1944b) sugeriu que o grupamento homogêneo para o ensino primário, secundário ou comercial fosse desenvolvido levando em conta três processos: o exame médico-biométrico simples e objetivo, constando um exame clínico minucioso, que apontasse o estado de saúde e normalidade dos indivíduos, e um exame biométrico, aferindo apenas o peso e a estatura; as provas práticas com os alunos considerados normais pelos exames médicos; e a subdivisão dos grupos em turmas, considerando o peso e a estatura de acordo com os resultados obtidos nas provas práticas.

Conforme Marinho (1944b), o Dr. Peregrino Júnior, em seu artigo, esqueceu-se de esclarecer que, na Liga de Natação, a tabela de Christian era empregada apenas para crianças e jovens, pois os adultos eram classificados de acordo com o número de vitórias, como já acontecia no Remo e no Atletismo. Ainda relatou que ele não deixou claro seu posicionamento, quando, em seu artigo, descreveu que o

grupamento deveria “basear-se em tabelas de pontos” e declarou que, diante do bom senso e da sua experiência, as tabelas de pontos morfofisiológicas não garantiriam um grupamento homogêneo.

Por fim, posicionou-se contra o parecer do Dr. Peregrino Júnior ao constatar que ele considerava que só poderia haver grupamento com a utilização de medidas biométricas, opondo-se também à “flexibilidade das fichas”, uma vez que considerava que, para cada fim, deveria ter um processo de grupamento homogêneo.

Em resposta às proposições narradas por Marinho (1944b), o Dr. Peregrino Júnior realizou a publicação de um novo artigo na RBEF, em outubro de 1944, com a mesma titulação “O eterno problema do grupamento homogêneo”, republicado no BEF, em dezembro de 1944, quando se manifestou diante dos levantamentos realizados por Inezil Penna Marinho e elucidou alguns tópicos referentes a seu posicionamento descrito no artigo anterior.

Inicialmente, o Dr. Peregrino Júnior esclareceu que as divergências existentes entre seu ponto de vista e as ideias defendidas pelo professor Inezil Penna Marinho seriam apenas aparentes, caracterizando como um grande equívoco os apontamentos de Marinho (1944b) ao declarar, em seu artigo, que ele defendia a tese de que o grupamento seria um problema morfofisiológico de competência médica.

O Dr. Peregrino Júnior se declarou equidistante aos dois extremos. Em sua opinião, o grupamento deveria ser feito pelo médico e pelo professor de Educação Física, ou seja, uma tarefa resultante da colaboração de ambos. Em sua narrativa, Peregrino Júnior (1944b, p.44) explicita:

[...] em verdade o médico não faz grupamento nenhum: êle limita-se a realizar verificações clínicas e biométricas. Examina os indivíduos, faz as mensurações essenciais - e depois encaminha as respectivas fichas ao professor de educação física, para êste, no campo, de acôrdo com os dados fornecidos por aquele e com os resultados das provas práticas, fazer afinal o grupamento homogêneo.

No entanto, manteve seu posicionamento ao reafirmar que um grupamento científico não pode prescindir de medidas e de tabelas, demonstrando que, de certo modo, o professor Inezil compartilhava do mesmo interesse, ao levar em conta uma subdivisão por meio do peso e da estatura. Do contrário, tratar-se-ia de um grupamento empírico, que dispensaria qualquer prova e que manteria como instrumento de avaliação o “olhometro” que, em alguns casos, poderia ser tão bom

quanto qualquer outro instrumento, mas relatou depender da qualidade do “olhometro” utilizado.

Por fim, o articulista concluiu que a sua preferência por uma tabela de pontos nas fichas de Educação Física devia-se ao fato de ser um instrumento de simples manipulação, de demonstrações claras e que não dependeria das impressões pessoais dos agentes envolvidos no processo, destacando, ainda, que o grupamento flexível, criticado pelo professor Inezil, seria a solução ideal, variando de acordo com sua finalidade particular, na aplicação das provas práticas destinadas a diversos fins.

Em meio a esse diálogo, observamos uma publicação do professor Alfredo Colombo, realizada em dezembro de 1944 na RBEF e republicada no BEF nesse mesmo mês e ano, cujo título se apresenta como “A organização de classes em Educação Física”, que teoricamente se trataria de uma resposta ao primeiro artigo da série “O eterno problema do grupamento homogêneo”, publicado pelo Dr. Peregrino Júnior. Colombo (1944a) destaca que seria essa uma colaboração aos companheiros nesse importante assunto.

Inicialmente, Colombo (1944a, p. 9, grifos do autor) elucida não ser “[...] dono de um **processo pessoal de grupamento** e, sim, um simples estudioso que está empenhado em alcançar uma verdadeira Educação Física”. Declara que, certamente, essa atribuição (em destaque) feita pelo Dr. Peregrino Júnior foi referente à apresentação do seu trabalho sobre provas práticas realizado no 1º Congresso Panamericano de Educação Física em 1943.

Para o professor Alfredo Colombo, o exame prático não deveria ser utilizado apenas na verificação dos resultados de um trabalho, mas deveria se apresentar como um importante dispositivo no processo inicial de classificação e divisão dos educandos, uma vez que a capacidade física era um dos fatores determinantes na homogeneização dos grupos.

Observamos, em seu artigo, argumentos favoráveis ao posicionamento do professor Inezil Penna Marinho quanto à importância da utilização das provas práticas para crianças com menos de 12 anos de idade. Segundo Colombo (1944a), a ausência desses exames não era justificável, pois o professor necessitaria de mais uma referência, além dos dados médicos, que pudessem sinalizar um roteiro para o seu trabalho. Evidentemente, não seriam provas de resistência física, similares àquelas aplicadas nos exames dos indivíduos com um grau de desenvolvimento físico

superior aos das crianças, mas provas compatíveis aos seus perfis, por exemplo, “[...] rolar uma bola, pelo chão, numa determinada direção, lançar uma bola para o alto e apanhá-la no ar, etc...” (COLOMBO, 1944a, p. 9).

Fundamentado nas leituras que vinha realizando sobre o tema, Colombo (1944a) relata ter percebido que, no Brasil, assim como em outros países, havia uma concorrência entre médicos e pedagogos pela autoridade dos processos de constituição dos grupamentos homogêneos. De acordo com o autor, o problema no Brasil

[...] vinha sendo teórico e praticamente encarado somente do ponto de vista médico, apesar de que, no campo da aplicação, uma grande maioria de professores realizava-o de modo diferente, isto é, levando em conta as habilidades motoras dos alunos (COLOMBO, 1944a, p. 9).

Por meio dos apontamentos realizados por Colombo (1944a), é possível perceber que, supostamente, grande parte dos professores de Educação Física, mesmo subordinados a um discurso médico que levava em consideração os aspectos morfofisiológicos para a classificação e formação dos grupos homogêneos, taticamente fazendo uso de sua autoridade dentro do espaço escolar, realizavam a divisão dos grupos de acordo com os aspectos que mais os atendiam durante as aulas.

Verificamos no texto a concordância de Alfredo Colombo com o professor Inezil Penna Marinho, ao mencionar suas ideias indicando que seria impossível o uso de um mesmo grupamento para diversos fins e que o importante era, primeiramente, determinar o objetivo do grupamento. Colombo (1944a) descreveu que, embora não fosse facilmente aplicável às sessões de trabalho físico, a classificação dos indivíduos, segundo suas habilidades motoras, “[...] facilita muitíssimo o trabalho do professor e torna mais eficiente a prática das atividades pela motivação e interesse que despertam nos alunos e pela seleção mais apurada dos exercícios reclamados pelo grupo” (COLOMBO, 1944a, p. 11).

Por fim, Colombo (1944a) conclui que, para a organização das classes para a Educação Física, seria preciso, primeiramente, realizar o exame médico-biométrico para verificar as condições de saúde, medidas e deficiências dos alunos. Em seguida, o exame prático, para os alunos considerados normais, a fim de apurar sua aptidão física e o grau de habilidade individual. Os alunos normais deveriam ser reunidos

segundo a idade cronológica, dentro de cada ciclo e grau e, ainda, poderiam ser subdivididos de acordo com o peso e a altura.

Posteriormente, é possível observar, em uma nova publicação, com a mesma titulação que as anteriores, “O eterno problema do grupamento homogêneo”, realizada no BEF em dezembro de 1944 e na RBEF em fevereiro de 1945, o posicionamento do professor Inezil Penna Marinho sobre as considerações efetuadas por Colombo (1944a) e os apontamentos descritos pelo Dr. Peregrino Júnior em seu artigo já referenciado.

Na ocasião, Marinho (1945) relatou ter tido a satisfação de poder verificar pontos de vista em comum com o Dr. Peregrino Júnior, quanto à necessidade do trabalho em conjunto entre médico e professor para a realização do grupamento, parabenizando-o por seu posicionamento em reconhecer o direito que assistia ao professor de Educação Física em agrupar as turmas. No entanto, contesta a colocação do Dr. Peregrino Júnior em caracterizar os apontamentos feitos por ele como um grande equívoco, uma vez que, ao longo do “[...] seu artigo anterior, publicado no n.º 7 desta Revista, em nenhuma passagem do mesmo, o Dr. Peregrino Junior atribuiu ao professor de educação física qualquer função no grupamento homogêneo” (MARINHO, 1945, p. 2).

O professor Inezil Penna Marinho, ao que consta em seus relatos, manteve um posicionamento contrário ao grupamento flexível, justificando que, por mais flexível que fosse, não atenderia a fins diversos, firmando sua ideia de que cada grupamento deveria ser específico, ou seja, para cada objetivo um grupamento adequado. Paralelamente, defendia, ainda, que, para certos objetivos, seria possível fazer o grupamento sem qualquer medida morfológica ou funcional, como ocorria no jiu-jítsu, na natação, no remo, entre outras modalidades.

Quanto ao trabalho realizado pelo professor Alfredo Colombo, Marinho (1945) declara ser essa uma valiosa contribuição para o problema debatido e agradece por reproduzir seus conceitos sobre a necessidade da especificidade dos grupamentos. Em seguida, após uma comparação da conclusão apresentada pelo professor Alfredo Colombo com a conclusão formulada em seu artigo publicado na edição de agosto de 1944 na RBEF, Marinho (1945), ao perceber tamanha semelhança, salienta ter uma maior certeza de que está no caminho certo.

Por fim, Marinho (1945) reiterou, ao finalizar o seu artigo, alguns princípios que, em sua opinião, o grupamento homogêneo, sob o ponto de vista científico, deveria contemplar. São eles:

I) - fim específico a que deverá servir o grupamento; II) - conhecimentos, capacidades ou habilidades que deverão ser considerados preponderantes em relação ao fim que se tenha em vista; III) - elaboração de teste ou outras formas de medidas que possa verificar esses conhecimentos, capacidades ou habilidades; IV) - confirmação, no campo prático, de que os testes ou outras formas de medidas utilizadas, mediram realmente o que se pretendia que eles medissem e que os conhecimentos, habilidades ou capacidades aferidas eram os que verdadeiramente melhor se identificavam com o fim proposto para o grupo homogêneo (MARINHO, 1945, p. 4).

Novamente, é possível perceber que existiu uma luta de representações entre o discurso médico/fisiológico aceito pelo Dr. Peregrino Júnior e o discurso educacional/esportivo defendido pelos professores Inezil Penna Marinho e Alfredo Colombo. Notamos que, ao longo de seu discurso, o Dr. Peregrino Júnior afirmou a posição do serviço médico no processo de classificação dos indivíduos, no entanto não demonstrou estar convicto da grandeza de nenhum método a ser utilizado para a realização do grupamento homogêneo, sobre o qual, após ter trabalhado e sugerido três possibilidades diferentes, declarou que a questão ainda estava em aberto e prontificou-se a conhecer as ideias dos professores Inezil Penna Marinho e Alfredo Colombo.

Observamos, ainda, que, taticamente, Inezil Penna Marinho, de forma astuciosa, procurou direcionar a autoridade do discurso sobre a avaliação para o professor de Educação Física, não descartando o trabalho médico, porém o colocou apenas como parte do processo e não como detentor da palavra final. Possivelmente, a ideia de fornecer a autoridade de divisão dos grupos ao professor estaria atrelada ao controle do campo e ao avanço do desenvolvimento esportivo nos programas de ensino, acima do desenvolvimento morfofisiológico dos alunos, em oposição à concepção defendida pelo Método Francês.

A partir de outubro de 1945, podemos observar o início da circulação do impresso AENEFD⁸⁸ chancelado pela Universidade do Brasil. Logo, em seu primeiro editorial, é possível constatar uma publicação do Dr. Peregrino Júnior direcionada aos

⁸⁸ De acordo com Cassani (2018), esse impresso foi criado em conformidade com o art. 41 do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, que defendia a necessidade de uma publicação periódica que divulgasse os resultados do ensino e das pesquisas realizadas na Universidade do Brasil, promovendo a difusão de uma boa doutrina e de orientação científica com relação à Educação Física.

assuntos referentes à Biometria. Em seu artigo intitulado “Técnica do fichamento morfológico”, com o auxílio de sua assistente, a Dra. Maria de Lourdes Oliveira, o articulista se dedicou a construir uma espécie de “manual” que instrísse o leitor (médico ou professor) na realização dos exames biométricos.

O Dr. Peregrino Júnior retoma a idealização da implantação do sistema antropométrico de Engelbach, já descrito em sua publicação “Aspectos modernos do fichamento biométrico em Educação Física”, realizada no ano de 1943, em que, em contradição às primeiras fichas morfofisiológicas, extensas e inexequíveis, apresentou a nova ficha instituída com um roteiro simples, claro e objetivo, demonstrada nas Figuras 16 e 17.

Figura 16 – Novo modelo de ficha biométrica

FICHA N.º		ALUNO N.º	
Nome		Cár. (R.P.)	
Nacionalidade		Sexo	
Nacionalidade		Idade	
CURSO		1.º EXAME	2.º EXAME
OBSERVAÇÕES			
Pêso			
Altura			
Envergadura			
Segmento superior			
Segmento inferior			
Perímetro cefálico			
Perímetro torácico			
Repouso			
Inspiração			
Expiração			
Perímetro abdominal			
Diâmetro bi-acromial			
Diâmetro bi-trocantérico			
Capacidade vital			
Apnéia voluntária			
Força manual			
Direita			
Esquerda			
Tração lombar			
Crânio			
Largura			
Comprimento			
Nariz			
Largura			
Altura			
Elasticidade torácica			
Índice			
Cefálico			
Nasal			

Fonte: Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, outubro de 1945.

Com algumas alterações sobre o primeiro modelo de ficha idealizado, a nova ficha biométrica produzida por Peregrino Júnior (1945) abarcava quase todos os elementos apontados na ficha anterior, com dois espaçamentos para marcações de

exames e um para observações. Esse novo modelo de ficha passou a ser composto por seis partes. A sua frente (Figura 16) era constituída por cinco frações: identificação (número da ficha e do aluno, nome, nacionalidade, naturalidade, sexo, cor, idade e curso); medidas somáticas (peso, altura, envergadura, segmento superior, segmento inferior, perímetro cefálico, perímetro torácico – repouso, inspiração e expiração –, perímetro abdominal, diâmetro “bi-acromial” e diâmetro “bi-trocanteriano”); medidas funcionais (capacidade vital, apnéia voluntária, força manual – direita e esquerda – e tração lombar); medidas raciais (crânio – largura e comprimento –, nariz – largura e altura); e os elementos a calcular (elasticidade torácica e índice cefálico e nasal). Logo, o verso da ficha (Figura 17) ficou exclusivo para a análise da curva do peso e altura do avaliando, uma observação que o primeiro modelo apresentado não trazia.

Figura 17 – Novo modelo de ficha biométrica (verso)

PESO	CURVA DO PESO E ALTURA												ALTURA		
	19	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120			
1.95															1.95
1.90															1.90
1.85															1.85
1.80															1.80
1.75															1.75
1.70															1.70
1.65															1.65
1.60															1.60
1.55															1.55

PESO IDEAL PELA TABELA

Fonte: Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, outubro de 1945.

Em função do cargo ocupado pelo Dr. Peregrino Júnior, como professor catedrático de Biometria Aplicada na ENEFD, podemos presumir que o sistema antropométrico de Engelbach, assim como o seu modelo de ficha biométrica foram adotados para a utilização nas aulas de Educação Física da ENEFD. Um outro indício

que aponta a aceitação dessas novas ideias é a publicação de outro artigo no impresso AENEFD, em junho de 1947, denominado “Justificação do atual fichamento morfológico na Escola de Educação Física”. Nesse artigo, o Dr. Peregrino Júnior utilizou um outro escrito de sua autoria, publicado anteriormente na EPHY, em janeiro/fevereiro de 1943, intitulado como “Aspectos modernos do fichamento biométrico em Educação Física”, no qual buscou sustentar, por meio de um embasamento teórico/científico, fundamentado nas suas ideias sobre o grupamento homogêneo, os fatores que levaram à adoção do sistema antropométrico de Engelbach e seu respectivo fichamento. Isso demonstrava, possivelmente, uma tentativa de influenciar os professores, os médicos e os outros intelectuais, assim como a DEF e o Estado para adotar sua metodologia para a divisão e classificação dos alunos.

No entanto, em decorrência da busca pela construção de um método nacional de Educação Física e por consequência do fim do Estado Novo, em 1945, que resultou na perda da exclusividade do Método Francês como matriz inspiradora, é possível perceber que para amenizar as tensões do período, o Capitão Antônio Pereira Lira realizou nos dias 15, 16, 17 e 18 de janeiro de 1946, na sede da ENEFD, uma reunião de professores de Educação Física para a apresentação do "Anteprojeto do Método Eclético de Educação Física”, elaborado por uma comissão de professores daquela escola.

O parecer sobre essa reunião, assim como os detalhes sobre a proposta defendida foram publicados pelo professor Inezil Penna Marinho e seus colaboradores no impresso AENEFD, em junho de 1946, em um artigo intitulado “O eterno problema do grupamento homogêneo”.

Dentre as numerosas orientações presentes na proposta do anteprojeto para a classificação dos alunos, é possível constatar a existência de diversas ideias defendidas pelo professor Inezil Penna Marinho. Em relação às regras gerais para a formação do grupamento homogêneo no ciclo elementar, observamos a realização preliminar do exame médico, seguida pela reunião em graus das crianças normais, utilizando como referência o peso, a estatura e a idade cronológica. Para o autor, “[...] nos indivíduos normais a idade cronológica coincide com a idade fisiológica [...]” (MARINHO, 1942, p. 30, 52). Posteriormente, ocorreria a subdivisão da turma de

acordo com a observação do professor de Educação Física, segundo o desenvolvimento psíquico dos alunos.

Para as turmas do ciclo secundário, foi sugerido pela proposta que o grupamento homogêneo se iniciasse com a realização preliminar do exame médico, seguido por provas práticas, nas quais se obteriam os pontos alcançados pelo estudante, permitindo a subdivisão dos alunos já classificados em um determinado grau, por meio da proximidade das pontuações apresentadas.

Tendo como meta a necessidade de um caráter prático e utilitário, a comissão julgou de alta relevância que a classificação do ciclo elementar coincidissem com os períodos correspondentes à escolarização pré-primária e primária e, na classificação do ciclo secundário, fosse considerada a escolarização secundária, deixando claro ao final que o resultado desse estudo deveria ser submetido à experiência.

Dentro da nova proposta, é possível observar que o professor de Educação Física assumiria um papel importante no processo de formação dos grupamentos homogêneos do ciclo elementar, ficando responsável pela etapa final dessa classificação, ou seja, da subdivisão dos alunos segundo o seu desenvolvimento psíquico. No ciclo secundário, percebemos que as propostas descritas para a divisão dos alunos caminhavam em paralelo com as ideias de classificação relacionadas com seus respectivos níveis de performance, os quais seriam extraídos dos dados das provas práticas.

Segundo Marinho et al. (1946, p. 54), a Comissão não desconsiderou o estudo sobre as classificações baseadas no desenvolvimento das características secundárias inerentes a cada sexo, como as estabelecidas pelo Regulamento de Educação Física, os estudos produzidos por Nicola Pende e pelo Dr. Floriano Stoffel, mas descreve que essas classificações “[...] foram julgadas menos objetivas e de menor valor prático que a classificação proposta pela Comissão, embora nelas reconhecendo alto valor científico”.

Percebemos que, naquele momento, com a experiência acumulada em relação a como deveria ser realizado o grupamento homogêneo, com vários articulistas apresentando as suas proposições nos impressos, respondendo à demanda de adaptação do Regulamento nº 7 ao perfil do estudante brasileiro, começava a aparecer um debate que apresentava o interesse de construir um método nacional que atendesse às nossas características. Esse fato nos revela que o Método Francês

estava perdendo a hegemonia, mesmo que discursivamente, sobre a Educação Física escolar. Dessa forma, abria possibilidades para outros investimentos, tomando como fonte de inspiração o ecletismo, uma marca fundamental no modo de construção e desenvolvimento do Regulamento de Educação Física importado e traduzido pelo Exército Brasileiro.

Detectamos, por meio da imprensa pedagógica e de variedades, após um longo debate, de pelo menos 20 anos, que, ao final da década de 1940, ainda que um discurso médico mantivesse o interesse de dar continuidade aos princípios eugênicos e morfofisiológicos para a classificação e formação dos grupamentos homogêneos, por conta das demandas verificadas pelos professores e professoras de Educação Física, começou a nascer a vontade de não apenas adaptar o Regulamento nº 7, mas também de construir um projeto pedagógico para a Educação Física que estivesse relacionado com a nossa nacionalidade, com a criação de um método nacional.⁸⁹

3.4 Considerações parciais

Com a adoção do Método Francês nas aulas de Educação Física escolar durante a década de 1930, houve necessidade de ser adaptado um novo plano de divisão e de classificação dos alunos. Esse novo método apresentava uma classificação que tinha como referência a idade fisiológica dos alunos que, segundo os autores do manual, resultaria na realização do mais perfeito grupamento homogêneo, tendo como pilar as práticas e os discursos desenvolvidos por médicos e fisiologistas reconhecidos no período.

Para a formação dos grupamentos homogêneos, diversos conceitos foram desenvolvidos e publicados nas revistas de Educação Física, transformando esses impressos em instrumentos de incessantes debates. Inicialmente, observamos médicos e militares que aparecem discutindo esse assunto, mas, posteriormente, percebemos também o surgimento dos professores de Educação Física, ou seja, três níveis diferentes de intelectuais refletindo sobre o mesmo tema, qual seja: o papel da Fisiologia na construção de uma identidade para a Educação Física na escola, o que

⁸⁹ Como pode ser percebido no estudo de Bruschi (2019) sobre a circulação e apropriação do Método Francês no Brasil, entre os anos de 1931 e 1960.

essa fisiologia teria a contribuir na produção de uma normalidade biológica para os educandos e como o governo faria essa normalização do sistema educativo.

Com a publicação dos primeiros dados oficiais, que auxiliariam na divisão e na formação dos respectivos grupamentos homogêneos, uma nova preocupação foi colocada em circulação, a necessidade de obter dados referentes aos níveis de performance dos educandos. A DEF, nesse momento, passa a solicitar dados numéricos para a avaliação do rendimento físico dos educandos. Assim, por meio deles, novos estudos relacionados com o grupamento homogêneo seriam realizados, supostamente, classificando os alunos não apenas pelo seu perfil morfofisiológico, mas também considerando seus níveis de desenvolvimento e performance.

A imprensa periódica nos fornece indícios da ocorrência de discursos que resistiram à adoção do Método Francês, posicionando-se em desacordo com os métodos de classificação apontados por médicos e fisiologistas que utilizavam conceitos antropométricos e biotipológicos para a realização do grupamento homogêneo. Essas objeções foram possíveis de serem observadas, principalmente, nos debates e nos discursos produzidos pelo professor Inezil Penna Marinho.

O professor Inezil Penna Marinho foi um intelectual que agiu como um caçador furtivo no território inimigo que, ao adentrar em meio aos discursos médicos, buscou trabalhar de forma tática com os dados e as produções oficiais, inserindo de maneira sutil seu posicionamento em meio aos discursos estrategicamente impostos. Sua luta, ao que tudo indica, estava voltada para a busca da adoção de novos padrões de avaliações e para a aquisição da autonomia do professor de Educação Física na realização dos grupamentos homogêneos, aplicando essa classificação em concordância com o desenvolvimento das capacidades físicas e esportivas dos educandos e não mais conforme o seu desenvolvimento morfofisiológico. No entanto, como a autoridade do discurso estava nas mãos dos militares e dos médicos, eles procuraram instituir a metodologia que mais se adequasse aos seus interesses, resultando nos embates na busca pela representatividade e pela autonomia do campo.

Identificamos que essa luta de representações ocorreu no momento em que os autores buscaram demonstrar a superioridade de uma teoria sobre a outra, desenvolvendo argumentos para provar a capacidade que um método avaliativo tinha sobre o outro. Assim, colocavam em dúvida também a autoridade sobre a melhor

forma de conduzir as práticas de classificação de organização das atividades direcionadas para os alunos.

Em um momento de transição, essas lutas fazem todo o sentido e são até esperadas, uma vez que o Estado ainda não possuía autoridade suficiente sobre o tema, pois havia importado um manual que dialogava pouco com a cultura brasileira e com os seus “tipos raciais”.⁹⁰ Assim, havia necessidade de que outras pessoas também o fizessem e, após conseguirem sintetizar o que era esse processo de interpretação antropométrica e antropológica, poderiam absorver os discursos mais científica e politicamente considerados interessantes sobre o tema.

De posse desses dados e com algumas certezas estabelecidas, poderia ser determinado o que seria o indivíduo normal, o que sofria de alguma patologia e deveria ser curado, identificando aqueles que fugiam da média, debilitados ou extraordinários, que deveriam ser direcionados para atividades específicas condizentes com as suas classificações. Essas são formas de disciplinar, agrupar, corrigir, homogeneizar e controlar a criança e o desenvolvimento da sociedade.

Em um país marcado pelas imigrações e pela mestiçagem, as tecnologias apresentadas para fazer a seleção dos alunos em grupamentos homogêneos, levando em consideração a ciência disponível, chocam-se com a realidade brasileira, um Estado que estava sendo construído com muita diversidade cultural e étnica, e, historicamente, havia feito um baixo investimento em políticas de saneamento, em escolarização e na produção de uma cultura nacional.

Pelo modo como o discurso foi desenvolvido, pelas imagens que fez circular, pelas representações que dão a ver a luta pela autoridade, salientamos que essa busca pela normalidade nos discursos científicos, capaz de oferecer ferramentas para afirmar um modo específico de avaliação, não era somente para melhor adequar o método à escola. Ele nos faz perceber que, naquele momento, se considerava que a normalidade física se pressupunha uma normalidade emocional, intelectual e biológica, tendo, entre as linhas do discurso, uma teoria eugênica que movimentava o imaginário dos autores, médicos, militares e professores.

⁹⁰ Sobre a teoria dos Tipos *Raciais*, ver o texto de Stepan (2004), “Eugenia no Brasil, 1917-1940”, no livro “Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe”, organizado por Gilberto Hochman e Diego Armus.

CONCLUSÃO

Com a introdução do Método Francês como metodologia oficial para a Educação Física a ser adotada pelas escolas brasileiras, a partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, realizada durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, o Regulamento nº 7 se tornou o instrumento orientador para os instrutores, professores e professoras de Educação Física formados nas escolas de Educação Física. Essas escolas foram criadas no período, como já apresentado por Bruschi (2019), no estudo sobre a circulação do Regulamento de Educação Física no Brasil.

Para o desenvolvimento da Educação Física como disciplina escolar, conforme as novas exigências metodológicas, o agrupamento dos alunos, segundo a idade fisiológica, passou a ser uma das regras gerais para a aplicação do método. O grande problema proveniente dessa imposição revelou-se no fato de o próprio Regulamento nº 7, por se tratar de um método estrangeiro, não ter sido adaptado às condições do povo brasileiro. Na sua tradução pelo Exército, não eram informados aos usuários do dispositivo os modos específicos da sua utilização. Além disso, no processo de tradução, também não eram apresentados dados nacionais para a classificação da população em que seria aplicado e nem os procedimentos específicos a serem utilizados para a obtenção dos dados classificatórios.

Como foi descrito pelos militares, no preâmbulo do livro, haveria a necessidade, ao longo dos anos, de serem realizadas adaptações do conteúdo prescrito no manual às características do brasileiro, pois, durante o seu uso no cotidiano escolar, poderiam surgir dúvidas quanto à sua aplicação, então os militares se colocaram à disposição para dialogar com os interessados e, na medida do possível, esclarecer essas dúvidas por meio de novas publicações. Percebemos, então, que, taticamente, a Escola de Educação Física do Exército criou a REF, possivelmente, com o intuito de manter o controle sobre a interpretação do método e divulgar as orientações oficiais para os leitores.

No entanto, observamos que essa adoção não foi feita de forma pacífica, pois grupos que naquele momento também eram considerados como autoridade sobre o campo educacional e buscavam ser protagonistas da Educação Física também se colocavam na condição de fazer a mediação entre o prescrito pelo Regulamento nº 7

e os possíveis usuários dessa nova tecnologia para a organização e a aplicação do ensino.

Como um indício da luta por essa notoriedade, identificamos, no campo editorial, o nascimento da revista EPHY, criada no mesmo ano e mês que a REF por professores que mantinham relações com a ACM, uma instituição com sede nos Estados Unidos da América, que tinha proximidade de objetivos com a ABE, que também demonstrava interesse pela disseminação do esporte como principal conteúdo a ser trabalhado na Educação Física escolar.

Constatamos que a revista EPHY, por não ser considerada como uma voz autorizada, se empenhou em produzir um grande número de artigos voltados para o estudo da Fisiologia e se apropriou taticamente dos discursos oficiais acerca do novo método na busca por adquirir um prestígio no campo editorial e o reconhecimento pelos leitores como um instrumento formativo para os professores e professoras de Educação Física.

Na EPHY, os editores/autores vulgarizavam um discurso fundamentado na eficiência e no rendimento, em consonância com as bases pedagógicas do Regulamento nº 7, entretanto apontavam o esporte como o principal agente para o aperfeiçoamento da raça, um fator responsável pelos embates e discussões no campo educacional, principalmente, referentes à formação dos grupamentos homogêneos, devido às divergências com os discursos médicos/fisiológicos difundidos pelos militares, encontrados, por exemplo, nos artigos de Inezil Penna Marinho que apontava de maneira sutil a possibilidade da realização da divisão dos grupos segundo o grau de aptidão dos alunos para cada desporto.

A imprensa periódica pedagógica e de variedades da Educação Física procurava fazer a mediação das informações oficiais, regulamentadas pelo Estado, para os leitores, principalmente por meio de artigos em que buscavam analisar as consequências desse processo de transição metodológica, que tinha como base um discurso eugênico e ortopédico, e outro que se fundamentava na ciência fisiológica e dos saberes que lhe davam sustentação.

Na tentativa de promover ideias que atendessem às exigências fisiológicas para o trabalho com o novo método e que solucionasse o problema da melhoria das condições físicas do homem brasileiro, o que era ambicionado pelo Governo, médicos, fisiologistas e demais pesquisadores surgiram durante o período dando voz aos

discursos e práticas avaliativas que poderiam ser empregados no campo pedagógico para satisfazer essas demandas.

Entre os autores que mais se destacaram nesse momento, encontra-se o Dr. Augusto Sette Ramalho, pioneiro nas publicações nos impressos de Educação Física sobre os assuntos referentes à Fisiologia e à Antropometria como estratégia avaliativa e orientadora do ensino da Educação Física no contexto da escolarização. Além de verificarmos as inúmeras contribuições desse autor para a compreensão do nosso objeto, foi possível perceber o capital simbólico que ele possuía como médico, militar e instrutor de Biometria da Escola de Educação Física do Exército, o que explicava a autoridade de seus discursos em frente às orientações e solicitações expostas em seus artigos.

Assim como o Dr. Sette Ramalho, outros médicos, atuantes nos gabinetes biométricos das escolas brasileiras (técnicas e de ensino superior), na S.E.P.E.F. ou no Departamento Médico da E.E.F.E., pretendiam também desenvolver métodos para a realização dos grupamentos homogêneos. Visavam a alcançar, em alguns casos, o aprofundamento dos estudos fisiológicos referentes às práticas avaliativas e, em outros casos, a simplificação do processo e a pedagogização do uso dos dados fisiológicos para o ambiente escolar. Enquanto alguns especialistas objetivavam desenvolver fórmulas, quadros e gráficos comparativos, outros se debruçaram sobre as pesquisas quantitativas, em levantamentos de dados com um grande número de indivíduos, a fim de obter resultados que apontassem a média padrão do brasileiro.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos durante a década de 1930, antes da publicação dos primeiros dados oficiais para a classificação dos alunos, pudemos observar as contribuições do Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel que, com a intenção de alcançar um maior refinamento em relação às técnicas de classificação e avaliação do desenvolvimento dos alunos, se aprofundou nos estudos da Endocrinologia e da Biotipologia, apontando a necessidade de uma subdivisão dos educandos segundo o seu perfil morfofisiológico.

Outro trabalho analisado foi a pesquisa organizada pelo Dr. Lauro Barroso Studart, que resultou nos primeiros quadros contendo as médias de peso, estatura e índice ponderal de um grande número de indivíduos, mais especificamente, moças de 11 a 16 anos, estudantes do Distrito Federal, cujos dados, porventura, poderiam ser

utilizados como referência para a formação dos grupamentos homogêneos nas escolas.

Ainda verificamos que o trabalho do Dr. Paulo Frederico Figueiredo de Araújo, em discordância com a metodologia provisória instituída pelo Governo, de classificação dos alunos segundo a idade cronológica, buscou desenvolver uma técnica para a realização do grupamento homogêneo que utilizava a mensuração de apenas três elementos (estatura, peso e capacidade vital). Foi considerada pelo autor a mais adequada para as condições daquele momento.

Ao observarmos esses estudos, produzidos em um período em que o principal anseio dos autores girava em torno da obtenção da média padrão do brasileiro, podemos perceber que cada especialista procurou desenvolver uma nova proposta para a realização dos grupamentos homogêneos, de modo que atendesse às expectativas das autoridades para a correta aplicação do novo método. Como foi possível perceber, cada trabalho desenvolvido trazia consigo as intenções pessoais do pesquisador, seja a quebra de paradigmas científicos em circulação no momento, seja, simplesmente, o melhoramento das propostas para a realização dos grupamentos. Ainda fundamentados em nosso referencial teórico-metodológico, entendemos que esses autores, possivelmente, tinham a intenção de obter o reconhecimento no campo e a autoridade na representação dos discursos.

No início da década de 1940, após a publicação dos primeiros resultados oficiais, produzidos pela DEF, referentes ao padrão de peso e estatura de alunos e alunas das escolas brasileiras, ocorreu uma modificação nas solicitações feitas por esse departamento. Assim, a exigência a respeito da obtenção dos dados numéricos do rendimento físicos dos educandos demonstrava que, possivelmente, os níveis de performance também viriam a ser utilizados para a formação dos grupamentos homogêneos.

Ao realizarmos a comparação entre as provas práticas dos alunos em idade escolar e os exames físicos aplicados aos Corpos de Tropas, pudemos verificar que o sentido dos discursos caminhava paralelo à formação militar. Mesmo que fosse obtido nas escolas civis um resultado diferente de uma formação realizada dentro da Caserna, possivelmente, esse trabalho tinha a intenção de preparar, desde a escola, indivíduos aptos para o serviço militar, promovendo seu desenvolvimento físico em compatibilidade com as atividades realizadas nas instituições militares.

Durante a década de 1940, tivemos o surgimento de três novas revistas de Educação Física. A primeira delas foi o BEF, um periódico que representava a voz do Governo na divulgação de informações referentes ao campo da Educação Física. Na sequência, a RBEF, um impresso comercial que, assim como o BEF, visava a divulgar notícias oficiais, além de publicar artigos pedagógicos, técnicos e esportivos. Posteriormente, o AENEFD, periódico criado com o intuito de divulgar os resultados das pesquisas realizadas na ENEFD. Assim como a REF, essas três revistas foram dirigidas por militares, que também compunham os seus corpos editoriais, o que afirmava a autoridade desse grupo no controle dos discursos em circulação no período.

Ao longo da década de 1940, observamos nos impressos a presença do Dr. João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior, um autor que, assim como o Dr. Sette Ramalho, por sua representatividade como médico e professor catedrático de Biometria Aplicada na ENEFD, também possuía voz autorizada em frente aos discursos referentes aos exames médicos efetuados na Educação Física. Logo, em seus primeiros artigos publicados e analisados em nosso levantamento, é possível perceber a sua opinião a respeito das fichas biométricas utilizadas na avaliação dos alunos e seu posicionamento sobre os estudos desenvolvidos anteriormente por outros pesquisadores em busca da realização do grupamento homogêneo.

O Dr. Peregrino Júnior apontou um novo modelo de ficha a ser adotado, assim como propôs a adoção do sistema antropométrico de Engelbach como a melhor sugestão para a realização dos grupamentos homogêneos. No entanto, é possível observar que, ao demonstrar um certo interesse em conhecer as propostas de grupamentos realizadas pelos professores Inezil Penna Marinho e Alfredo Colombo, deu início a um extenso diálogo que foi veiculado por meio dos impressos.

A necessidade de novas teorias que atendessem às demandas do Estado para aplicação do novo método de Educação Física resultou nas incessantes lutas entre os diferentes grupos de intelectuais que almejavam ser ouvidos por meio dos impressos. Logo, nenhum especialista se fez presente em meio a essas discussões de forma neutra e desinteressada. Mesmo no caso do Dr. Peregrino Júnior, que relatou que suas reflexões sobre o assunto se tratavam de um “gratuito espírito de colaboração”, é possível perceber, por meio dos estudos de Melo (2005), que, no início

da década de 1950, ele assumiu a direção da ENEFD, o que explicava a sua intenção pela busca da autoridade sobre essa temática.

Os professores Inezil Penna Marinho e Alfredo Colombo compartilhavam de ideias semelhantes. Acreditavam ser necessária a utilização de provas práticas para avançar os alunos em todos os graus e ciclos, que também caberia ao professor a participação no processo de formação dos grupamentos homogêneos e que o mesmo grupamento não atenderia a diversos fins. Contudo, é possível observar que Marinho ainda avança na discussão, ao propor que o grupamento feito no gabinete serviria para fins de gabinete e que, para um eficiente trabalho no campo, o exame deveria ser realizado no campo.

Assim, Inezil Penna Marinho colocou-se como interlocutor de modo furtivo nas discussões voltadas para a Educação Física escolar, apropriando-se taticamente das publicações oficiais, tanto as que faziam referência às provas práticas quanto as que traziam informações sobre os dados estatísticos de peso e estatura dos alunos, conseguindo obter, por meio de suas colaborações, uma maior visibilidade de seus discursos, o que inicialmente lhe proporcionou a oportunidade de se posicionar e opinar de maneira discreta sobre os métodos utilizados para a realização dos grupamentos homogêneos.

É possível perceber que, mesmo o Método Francês se fundamentando em princípios fisiológicos, os discursos proferidos por médicos e fisiologistas que se encontravam em uma posição de autoridade, do mesmo modo que os conteúdos oficiais divulgados por meio dos impressos ou dos decretos traziam consigo informações que, além de avaliar as condições físicas dos alunos, objetivavam obter uma classificação etnológica/racial, girando em torno de uma concepção eugênica que nunca deixou de estar presente nos discursos oficiais, assim como nunca deixou de ser o objetivo do Estado, que visava à formação de um homem novo para atuar na nova sociedade que se projetava.

Os exames antropométricos e fisiológicos eram as ferramentas mais modernas e racionais para o modelo de ciência experimental que se desenvolvia naquele momento, pois forneciam dados concretos sobre o desenvolvimento e as condições físicas dos indivíduos, podendo-se, por meio desses exames, estipular o padrão a ser alcançado nas aulas de Educação Física. Esse padrão indicava o nível de

normalidade do sujeito, uma normalidade física que, aos olhos daquela ciência, estaria ligada a uma normalidade intelectual e moral.

As teorias da Fisiologia tratadas pelo autores permitiram que eles enxergassem diferentes possibilidades de a Educação Física ser inserida nas instituições de ensino primário e secundário, fazendo a transição para uma nova cultura escolar, principalmente da escola graduada projetada para o desenvolvimento da simultaneidade, da gradualidade e da universalidade do ensino, do modo como era proposta pela Reforma da instrução pública implementada por Francisco Campo, pela Portaria Ministerial nº 70, de 1931. Nesse documento se instituiu que deveria haver uma homogeneização do ensino e da avaliação para cada disciplina, o que demandou que os intelectuais interessados na matéria organizassem um discurso pedagógico para o ensino da Educação Física, que se materializou em uma recomendação de que as classes de alunos fossem organizadas pelo que chamaram de grupamentos homogêneos.

A obrigatoriedade da prática de exercícios da Educação Física para todas as classes, do ensino primário, secundário e normal, tendo como base uma reforma nacional, revela também a criação de uma cultura escolar centralizada nas necessidades do Estado Nacional, diferente do que vinha até então acontecendo com as reformas isoladas, realizadas pelos Governos Estaduais, sem organicidade e conexão com uma universalização e síntese de uma cultura nacional. O que os intelectuais propõem é a escolarização da Educação Física tendo como base um método criado na França, imposto como obrigatório em um país continental, com amplas diferenças étnicas, culturais e econômicas.

Com uma variabilidade de tipos físicos que não se enquadravam nas medidas previamente oferecidas pelo Regulamento nº 7, foi necessário que os intelectuais se debruçassem sobre um conjunto de teorias da Fisiologia e da Antropometria, destacando as melhores ferramentas para, por meio dos exames biométricos, estabelecer as diferenças e semelhanças entre os alunos, constituindo grupos com características comuns para formar de modo homogêneo as classes que seriam submetidas às práticas de ensino oferecidas pela disciplina Educação Física. Nesse processo, foi necessária uma transposição didática, uma vez que a linguagem e as práticas da Fisiologia e da Antropometria deveriam ser pensadas para o ambiente da

escolarização, ultrapassando o espaço do laboratório, e adaptadas ao vocabulário dos professores e das suas práticas de ensino.

Entre as décadas de 1930 e 1940, podemos enxergar, por meio dos debates realizados pela imprensa pedagógica e de variedades, muitos intelectuais buscando com os seus utensílios teóricos oferecer soluções para a adaptação do Método Francês, o Regulamento nº 7, para o agrupamento homogêneo das classes de alunos. Naquele momento, eles debatiam sobre as melhores fórmulas para fazer a distribuição dos alunos e encontrar as regularidades dos elementos antropométricos e fisiológicos mensurados nos exames biométricos, que pudessem orientar o ensino das práticas corporais previstas no manual.

Na falta de uma orientação pontual, expressa no Regulamento nº 7, estava-se inventando, nos debates oferecidos pelas revistas, uma pedagogia para as práticas corporais, que passaram a ser associadas aos conhecimentos da Fisiologia, mediadas pelos saberes teóricos e práticos aplicados nos exames biométricos, como forma de garantir a escolarização da Educação Física na cultura escolar em formação, obrigatória a partir da reforma instituída por Francisco Campos no governo centralizador de Getúlio Vargas.

Com as modificações no perfil da Educação Física, os exames antropométricos e fisiológicos ganharam um lugar importante na escolarização, passando a fazer parte dos discursos oficiais e da formação dos novos instrutores, professores e professoras de Educação Física. Por meio do estudo dos impressos pedagógicos e de variedades da Educação Física, percebemos os intensos debates ocorridos no período, mas também observamos a sua importância como um dispositivo didático-pedagógico para a aplicação do novo método.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. **Presença americana na educação física brasileira: padrões culturais na imprensa periódica (1932-1950)**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BERMOND, Magda Terezinha. **A educação física escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey**. 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BERTO, Rosianny Campos. **Regenerar, civilizar, modernizar e nacionalizar: a educação física e a infância em revista nas décadas de 1930 e 1940**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

BERTOLI, Josefina; FREITAS JÚNIOR, Ismael Forte; SANTOS, Sueyla Ferreira da Silva. Histórico e conceitos de medidas, avaliação, antropometria e composição corporal. In: FREITAS JÚNIOR, Ismael Forte (org.). **Padronização de medidas antropométricas e avaliação da composição corporal**. São Paulo: CREF4/SP, 2018. p. 13-27.

BLANCKAERT, Claude. Lógicas da antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 145-156, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbh/a/mXsXWJV5wXTvbFq6NBwsWcS/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 2 set. 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1937. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 maio 2022.

BRUSCHI, Marcela. **As mulheres na escolarização da educação física no Espírito Santo**: professoras e autoras (1931-1936). 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BRUSCHI, Marcela. **Entre a França e o Brasil**: criação, circulação e apropriações do Método Francês de Educação Física (1931-1960). 2019. 327 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, 2019.

BRUSCHI, Marcela; ELLER, Marcelo Laquini; SCHNEIDER, Omar. A criação do Método Francês: as disputas em torno de um objeto de ensino da educação física. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/M58LN9vVxBMtVYKfbyWLHmC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.

CASSANI, Juliana Martins. **Da imprensa periódica de ensino e de técnicas aos livros didáticos da educação física**: trajetórias de prescrições pedagógicas (1932-1960). 2018. 419 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, 2018.

CASTRO, Celso. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica**: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1991.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Rio Claro, n. 2, p. 177-229, 1990.

ESTADO-MAIOR do Exército. **Regulamento de Educação Física**: primeira parte. Rio de Janeiro: Biblioteca da "A Defesa Nacional", 1934.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.

FERREIRA NETO, Amarílio. A pedagogia no Exército e na escola: a educação física (1920 - 1945). **Motrivivência**, Florianópolis, n.13, p. 35-62, nov. 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **O método francês e a educação física no Brasil**: da caserna à escola. 1992. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. **Uma ciência moderna e imperial**: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola e o esporte**: uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MELO, Victor Andrade de. Os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desporto (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2005.

MELO, Victor Andrade de. Relação teoria e prática e a formação profissional na educação física brasileira: aspectos históricos. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 7, n. 8, dez. 1995.

SCHNEIDER, Omar. **Educação physica**: a arqueologia de um impresso. Vitória: Edufes, 2010.

SCHNEIDER, Omar. Entre a correção e a eficiência: mutações no significado da educação física nas décadas de 1930 e 1940: um estudo a partir da revista Educação Physica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 2, p. 39-54, 2004.

SCHNEIDER, Omar; LOCATELLI, Andrea Brandão. **Educação física, educação e escolarização**. Vitória: NE@D/Ufes, 2013.

SILVA, André Luiz dos Santos. **Nos domínios do corpo e da espécie**: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da educação física. 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Classes populares e educação popular na Primeira República**: problemas, valores e lutas. 1991. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

THOMAZ, Luciana Costa Lima. Raízes eugênicas da biotipologia neo-hipocrática francesa no período de entreguerras. In: MARINHO, Maria Gabriela S. M. C; MOTA, André (org.). **Eugenia e história**: ciência, educação e regionalidades. São Paulo: CD.G Casa de Soluções, 2013. p. 73-84.

VIEIRA, Luiz Renato. Educação e autoritarismo no Estado Novo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 83-94, jan./dez. 1992.

FONTES

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939**. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, 17 abr. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931a. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Capital Federal, 1 maio 1931, p. 6945 a 6951. Disponível em: http://biblioteca.in.gov.br/web/dou/dou/-/document_library/kcmautn6AnNs/view/579859?_com_liferay_document_library_web

_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_navigation=home&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_curFolder=&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_deltaFolder=&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_deltaEntry=75&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_orderByCol=modifiedDate&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_orderByType=asc&p_r_p_r esetCur=false&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_curEntry=2. Acesso em: 1 fev. 2022.

BRASIL. Portaria do Ministério da Educação e Saúde Pública nº 70, de 30 de junho de 1931b. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Capital Federal, 31 jul. 1931. p. 12405 a 12427. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104322/1931%20-%20Portaria%20Ministerial%20-%20DOU%2031-07-1931%20-%20Programas%20do%20curso%20fundamental%20do%20ensino%20secund%3%a1rio%20e%20instru%3%a7%3%b5es%20metodo%3%b3gicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BRASIL. Portaria do Ministério da Educação e Saúde nº 161, de 11 de maio de 1939. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Capital Federal, 25 ago. 1939. p. 20465- 20476. Disponível em:

http://biblioteca.in.gov.br/web/dou/dou/-/document_library/kcmautn6AnNs/view/580424?_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_navigation=home&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_curFolder=&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_deltaFolder=&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_deltaEntry=75&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_orderByCol=modifiedDate&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_orderByType=asc&p_r_p_r esetCur=false&_com_liferay_document_library_web_portlet_DLPortlet_INSTANCE_kcmautn6AnNs_curEntry=2. Acesso em: 20 fev. 2022.

LOURENÇO FILHO. Educação física e a futura raça brasileira. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 37, p.10-12 e 60, nov. 1939.

PEREGRINO JUNIOR. Avaliação biométrica do desenvolvimento normal do brasileiro. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, ano V, n. 17, p. 49-66, jan./mar. 1944c.

RAMOS, Jayr Jordão. Treinamento físico militar: subsídio para reorganização do C-21-20. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 79, p. 31-33, [s. m.] 1955.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DO EXÉRCITO)

Antropometria, biotipologia e exames físicos, fisiológicos e laboratoriais

A FICHA biométrica nos corpos de tropa. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 34, p. 32-33, ago. 1937.

ALMEIDA, Washington Augusto de. Influência do exercício físico sobre o peso: observações feitas na E.E.F.E. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 52, p. 43-54, abr. 1942.

ALMEIDA, Washington Augusto. Ficha biométrica simplificada para os corpos de tropas e estabelecimentos militares. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 53, p. 55-60, jun. 1942.

ARENO, Valdemar. A classificação morfo-fisiológico da liga de natação do Rio de Janeiro: pelo Dr. Valdemar Areno, chefe do Departamento Médico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 44, p. 36-37, nov. 1938.

ARNOLD, Arno. Medicina desportiva: corridas – saltos – lançamentos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 36-37, dez. 1933.

ARNOLD, Arno. Medicina desportiva: corridas – saltos – lançamentos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 15, p. 30-31, abr. 1934.

BONORINO, Laurentino Lopes. A determinação do esforço físico e os resultados da bioenergetica. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, [s. p.], jun. 1932.

BRANCO, Pacifico Castello. Processos praticos para correção dos desvios vertebrais. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 34, abr. 1933.

COMO fazer uma ficha de corpo de tropa. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 31-33, ago. 1936.

CROSS, João Carlos. O exame físico: provas práticas. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, v. III, n. 29, p. 30-32, dez. 1935.

DEPARTAMENTO MÉDICO DA E.E.F.E. Manual de biometria. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 57, p. 28-32, jan. 1948.

DEPARTAMENTO MÉDICO DA E.E.F.E. Manual de biometria. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 58, p. 33-37, abr./mar. 1948.

DEPARTAMENTO MÉDICO DA E.E.F.E. Manual de biometria. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 59, p. 25-28, ago. 1948.

EDUCAÇÃO física infantil. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, [s. p.], fev. 1933.

ESTUDO morfológico dos atletas: aplicação da forma ao desporto. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 33, p. 5-6, out. 1936.

FICHA morfo-fisiologica “tipo-brasileiro” a ser adotada nos corpos de tropa e estabelecimentos militares. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, [s. p.], mar. 1933.

FICHA morfo-fisiológica para a educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 15, p. 39-40, abr. 1934.

GABINETE de biometria: material necessário à confecção da ficha biométrica da E.E.F.E. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 22, p. 18-19, maio 1935.

INFLUÊNCIA da classificação pela ficha biométrica para a matrícula nos P.C.C. e P.C.S. promoção e efetivação de praças. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 8, maio 1936.

LIMA, Oriot Benites de Carvalho. O metabolismo básico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 55, p. 5-6, out. 1942.

MORAES, Aureo. Como fazer a prova fisiologica em campo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, [s. p.], jan. 1933.

NEVES, José Almeida. Biometria utilitária. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 63, p. 5-6, [s. m.] 1949.

RAMALHO, Augusto Sete. Contribuição para a educação física militar: uma ficha para os corpos de tropa. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 30-33, jan. 1934.

RAMALHO, Augusto Sette. Contribuição para a educação física militar: a ficha para os corpos de tropa. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 19, p. 33-40, fev. 1935.

RAMALHO, Augusto Sette. Das fichas biométricas. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 10, p. 3-5, ago. 1933b.

RAMALHO, Augusto Sette. Das fichas biometricas. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 11, p. 10, out. 1933c.

RAMALHO, Augusto Sette. Das fichas biométricas. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 11, p. 3-5, out. 1933c.

RAMALHO, Sete. Estudos originais de bio-estatístico: faixas de normalidade: sugestões ao Dr. Lauro Studart: pelo cap. Dr. Sete Ramalho. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 44, p. 32-33, nov. 1938.

RAMALHO, Sete. Média ou moda? – qual o valor central a ser escolhido como ponto de partida para determinarmos a situação de um indivíduo, relativamente aos elementos biométricos nele tomados? **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 51, p. 30-36, fev. 1942.

RAMALHO, Sette. A correlação capacidade vital e a estatura. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 46, p. 31, out. 1939.

RAMALHO, Sette. A correlação capacidade vital e estatura pelo cap. Dr. Sette Ramalho. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 45, p. 28, jun./jul. 1939.

RAMALHO, Sette. Cadernetas de saúde. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, v. III, n. 29, p. 33, dez. 1935.

RAMALHO, Sette. Determinação da idade fisiológica das crianças pelos dados antropológicos registrados graficamente: método francês. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 2-3, ago. 1936a.

RAMALHO, Sette. Fichas para crianças. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 40-46, maio 1933a.

RAMALHO, Sette. O exame médico na educação física da criança, pelo método francês. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 33, p. 10, out. 1936b.

RAMALHO, Sette. O gabinete biometrico na educação física moderna. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, [s. p.], jul. 1932.

RAMALHO, Sette. O trabalho médico na educação física: exposição esquematizada. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 28, p. 5-11, nov. 1935.

RAMALHO, Sette. Os indices de robustez e a Escola de Educação Física do Exército. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 43, p. 13, out. 1938.

RAMALHO, Sette. Representação gráfica das qualidades bi mensuráveis: perfis. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 6-7, dez. 1933d.

RAMALHO, Sette. Uma ficha para a biotipologia de Barbara. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 5-6, nov. 1933.

SILVA, Orlando Eduardo. Educação física militar: organização de um exame físico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 44-48, abr. 1933.

STOFFEL, Floriano Peixoto Martins. Biotipologia. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 37, p. 17-24, dez. 1937.

STOFFEL, Floriano. O controle médico da educação física em suas relações com a biotipologia e a endocrinologia. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 9-11, maio 1936.

STUDANT, Lauro; ALMEIDA, Otacílio. O controle da fadiga pela urina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 46, p. 29-30, out. 1939.

STUDART, Lauro B. Índices biométricos femininos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 35, p. 25-28, out. 1937.

STUDART, Lauro Barroso. Medicina desportiva. Do controle médico sobre o aparelho respiratório. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 29, maio 1936.

STUDART, Lauro Barroso. Os exames complementares em educação física: contribuição da fotometria. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 25, p. 10, ago. 1935.

STUDART, Lauro Barroso; ALMEIDA, Otacílio. O teste de Donágio e a creatina na urina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 48, p. 7-8, set. 1941.

STUDART, Lauro Barroso; ALMEIDA, Otacílio. Os exames do laboratório de pesquisa. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 55, p. 7-8, out. 1942.

STUDART, Lauro. Aspectos morfo-fisiológicos dos biótipos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 41, p. 29-31, ago. 1938.

TAVARES, Luiz da Silva Tavares. O controle médico dos exercícios físicos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 24, p. 5-7, jul. 1935.

TAVARES, Luiz da Silva. O exame médico-desportivo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 12-13, nov. 1933.

Fisiologia da criança

A GINÁSTICA como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 26, p. 8-10, set. 1935.

ABADE, Adílio Alcantara. Necessidade da educação física para firmar espiritual e fisicamente a personalidade da criança. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 52, p. 14-16, abr. 1942.

ABADE, Ilidio Alcantara O. O primeiro ano da criança na escola e o seu crescimento físico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 13, maio 1933.

ALCÂNTARA, Idílio. A saúde das crianças das escolas brasileiras pelo prof. Idílio Alcântara (inspetor regional de educação física do Estado de São Paulo). **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 45, p. 34, jun./jul. 1939.

ARENO, Waldemar. Educação infantil. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 56, p. 19-20, nov. 1947.

NEMANN-NEURODE, Detlev. Porque as crianças devem praticar a ginástica. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 18-23, abr. 1933.

SALEMA, Octavio. A ginástica infantil, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 27, p. 10-12, out. 1935.

SALEMA, Otávio. A ginástica infantil, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 34, p. 2-4, ago. 1937.

SALEMA, Otávio. A ginástica infantil, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 28, p. 33-34, nov. 1935.

SALEMA, Otávio. A ginástica infantil, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 31, p. 3-7, maio 1936.

SALEMA, Otávio. A ginástica infantil, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 32, p. 4-6, ago. 1936.

SALEMA, Otávio. A ginástica infantil, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 33, p. 31-32, out. 1936.

SALEMA, Otávio. A ginástica, como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 30, p. 33-35, mar. 1936.

SALENA, Otávio. A ginástica como fator de desenvolvimento cerebral na espécie humana. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, v. III, n. 29, p. 4-6, dez. 1935.

Fisiologia da mulher

ARENO, Valdemar. A mulher e o esporte. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 40, p. 9, jul. 1938.

BERARDINELLI, W. As formas femininas e a educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 33, p. 1, out. 1936.

BONORINO, L. Lopes. Educação física feminina: deve a mulher praticar exercícios físicos na fase menstrual? **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, [s. p.], mar. 1933.

EDUCAÇÃO física feminina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, [s. p.], mar. 1933.

RAMOS, Jair Jordão. Educação física feminina. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 37, p. 35-38, dez. 1937.

Fisiologia do exercício

ARNOLD, Arno. Medicina desportiva: corridas – saltos – lançamentos. Tradução de Erlindo Salzano. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 17, p. 11-12, out. 1934.

BONORINO, E. Lopes. O papel das espaduas nos lançamentos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, [s. p.], jan. 1933.

BONORINO, L. Lopes. O papel da espadua nos lançamentos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, [s. p.], fev. 1933.

RAMALHO, Sette. Educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 47, p. 5-7, dez. 1939.

Nutrição

CASTRO, Josué de. O problema da alimentação na educação física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 29, jan. 1934.

ESCUDERO, Pedro. A alimentação do desportista. Tradução de W. Berardinelli. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 16, p. 3-5, jul. 1934.

ESCUDERO, Pedro. A alimentação do desportista. Tradução de W. Berardinelli. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 17, p. 3-4, out. 1934.

LIMA, Oriot Benites de Carvalho; STUDART, Lauro Barroso. Alimentação do desportista. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 47, p. 34-37, dez. 1939.

OS ALIMENTOS e suas funções no organismo. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 36, p. 37-38, nov. 1937.

UZÊDA, Vergílio de. Alimentação e exercício físico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 46-47, nov. 1933.

Saúde

FERREIRA, Hermilio. Os malefícios da sedentariedade. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, [s. p.], jun. 1932.

JAGOT, Paulo C. Todos devem poder dormir bem. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 54-55 e 62, maio 1939.

MARTINS, Bráulio D. Exercício físico, agente profilático e terapêutico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 30-32, nov. 1933.

OLINTO, Plínio. Fadiga física e psíquica. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 17-18, nov. 1933.

SEDENTARIEDADE. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, [s. p.], jul. 1932.

Sistemas celulares e orgânicos

ARAÚJO, Frederico de Figueiredo; STUDART, Lauro Barroso. Modificações do quadro leucocitário ocasionados pelo trabalho físico. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 22, p. 3, maio 1935.

BRANCO, Pacífico Castelo. Os exercícios respiratórios nos desvios da coluna vertebral. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, v. III, n. 29, p. 9, dez. 1935.

COLONIA, Ilidio Romulo. Saude pela força ou força pela saude? **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, [s. p.], jul. 1932.

EVORA, Luiz de Azevedo; MASCARENHAS, Brenno Cruz. Da ginástica respiratória: respiração abdominal ou diafragmática: sua importância prática. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 49, p. 16-18, nov. 1941.

FINOCHIETTO, Ricardo. Água no joelho. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 36-37, maio 1933.

GONZAGA, Octavio. Medicina e higiene: dores do crescimento. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 9, p. 9-10, jun. 1933.

LA FRANCA, Sebastião. Treino físico e tonus cardíaco. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 23, p. 35-36, jun. 1935.

MARGARIA, Rodolfo. O combustível de escolha no trabalho muscular. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 36, p. 3-5, nov. 1937.

MORAIS, Aureo. Da dinâmica da caixa torácica: estudo cinesiológico dos movimentos respiratórios. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano X, n. 50, p. 12-17, dez. 1941.

OLIVEIRA, Francisco R. O temor da insuficiência cardíaca no desporto. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 3-5, jan. 1934.

TAVARES, Luis da Silva. A prova de bürger: seu valor e suas aplicações em Educação Física. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 18, p. 6-7, dez. 1934.

TAVARES, Luiz da Silva. Educação respiratória. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 21, p. 4-5, abr. 1935.

VAQUEZ, H.; CHAISEMENTIN. Educação física e pressão media. Tradução de Virgílio Alves Bastos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, [s. p.], jul. 1932.

EDUCAÇÃO PHYSICA

Antropometria, biotipologia e exames físicos, fisiológicos e laboratoriais

A FICHA biometrica nos corpos de tropa. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 70-71, dez. 1936.

ALFARO, Gregório Araoz. Exame medico periódico e a prolongação da vida. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 61, set. 1940.

ARAÚJO, Paulo Frederico Figueiredo de. Educação física nos estabelecimentos de ensino. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 55-56 e 74, out. 1940.

ARAÚJO, Paulo Frederico Figueiredo de. Educação física nos estabelecimentos de ensino. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 38-40, nov. 1940.

ARENO, Waldemar. Higiene no exercício físico. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 45-46 e 55, set. 1942.

BIOMETRIA: instruções para o Serviço Medico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino: instruções baixadas pelo Departamento Nacional do Ensino do Ministério da Educação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 38-44, nov. 1939.

CLASSIFICAÇÃO de atletas. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 76-77, out. 1939.

COTEAU, Bellin de. Nem sempre são de origem raquítica os desvios vertebrais. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 19-20, nov. 1940.

HASTINGS, Milo. O que é crescimento das creanças. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 33-37, mar. /abr. 1942.

INDICE de robustez. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 16, maio 1938.

LEITE, João Barbosa. Instruções para os exames práticos de educação física nos estabelecimentos de ensino. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 13 e 58, mar. 1940.

MARINHO, Inezil Penna. Grupamento homogêneo: considerações em torno desse problema em educação física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 65, p. 15-16, 29-30 e 52-54, jun. 1942.

MARINHO, Inezil Penna. Grupamento homogêneo: considerações em torno desse problema. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 57-61, mar. 1944.

NARDI, Antonio Menotti. A sciencia do homem perfeito: biotypologica. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 23-26, jan. 1938.

O PESO e a idade. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 37, out. 1941.

PADRÕES de aptidão física: os padrões de aptidão física usados nas escolas do Texas podem ser de grande utilidade na avaliação da capacidade dos estudantes brasileiros. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 15, jul./ago. 1943.

PENDE, Nicola. Biotipologia e atletismo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 33-34 e 42, jun. 1939.

PEREGRINO JUNIOR. Aspectos modernos do fichamento biométrico em educação física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 44-46, jan./fev. 1943a.

PEREGRINO JUNIOR. Aspectos modernos do fichamento biométrico em educação física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 73, p. 14-16, mar./abr. 1943b.

RAMALHO, Sete. Fichas para crianças. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 14 e 16, jun. 1940.

RAMALHO, Sette. Fichas para crianças. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 60-62, abr. 1940.

TABELA de peso e estatura da criança brasileira, em idade escolar. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 57, p. 46, ago. 1941.

VERIFIQUE sua robustez. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 67, p. 42, ago. 1942.

Fisiologia da criança

CARDELLAS, José Maria. Êsse andar de pato...: a luxação congênita da cadeira. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 50-53, fev. 1941.

LAHMA, Otavio. Ginástica na primeira infância. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 71, p. 27-32 e 45-46, dez. 1942.

LANG-LEY, Lili. Pernas direitas pés são. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 44-45, fev. 1941.

LOYOLA, Hollanda. Educação física infantil (dos 4 aos 6 anos). **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 13 e 36, set. 1939.

LOYOLA, Hollanda. Educação física infantil: primeira infância – período pré-escolar. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 37-40, abr. 1940.

LOYOLA, Hollanda. Educação física infantil: segunda infância. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 55-57, maio 1940.

LOYOLA, Hollanda. Educação física infantil: terceira idade. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 50-51 e 72, jun. 1940.

Fisiologia da mulher

As jovens e os exercícios físicos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 20-22, mar. 1944.

BERARDINELLI, Waldemar. As formas femininas e a educação física: a moda social e a moda biológica. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 37-38, out. 1940.

BERARDINELLI, Waldemar. As fórmãs femininas e a educação física: a moda social e a moda biológica. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 14-15, mar./abr. 1939.

DEHOUX, Lucien. A ginástica educativa e a mulher. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 42-46 e 70, jan. 1939.

OLIVEIRA, Evaldo. Os exercícios físicos no período menstrual. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 84, p. 17, jan./fev. 1945.

Fisiologia do exercício

ALBERT, A. Lesões do atletismo leve. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 22-25, out. 1941.

ARAÚJO, Paulo Frederico de Figueiredo. Fenômeno fisiológico do treinamento desportivo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 8-9, mar. 1944.

ARAÚJO, Paulo Frederico de Figueiredo. Fenômenos fisiológicos do treinamento desportivo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 78, p. 15-16, abr. 1944.

ARAÚJO, Paulo Frederico de Figueiredo. Fenômeno fisiológico do treinamento desportivo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 79/80, p. 8-9, maio/jun. 1944.

BOIGÉY, Maurice. Educação Física feminina. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 42-43, ago. 1940.

CASTRO, Luiz Carlos Cardoso de. Como respirar na natação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 54, out. 1940.

DEEHOUX, Lucien. O papel do esporte na educação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 27-29, nov. 1939.

FENÔMENOS fisiológicos do treinamento desportivo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 81, p. 33-34, jul. 1944.

GOUD, Adrian G. Alguns efeitos fisiológicos da atividade. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 42-45 e 63-64, jul. 1941.

HÉBERT, Georges. Os perigos físicos do esporte: erros e preconceitos concernentes à especialização. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 10-11 e 61-63, set. 1941.

HELLEBRANDT, Francês A.; MEYER, Maragareth. Dados fisiológicos relativos à participação de mulheres em atividades física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 17-22 e 74-75, fev. 1940.

HESS, Ford. O ensino do ritmo aos corredores de longo percurso. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 38-39, jul./ago. 1943.

KARPOUCH, Peter V. A respiração no mergulho. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 38-42 e 76-77, fev. 1940.

KUDILINSKI, Miceslau. Ação do exercício físico: trabalho baseado em experiências. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 26-29, jan./fev. 1943.

LIN, Hamilton S. Dal. Estudo sussinto da passada e do movimento dos pés. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 66, p. 43-45, jul. 1942.

LÓPEZ, Arturo León. A máquina humana e o combustível. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 20-25, set. 1939.

MAURÍCIO, Hélio Vecchio. A educação física e suas vantagens. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 31-32 e 64, nov. 1940.

MCLOY, Charles H. Objetivos olvidados da educação física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 24-29, nov. 1940.

MORAES, Aurio. Corre-se com os pulmões e respira-se com as pernas. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 58-60, nov. 1939.

RATHBONE, Josephine L. Atividade e relaxação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 66, p. 12-13 e 28-29, jul. 1942.

RIBEIRO, Luiz Gomes Nogueira. O tipo muscular em face da educação física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 67, p. 45-47, ago. 1942.

ROCHA, Martins. Educação física racional. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 14 e 33, jun. 1941.

SÁ, Carlos. Trabalho muscular treinamento e fadiga. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 67, p. 29-32 e 57, ago. 1942.

SANTOS, Horácio dos. Pedagogia da esgrima. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 24-25, jan./fev. 1943.

SCHNEIDER, Edward C. Eficiência física e fadiga. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 73, p. 39-41, mar./abr. 1943.

THIRÉ, Marita. Ginástica feminina o movimento balanceado. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 86, p. 39-40, maio/jun. 1945.

TISSIÉ, Filipe. Fisiologia aplicada ao movimento analítico. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 68-69 e 76-77, jul. 1941.

TISSIÉ, Philippe. Fisiologia aplicada ao movimento analítico. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 57-58 e 67-68, jun. 1941.

VINTRE; GROBON. O perigo dos esportes de competição nas escolas primárias. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 10-11 e 69, fev. 1941.

WOOD, A. A curva do esforço físico na calistenia. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 15-16 e 68-69, nov. 1939.

WOOD, A. A curva do esforço físico na calistenia. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 71, dez. 1939.

WOOD, A. Fisiologia do exercício. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 43-44 e 78, jul. 1939.

WOOD, Alfredo. O abdomen e sua relação com o excesso de peso. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 97 e 106, dez. 1937.

Nutrição

A ALIMENTAÇÃO no verão. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 66, maio 1940.

ALBERTY, Alda J. Cálcio: o elemento vital. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 70-72 e 76, jul. 1939.

ALMEIDA, Dimas de. Esporte e alimentação. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 23, nov. 1937.

BOTELHO, Talino. A alimentação racional. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 70, p. 15, nov. 1942.

BOTELHO, Talino. Alimentos vegetais. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 68 e 70-71, set. 1941.

BOTELHO, Talino. Cuidado com o conteúdo alimentar. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 55-56, jul. 1941.

BOTELHO, Talino. Os sais minerais na alimentação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 66, nov. 1941.

CHEVILLET, P. Equilibre as receitas alimentares e as despesas musculares para conservar a juventude. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 23 e 68, dez. 1938.

ESCUDEIRO, Alberto. Si pratica esporte ou trabalha muito, alimente-se bem. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 20-21, nov. 1941.

ESCUDEIRO, Pedro. Alimentação do desportista. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 62-64, fev. 1939.

HASTING, Milo. É prejudicial á digestão o excesso de alimentos? **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 58-61, fev. 1939.

IMPORTÂNCIA e valor dos alimentos: alguns conselhos práticos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 31-32 e 47, jan./fev. 1943

KELLOGG, Harvey. A alimentação: quanto devemos comer. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-75, maio, 1938.

KLEIN, Steffen Ernest. Alimentação da criança de crescimento insuficiente. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 41-43 e 75, ago. 1939.

MARQUES, Aloysio. O assucar como alimento. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 22, maio 1942.

MATA, J. Vidal. 24 regras para cultivar a saude: como nutrir o nosso organismo, de acordo com as leis naturais da boa alimentação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 57, p. 68-72, ago. 1941.

MENDONÇA, Sálvio. Alimentação das gestantes. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 78, p. 52 e 54, abr. 1944.

MENDONÇA, Salvio. Alimentação do desportista. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 60-61, mar./abr. 1939.

MENDONÇA, Salvio. Alimentação racional. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 71-75 e 79, jun. 1939.

MENDONÇA, Salvio. O hábito alimentar. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 63-64, mar./abr. 1939.

MENDONÇA, Silvio. Alimentação dos velhos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 44-45, maio 1942.

O CÁLCIO no organismo humano. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 18, maio 1942.

O VALOR da boa alimentação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-51, jul. 1939.

OLIVEIRA, Evaldo de. O café na alimentação do atleta. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 86, p. 36 e 40, maio/jun. 1945.

OS ALIMENTOS e suas funções no organismo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 46-48 e 72, fev. 1941.

OS ALIMENTOS em face da saúde e da beleza. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 41-43, maio 1941.

PRINCÍPIOS de alimentação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 56, ago. 1940.

SWARTHOUT, Humberto. Regime alimentar defeituoso. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 63 e 64, ago. 1940.

UZEDA, Virgílio de. Alimentação e exercício. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 66, p. 46-48, jul. 1942.

VALÔR da boa alimentação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 64-65, nov. 1939.

VANDER, A. Que regime é o mais adequado na cura da obesidade corrente? **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 61-62, jun. 1939.

WIGGAN, Albert Edward. A conquista da eficiência pela alimentação. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 70-71, nov. 1938.

Saúde

A ATITUDE: corrija a posição de seu corpo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 38-42 e 70, maio 1940.

ALZUA, Mario. Como se cura um resfriado. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 33-38, out. 1939.

BAKER, Frances. O desenvolvimento da posição erecta e seus efeitos fisiológicos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 50-52 e 65, fev. 1940.

BROWN, Albert. Cuide das unhas de seus pés. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 21-23 e 63, nov. 1940.

BRUNE, G. Nada mais precioso que a saúde. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 42 e 80, jul. 1939.

CARNOT, H. O fantasma da pressão arterial. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 69, p. 22-23 e 64, out. 1942.

CLINTON, Charles. A ação benéfica do jejum sobre a saúde. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 14 e 69-71, out. 1941.

D'ALVAREZ, Martins. Como se manter a saúde dos dentes: o que são os dentes. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 79/80, p. 38-40, maio/jun. 1944.

DESBONNET, Edmond. A saúde pelos esportes. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 17 e 72, dez. 1938.

DEWBERRY, Elliot. Cante e... tenha saúde. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 12-13, jul. 1941.

EMMERSON, Haven. O álcool e as drogas narcóticas. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 40-42 e 65, nov. 1939.

EVERETT, Alice. Fortaleça e embeleze o seu busto. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 49-51, nov. 1939.

FLORENTINO, Rosalvo. "Meus oito anos": necessidade da educação física desde cedo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 60-61, maio 1939.

GASPARINI, Savino. Saúde e doença. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 7980, p. 36-37, maio/jun. 1944.

GINASTICA: a saúde do corpo e a ginastica dos órgãos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 57-58, jun. 1939.

GONZÁLEZ, Justo F. Posições clínicas ou boa postura nos exercícios físicos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 16-17 e 72, set. 1941.

HALTON, Mary. Durma, bêbê, durma. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 34-36, jul. 1939.

HALTON, Mary. Durma, bebê, durma. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 29-30, maio 1940.

HOFFMANN, Bob. Saúde e força. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 54-55, jul. 1937.

INFLUENCIA da luz solar: contribuição para o desenvolvimento e crescimento do corpo humano. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 67, fev. 1939.

JAGOT, Paulo C. Todos devem poder dormir bem. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 30, 1939.

LEY, Lili Von Lance. Para fortalecer a nuca e a espádua. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 19-21 e 74-75, maio 1940.

LOYOLA, Hollanda. Corrija os seus ombros e embeleze o seu tronco: um sistema de exercícios para corrigir ombros caídos e tórax mal formado. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 22-26 e 77, mar. 1941.

LOYOLA, Hollanda. Corrija seu ventre. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 21-24, jan. 1941.

LOYOLA, Hollanda. Montanhismo: esporte que deve predominar nas preferências da juventude do Brasil. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 40-43, jan./fev. 1942.

MALVASSI, Antônio. O treino dos ciclistas: ginástica complementar para o desenvolvimento e fortalecimento da coluna vertebral. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 30-31, mar. 1940.

MILLER, Lois Mattox. A calvície e o tratamento do cabelo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 44-45, dez. 1940.

NEIMARK, D. O exercício ajuda a corrigir o intestino. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 24-27, ago. 1939.

O GRANDE problema da fadiga. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 18-19 e 60, mar./abr. 1942.

O SONO restaura o corpo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 51, jan./fev. 1943.

OLINTO, Plínio. A fadiga e o repouso. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 47-48, nov. 1941.

OS COMPRIMIDOS e a insônia. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 54, jan./fev. 1942.

PARA a beleza feminina: como reduzir o pêso. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 14-15, mar. 1940.

PIROT, Louis-Antoine. Influencia do ar e do sol sobre o organismo humano. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 54-56 e 78, jan. 1939.

RECKZEH, Paul. Intoxicação crônica pelo fumo e a duração da vida. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 20-21; 55 e 60, mar./abr. 1942.

SALAS, Demetrio. Banhos de sol. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 48-49, maio 1939.

SEDWIK, Jaime. A maravilhosa máquina humana. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 47-48, set. 1942.

SILVA, Brenno. Hipertensão arterial. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 66, p. 39, jul. 1942.

STURLA, Américo. O problema da fratura ou luxação do menisco articular nos jogadores de futebol: o segredo de sua cura radical reside no tratamento psíquico do lesado, depois da operação. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 43-49 e 59, maio 1939.

TAVARES, Luiz da Silva. Educação respiratória. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 14 e 60-62, jul. 1941.

VIEIRA, Galdino Nunes. O tratamento hidroterápico na paralisia infantil. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 56, mar. 1944.

WILLIAMS, Carl Earton. Construção da saúde robusta. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 28-32, jan. 1940.

WILLIAMS, Carl Easton. Como conservar o vigor e a mocidade: só há um elixir da juventude: os exercícios físicos quotidianos, que conservam a vitalidade e evitam a hipertensão sanguínea. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 19-20 e 68-69, jan. 1939.

WILLIAMS, Carl Easton. Conserve o vigor de suas pernas. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 34-37; 71-72 e 90, mar./abr. 1939.

WILLIAMS, Carl Easton. Exercícios para desenvolver o thorax. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 10-11 e 76-78, out. 1938.

WILLIAMS, Carl Easton. Exercite-se para robustecer os musculos do peito. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 33-37, jan./fev. 1942.

WILLIAMS, Charles Easton. Como consevar a juventude mediante exercicios abdominais. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 36-39, set. 1938.

Sistemas celulares e orgânicos

AZEVEDO, Vicente de. A natação e a higiene do nariz e dos ouvidos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 57-58, ago. 1940.

BELLISI, Frederico B. As localizações gordurosas. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 26-28, out. 1941.

BERARDINELLI, Waldemar. A prisão de ventre. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 48 e 50-52, dez. 1941.

BERARDINELLI, Waldemar. A prisão do ventre: grande interesse no assunto. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 32-35, nov. 1941.

BROWN, Albert. O pé. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 27-29 e 63, mar. 1941.

BROWN, Albert. Por que adoecem nossos pés? **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 21-23, ago. 1940.

CARDENAS, José Maria. Cuidado com as amígdalas! **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 15-16, nov. 1939.

CARNOT, H. O metabolismo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 67, p. 22-23, ago. 1942.

CARNOT, H. Os que não deixam dormir. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 71, p. 22-23 e 64, dez. 1942.

CHEVILLET, Pierre. O valor da ginástica respiratória. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 42-43, maio 1942.

CIANCIO, Nicolau. As dispepsias: como tratá-las e como evitá-las. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 33-34 e 73, set. 1940.

CIANCIO, Nicolau. O bocêjo – o sono – a cura da insônia. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 46-48, dez. 1940.

CIANCIO, Nicolau. Segredos do nariz. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 30-31, ago. 1940.

COMO se cortam as hemorragias. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 26-28, mar./abr. 1942.

CONHEÇA o seu aparelho respiratório. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 43-44, maio 1940.

DA GINÁSTICA respiratória: respiração abdominal ou diafragmática: sua importância prática. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 24-27, maio 1942.

DEMENY, Geoge. Como trabalham os músculos. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 35-36, set. 1940.

DESÈVRE, Charles. As lacerações musculares. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 28-29, fev. 1941.

DESÈVRE, Charles. As rupturas musculares. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 29-30, jan. 1941.

EFEITOS dos exercícios sobre a digestão. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 73, p. 17, mar./abr. 1943.

ESTUDOS morfológicos dos atletas: aplicação da forma ao desporto. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 24-26, jul. 1940.

FAHRENKAMP, Karl. A vingança do coração. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 30-32 e 106, dez. 1936.

GAMALEIRO, Juaan A. A auto intoxicação do intestino. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 79/80, p. 62-64, maio/jun. 1944.

GONZAGA, Octavio. Dores do crescimento. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 47-48, jan. 1940.

GRASSO, Godofredo. É vantajoso provocar o aumento do volume dos musculos? **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 26-30, fev. 1940.

GRASSO, Godofredo. Importancia da expansão torácica. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 50-51, jun. 1939.

GRASSO, Godofredo. Músculos e cérebro. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 41-43, mar./abr. 1942.

LANE, William Arbuthnet, Lane. A influência das emoções sôbre a saúde. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 59-62, mar. 1940.

LANE, William Arbuthnoth. A influencia das emoções sobre a saude. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 44-45, jan./fev. 1942.

LOTUFO, João. A eliminação dos exercícios respiratórios. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 42-47, out. 1938.

LOYOLA, Hollanda. Aprendamos a respirar. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 25-26 e 75, mar. 1940.

MILLES, Frank. O problema do crescimento. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 27-28, maio 1940.

MORAIS, Áureo. Da dinâmica da caixa torácica: estudo cinesiológico dos movimentos respiratórios. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 36-42; 58 e 63-64, dez. 1941.

MORGENROTH, Ruth Schwarz de. A respiração e a vida. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 50-51, abr. 1940.

O CORAÇÃO dos nadadores. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 52, mar. 1941.

O PÉ. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 76, abr. 1941.

OLMSTEAD, Samuel Edwin. Cultura física e harmonia glandular. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 46-47, abr. 1941.

OLMSTEAD, Samuel. Cultura física e harmonia glandular. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 30-32, fev. 1941.

OS MÚSCULOS e as herneas. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 59-60, nov. 1939.

PATHAULT, A. A adaptação ao frio. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 45-46, set. 1939.

PERELLO, Julia César. O coração nunca se cansa. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 10-12 e 87, mar./abr. 1939.

PERRUSI, Leonardo C. Donde provem a força muscular? **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 56-57 e 92, jul. 1937.

RAMACHARAKA, Yogui. Efeitos da respiração correta. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 35 e 72, jun. 1940.

RICHARDSON, W. A. Envenenamento do sangue. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 73, p. 36-37, mar./abr. 1943.

ROBLES, Raul Java. O desenvolvimento osseo e a educação física. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 20-24 e 28, jun. 1939.

ROYSE, Jesse Coleman. Terá o leitor os nervos para viver vigorosamente? **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 22-23 e 65, nov. 1939.

SEIXAS, João de Siqueira. O coeficiente pulmonar como contribuição a vitalidade do individuo. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 35-36, mar. 1944.

SE QUER ser sadio e forte respire bem. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 18-19 e 47, jan./fev. 1942.

TAPTON, W. O verdadeiro papel das glândulas de secreção interna. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 65-66, fev. 1939.

TISSIÊ, Philipe. A educação física aplicada à digestão. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 32, jun. 1941.

UM POUCO de endocrinologia: estudo sucinto das principais glândulas do corpo humano. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 40-42 e 66, mar. 1940.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Antropometria, biotipologia e exames físicos, fisiológicos e laboratoriais

ARAÚJO, Paulo. VI conferência: o exame médico–biométrico. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 91-97, jun. 1941.

ARAÚJO, Paulo. VIII conferência: o grupamento homogêneo. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 109-115, jun. 1941.

BRAUNE FILHO, Cid. O segredo profissional em face do exame médico nos estabelecimentos de ensino. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 29-39, set. 1941.

COLOMBO, Alfredo. A organização de classes em educação física: sôbre “o eterno problema do grupamento homogêneo”. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 47-52, dez. 1944b.

MARINHO, Inezil Penna. O eterno problema do grupamento homogêneo. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 13-39, dez. 1944b.

MARINHO, Inezil Penna. O eterno problema do grupamento homogêneo. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 57-63, dez. 1944.

MOVIMENTO da remessa de fichas médico-biométricas preenchidas nos estabelecimentos de ensino, à divisão de Educação Física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 5, p. 72, jun. 1942.

PEREGRINO JUNIOR. O eterno problema do grupamento homogêneo. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 43-46, dez. 1944b.

PEREGRINO JUNIOR. O eterno problema do grupamento homogêneo. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p. 7-12, dez. 1944a.

VARIAÇÕES do peso e da estatura dos alunos, nas diversas idades dos estabelecimentos de ensino secundário. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 87-90, set. 1941.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Antropometria, biotipologia e exames físicos, fisiológicos e laboratoriais

ARENO, Waldemar. Exame médico periódico. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 16-17, fev. 1945.

ARENO, Waldemar. Idade adequada para iniciar competições desportivas. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, p. 19-23, dez. 1946.

CASTRO, Leite de. A ficha médica no esporte: considerações em torno do índice de robustês. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 18-21, fev. 1945.

COLOMBO, Alfredo. A organização de classes em educação física (sôbre “o eterno problema do grupamento homogêneo”). **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 12, p. 9-11, dez. 1944a.

LEMGRUBER, Octávio. O grupamento homogêneo pelo processo de Cristian na pratica da educação física da criança e do adolescente. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 40, p. 33-38, jul. 1947.

MARINHO, Inezil Penna. O eterno problema do grupamento homogêneo. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, p. 2-4, fev. 1945.

MARINHO, Inezil Penna. Provas práticas e certificados de educação física. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 58-60, abr. 1944a.

MEDINA, Darcy de Souza. A medicina desportiva na escola nacional. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 4-9, jun. 1945.

MEDINA, Darcy de Souza. Avaliação do examinando-documentário médico-desportivo escolar. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 31, p. 31-34, out. 1946.

MEDINA, Darcy de Souza. Avaliação do potencial cardíaco em medicina desportiva. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16, p. 2-9, abr. 1945.

MEDINA, Darcy de Souza. O repouso de 24 horas precedendo o exame médico. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 50-52, jun. 1945.

MEDINA, Darcy de Souza. Pesquisa da creatinina na urina e sua dosagem, na urina e no sangue como teste de fadiga. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 44, p. 42-46, nov. 1947.

MEDINA, Darcy de Souza. Razões da simplificação em controle médico-desportivo. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 27, p. 7-13, abr. 1946.

MORAES, Áureo. Do agrupamento homogêneo e do controle periódico dos efeitos dos exercícios: apresentação de novos aparelhos. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 64, p. 22-25, jul. 1949.

PADRÕES de capacidade para homens. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 25-29, mar. 1946.

PEREGRINO JUNIOR. "Maturidade" e exercício físico. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 23-24, abr. 1944.

PEREGRINO JUNIOR. Avaliação biométrica da fadiga em Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 6, p. 2-4, jun. 1944.

PEREGRINO JUNIOR. Idade biológica e educação física. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 5, p. 30-32, maio 1944.

RAMALHO, Sette. Estudo morfológico dos atletas: aplicação da forma ao desporto. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 59, p. 14-15, fev. 1949.

Fisiologia da criança

ABADE, Ilydio Alcântara de Oliveira. A criança necessita de educação física para firmar espiritual e fisicamente a sua personalidade. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 35-36, jan. 1945.

Fisiologia do exercício

AMARAL, Antonio Caio do. A fratura dos metacarpianos poderá ser provocada por simples contração muscular? **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 58, p. 18-19, jan. 1949.

AMARAL, Antonio Caio do. A fratura dos metacarpianos poderá ser provocada por simples contração muscular? **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 59, p. 26-27, fev. 1949.

AMARAL, Antonio Caio do. A fratura dos metacarpianos poderá ser provocada por simples contração muscular? **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 60, p. 22-23, mar. 1949.

AMARAL, Antonio Caio do. A fratura dos metacarpianos poderá ser provocada por simples contração muscular? **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 55, p. 5-6, out. 1948.

ARRUDA, Aristeo. Fatores fisiológicos da eficiência do nadador. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 50, fev. 1944.

Nutrição

LEITE, João Barbosa. Alimentação: educação física - desportes. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, p. 1-5, maio 1945.

Saúde

ABBADE, Ilydio Alcântara de Oliveira. A saúde dos escolares. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 15, p. 10-11, mar. 1945.

AMARAL, Antonio Caio do. Importância e conduta do tratamento nos pequenos traumas articulares. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 5, p. 27-29, maio 1944.

HARDELIN, C. A ginastica corretiva postural. Tradução de Inezil Penna Marinho. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 18-20, mar. 1946.

HARDELIN, C. Curso de ginástica corretiva. Tradução de Inezil Penna Marinho. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 35, p. 29, fev. 1947.

HARDELIN, C. Curso de ginástica corretiva. Tradução de Inezil Penna Marinho. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 37, p. 22-23, abr. 1947.

HARDELIN, C. Curso: curso de ginástica corretiva. Tradução de Inezil Penna Marinho. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 36, p. 26-27, mar. 1947.

HARDELIN, Carlos. Curso de ginástica corretiva. Tradução de Inezil Penna Marinho. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, p. 17-18, dez. 1946.

MARINHO, Inezil Penna. Conserve a elegância de suas linhas. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 5, p. 51-53, maio 1944.

MARINHO, Inezil Penna. Respire bem. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 11, p. 28, nov. 1944.

SINAIS de saúde: a execução perfeita dos exercícios é um excelente sinal de saúde. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 58, p. 38, jan. 1949.

Sistemas celulares e orgânicos

O APARELHO circulatório na prática dos desportos. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano V, n. 53, p. 20-21, ago. 1948.

ARENO, Waldemar. Hereditariedade e educação física. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 20, p. 19-20, set. 1945.

CANESSA, Guilermo L. Aplicação da anatomia à educação física. **Revista Brasileira de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 11, p. 14-21, nov. 1944.

ARQUIVOS DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Antropometria, biotipologia e exames físicos, fisiológicos e laboratoriais

MARINHO, Inezil Penna et al. O eterno problema do grupamento homogêneo. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano II, n. 2, p. 51-56, jun. 1946.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes do Rosário. Biometria da nutrição. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, p. 65-76, jun. 1948.

PEREGRINO JÚNIOR. Justificação do atual fichamento morfológico na Escola de Educação Física. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano III, n. 3, p. 26-43, jun. 1947.

PEREGRINO JÚNIOR; OLIVEIRA, Maria de Lourdes. Técnica do fichamento morfológico. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 37-49, out. 1945.

Fisiologia da mulher

ARENO, Waldemar. Considerações médico-desportivas sobre atletismo feminino. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 24-29, out. 1945.

PEREGRINO JÚNIOR; OLIVEIRA, Maria de Lourdes. Trabalho de cadeira de biometria da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: menstruação e esportes. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, p. 16-25, jun. 1948.

Fisiologia do exercício

AMARAL, Antonino Cairo do. A fratura dos metacarpianos poderá ser provocada por simples contorsão muscular? Sobre dois casos observados em exercícios hípicas. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, p. 44-64, jun. 1948.

AMARAL, Antônio Caio do. A fratura dos metacarpianos poderá ser provocada por simples contração muscular? sobre dois casos observados em exercício hípico.

Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, Rio de Janeiro, ano III, n. 3, p. 55-68, jun. 1947.

MORALES, Aurélio. Fatores que determinam o aparecimento da fadiga. **Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, [s. p.], out. 1945.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Quadro com os dados dos autores

Matérias por autor	Autores	Dados sobre os autores	País
1	A. Albert	Médico	
1	A. Pathault	Médico	
1	A. Vicente de Azevedo	Médico	Brasil
1	Adr. Vander	Médico	
1	Adrian Gordon Gould	Conselheiro Médico da Cornell University, em Ithaca, New York	EUA
4	Albert Brown	Médico	EUA
1	Albert Edward Wiggan	Professor da Universidade de Yale	EUA
1	Alda J. Alberty		
2	Alfredo Colombo	Professor Catedrático da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil	Brasil
4	Alfredo Wood	Professor, ex-Diretor do Departamento de Educação Physica da ACM de São Paulo, autor de “Calistenia” e editor de Orientação Integral Humana	Argentina
1	Alice Everett		EUA
1	Aloysto Marques	Professor da Universidade do Brasil	Brasil
1	Américo Sturla	Médico	
7	Antonio Caio do Amaral	Professor Catedrático de Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência da E.N.E.F.D. da Universidade do Brasil	Brasil
1	Antônio Malvassi	Kinesiologista e ex-campeão ciclista	Argentina
1	Antonio Menotti Nardi	Médico e membro do Instituto Biotipológico Orthogenético da Universidade de Roma, dirigido pelo professor doutor Nicola Pende. Efetuou profundos estudos sobre o indivíduo na idade evolutiva (do 0 aos 22 anos), tanto sob o aspecto somático como psíquico	Itália
1	Aristeo Arruda	Médico especializado em Educação Física e Desportos	Brasil
3	Arno Heinrich Gottfried Arnold	Docente e médico desportivo da Universidade de Leipzig	Alemanha
1	Arturo León Lopez	Médico.	
1	Augusto Isaac de Esaguy	Médico, escritor e publicista, diplomado em Dermatologia pela Universidade de Paris	Portugal

22	Augusto Sette Ramalho	Tenente-coronel, capitão, médico, instrutor de Biometria, chefe do Departamento Médico da Escola de Educação Física do Exército (E.E.F.E.) e chefe da Secção Brasileira de Hospitalização em Nápoles	Brasil
1	Aurelio Morales	Médico e fisiologista da D. E. F. do Chile	Chile
4	Aureo Moraes ⁹¹	Em 1933, primeiro-tenente. Em 1941, capitão-médico, professor catedrático interino de Cinesiologia da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil e ex-instrutor de Cinesiologia da Escola de Educação Física do Exército Brasileiro. Em 1949, major médico, chefe do S. Saúde do Colégio Militar e ex-professor da ENEFD	Brasil
2	Autoria Institucional (BEF)		Brasil
2	Autoria Institucional (RBEF)		Brasil
9	Autoria Institucional (REF)		Brasil
31	Autoria Institucional (EPHY)		Brasil
1	Bob Hoffmann	(Robert Collins Hoffman) empresário americano que ganhou destaque como proprietário da York Barbell. Fundou revistas como “Muscular Development” e “Strength & Health” e foi o fabricante de uma linha de suplementos de musculação. Promoveu fisiculturistas, como John Grimek e Sigmund Klein, treinou a Equipe Olímpica Americana de Levantamento de Peso, entre 1936 e 1968, e foi um membro fundador do Conselho Presidencial de Aptidão Física e Esportes	EUA
1	Bráulio D. Martins	Capitão e médico	Brasil
2	Brenno Cruz Mascarenhas ⁹²	Primeiro-tenente, médico e instrutor da E.E.F.E.	Brasil
1	Brenno Silva	Copyright SPES de São Paulo	Brasil
6	Carl Easton Williams ⁹³	Professor de ginástica	Canadá
5	Carlos Hardelin	Professor (traduzido por Inezil Penna Marinho)	
1	Carlos Sá	Professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro	Brasil
1	Charles Clinton	Médico	EUA
2	Charles Desévre	Massagista diplomado	França

⁹¹ O autor apresenta seu sobrenome escrito de duas formas nas revistas, como Moraes e Morais.

⁹² O autor apresenta seu nome escrito de duas formas nas revistas, como “Brenno” na REF e “Brenne” na EPHY.

⁹³ O autor apresenta seu nome escrito de duas formas na revista, como Carl e Charles.

1	Charles H. McCloy	Professor pesquisador de Antropometria e Educação Física na University of Iowa de 1930 a 1954. Foi um dos primeiros no campo da Educação Física a encorajar e promover pesquisas sobre treinamento de força	EUA
1	Cid Braune Filho	Professor, médico e ginecologista, catedrático de Cinesiologia do Colégio Aldridge	Brasil
1	D. Neimark	Professor	
6	Darcy de Souza Medina	Capitão, tenente-médico encarregado do Controle Médico-Desportivo do Corpo de Alunos da Escola Naval	Brasil
1	Demetrio Salas	Médico	
3	Departamento Médico da E.E.F.E.		Brasil
1	Detlev Nemann-Neurode	Friedrich Wilhelm Detleff Ehrgott Neumann-Neurode (12 de julho de 1879 - 27 de junho de 1945) foi um fisioterapeuta pediátrico alemão pioneiro	Alemanha
1	Dimas de Almeida		
1	Edmond Desbonnet	Professor e fotógrafo que defendeu a cultura física. Ele transformou a Educação Física na moda na <i>belle époque</i> França por meio da publicação de revistas de fitness e da abertura de uma rede de clubes de exercícios	França
1	Edward C. Schneider	Ph. D. Middletown, Connecticut	EUA
1	Elliot B. Dewberry	Membro da Sociedade Real de Saúde, membro do Instituto Real de Saúde Pública e Higiene, Londres	Inglaterra
2	Evaldo de Oliveira	Farmacêutico e médico, graduado em Farmácia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro (1936) e em Medicina pela Faculdade de Ciências Básicas do Estado da Guanabara (1941). Foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina em 1967, sucedendo a Oswaldo de Almeida Costa, na Cadeira 96, que tem Rodolpho Albino como patrono	Brasil
2	Floriano Peixoto Martins Stoffel	Livre-docente da Faculdade Nacional de Medicina, assistente efetivo de Clínica Propedêutica, médico assistente da Educação Física das Escolas Técnicas Secundárias do Distrito Federal	Brasil
1	Ford Hess	Instrutor do Ginásio de Garden City, Michigan	EUA
1	Francês Anna Hellebrandt,	Médica e especialista em Fisiologia do Exercício do Departamento de Fisiologia da Universidade de Wisconsin	EUA
1	Frances Baker	M. D., diretor do Departamento de Terapêutica Física e Instrutor de Cirurgia Ortopédica no Hospital da Universidade da Califórnia	EUA
1	Francisco R. Oliveira	Capitão, médico, Instrutor de Cardiologia e Radiologista da E.E.F.E.	Brasil
1	Frank Miles		

1	Frederico B. Bellisi	Médico	
1	Galdino Nunes Vieira	Professor e doutor especialista em Moléstias da Nutrição e do Aparelho Digestivo e diretor da Casa de Saúde em São Paulo	Brasil
1	Georges Demeny	Formado em Biologia, professor, fisiologista, inventor da cronofotografia, cineasta, ginasta e entusiasta da boa forma física	França
1	Georges Hébert	Oficial da Marinha francesa e criador do Método Natural de Educação Física, desportista e educador físico, condecorado como comandante da Legião de Honra	França
3	Gofredo Grasso ⁹⁴	Médico e delegado	Argentina
1	Gregório Araoz Alfaro	Professor do Colégio Nacional de Buenos Aires (1892-98), professor de Semiologia e Clínica Propedêutica em Buenos Aires (1904-28), médico da Enfermaria Infantil do Hospital San Roque (1893-1928), presidente do Departamento Nacional de Higiene (1918,1923-28,1930-1931), presidente da Liga Argentina contra a Tuberculose e membro titular da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires	Argentina
1	Grobon	Médico	França
1	Guillermo L. Canessa	Professor da Associação de Professores de Educação Física da Argentina	Argentina
1	Günter G. Brune	Professor, médico e diretor da Clínica Psiquiátrica e Mental da Westfälische Wilhelms-Universität	Alemanha
3	H. Carnot	Médico	
1	Halmiton S. Dal Lin	Técnico desportivo	Brasil
1	Haven Emmerson	Doutor na Faculdade de Médicos e Cirurgiões da Universidade Columbia, comissário de saúde altamente respeitado da cidade de New York por muitos anos. Foi a força por trás da quarentena de famílias durante o ano de 1916 com epidemias de poliomielite	EUA
1	Hélio Vecchio Maurício	Primeiro-tenente médico da Armada da Liga Carioca de Basquetebol e da Liga de Esportes da Marinha	Brasil
1	Hermilio Gomes Ferreira	Doutor e professor de Fisiologia, diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos do Brasil	Brasil
8	Hollanda Loyola	Diplomado pela Escola de Educação Física do Exército	Brasil
1	Horácio dos Santos	Coronel e antigo instrutor da Escola de Educação Física do Exército	Brasil
1	Humberto O. Swarthout	Médico e escritor	Brasil

⁹⁴ O autor apresenta seu nome escrito de duas formas na revista, como Gofredo e Godofredo.

5	Idyllio Alcantara de Oliveira Abbade ⁹⁵	Professor e inspetor regional de Educação Física no Estado de São Paulo, também citado na revista como colaborador	Brasil
1	Ilidio Romulo Colonia	Capitão	Brasil
8	Inezil Penna Marinho	Formado em Direito, Educação Física, Psicologia e Filosofia. Atuou como técnico de Educação e chefe da Seção Técnico-Pedagógica da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde (DEF/MES), como livre-docente e professor catedrático da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil. Também assumiu a direção da RBEF	Brasil
1	Ivanhoé Gonçalves Martins	Primeiro-tenente e, posteriormente, tenente-coronel	Brasil
1	J. Vidal Mata	Professor	
1	Jaime Sedwik	Médico	Brasil
1	Jair Jordão Ramos	Capitão e instrutor de Pedagogia da E.E.F.E.	Brasil
1	Jesse Coleman Royse	Médico e doutor	EUA
2	João Barbosa Leite	Major, diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, editor e primeiro diretor do Boletim de Educação Física e da Revista Brasileira de Educação Física	Brasil
1	João Carlos Gross	Capitão e chefe da Seção de Educação Física	Brasil
1	João de Siqueira Seixas	Médico da Seção de Medicina Especializada do Departamento de Educação Física da Polícia Militar do Distrito Federal	Brasil
1	João Lotufo	Diplomado pelo Instituto Technico de Educação Phisica da ACM de Montevideo e diretor do Departamento de Educação Física da ACM de São Paulo	Brasil
10	João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior	Médico e professor catedrático de Biometria Aplicada da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, Universidade do Brasil – Rio de Janeiro	Brasil
1	John Harvey Kellogg	Médico e pensador religioso adventista, dirigiu um sanatório em Battle Creek, no qual aplicou métodos holísticos, com ênfase na nutrição, exercícios e uso terapêutico de enemas. Defensor do vegetarianismo, é conhecido pela invenção do cereal matinal de milho — Kellogg's — juntamente com seu irmão Will Keith Kellogg	EUA
1	José de Almeida Neves	Capitão, médico e instrutor de Biometria e Bioestatística da E.E.F.E.	Brasil
2	José Maria Cardenas ⁹⁶	Médico	

⁹⁵ O autor apresenta seu nome escrito de formas variadas na revista, como Idyllio, Adílio, Ilídio e Idílio.

⁹⁶ O autor apresenta seu sobrenome escrito de duas formas na revista, como Cardenas e Cardellas.

1	José Martins D'Alvarez	Dentista pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (turma de 1926), professor de Educação Sanitária da Escola Jornal Pedro II. Radicado no Rio de Janeiro, foi professor catedrático da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil e da Faculdade Fluminense de Odontologia. Foi jornalista, poeta, contista, romancista e ensaísta	Brasil
1	Josephine L. Rathbone	Fisiologista, escritora, professora universitária, diretora de Educação Física do Teachers College, Columbia University, e membro fundador do American College of Sports Medicine (ACSM)	EUA
1	Josué Apolônio de Castro	Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e da Faculdade de Medicina do Recife, médico, nutrólogo, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome	Brasil
1	Juan A. Gamaleiro	Médico	
1	Julio Cesar Perello	Médico	
1	Justo F. González	Médico, sanitarista e professor, membro da Comissão Nacional de Educação Física do Chile, defensor do Pan-Americanismo e de qualquer medida progressiva em Medicina preventiva e bem-estar social. Entre seus muitos cargos de serviço público, presidente da Comissão Nacional de Nutrição Correta, da qual ele foi o fundador; membro e vice-presidente do Conselho Nacional de Higiene; conselheiro de Saúde do Ministério da Relações Exteriores; presidente do Comitê Pan-Americano de Nutrição; diretor da Cruz Vermelha Uruguaia e da Liga Uruguaia contra o Alcoolismo; delegado uruguaio ao V, VI, VII, VIII, IX e X Pan-Americanas Conferências Sanitárias; e delegado técnico da Comissão de Higiene Social da VII Conferência Pan-Americana	Uruguai
1	Karl Fahrenkamp	Médico PhD internista, cardiologista e confidente de Reichsführer SS Heinrich Himmler	Alemanha
4	Laurentino Lopes Bonorino	Primeiro-tenente e, posteriormente, capitão	Brasil
8	Lauro Barroso Studart	Primeiro-tenente e, posteriormente, capitão médico auxiliar do Departamento Médico da E.E.F.E.	Brasil
1	Leite de Castro	Chefe de Clínica da Beneficência Portuguesa e da Federação Metropolitana de Futebol – Medicina aplicada à Educação Física	Brasil
1	Leonardo C. Perrusi	Médico	Argentina
2	Lili Von Lange Ley	Professora e pedagoga. Fundou em 1940, na Argentina, o Instituto Lange Ley, inicialmente como Jardim de Infância em uma grande casa com grupos de crianças de dois a três anos, incorporando sucessivamente o nível primário em 1942 e o secundário em 1960	República Tcheca
1	Lois Mattox Miller	Redatora médica da revista Reader's Digest, ganhou o prêmio Albert and Mary Lasker em 1958 por sua história no Reader's Digest sobre filtros de cigarro. Entre outros trabalhos, estão: "Biodynes: um milagre de	EUA

		cicatrização de feridas e reparo de tecidos”, “O segredo das células vitais” (1943) e o “Manual de primeiros socorros do Reader's Digest” (1950)	
1	Louis Henri Vaquez	Médico francês, nascido em Paris, conhecido por seu trabalho no campo da hematologia e por suas pesquisas sobre doenças cardíacas (Os autores VAQUEZ, H. e CHAISEMENTIN, foram traduzidos pelo primeiro-tenente Dr. Virgílio Alves Bastos)	França
1	Louis-Antoine Pirot	Vice-almirante da marinha	França
2	Lucien Dehoux	Doutor em Educação Física, professor encarregado de cursos na Universidade de Liége	Bélgica
1	Luís Carlos Cardoso de Castro	Instrutor de natação do Fluminense F. C.	Brasil
5	Luiz da Silva Tavares	Primeiro-tenente médico e, posteriormente, capitão médico	Brasil
2	Luiz de Azevedo Evora	Capitão, médico e instrutor da E.E.F.E.	Brasil
1	Luiz Gomes Nogueira Ribeiro	Primeiro-tenente e médico	Brasil
1	Marc Bellin de Coteau	Doutor em Medicina e atleta de alto nível, várias vezes campeão francês nos 400m rasos, é autor de vários livros sobre Medicina do Esporte e um dos primeiros a ter chamado a atenção para a hipertrofia cardíaca em relação à atividade esportiva	França
1	Margareth H. Meyer	Professora do Departamento de Educação Física da Universidade de Wisconsin	EUA
2	Maria de Lourdes do Rosário Oliveira	Assistente de ensino de Biometria Aplicada	Brasil
1	Mario Alzua	Médico	
1	Marita Thiré	Professora	Brasil
1	Martins Rocha	Primeiro-tenente – Escola Militar	Brasil
2	Mary Gertrude Halton	Ginecologista, patologista, parteira, obstetra, ativista da saúde da mulher e presidente do Comitée de Iguais Direitos para as crianças dos EUA	EUA
1	Maurice Boigêy	Médico	
1	Miceslau Kudilinski	Diplomado pela Escola de Educação Física de São Paulo	Brasil
2	Milo Milton Hasting	Nutricionista, inventor e autor. Escreveu sobre galinhas, ficção científica e saúde. Entre outros temas, inventou a incubadora de frango de tiragem forçada e o Weeniwinks, um lanche de comida saudável	EUA
1	Nicola Pende	Professor universitário, médico endocrinologista e diretor do Instituto de Biotipologia de Gênova	Itália

3	Nicolau Ciancio	Médico e jornalista, fazia parte da equipe do jornal A Noite e assinava, desde 1914, a coluna Consultório Médico, na qual respondia às cartas de leitores do vespertino de Irineu Marinho	Brasil
2	Octavio Gonzaga		Brasil
1	Octavio Lemgruber	Médico da Divisão de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro	Brasil
8	Octávio Salema	Capitão, médico pediatra, chefe do serviço de Helioterapia do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro	Brasil
2	Oriot Benites de Carvalho Lima	Capitão, médico e ex-instrutor da E.E.F.E.	Brasil
1	Orlando Eduardo Silva	Capitão	Brasil
3	Otacílio Almeida	Primeiro-tenente e, posteriormente, capitão farmacêutico, auxiliar do Departamento Médico da E.E.F.E.	Brasil
1	Otavio Lahma	Médico do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro	Brasil
2	Pacífico Castello Branco	Primeiro-tenente médico	Brasil
1	Paul Reckzeh	Médico e professor	Alemanha
1	Paul-Clement Jagot	Escritor e ocultista, autor de livros dedicados ao desenvolvimento pessoal, higienismo, esoterismo, psicologia aplicada, hipnotismo e parapsicologia, bem como à exploração do potencial humano metapsíquico	França
8	Paulo Frederico de Figueiredo Araújo	Médico, fundador e membro da S.E.P.E.F. (Sociedade de Estudos nos Problemas da Educação Física)	Brasil
5	Pedro Alberto Escudero	Professor catedrático de Clínica Médica da Universidade de Bueno Aires, diretor do Instituto Municipal da Nutrição	Argentina
1	Peter V. Karpovich	Professor de Fisiologia no Springfield College, Springfield, Massachusetts	EUA
3	Philippe Tissié	Médico e presidente da Ligue Française de L'Education Physique	França
2	Pierre Chevillet	Médico chefe da Escola Normal de Cultura Física do Doutor G. Rouhet	França
2	Plinio Olinto	Médico e professor da E.E.F.E.	Brasil
1	Raul Enrique Jara Robles	Médico	Chile
1	Ricardo Finochietto	Médico argentino do século XX, um cirurgião preeminente, descrito como o "Mestre em Cirurgia da Argentina"	Argentina
1	Rodolfo Margaria	Professor da Real Universidade de Pávia	Itália
1	Rosalvo Florentino	Diplomado pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo	Brasil

1	Ruth Schwarz de Morgenroth	Professora e escritora, com cerca de três livros publicados, quarenta artigos em revistas médicas argentinas, alguns especializados e outros voltados para o público em geral, várias brochuras e vários filmes educativo-documentários sobre o assunto ginástica para mulheres grávidas. Foi a primeira mulher a organizar exercícios com gestantes em uma maternidade na América do Sul na década de 1930	Argentina
5	Salvio Mendonça ⁹⁷	Médico e diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil	Brasil
1	Samuel Edwin Olmstead		EUA
1	Savino Gasparini	Técnico de Higiene do Ministério de Higiene e Saúde	Brasil
1	Sebastião La Franca	Diretor do Instituto de Patologia Médica da Real Universidade de Palermo	Itália
1	Steffen-Ernest Klein	Médico	
4	Talino Botelho	Médico do Departamento Nacional de Saúde do Brasil e colaborador do Corpo Clínico do Hospital S. Francisco de Assis	Brasil
1	Vergílio de Uzêda	Médico, no dia 10 de abril de 1938, tornou-se diretor da Saúde Pública do Estado do Ceará	Brasil
1	Vintre	Médico	França
1	Virgilio de Uzeda	Médico	Brasil
1	W. A. Richardson	Médico	
5	Waldemar Berardinelli	Médico e professor de Endocrinologia na Faculdade de Ciências Médicas, chefe de Clínica na Universidade e Conferencista da Faculdade de Educação Física do Exército	Brasil
1	W. Tapton	Médico	
8	Waldemar Areno ⁹⁸	Chefe do Departamento Médico, professor catedrático de Higiene Aplicada da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, atuou como médico da Liga Carioca de Natação. Foi cirurgião e traumatologista	Brasil
2	Washington Augusto de Almeida	Primeiro-tenente médico e instrutor de Biometria e Bioestatística	Brasil

⁹⁷ O autor apresenta seu nome escrito de duas formas na EPHY, como Salvio e Silvio.

⁹⁸ O autor apresenta seu nome escrito de duas formas na revista, como Waldemar e Valdemar.

2	William Arbuthnot Lane	Cirurgião e médico britânico, dominou a cirurgia ortopédica, abdominal e de orelha, nariz e garganta, enquanto projetava novos instrumentos cirúrgicos para a assepsia máxima. Introduziu também a "técnica sem toque". Alguns de seus instrumentos projetados permanecem em uso. Em 1920, foi um dos primeiros defensores da prevenção alimentar do câncer. Encontrando oposição médica, renunciou à "British Medical Association" e fundou a "New Health Society", a primeira organização a praticar a Medicina Social. Por meio de jornais e palestras, atraindo grandes multidões, prescreveu alimentos integrais, frutas e vegetais, sol e exercícios: seu plano para promover a saúde e a longevidade	Escócia
1	Yogui Ramacharaka	Pseudônimo de William Walker Atkinson, um advogado, comerciante, editor e autor, além de ocultista e pioneiro americano do movimento do Novo Pensamento. É o autor das obras pseudônimas atribuídas a Theron Q. Dumont e Yogi Ramacharaka, com cerca de cem livros escritos, todos nos seus últimos trinta anos de vida	EUA

ANEXOS

ANEXO A – Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931

Eu, abaixo assignado, Carlos B. von Schwerin, traductor publico e interprete commercial juramentado, por nomeação da meritíssima Junta Commercial do Rio de Janeiro, certifico pelo presente que me foi apresentado um documento exarado no idioma hollandez, afim de o traduzir para o vernaculo, o que assim cumpro em razão de meu officio, e cuja traducção é a seguinte:

TRADUCÇÃO

Departamento da Justiça — 1ª seção B — N. 813. O ministro da Justiça, Atendendo ao que requerer o Lacharel G. H. Lambert, habellião em Rotterdam, para a obtenção da declaração preestabelecida no artigo 45-d, do Código do Commercio, em relação aos projectados estatutos alterados da sociedade anonyma "Bouwmaatschappij Dyckerhoff & Widmann", estabelecida em Haia, a que se refere a resolução régia de 12 de janeiro de 1923, nº 27, e que, depois de lavrada em notas de habellião a acta constatando a alteração dos estatutos, passará a ter a denominação de: "N. V. Bouw-Maatschappij Dyckerhoff & Widmann".

Atendendo á acta da minuta apresentada, que contém os projectados estatutos modificados, nos exactos termos em que agora esta acta do projecto se acha concebida; Em vista do disposto nos artigos 36 e 56 h, inclusive, do Código do Commercio; Declaram: Mediante devolução de um dos exemplares da respectiva acta de projecto, que, tendo visto os projectados estatutos alterados, delles não lhe consta haver duvida ou inconveniente algum no sentido do disposto no artigo 45-d do Código do Commercio. Haia, 11 de setembro de 1930. — O ministro acima mencionado, J. Yonnes. Expedido como cópia autentica da declaração ministerial supra, appensa a uma acta de alteração de estatutos da sociedade anonyma referida no mesmo documento, em data de quinze de setembro de mil novecentos e trinta, — G. H. Lambert, habellião. (Ao lado estava o carimbo do referido habellião.) (O documento estava exarado em uma meia folha de papel sellado hollandez de um florim.) Reconheço verdadeira a assignatura supra do senhor Dr. G. H. Lambert, habellião em Rotterdam. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assignei e fiz sellar com o selo das armas deste consulado. Para que este documento produza effecto no Brasil, deve a minha assignatura ser por seu turno legalizada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas repartições fiscaes da Republica; Rotterdam, 2 de janeiro de 1931. — O consul, J. A. Geortette. (Ao lado estava colada uma estampilha consular de quatro mil réis, inutilizada a carimbo no referido consulado.) Recebi 48 = Fls. 5,60. Estava colada uma estampilha federal de um mil réis, inutilizada na Recebedoria do Distrito Federal. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Reconheço verdadeira a assignatura do senhor E. A. Geortette, Director Geral dos Negocios Commercias e Consulares. (Sobre uma estampilha de dois mil réis): Rio, 29 de janeiro de 1931. — Edgar Freaga de Castro, (29-1-1931.) Nada mais continha o referido documento, que bem e fielmente traduzi do proprio original, ao qual me reporto. Em té e testemunho do que passei a presente, que vai revestido do selo do meu officio e por mim assignado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de janeiro de mil novecentos e trinta e um. (Sobre uma estampilha federal de dois mil réis): Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1931. — Carlos B. von Schwerin, traductor publico.

(C-3.091-30-4-31-8608000)

DECRETO N. 19.890 — DE 18 DE ABRIL DE 1931

Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

TITULO I

ENSINO SECUNDARIO

CAPITULO I

Das cursos

Art. 1.º O ensino secundario, officialmente reconhecido, será ministrado no Collegio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspecção official.

Art. 2.º O ensino secundario comprehenderá dous cursos seriados: fundamental e complementar.

Art. 3.º Constituirão o curso fundamental as materias abaixo indicadas, distribuidas em cinco annos, de accordo com a seguinte seriação:

1.ª serie: Portuguez — Francez — Historia da civilização — Geographia — Mathematica — Sciencias physicas e naturaes — Desenho — Musica (canto orpheonico).

2.ª serie: Portuguez — Francez — Inglez — Historia da civilização — Geographia — Mathematica — Sciencias physicas e naturaes — Desenho — Musica (canto orpheonico).

3.ª serie: Portuguez — Francez — Inglez — Historia da civilização — Geographia — Mathematica — Physica — Chimica — Historia natural — Desenho — Musica (canto orpheonico).

4.ª serie: Portuguez — Francez — Inglez — Latim — Alemão (facultativo) — Historia da civilização — Geographia — Mathematica — Physica — Chimica — Historia Natural — Desenho.

5.ª serie: Portuguez — Latim — Alemão (facultativo) — Historia da civilização — Geographia — Mathematica — Physica — Chimica — Historia natural — Desenho.

Art. 4.º O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dous annos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos praticos individuais, e comprehenderá as seguintes materias: Alemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysica e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathematica, Physica, Chimica, Historia natural, Biologia geral, Hygiene, Psychologia e Logica, Sociologia, Noções de Economia e Estatistica, Historia da Philosophia e Desenho.

Art. 5.º Para os candidatos á matricula no curso juridico são disciplinas obrigatorias:

1.ª serie: Latim — Litteratura — Historia da civilização — Noções de Economia e Estatistica — Biologia geral — Psychologia e Logica.

2.ª serie: Latim — Litteratura — Geographia — Hygiene — Sociologia — Historia da Philosophia.

Art. 6.º Para os candidatos á matricula nos cursos de medicina, pharmacia e odontologia são disciplinas obrigatorias:

1.ª serie: Alemão ou Inglez — Mathematica — Physica — Chimica — Historia natural — Psychologia e Logica.

2.ª serie: Alemão ou Inglez — Physica — Chimica — Historia natural — Sociologia.

Art. 7.º Para os candidatos á matricula nos cursos de engenharia ou de architectura são disciplinas obrigatorias:

1.ª serie: Mathematica — Physica — Chimica — Historia natural — Geographia e Cosmographia — Psychologia e Logica.

2.ª serie: Mathematica — Physica — Chimica — Historia natural — Sociologia — Desenho.

Art. 8.º O regulamento da Faculdade de Educação, Sciencias e Letras discriminará quaes as materias do curso complementar que serão exigidas para a matricula em seus cursos.

Art. 9.º Durante o anno lectivo haverá, ainda, nos estabelecimentos de ensino secundario, exercicios de educação physica obligatorios para todas as classes.

Art. 10. Os programmas do ensino secundario, bem como as instrucções sobre os methodos de ensino, serão expedidos pelo Ministerio da Educação e Saude Publica e revistos, de tres em tres annos, por uma commissão designada pelo ministro e á qual serão submettidas as propostas elaboradas pela Congregação do Collegio Pedro II.

Art. 11. Os programmas serão organizados de accordo com a duração do anno lectivo, de modo a ser ministrado nesse periodo o ensino de toda a materia nelle contida.

Art. 12. O ensino do curso complementar poderá ser ministrado nos estabelecimentos de ensino secundario officiaes e officialmente fiscalizados.

§ 1.º Enquanto não houver numero sufficiente de licenciadados pela Faculdade de Educação, Sciencias e Letras, com exercicio no magisterio em estabelecimentos de ensino secundario officialmente fiscalizados, serão mantidos, annexos aos institutos superiores officiaes ou equiparados, os cursos complementares respectivos.

§ 2.º Os programmas de ensino destes cursos, organizados e expedidos nos termos do art. 10, serão identicos aos do Collegio Pedro II.

Art. 13. Para a regencia das materias no curso complementar, leccionadas em curso annexo a qualquer instituto superior, terão preferencia, de accordo com suas habilitações, professores e docentes livres do mesmo, annualmente designados pelo respectivo conselho tecnico-administrativo.

§ 1.º Nos institutos officiaes de ensino superior, a remuneração devida aos docentes pela regencia de materias do curso complementar correrá por conta da renda do mesmo curso e, eventualmente, por conta da renda dos referidos institutos.

§ 2.º Esta remuneração não será inferior á gratificação nem superior ao ordenado de cathedratico.

CAPITULO II

Do corpo docente do Collegio Pedro II

Art. 14. O corpo docente do Collegio Pedro II será constituido por professores cathedraicos e auxiliares de ensino.

Art. 15. Os professores cathedraicos do Collegio Pedro II serão nomeados por decreto do Governo Federal, e escolhidos entre diplomados pela Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras mediante concurso de provas e titulos.

Paraphrasis unico. O concurso, de que trata este artigo, será realizado de accordo com instruções oportunamente expeditas pelo ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 16. Enquanto não houver diplomados pela Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras, o cargo de professor no Collegio Pedro II será provido por concurso, nas condições estabelecidas para a escolha dos cathedraicos dos institutos de ensino superior, devendo ser indicados pelo Conselho Nacional de Educação os tres membros da commissão examinadora extranhos á Congregação.

Art. 17. O professor será nomeado por 10 annos, finlms os quaes, sendo candidato á recondução no cargo, haverá novo concurso a que só poderá concorrer, além delle, professores de outros estabelecimentos de ensino secundario, cuja nomeação tambem tenha sido feita mediante concurso.

§ 1.º O julgamento deste concurso será feito por uma commissão, escolhida nos termos do artigo anterior, e constará da apreciação de publicações originaes ou didacticas e quaisquer outros trabalhos scientificos ou litterarios apresentados pelos candidatos.

§ 2.º Não sendo candidato á recondução o professor cujo mandato termina, o concurso será de titulos e provas e se processará nos termos dos artigos anteriores.

CAPITULO III

Da admissão ao curso secundario

Art. 18. O candidato á matricula no 1.º anno de estabelecimento de ensino secundario prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.

§ 1.º A inscripção neste exame será feita de 1 a 15 do referido mez, mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.º Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residencia do candidato.

§ 3.º O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação anti-variolica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscripção.

Art. 19. O candidato a exame de admissão provará ter a idade minima de 11 annos.

Paraphrasis unico. Quando o estabelecimento se destinar á educação de rapazes e o regimen for o de internato, a idade do candidato não excederá de 13 annos.

Art. 20. Não será permitida inscripção para exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento de ensino secundario, sendo nulos os exames realizados com transgressão deste dispositivo.

Art. 21. O exame de admissão se realizará no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matricula.

Paraphrasis unico. A banca examinadora será constituida, no Collegio Pedro II, por tres professores do mesmo, designados pelo director; nos estabelecimentos sob regimen de inspecção permanente ou preliminar, por dous professores do respectivo quadro docente, sob a presidencia de um dos inspectores do instituto.

Art. 22. O exame de admissão constará de provas escritas, uma de portuguez (redacção e dictado) e outra de arithmetica (calculo elemental), e de provas oraes sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geographia, Historia do Brasil e Sciencias naturaes.

Art. 23. O Departamento Nacional do Ensino expedirá instruções que regulem o processo e julgamento dessas provas.

CAPITULO IV

Do regimen escolar

Art. 24. A matricula no curso secundario será processada de 1.ª a 14 de março,

Art. 25. O requerimento de matricula virá instruido com os seguintes documentos:

a) certificado de habilitação no exame de admissão, para a matricula no 1.º anno, ou certificados de habilitação nas materias da série anterior, para a matricula nos demais annos;

b) atestado de sanidade;

c) recibo de pagamento da taxa de matricula.

Art. 26. É permitida a transferencia de alumnos de uns para outros estabelecimentos de ensino secundario, officiaes ou sob regimen de inspecção permanente ou preliminar.

§ 1.º Só se effectuará transferencia de alumnos no periodo de férias.

§ 2.º A transferencia se fará mediante guia expedida pelo estabelecimento de ensino em que esteja matriculado o alumno, e da qual constará minuciosa informação sobre sua vida escolar.

§ 3.º Pela guia de transferencia que expedir constará o estabelecimento uma taxa fixa, determinada pelo Departamento Nacional do Ensino.

Art. 27. Será permitida, no Collegio Pedro II e nos estabelecimentos a elle equiparados, a matricula de alumnos transferidos de estabelecimentos estrangeiros de ensino, si ficar officialmente comprovado que os certificados exhibidos são validos para a matricula em cursos officiaes de ensino superior do paiz em que foram expeditos.

§ 1.º Os certificados, de que trata este artigo, deverão estar autenticados pela competente autoridade consular brasileira ou pelo representante diplomatico do paiz em que estiver situado o instituto de ensino cursado pelo candidato.

§ 2.º Aceita a transferencia, será o candidato classificado na série do curso secundario correspondente á que tenha cursado no estrangeiro, submettendo-se, em época legal e pagas as devidas taxas, a exames das materias de que não possua certificados de habilitação e exigidas para, sua adaptação ao curso secundario brasileiro.

Art. 28. O candidato á matricula em instituto superior de ensino, que apresentar certificado de terminação de curso gymnasial feito no estrangeiro, nas condições do artigo anterior, submeter-se-á no Collegio Pedro II ou, nos Estados, em estabelecimento official de ensino secundario, na época legal e pagas as devidas taxas, aos exames de portuguez, chronographia do Brasil e Historia do Brasil e das materias do curso supplementar, referentes ao instituto superior em que pretenda ingresso e que, pelos programmas da escola frequentada pelo candidato, não tenham sido estudadas com o desenvolvimento exigido.

Art. 29. O anno lectivo começará em 15 de março e terminará em 30 de novembro, não podendo haver modificação dessas datas senão por motivo de força maior, mediante autorização do ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 30. Além dos mezes de janeiro e fevereiro será considerada de férias escolares a segunda quinzena do mez de junho.

Art. 31. O horario escolar será organizado pelo director antes da abertura dos cursos, fixada em 50 minutos a duração de cada aula, com intervallo obrigatorio de 10 minutos, no minimo, entre uma e outra.

Art. 32. Cada turma não terá menos de 20 nem mais de 28 horas de aula por semana, excluidos desse tempo os exercicios de educação physica e as aulas de musica.

Art. 33. Será obrigatoria a frequencia das aulas, não podendo prestar exame, no fim do anno, o alumno cuja frequencia não atingir a tres quartos da totalidade das aulas da respectiva série.

Art. 34. Haverá durante o anno lectivo arguições, trabalhos praticos e, ainda, provas escritas parciais, com attribuição de nota, que será graduada de zero a dez.

Art. 35. Mensalmente, a partir de abril, deverá ser attribuida a cada alumno e em cada disciplina, pelo respectivo professor, pelo menos uma nota relativa a arguição oral ou a trabalhos praticos.

§ 1.º A média das notas attribuidas durante o mez servirá para o computo da média annual que constituirá a nota final de trabalhos escolares.

§ 2.º A falta da média mensal, por não comparecimento, qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença, equivale á nota zero.

Art. 36. Haverá annualmente em cada classe e para cada disciplina quatro provas escritas parciais, constituintes a média dessas quatro notas a nota final de provas parciais.

§ 1.º As provas parciais não serão assignadas, nas recolhidas de modo a que possam ser posteriormente identificadas os respectivos autores.

§ 2.º As provas assignadas terão a nota zero.

§ 3.º O alumno que não comparecer a qualquer prova parcial, seja qual for o motivo, terá a nota zero.

Art. 37. As provas parciais, depois de julgadas pelos professores e inspectores, serão encerradas, por disciplinas e série, em envolvero que será lacrado e rubricado pelo respectivo inspector e por um representante do estabelecimento de ensino.

§ 1.º Só depois de concluído este processo, será feita a identificação dos autores das provas, organizando-se ao mesmo tempo, para remessa ao Departamento Nacional de Ensino, a relação dos nomes dos alumnos e das notas a elles respectivamente attribuidas.

§ 2.º Os envolveros referidos neste artigo ficarão arquivados nos estabelecimentos e serão remetidos ao Departamento Nacional de Ensino, caso por este requisitados.

Art. 33. Encerrado o periodo lectivo, serão os alumnos submettidos a provas finais, que constarão, para cada disciplina, de prova oral ou pratico-oral nas materias que admittirem trabalhos de laboratorio, e versarão sobre toda a materia do programma.

§ 1.º As provas finais serão prestadas perante uma banca examinadora, constituída de dous professores do estabelecimento de ensino, sob a presidencia do inspector da respectiva classe.

§ 2.º A nota da prova final será a média das notas attribuidas pelos examinadores e pelo inspector.

§ 3.º O julgamento da prova final de cada disciplina será feita uma relação, em duas vias, de que constam, discriminadamente, as notas attribuidas pelos examinadores e pelo inspector.

§ 4.º Desta relação terão sciencia exclusivamente a directoria do estabelecimento e o Departamento Nacional de Ensino.

Art. 39. Será considerado approved na ultima série, ou promovido á série seguinte, o alumno que obtiver:

a) nota final superior a tres em cada disciplina;

b) média igual ou superior a cinco no conjunto das disciplinas da série.

§ 1.º A nota final em uma disciplina será a média das tres notas finais de trabalhos escolares, provas parciais e prova final.

§ 2.º A nota final em desenho será apurada pela média das notas obtidas em todos os trabalhos propostos durante o anno lectivo.

Art. 40. As provas a que se referem os dous artigos anteriores serão realizadas em dezembro, e haverá na primeira quinzena de março uma segunda época de exames.

Art. 41. Não será admittido á prova final, quer em primeira, quer em segunda época, o alumno cuja média das notas finais de trabalhos escolares e provas parciais, no conjunto das disciplinas, seja inferior a tres.

Art. 42. Aos exames de segunda época serão admittidos os alumnos inhabilitados em primeira ou os que, tendo mais de 30 faltas durante o anno lectivo, por motivo de doença ou outro, devidamente comprovado, obtiverem, não obstante, a média exigida no artigo anterior.

Art. 43. Os alumnos inhabilitados em dous annos successivos, nos termos do art. 41, não serão novamente admittidos á matricula nos estabelecimentos de ensino secundario officiaes, nem a exame nos estabelecimentos sob inspecção permanente ou preliminar.

TITULO II

INSPECÇÃO DO ENSINO SECUNDARIO

CAPITULO I

Das estabelecimentos equiparados de ensino secundario

Art. 44. Serão officalmente equiparados para o effeito de expedir certificados de habilitação, validos para os fins legais, nos alumnos nelle regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundario matidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescriptas.

Art. 45. A concessão, de que trata o artigo anterior, será requerida ao ministro da Educação e Saude Publica, que fará verificar pelo Departamento Nacional de Ensino si o estabelecimento satisfaz as condições essenciaes de:

I, dispor de installações, de edificios e material didactico, que preencham os requisitos mínimos prescriptos pelo Departamento Nacional de Ensino;

II, ter corpo docente inscripto no Registro de Professores;

III, ter regulamento que haja sido approved, previamente, pelo Departamento Nacional de Ensino.

IV, offerecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo periodo minimo de dous annos.

Art. 46. Satisfeitas as condições do artigo anterior e paga a quota annual minima de inspecção, ficará o estabelecimento em regimen de inspecção preliminar por prazo não inferior a dous annos.

Art. 47. O periodo de inspecção preliminar poderá ser prorrogado, a juizo do Conselho Nacional de Educação e pelo intermedio do Departamento Nacional de Ensino, si o relatório referente ao periodo inicial de inspecção não for favoravel á concessão immediata da equiparação.

Art. 48. A concessão da equiparação ou inspecção permanente se fará por decreto do Governo Federal, mediante proposta do Conselho Nacional de Educação, approved por dous terços da totalidade dos seus membros.

Paraphrasso unico. A equiparação poderá ser requerida e concedida só para o curso fundamental ou para ambos os cursos, fundamental e complementar.

Art. 49. O Departamento Nacional de Ensino imporá a penalidade de suspensão dos favores conferidos por este decreto ao estabelecimento de ensino, sempre que dos relatórios dos inspectores se tornar evidente a inobservancia de qualquer das exigencias deste decreto.

§ 1.º Da deliberação do Departamento Nacional de Ensino caberá recurso para o ministro da Educação, dentro do prazo de 60 dias.

§ 2.º Verificada a procedencia dos motivos determinantes da penalidade imposta, cessar a inspecção preliminar ou permanente e, por decreto do Governo Federal, será cassada a equiparação si o estabelecimento estiver sob esse regimen.

Art. 50. A quota annual de inspecção será de 42.000\$ para os estabelecimentos de ensino cujo numero de matriculas não exceder de 200.

§ 1.º O pagamento da quota, a que se refere este artigo, será feito em duas prestações semestraes.

§ 2.º Por matricula excedente ao numero indicado neste artigo será paga, por quotas semestraes, a taxa annual de 60\$000.

CAPITULO I

Do serviço de inspecção

Art. 51. Subordinado ao Departamento Nacional de Ensino, é creado o serviço de inspecção aos estabelecimentos de ensino secundario, sendo seus orgãos, junto áquelles, os inspectores e os inspectores geraes.

Art. 52. Para os fins da inspecção os estabelecimentos de ensino secundario serão grupados de accordo com o numero de matriculas e com as distancias e facilidades de comunicação entre elles, constituindo districtos de inspecção.

Paraphrasso unico. O ministro da Educação e Saude Publica, por proposta do Departamento Nacional de Ensino, creará novos districtos, ou fará nova distribuição dos estabelecimentos de ensino por districto, sempre que o aconselharem as exigencias da inspecção.

Art. 53. A inspecção permanente, em cada districto, será exercida pelos inspectores e caberá aos inspectores geraes a incumbencia de percorrer os districtos não só para fiscalizar a marcha dos serviços, como para solucionar divergencias suscitadas entre os inspectores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

Art. 54. Incumbe á inspecção velar pela fiel observancia das disposições deste decreto, que forem applicaveis aos estabelecimentos de ensino sob o regimen de inspecção preliminar ou permanente, bem como das disposições dos respectivos regulamentos.

Art. 55. O inspector remetterá mensalmente ao Departamento Nacional de Ensino, em duas vias dactylographadas, um relatório minucioso e de caracter confidential, a respeito dos trabalhos de cada serie e cada disciplina da sua secção nos estabelecimentos do districto.

§ 1.º Duas vezes por anno deverá constar do relatório uma apreciação succinta sobre a qualidade do ensino ministrado, por disciplina em cada serie, methods adoptados, assiduidade de professores e alumnos, bem como suggestões sobre providencias que devam ser tomadas, caso se torne necessario a intervenção do Departamento Nacional de Ensino.

§ 2.º O pagamento dos vencimentos aos inspectores só será autorizado depois de recebido o relatório do mez anterior.

Art. 56. Incumbe ao inspector inteirar-se, por meio de visitas frequentes, da marcha dos trabalhos de sua secção, devendo para isso, por serie e disciplina:

a) assistir a lições de exposição e demonstração pelo menos uma vez por mez;

b) assistir, igualmente, pelo menos uma vez por mez, a aulas de exercicios escolares ou de trabalhos praticos dos alumnos, cabendo-lhe designar quaes destes devam ser arguidos e apreciar o criterio de attribuição das notas;

c) acompanhar a realização das provas parciais, que só poderão ser effectuadas sob sua immediata fiscalização, cabendo-lhe ainda approvar ou modificar as questões a serem propostas;

d) assistir ás provas finais, sendo-lhe facultado arguir o attribuir nota ao examinando.

Paraphrasso unico. Dos trabalhos a que se refere este artigo, bem como do julgamento das provas parciais mencionado no art. 57, deverá ser feito registro em livros adequados, de accordo com o estabelecido no regimento interno do Departamento Nacional de Ensino.

Art. 57. Aos inspectores da secção C compete ainda fiscalizar os exercicios de educação physica e as aulas de musica, bem como verificar as condições das instalações materiaes e didacticas do estabelecimento.

CAPITULO III

Dos inspectores

Art. 58. Os inspectores são nomeados por concurso e, dentre estes, por accesso, os inspectores geraes.

Art. 59. Para os effectos da inspecção as disciplinas do ensino secundario serão distribuidas nas seguintes secções:

Secção A (Letras): Linguas (portuguez, francez, inglez, allemão e latim) e litteratura.

Secção B (Sciencias mathematicas, physicas e chimicas): Mathematica, Physica, Chimica, Geophysica e Cosmographia e Desenho.

Secção C (Sciencias biologicas e sociaes): Geographia (politica e economica), Historia da civilização, Historia natural, Geographia geral e Hygiene, Psychologia e Logica, Sociologia e Noções de Economia e Estatística.

Art. 60. O concurso, a que se refere o art. 58, versará sobre todas as disciplinas da secção em que se inscrever o candidato a inspector e, ainda, sobre Pedagogia geral e Methodologia das mesmas disciplinas.

§ 1.º Para os candidatos a secção C haverá ainda provas sobre Hygiene escolar e educação physica.

§ 2.º Será tambem exigida pratica de dactylographia, avendo para isso ser dactylographadas pelo candidato as provas escriptas do concurso.

Art. 61. Para inscrever-se no concurso de inspector deverá o candidato reunir os requisitos:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado;

b) ser maior de 22 annos e menor de 35;

c) apresentar attestado de idoneidade moral e de sanidade;

d) apresentar certificado de approvação em todas as disciplinas do curso secundario.

Paraphrasso unico. A exigencia da lettra d) será substituida, opportunamente, por um certificado especial do estudo na Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras.

Art. 62. O regimento interno do Departamento Nacional de Ensino disporá sobre a constituição das commissões examinadoras, natureza das provas, seu julgamento, bem como dos titulos exhibidos e, ainda, sobre todo o processo do concurso.

§ 1.º A natureza e o numero das provas, bem como o processo do concurso, serão modificados pelo Conselho Nacional de Educação, um anno após concluido o curso dos primeiros diplomados pela Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras com habilitação para o exercicio das funções de inspector.

§ 2.º Para inscrição em concurso, depois de modificado o processo a que se refere este artigo, será substituido o certificado da lettra d) do art. 61 pelo seu paraphrasso unico.

Art. 63. As notas em cada prova serão graduadas de zero a dez, sendo exigido, para a habilitação no concurso, o minimo de seis em qualquer das disciplinas e a média final de todas as provas igual ou superior a sete.

Art. 64. Approvado em concurso, terá o candidato direito ao provimento no cargo de inspector, quando se verificar vaga na secção a que concorreu, respeitada a classificação por merecimento e o direito de prioridade para os de igual classificação.

Paraphrasso unico. O direito garantido neste artigo caducará si, tres annos após a data da approvação em concurso, não se der vaga que aproveite ao candidato.

Art. 65. O inspector terá exercicio, em cada districto, pelo prazo de tres annos consecutivos.

§ 1.º A transferencia de inspectores só fará annualmente, no periodo de ferias, abrangendo de cada vez todos os da mesma secção didactica.

§ 2.º A designação do districto, em que passará a servir o inspector, será feita mediante sorteio.

§ 3.º Para o inspector que for designado o mesmo districto em que vinha exercendo suas funções, proceder-se-ha a novo sorteio.

Art. 66. É obrigatoria, para o inspector, a residencia na sede do districto em que esteja em exercicio.

Art. 67. O numero de inspectores geraes será fixado pelo ministro da Educação e Saude Publica, por proposta do Conselho Nacional de Educação, crescendo, como o de inspectores, á medida das necessidades da inspecção.

§ 1.º Serão designados, de inicio, oito inspectores, escolhidos dentre os melhores classificados em concurso, para exercerem em commissão taes funções.

§ 2.º Ao fim de quatro annos serão nomeados, pelo ministro da Educação e Saude Publica, mediante proposta do Departamento Nacional de Ensino, os inspectores geraes effectivos, realinhando a escolha sobre inspectores geraes em commissão ou inspectores effectivos, que melhores provas de assiduidade, capacidade e devotamento aos assumptos do ensino houverem dado.

TITULO III

REGISTRO DE PROFESSORES

Art. 68. Fica instituido, no Departamento Nacional de Ensino, o Registro de Professores destinado á inscricção dos candidatos no exercicio do magisterio em estabelecimentos de ensino secundario, officiaes, equiparados ou em inspecção preliminar.

Art. 69. A titulo provisorio será concedida inscricção no Registro de Professores aos que o requererem, dentro de seis mezes a contar da data da publicação deste decreto, instruido o requerimento, dirigido ao Departamento Nacional de Ensino, com os seguintes documentos:

a) prova de identidade;

b) prova de identidade moral;

c) certificado de idade;

d) certificado de approvação em instituto official de ensino secundario ou superior, do paiz ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscricção;

e) quaesquer titulos ou diplomas scientificos que possuam, bem como exemplares de trabalhos publicados;

f) prova de exercicio regular no magisterio, pelo menos durante dois annos.

Paraphrasso unico. O documento, a que se refere este artigo na lettra d), poderá ser substituido por qualquer titulo idoneo, a juizo de uma commissão nomeada pelo ministro da Educação e Saude Publica e constituída por 3 professores do magisterio secundario official e 2 do equiparado.

Art. 70. Installada a Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras e logo que o julgar opportuno, fixará o Conselho Nacional de Educação a data a partir da qual, para se tornar definitiva a inscricção provisoria nos termos do artigo anterior, será exigida habilitação perante commissão daquella faculdade, não só em pedagogia como nas disciplinas relativas á inscricção.

Paraphrasso unico. O Conselho Nacional de Educação regulará as condições para as provas de habilitação, bem como os casos em que possam ellas, total ou parcialmente, ser dispensadas á vista de titulos apresentados pelo candidato.

Art. 71. Da data da installação da Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras, e enquanto não houver diplomados no registro de professores, além dos documentos das lettras a e c do art. 69, certificados de approvação obtida nessa faculdade em exames das disciplinas para as quaes a inscricção é requerida, e, ainda, de Pedagogia geral e de Methodologia das mesmas disciplinas.

Art. 72. Dois annos depois de diplomados os primeiros licenciados da Faculdade de Educação, Sciencias e Lettras, será condição necessaria, para a inscricção no Registro de Professores, a exhibição de diploma conferido pela mesma faculdade.

Art. 73. Aos actuaes professores e docentes livres de institutos superiores de ensino, officiaes ou equiparados, e bem assim aos actuaes professores e docentes livres do Colégio Pedro II e, ainda, aos actuaes professores de estabelecimentos de ensino secundario equiparados, é facultada a inscricção no Registro de Professores em disciplinas affins aquellas em que se habilitaram nesses institutos.

Sexta-feira 1

DIÁRIO OFFICIAL

Maio de 1931 6319

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação decidirá quais as disciplinas do ensino secundário em que a inscrição, nos termos deste artigo, poderá ser concedida.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 74. No Collegio Pedro II e nos estabelecimentos de ensino secundário sujeitos a inspecção permanente ou ordinária, os respectivos directores e inspectores promoverão reuniões a que possam comparecer os paes ou representantes legaes dos alumnos, com o intuito de desenvolver, em collaboração harmonica, a acção educativa da escola.

Art. 75. O professor de musica do Collegio Pedro II será contratado.

Parágrafo único. Os exercicios de educação physica no Collegio Pedro II ficarão a cargo dos actuaes professores de gymnastica e dos profissionais que para esse fim forem contractados.

Art. 76. Fica extinta a livre docencia no Collegio Pedro II, respeitadas as directas dos actuaes docentes livres.

Art. 77. Haverá duas secções do Collegio Pedro II alumnos gratuitos, nas condições especificadas no respectivo regulamento interno.

Art. 78. O regulamento interno do Collegio Pedro II determinará, de accordo com a natureza das disciplinas, o limite maximo de alumnos por turma.

Art. 79. Os alumnos do curso seriado de estabelecimentos de ensino secundário, que não estariam sob o regimen de inspecção instituido pelo presente decreto, poderão requerer, até 30 de novembro do anno corrente, inscrição em exame nas materias das séries em que se encontrarem matriculados, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I — Certidão de approvação no exame de admissão, quando se trate de inscrição em exame nas materias da primeira série, e de approvação nas materias da série anterior, quando requerer o candidato exame das demais séries do curso secundário;

II — Recibo de pagamento da taxa de inscrição em exame.

§ 1.º Os exames de que trata este artigo se realizarão em janeiro do anno proximo, no Districto Federal, no Collegio Pedro II, e, nos Estados, em estabelecimentos de ensino secundário sob inspecção, mantidos pelos Governos estaduais.

§ 2.º O exame de cada disciplina constará de uma prova escrita e de uma prova oral ou pratico-oral conforme a natureza da disciplina.

§ 3.º A constituição das mesas examinadoras, bem como o regimen de julgamento das provas se farão de accordo com as instrucções, approvadas pelo ministro da Educação e Saúde Publica, que serão expedidas pelo Departamento Nacional do Ensino.

§ 4.º Ao candidato inhabilitado em exame, na época de que trata este artigo, será facultada transferencia para estabelecimento de ensino secundário sob inspecção, no qual cursará, de novo, a série em cujo exame não lograra approvação.

§ 5.º Nenhum candidato poderá inscrever-se, simultaneamente, para exames nos termos deste artigo, em mais de um estabelecimento de ensino, sendo nullo qualquer exame realizado com infracção deste dispositivo, caso em que se applicará ainda ao estudante a penalidade de suspensão de estudos pelo prazo de um anno.

Art. 80. Será permitido aos estudantes, que tenham mais de seis preparatorios, obidos sob o regimen de exames parcelados, prestar os que lhes faltarem, nos termos da legislação anterior, conjuntamente com o exame vestibular, nos institutos de ensino superior onde pretendam matricula.

§ 1.º O candidato aos exames de que trata este artigo deverá justar ao requerimento de inscrição os seguintes documentos:

a) certificado dos preparatorios obtidos sob o regimen de exames parcelados;

b) recibo de pagamento da taxa de inscrição em exame.

§ 2.º Os exames referidos neste artigo versarão, para cada disciplina, sobre a materia constante dos programas que vigoraram no anno de 1929, para o ensino do Collegio Pedro II.

§ 3.º Os exames de preparatorios a que se refere este artigo deverão ser prestados na época dos exames vestibulares do anno proximo.

Art. 81. A presente reforma se applicará immediatamente aos alumnos da primeira e segunda séries do ensino secundário, proseguindo os das demais séries o curso na forma da legislação anterior a este decreto e ficando, para se matricular nos cursos superiores, sujeitos a exame vestibular.

§ 1.º Os programas dos cursos a serem fellos de accordo com a seriação da legislação anterior serão os adoptados pelo Collegio Pedro II em 1930.

§ 2.º Para a immediata execução deste decreto e necessaria adaptação dos alumnos ao novo regimen didactico, o ministro da Educação e Saúde Publica expedirá as instrucções que julgar convenientes.

Art. 82. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 83. Revogam-se as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931, 116.º da Independencia e 43.º da Republica.

GERALDO VARGAS.

Francisco Campos.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Sr. Chefe do Governo Provisorio: Tenho a honra de submeter á consideração de V. Ex. o projecto de reforma do ensino secundário.

De todos os ramos de nosso systema de educação é, exactamente, o ensino secundário o de maior importancia, não apenas do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo, destinando-se ao maior numero e exercendo, durante a phase mais propria do crescimento physico e mental, a sua influencia na formação das qualidades fundamentais da intelligencia, do julgamento e do caracter. A finalidade do ensino secundário é, de facto, muito mais ampla do que a que se costuma attribuir-lhe. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, despresando-se, assim, a sua função eminentemente educativa, que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juizo e de criterio, essenciaes a todos os ramos da actividade humana, e, particularmente, no treino da intelligencia em collocar os problemas nos seus termos exactos e procurar as suas soluções mais adequadas. O importante, porém, é que o ensino superior acabou por transformar-se em uma finalidade puramente externa e convencional do ensino secundário, isto é, este, finalmente, dominado pela absorvente preocupação do primeiro, perdeu as suas características proprias e especificas, passando a ser um curso de finalidade exclusivamente utilitaria. Despido, assim, da finalidade interna, fundamentalmente educativa, em torno da qual, para que exercesse o seu insubstituivel papel na formação intellectual e moral da juventude, deviam organizar-se as disciplinas do seu curriculum, os seus programas e os seus processos didacticos.

Uma ultima phase nesse processo de degeneração do ensino secundário ainda condicionada por aquella estreita e mesquinha concepção da sua finalidade, veio a ser, afinal, o estado de dissolução em que elle se encontra no presente, reduzido a uma chancellaria de exames ou a um mero curso de passagem, que em si não encontra motivos e fins que o justifiquem e orientem, todo elle voltado para a sua finalidade externa e convencional, em cuja fonte, certamente, não poderá embeter-se dos principios essenciaes á reorganização dos seus planos e á indispensavel rectificação do seu espirito, torçido, pela acção absorvente dos objectos externos que o orientam, excessivamente pragmatico e utilitario, mas utilitario e pragmatico no peor sentido da expressão.

O curso superior, como exclusiva finalidade do ensino secundário, acabou por transformar-se em mero curso de passagem, tendo como objectivo proximo os exames. Eis como a defeituosa estreita e mesquinha concepção do ensino secundário como simples etapa de preparação para a matricula nos cursos superiores, desconhecendo, assim, as suas virtudes especificas e a sua finalidade interna, de caracter educativo, teve como resultado a deploravel situação em que se encontra entre nós a educação secundaria, reduzida ao esqueleto das provas finais, estas mesmas desmoralizadas por uma pratica deshonesta, cujos vicios, ao vez de convalescer com o tempo e as denuncias e accusações que contra elles se repetem cada dia com a maior frequencia e em tom de crescente vehemencia, aggravam-se com a sua reiteração, ameaçando subverter, já não digo o edificio, porque deste já restam apenas as ruínas, mas as proprias ruínas da construção em estado de desabaamento.

O mesmo espirito que transformou o ensino secundário em mero chancellaria de exames, concorre para abastardar, desmoralizar e nullificar o systema por elle instituido. Si o ensino secundário não tem finalidade propria; si em si mesmo não encontra a sua justificação, razões, motivos e estímulos, que orientem a organização e o desenvolvimento dos seus planos: si é, assim, um simples curso de passagem,

tendo como finalidade ultima a matricula nos cursos superiores e como objectivo proximo os exames de fim de anno, a sua tendencia ha-de ser necessariamente, como até agora tem sido, reduzir, simplificar, schematisar o quanto possa as linhas do seu esqueleto, de maneira que subsistam apenas os traços uteis e significativos, isto é, aquelles que, dada a finalidade a que o ensino secundario se destina, com ella o artificio directo e immediatamente. Ora, a finalidade do ensino secundario é a matricula nos cursos superiores; que é, portanto, que mais directo e immediatamente articula o ensino secundario com essa finalidade, sinão os exames? Estes, por conseguinte, passam a ser o objectivo absorvente o proximo do ensino secundario. O exame, porém, despido da perspectiva anterior do curso, no qual não encontra o seu motivo, a sua justificação e os seus presupostos, todos exteriores em relação a elle, o exame se transforma em um acto com finalidade propria, concentrando em si todo o absorvente interesse dos alumnos e tendendo, por força da finalidade immediata que lhe confere sentido e utilidade, a transformar-se em um processo puramente mecanico e convencional.

Em resumo: o ensino secundario é um simples curso de passagem e um mero systema de exames, destituído do virtudes educativas e reduzido ás simples linhas essenciaes da sua estrutura estreitamente pragmatica e utilitaria de instrumento de acesso aos cursos superiores.

O primeiro acto que se impõe na reconstrução do ensino secundario é o de conferir-lhe, de modo distincto e accentuado, um caracter eminentemente educativo.

A sua finalidade exclusiva não ha de ser a matricula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrario, deve ser a formação do homem para todos os grandes sectores da actividade nacional, construindo no seu espirito todo um systema de hábitos, attitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras. Muito de proposito attribuo ao ensino secundario a função de construir um systema de hábitos, attitudes e comportamentos, ao invés de mobilizar o espirito de noções e de conceitos, isto é, dos productos acabados, com os quaes a industria usual do ensino se propõe formar o stock dos seus clientes. A educação do homem não se fará jamais mediante o systema de receptividade passiva, pelo qual se vem degradando, no ensino secundario, a intelligencia da juventude. A massa de conhecimentos, posta á disposição do alumno, já preparada, cozida e digerida, não contribuirá para o desenvolvimento das qualidades nobres do julgamento e do criterio, qualidades activas e dynamicas, que lhe servirão na vida para identificar as novas situações em que se encontrar, modificá-las, utilisá-las e dar-lhes a solução apropriada.

A qualidade da educação não se mede pelo volume das noções e dos conceitos; estes, pelo contrario, quando inculcados pelos processos usuais do ensino, constituem falsas aquisições, pelas quaes os seus possuidores, no systema de trocas que funciona na vida real, não obterão valores authenticos e uteis.

A verdadeira educação concentra o seu interesse antes sobre os processos de aquisição do que sobre o objecto que elles tem em vista, e a sua preferencia tende não para a transmissão de soluções já feitas, acabadas e formuladas, mas para as direcções do espirito, procurando crear, com os elementos constitutivos do problema ou da situação de facto, a oportunidade e o interesse pelo inquerito, a investigação e o trabalho pessoal em vista da solução propria e adequada e, si possível, individual e nova.

Essas as imperativas exigências de um verdadeiro systema de educação. Tais exigências cresem ainda de importancia, considerando-se que o mundo contemporaneo é um mundo em estado de movimento e de mudança, em que dia a dia se accentua a necessidade de rever as soluções anteriores, dar novas soluções e situações novas e imprevisas e reconstruir os systemas de noções e de conceitos de maneira a assegurar a consistencia do seu contexto em face de novas situações e experiencias.

Até recentemente, a instrução visava transmitir soluções feitas e acabadas, porque á base do systema de educação restinga o presupposto de que o mundo era intemporal, isto é, mesmo o immutavel mundo do passado, tecido de experiencias e de situações de cuja recurrencia se compunham o presente e o futuro.

A humanidade, porém, verifica que começou para ella uma época de transformações e de mudança. O mundo se encontra largamente aberto deante dos espiritos, e o presente e o futuro, ao invés de constituirem aquelle tecido de recurrencias, graças ao qual os problemas e as situações continuam a ser os mesmos e a satisfazer-se com as mesmas soluções, apresentam

cada dia aspectos complexos e novos, que demandam não apenas as noções e os conceitos adquiridos senão qualidades, hábitos, processos, attitudes e comportamentos de espirito capazes de inquerir, investigar, comprehender e orientar no sentido de soluções novas, proprias e seguras.

O homem mais capaz, nas condições do mundo contemporaneo, não é aquelle que dispõe de um repatorio de respostas aprendidas na escola para um grande numero de questões que, elle espera, lhe serão propostas pela vida real, mas aquelle em cujo espirito a educação construiu um vigoroso systema de hábitos e de tipos definidos e precisos de reacção, de modo que as situações novas que lhe crear a vida possam ser rapida e seguramente elaboradas no sentido de soluções concretas e adequadas. Visando, portanto, os processos de aquisição, de preferencia ás aquisições, pois que estas envelhecem e passam e aquelles continuam a funcionar utilmente no sentido de novas aquisições, a educação, para ser effez e valiosa, ao invés de assentar sobre bases estaticas, tem de orientar o seu centro de gravidade para uma base activa, movel e dynamicas, visando mais aos pontos de vista, ás attitudes de espirito, aos methodos e processos de ataque do que ás noções, aos conceitos e aos productos acabados do ensino, isto é, ás soluções transmittidas pelos viciosos systemas usuais de comunicação entre professor e alumno.

Ora, o nosso systema de educação tem consistido até agora em mobilizar o espirito de noções e de conceitos passivamente recebidos pelo estudante. O que acontece é que tais noções e conceitos não fazem parte do seu contexto de experiencia, não funcionando, pois, para os fins a que se destinam, isto é, para orientar e condicionar a sua conducta ou seu comportamento intellectual. Na educação funcional, a unica cujos processos não deformam ou estrilham o espirito da juventude, tem-se por adquirido um conceito quando este funciona na oportunidade certa e com precisão e segurança, quando somos capazes de applicá-lo, isto é, de servirmo-nos dello como instrumento.

A função da escola, porém, cresce ainda de muito com as transformações por que vem passando a vida contemporanea. A escola tende a ser, cada vez mais, a unica agencia de educação da infancia e da juventude. Até recentemente, a familia e a pequena comunidade suppriam as deficiencias da escola, particularmente no que se refere á parte de informações. Nas grandes cidades, porém, ou na medida em que crescem o se differenciam as aglomerações humanas, a parte de informações que a creança ou o jovem adquiria pelo simples facto de viver em contacto com as realidades de todo o dia, tem de ser supprida pela escola. Com a crescente complexidade da vida e particularmente, dos processos industriaes, com a facilidade e a rapidez das comunicações, os processos, principalmente os de produção, tendem a separar-se em diversas phases, de maneira que, ao contrario das épocas anteriores em que era possível acompanhá-los no seu desdobramento e formar dos homens uma vista de conjunto, contemporaneamente nos grandes centros torna-se impossivel aos jovens acompanhá-los de vista, só chegando ao seu conhecimento na sua phase final, isto é, no objecto que resulta do seu funcionamento. Todo o funcionamento, porém, se passa longe das suas vistas. Como comprehendê-lo, pois, si a escola não cuidar desta parte informativa, não, porém, descrevendo-a por palavras, senão por experiencias e demonstrações?

Da mesma maneira, com o alargamento e a ampliação dos espaços sociais diminui dia a dia a influencia educativa da familia e da comunidade, augmentando, assim, as responsabilidades da escola na educação dos seus alumnos. Tal educação, porém, não poderá ser feita senão pelos processos verdadeiramente educativos, isto é, não a transformando em objecto ou disciplina de dissertação, de preleção ou conferencia, mas organizando socialmente a escola, de maneira que as técnicas ou processos de funcionamento das associações humanas sejam adquiridos de modo funcional, isto é, effectivamente praticadas.

Da mesma fórma no que se refere ás exigências que a democracia faz á educação. De nada valerá, como até agora não valeu, crear no curso secundario uma cadeira de educação moral, civica ou politica. Será mais uma oportunidade de transmittir noções e conceitos acabados, envolvidos em formulas definitivas. Serão aquisições de caracter puramente formal, sem nenhuma consistencia com o texto de experiencia do estudante e, portanto, destituídos de qualquer influencia sobre a sua attitude ou seu comportamento. Uma noção só se terá por effectivamente adquirida si funciona adequadamente, isto é, si determina ou condiciona uma conducta ou uma pratica. Só aprendemos o que praticamos. Si, portanto, é dever da escola formar cidadãos ou educar para a democracia, ella só o fará não por meio de preleções, sermões, conferencias ou lições, mas organizando-se democrati-

camente e praticando, de modo effectivo e pratico, a democracia.

Assim, com as demais modalidades da educação. Cumprir, pois, operar no nosso ensino secundario essa renovação essencial, para que elle se transforme realmente no que deve ser, isto é, em ensino educativo que venha a ser effectivamente util no mahaio futuro das realidades e dos factos da vida pratica.

Ahi estão os defeitos capitais do nosso ensino secundario e o ponto por onde deve começar o trabalho de reconstrução. Certamente, esse trabalho será penoso e demorado, particularmente pela razão de que o Brasil não cuidou até agora de formar o professorado secundario, deixando a educação da sua juventude entregue ao acaso da improvisação e da virtuosidade, sendo inadmissivel que nenhum esforço haja sido tentado naquella direcção, apesar dos reclamos e das exigencias dia a dia crescentes do nosso systema de educação, gasto, assim, até a medulla por um funcionamento inteiramente absurdo e irracional.

Na reforma do ensino superior tive occasião de propor a V. Ex. as medidas convenientes á reparação desse estado do ensino, suggerindo a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que urge se installe o quanto antes, ainda que com sacrificios. Entretanto, é força confessar que, máo grado não houvermos voltado a nossa attenção para a formação da docencia secundaria, não se torna de todo impossivel com os elementos de que dispomos fazer alguma coisa de melhor do que o até aqui realizado.

As qualidades de intelligencia, a boa vontade e o devotamento de grande parte dos professores secundarios são a garantia de que, dada a orientação e o rumo aconselháveis, serão elles capazes de transformar, em alguns annos, os nossos methodos e processos de ensino, de maneira a operar na instrução secundaria a revolução que as exigencias e as pressões da vida contemporanea estão a exigir do nosso systema de educação. É indispensavel, porém, para esse effeito, que, em primeiro lugar, seja tomada effectivamente a serio a questão do ensino secundario; sejam, ainda, remodelados os seus programmae e os seus planos e dilatado o periodo em que tem de ser executados.

Certamente, um ensino que tenha por base a memorização, por fim a comunicação de noções, de conceitos e de formulas, um ensino, finalmente, que considere o espirito como um frigidifico, destinado a conservar o material morto de categorias, formulas e soluções, pôde ser ministrado em tempo muito mais curto do que aquelle que tem por fim desenvolver, a alargar o espirito, ensinar e exercer os processos de aquisição, fazer funcionar os conceitos propondo problemas e questões, em cujo contexto tenham oportunidade de entrar em acção, um ensino, finalmente, que se proponha desenvolver-se sobre bases dynamicas, no seguro presupposto de que só se aprende o que se pratica.

Tal processo requer, como é intuitivo, maior periodo de duração. E é esta a primeira novidade da reforma, que dispõe para o curso secundario em seis annos, ao invés de cinco ou seis, como até aqui.

Os planos de estudo passam, tambem, a ser remodelados, permitindo a duração do curso melhor seriação das materias, cujo crescimento se fará, assim, mais lentamente e, portanto, com maior proveito e segurança. Foi possivel, tambem, graças ao augmento na duração do curso, dar a devida importancia ao estudo das sciencias physicas e naturaes, sendo o conhecimento dos seus methodos e dos processos mentaes que elles implicam cada vez mais uteis e necessarios. O curso foi dividido em duas partes, a primeira de cinco annos, que é a conforma o fundamental, e a segunda, de dous annos, constituindo a necessaria adaptação dos candidatos aos cursos superiores e dividida em tres secções. Estas secções se constituirão de materias agrupadas de accordo com a orientação profissional do estudante. Para não levar, porém, muito logo a especialização, haverá materias communs ás tres, justamente destinadas á cultura geral, terreno necessario á aproximação dos homems, cujos rumos profissionais já tendem a distanciar-se.

Outra grande falha na organização do nosso ensino secundario é, incontestavelmente, a fiscalização dos estabelecimentos que pretendem a equiparação dos modelos officiaes. O recrutamento de inspectores se tem feito até agora por processos absolutamente inidoneos. Delle haveria, pois, de resultar a ineficácia da fiscalização.

O unico defeito, porém, não está no recrutamento dos fiscaes. Estes, por melhor que fosse o systema de eleição, não poderiam, evidentemente, propor-se exercer funcções de fiscalização e de assistência tecnica ao ensino secundario em sua totalidade. No actual regimen, com effeito, a inspector deveria, para que a sua fiscalização e assistência fossem efficaes, ser a um só tempo conhecedor e perito de todos os ramos do ensino secundario, desde o linguisticas até o matematico. O absurdo da exigencia explica e irracasso e a inutili-

dade da fiscalização tal como se encontra organizada. O projecto de reforma procura remediar a essa deploravel situação, dividindo a inspecção em tres secções: a) a de letras; b) a de sciencias mathematicas, physicas e chemicas; e) a de sciencias biologicas e sociaes.

Torna-se, assim, possivel exercer uma fiscalização exigente e rigorosa; ao mesmo tempo que uma assistência util no que se refere á orientação do ensino. Os inspectores passarão a ser recrutados por concurso de provas, que versarão sobre as materias da secção a que se propõem, além das relativas á methodologia geral e á especial das disciplinas de cada grupo.

Prevendo a difficuldade, por falta de professores, de organizar-se em todos os estabelecimentos fiscalizados o curso complementar, o projecto permite que o collegio sujeito á fiscalização se limite ao curso fundamental. Além disso, tendo em vista a mesma consideração, o projecto permite que as escolas de ensino superior ministrem, em curso annexo, o ensino relativo ás materias do curso complementar.

São essas, Sr. Chefe do Governo, em linhas geraes, as providencias que o projecto ora submettido á consideração de V. Ex. consubstancia em seus artigos. Estou certo de que multiplicas serão as difficuldades a vencer na obra que o Governo se propõe, de reconstrução, em novas bases, do ensino secundario. O espirito e os principios, em nome dos quaes a revolução ascendeu ao poder, a constituem, porém, na irrecusavel obrigação de cuidar, com o maior rigor e o mais apaixonado devotamento, da obra, capital para o Brasil, de remodelar o seu systema de educação, do qual dependem não apenas os destinos da nossa cultura moral e intellectual, senão o nosso desenvolvimento economico e o crescimento da nossa riqueza publica e privada.

Rio de Janeiro, de abril de 1931.

DECRETO N. 19.893 — DE 21 DE ABRIL DE 1931

Reduz despesas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e dá outras providencias

RECTIFICAÇÕES

Verba 11 — Justiça do Distrito Federal. Pessoal — N. 2 A — A importância destinada ao pagamento dos vencimentos do Juiz de Direito, bacharel Antonio Joaquim de Albuquerque Mello, promotor publico bacharel José Maximiliano Gomes de Paiva, o encarador de resoluções, bacharel Justo Rangel Mendes de Moraes, no periodo em que estiverem em disponibilidade, é de 20.000\$000 e não 14.000\$000, como foi publicado. Material, N. 53, reduza-se de 2.000\$000 e não 20.000\$000. N. 61, reduza-se de 2.000\$000 e não 12.000\$000.

Verba 13 — Policia Civil do Distrito Federal. Pessoal, N. 3 D. A modificação do texto é depois da palavra "extraordinario" e não "extraordinario", como foi publicado. Verba 21: Administração, Justiça e outras despesas do Territorio do Acre, N. 6 — Pessoal. Supprimam-se as dotações de 12.000\$000 do procurador geral bacharel Carlos Gomes Rebelo Horta e 21.600\$000 do promotor publico bacharel Francisco de Leite e Officiaes Fillos e, onde se diz: Desembargadores Lyrmio Celso da Trindade, Domingos Americo de Carvalho e Luiz Vieira Ferreira; secretario bacharel José Bonifacio de Almeida Salles; official Mario de Almeida Borges Barreto; escrivão Arthur Franca e official de justiça Isaac Bezerra de Menezes, rectifique-se as respectivas dotações para: 27.000\$000, 27.000\$000, 21.250\$000, 8.500\$000, 2.550\$000, 2.125\$000 e 1.275\$000, feita a redução de cada um de accordo com o decreto 19.582 de 12 de janeiro ultimo.

DECRETO N. 19.912 — DE 21 DE ABRIL DE 1931

Annulla a cessão, por aforamento, a Pedro Victor de Carvalho, de um terreno para estabelecimento de um mataladoo frigorifico no porto do Rio Grande do Sul, por contrair ao interesse publico e á moralidade administrativa.

RECTIFICAÇÃO

Na pagina n. 6.856, do Diário Official do dia 30 de abril de 1931, na penultima linha do primeiro considerando da primeira columna, onde se lê — despacho de 19: leia-se — despacho de 29.

Na mesma pagina e columna e á sexta linha do segundo considerando, onde se lê: e do que — e do que, idem, idem, idem, a primeira linha do 3º considerando, onde se lê: considerando — leia-se considerando.

Idem, idem, idem, a quinta linha do setimo considerando.

ANEXO B – Portaria Ministerial nº 70, de 30 de junho de 1931

Sexta-feira 31

DIÁRIO OFICIAL

JULHO de 1931 12305

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Educação e Saúde Pública

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

O Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública, em nome do Governo Provisório:

Resolve, nos termos do art. 16, do decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, expedir os programas do curso fundamental do ensino secundário, anexos a esta Portaria, que serão observados, de acordo com as respectivas instruções pedagógicas e com o número de horas semanais nele referido, em cada série do curso a que foram applicáveis.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1931.

Francisco Campos.

PORTUGUÊS

O programa desta cadeira tem por objetivo proporcionar ao estudante a aquisição efetiva da lingua portuguesa, habilitando-o a exprimir-se corretamente, communicando-lhe o gosto da leitura dos bons escritores e ministrando-lhe o cabedal indispensavel á formação do seu espirito bem como á sua educação literaria.

Nas duas primeiras séries do curso o ensino será acen-tuadamente pratico, reduzidas ao minimo possivel as lições de grammatica e transmitidas por processos indutivos. A conversação bem orientada, as pequenas exposições orais e a reprodução livre de um trecho lido na aula darão ensino a que o professor corrija a linguagem dos alunos e, assim, prepare os subsidios para a composição escrita, mais aconselhavel nas séries superiores.

Desde o principio do curso o professor procurará tirar o maximo proveito da leitura, ponto de partida de todo o ensino, não se esquecendo de que, além de visar a fins educativos, ella oferece um manancial de idéas que fecundam e disciplinam a intelligencia, prevenindo maiores difficuldades nas aulas de redação e estilo.

O conhecimento do vocabulario, da orthographia e das formas correctas fundar-se-á nos textos, cuidadosamente escolhidos, e pelo exame destes se notarão, pouco a pouco, os fatos grammaticais mais importantes, cujas leis jamais serão apresentadas a priori, mas derivadas naturalmente das observações feitas pelo proprio aluno.

Apesar da preferéncia que nas duas primeiras séries se deve dar aos exercicios orais, convém se destinem, de quando em quando, uns quinze minutos da aula a breves trabalhos escritos, relacionados com a materia ensinada.

Cumpre limitar razoavelmente o uso da análise e não a considerar finalidade, porém simples meio auxiliar que pode ás vezes intervir na interpretação de uma frase ou na explicação de um periodo mais ou menos obscuro. Basta que o estudante se familiarize com as partes essenciaes da proposição, desprezados, por inúteis, os pormenores e os subentendidos, que fazem perder tempo e, nada adiantam a quem aprende um idioma. Todos os esforços do professor não de convergir para o ensino da significação e da forma.

A análise lexicologica é inseparavel da sintactica, pois que as duas se completam e as palavras só tem verdadeira expressão quando combinadas na frase.

A coordenação dos fatos grammaticais observados será feita no inicio da 3ª série, proseguindo com algum desenvolvimento o estudo da morfologia e da syntaxe, baseado sempre em exemplos tirados de livros ou preparados pelo professor.

Os exercicios orais continuarão como nas duas primeiras séries, reservando-se, entretanto, boa parte do tempo á relação de cartas e ao dialogo, escritos no quadro negro e compostos pela classe, sobre assunto por ella sugerido.

Somente na 4ª série começará a redação livre, dando-se-lhe daí por diante, até o termo do curso, maior atenção. Cêrca de tres quartas partes do tempo letivo deverá ser destinado á correspondéncia, ás descrições e narrações, entrelaçadas com exercicios de estilo e análise literaria dos textos.

Os trabalhos de composição escrita serão preparados fora da classe, indicando-se ao aluno, tanto quanto possivel, as leituras a que convém recorrer affim de melhor executá-los. Para que a correção seja efficaç, recomenda-se ao professor recolher as provas e, fora da aula, nelas assinalar todos os erros, classificando em lista especial os mais comuns

(erros de orthographia, pontuação, concordancia, regencia, impropriedades, etc.); na aula seguinte, mandando fazer, no quadro negro, as emendas necessarias, com a colaboração da classe, deve verificar si os interessados as transportam para as respectivas provas.

Na 4ª série caberá ainda, pelo estudo elemental da grammatica historica, a justificação dos preceitos hauidos na grammatica expositiva. A feição arcaica da lingua será ligeiramente considerada em excertos curtos e caracteristicos, d. que se dará a redação actual, seguida de rapidos comentarios oportunos.

O ensino propriamente literario, subordinado ao da lingua na 4ª série, tornar-se-á preponderante na 5ª série, expondo-se então as regras da composição litteraria e o estudo, ainda que sumario, das melhores obras de escritores nacionaes e portuguezes. Instruidos pela leitura dos textos, serão os alunos obrigados a tomar parte activa na análise dos processos de cada autor, caracterizando-lhe a construção e o estilo, mencionando os conceitos e as passagens que mais os impressionaram, apontando as formas elegantes e vigentes ou as que, já arcaicas, não devem ser imitadas. Após o conhecimento fragmentario de uma obra, receberão sumaria noticia das demais partes que a constituem, do plano a que obedece, do fim que se propõe, da individualidade do autor, corrente litteraria a que pertenceu e outras obras que produziu. Com respeito ao estudo de um escritor ou a proposito de um pensamento notavel, colhido na leitura, desenvolverão temas litterarios ou assuntos de moral privada e social.

Emquanto não existir uma seleta organizada em harmonia com o programa da 5ª série, o criterio do mestre regulará a extensão adequada á apreciação de cada autor. E preferivel começar pelas obras modernas, porque sómente ellas, por mais communicativas, provocam emções sinceras e despertam o prazer dos estudos desta natureza. Como o que se pretende é, antes de tudo, educar o gosto litterario, quasi todo o ensino, para ser atraente, tem de gravitar em torno do pensamento moderno, em ambiente conhecido, convindo, portanto, a preferéncia pelas obras modernas e deixando-se a análise das obras classicas para o momento em que o aluno, dotado de algum senso critico, estiver apto a assimilar com real proveito os velhos exemplares da boa linguagem.

Finalmente incumbem ao professor fazer a sinopse historica e a apreciação geral da litteratura portugueza e da brasileira, de sorte que, ao concluir o curso fundamental, tenha o estudante indicações seguras para poder consolidar por si as noções adquiridas na escola.

PRIMEIRA E SEGUNDA SÉRIES

(4 horas)

Leitura de trechos de pensadores e poetas contemporaneos, escolhidos de accordo com a capacidade média da classe. Explicação dos textos. Estudo methodico do vocabulario. Reprodução oral do assunto lido.

Recitação de pequenas poesias, previamente interpretadas. Composição oral: pequenas descrições de cenas cotidianas da vida humana e da natureza; breves narrativas, fábulas, contos populares.

Estudo gramatical baseado no livro de leitura: flexão nominal; gradação; numerais; emprego frequente das formas verbais mais comuns, especialmente do imperativo; estudo simultaneo e moderado da análise lexicologica e da sintactica; substituição de frases por outras de forma diversa e sentido equivalente; conversão de frases compostas em frases simples; transformação de orações coordenadas em subordinadas, e vice-versa; passagem de orações conjuncionais a reduzidas, e vice-versa; exercicios de concordancia e regencia; colocação dos pronomes obliquos; exercicios orthographicos no quadro negro.

TERCEIRA SÉRIE

(3 horas)

Leitura de excertos de prosadores e poetas modernos. Explicação dos textos. Estudo methodico do vocabulario.

Composição oral: pequenas descrições de cenas da vida humana e da natureza; breves narrativas de episodios da historia do Brasil; reprodução livre de assuntos lidos fora da classe.

Composição escrita: cartas e dialogos redigidos pela classe, em colaboração, e escritos no quadro negro.

Estudo gramatical: resumo sistemático das observações feitas nos anos precedentes; noções elementares de fonética; formação de palavras; particularidades syntacticas; syntaxe de colocação.

- b) Solfejo a tres vozes, preparado e á primeira vista.
c) Pequenos ditados facéis, de quatro-ou oito compassos.

II. Teoria musical.

1. Noções de acordes de tres e quatro sons. Inversões.
2. Voz humana; classificação e claves respectivas.
3. Noções sucintas de tecnologia musical (fim de habilitar o aluno a compreender o vocabulário referente á música de câmara, sinfônica e teatral, de modo que seja inteligentemente noticiado sobre concertos ou representações teatrais).
Os exemplos serão sempre deduzidos do canto e da audição fonográfica.

III. Audição fonográfica.

- a) Repertório de música de câmara.
b) Grande períodos da História da Música: Época contemporânea e moderna.
Observar as diretrizes expostas no programa da 1ª série.

EDUCAÇÃO FÍSICA

A educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, em colaboração com as demais disciplinas do curso, tem, por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espirito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resolutivo, consciente do seu valor, e das suas responsabilidades.

A fim de atender ás exigências da sua finalidade, a educação física procurará não só obter, pelo método metódico e gradativo dos exercícios, o desenvolvimento integral do organismo, corrigindo dessa forma as constituições frágeis e defeituosas pela respiração abundante e pelos movimentos coordenados, como ainda estimular, pela variedade dos jogos recreativos, e esportivos, a habilidade, a iniciativa, a coragem e o desprendimento, o domínio de si mesmo e os sentimentos de tolerância e cavalheirismo. Assim compreendida, a educação física constitui uma escola de elevado alcance educativo, tanto pela prática da higiene corporal, que revigora as energias orgânicas e previne enfermidades, como pelos hábitos e qualidades morais que desperta de tenacidade, persistência, independência e espirito de disciplina, concordia e solidariedade.

Para que se possam auferir da educação física todos os benefícios que oferece, é mister, entretanto, que seja articulada com o ensino das demais disciplinas e com elas forme um conjunto harmonico. É preciso também que mereça as maiores atenções da direção dos estabelecimentos de ensino e que todos os professores cooperem com o instrutor de educação física, procurando prestigia-lo, interessando-se assiduamente pela saúde e pelos progressos das alunos nas aulas de ginástica e na atividade esportiva.

O desenvolvimento do programa de educação física exige, previamente, que os alunos sejam distribuídos segundo grupos homogêneos, de necessidades orgânicas equivalentes, para que se realize uma criteriosa adaptação do trabalho, de acordo com a constituição média de cada um, cujos resultados devem ser apreciados periodicamente. O grupamento deve ser orientado por um medico e pelo instrutor, ambos com curso de especialização na materia, adotando-se, de preferéncia, as normas e diretrizes do Centro de Educação Física do Exército.

Os exames fisiologicos e praticos necessarios á organização dos grupos homogêneos serão feitos no início e fim do ano letivo e, ainda, nas férias do mez de junho, sendo os resultados inscritos em uma ficha individual, que acompanhará o aluno em todo o curso.

Conquanto a distribuição em grupos deva obedecer mais ao desenvolvimento físico do que á idade, pôde-se, entretanto, admitir, como critério dos tipos normais, a seguinte subdivisão cronologica: 1ª classe, dos 11 aos 15 anos; 2ª classe, dos 13 aos 16 anos; 3ª classe, dos 16 aos 18 anos e 4ª classe, maiores de 18 anos. A passagem de uma classe á outra depende dos resultados dos exames, em qualquer das épocas previstas, conferindo-se, então, ao aluno um certificado em todo o curso.

Em qualquer das classes os exercícios de educação física visam preparar o aluno, combatendo-lhe a sedentariedade e as más attitudes, para a pratica mais atracente dos esportes individuais e coletivos que, entretanto, não devem ser permitidos nas primeiras classes. Cabe ao professor, evitando o cansaço e o tédio dos movimentos monotonos, despertar o interesse das alunos pela sua execução, convencendo-os da sua utilidade e animando-os com cânticos apropriados e, lateralmente, com jogos recreativos que são também de efeito benéfico e agradam mais ao temperamento dos ado-

lescentes. Assim conduzidos, as horas de ginástica transeem com ordem, variedade e alegria e, além disso, constituem o mais aconselhavel derivativo para os que ainda não se acham na posse integral do vigor físico, nem dispõem de reservas energeticas bastantes para a execução de exercícios mais completos e violentos.

Nas ultimas classes, a prática obrigatória e regulamentada dos esportes individuais e coletivos evitará em grande parte que os jovens, orientando por si mesmos o desenvolvimento de suas qualidades físicas, escolham esportes inadequados á sua constituição e abusem inconvenientemente das suas possibilidades, acarretando o esgotamento e a fadiga, prejudicando o desenvolvimento normal do esqueleto, concorrendo para a intoxicação dos musculos, violentando os órgãos da economia vital, destruindo, em suma, o equilibrio perfeito das funções orgânicas. A diminuição da capacidade de estudo, a perda de peso e do appetite e a astenia geral são as consequências da prática abusiva dos esportes, que se devem evitar e corrigir pela escolha e a gradação metódica das suas variedades. Por outro lado, a ação essencialmente combativa com que se apresentam os esportes, inculca nos alunos o espirito de agressividade, que lhes é prejudicial ao desenvolvimento psíquico.

A organização racional e científica da Educação física, nas suas diversas modalidades, evitando tais prejuizos á saúde e ao espirito, obedecerá ao mesmo critério educacional das demais disciplinas, para colaborar, assim, no desenvolvimento conjunto físico, moral e intelectual dos alunos.

A execução do programa de Educação física, além do concurso periodico do medico e permanente do instrutor, necessita ainda de um pequeno gabinete destinado aos exames fisiologicos indispensaveis á organização das fichas e de observações de ordem estatística e biotopologicas, do material necessario á pratica de certos exercícios, de um terreno apropriado, ao ar livre, para os trabalhos praticos e, si possível, de uma piscina e um ginásio para a realização dos mesmos trabalhos nos dias chuvosos.

Os exercícios de natação e os esportes nauticos, que figuram no programa, não são obrigatorios, mas são aconselháveis nos estabelecimentos proximos do mar.

PRIMEIRA CLASSE

Exercícios quotidianos, com uma duração maxima de trinta minutos, de acordo com a seguinte distribuição:

I. Sessões de Educação física abrangendo: evoluções, flexionamentos combinados á dissimétricos, quatro exercícios educativos, tres applicações de intensidade franca e dois jogos.

II. Sessões de grandes jogos.

III. Exercícios elementares de natação.

A educação física nesta classe tem por fim assegurar a saúde, desenvolver as grandes funções orgânicas, particularmente a respiratoria, sem perder de vista as leis fisiologicas do crescimento; combater, pela pratica metódica dos flexionamentos, as más attitudes; cooperar no desenvolvimento harmonico, por meio de exercícios adequados, do corpo e das faculdades cerebrais.

SEGUNDA CLASSE

Exercícios quotidianos, com a duração maxima de 45 minutos, obedecendo ao seguinte regimen:

I. Sessões de educação física por meio de evoluções, flexionamentos simples, compostos, dissimétricos e da caixa toraxica, tres exercícios educativos e quatro applicações de intensidade média; dois jogos.

II. Sessões de grandes jogos, realizada uma ou duas vezes por semana, em substituição á lição de Educação física.

III. Sessões de esportes individuais e coletivos (iniciação para os alunos mais desenvolvidos). Natação prática e competições internas ao termo do curso.

O objetivo da educação física neste periodo é o de assegurar a saúde e, particularmente, desenvolver a função respiratoria; proseguir o desenvolvimento do sistema neuro-muscular, aumentando a energia vital e ensinando a empregá-la economicamente; despertar, pela pratica dos exercícios, o gosto pelo esforço e o habito da vida ao ar livre.

TERCEIRA CLASSE

Exercícios quotidianos, com a duração de 45 minutos, obedecendo á seguinte ordem:

I. Sessões de educação física compreendendo: evoluções, flexionamentos, uma ou duas applicações por familia e dois jogos.

- II. Sessões de grandes jogos (uma por semana).
 III. Sessões de esportes individuais (uma por semana).
 IV. Sessões de esportes coletivos (uma por semana).
 V. Esportes nauticos.

Têm a atingir: o mesmo do ciclo anterior e, ainda, o aperfeiçoamento da destreza e o desenvolvimento dos elementos do orden superior.

QUARTA CLASSE

Exercícios diários, com uma duração de 45 minutos para as sessões de educação física e dos tempos regulamentares para os esportes em geral.

I. Sessões de educação física com o programa seguinte: evoluções, flexionamentos, uma ou mais aplicações por fa-

milha, sem obrigatoriedade de atenção, e um jogo facultativo.

- II. Sessões de esportes individuais.
 III. Sessões de esportes coletivos.
 IV. Esportes nauticos.

A educação física nesse período é o complemento dos períodos antecedente e visa a realização do tipo de atleta completo, procurando fortalecer as qualidades de força, resistência, velocidade e destreza e permitindo que, de acordo com a sua fignra mecânica e com as predisposições naturais ou tendências individuais, surjam as inclinações para a especialização; revigora a saúde, pela solicitação ativa das funções orgânicas, cujo desenvolvimento fisiológico atega no apogeu; cultiva o gosto pelo esforço esportivo e atletico, em opposição a qualquer genero de vida prejudicial ao aperfeiçoamento fisiológico, moral e social.

Diretoria Geral de Contabilidade

Requerimento despachado

Dia 27 de julho de 1931

D. Ernestina de Moraes Werneck, pedindo habilitação ao montepio. — Compareça nesta Diretoria, para satisfazer exigencias legais.

Diretoria Geral de Expediente

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 29 de julho de 1931

Offícios:

Solicitaram-se providencias:

N. 1.005 — Ao diretor geral da Imprensa Nacional, no sentido de ser publicada no *Diario Oficial* a portaria de 30 de junho ultimo, bem como os programas de ensino secundario a que a mesma se refere.

N. 1.073 — Ao diretor geral do Departamento do Ensino, para de serem devolvidos a esta Diretoria Geral os processos constantes da relação que acompanhou o officio n. 57, de 23 de janeiro ultimo.

Comunicou-se:

N. 1.072 — Ao diretor do Museu Nacional, em resposta ao officio n. 200, que o Ministerio da Viação e Obras Publicas, autorizou a Diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, a ceder aquela repartição uma bofetola para contagem automatica de visitantes.

N. 1.074 — Ao diretor da Escola Politecnica da Universidade do Rio de Janeiro, ler o Sr. ministro deferido o requerimento em que Adolfo Celso Ferreira, pede para efetuar agora o pagamento das taxas de frequencia de exames relativo ao ano de 1930.

N. 1.080 — Ao inspetor de Aguas e Esgotos, em referencia ao officio 21/0, que o Sr. ministro determina que aquella Inspetoria informe sobre o merecimento do Otavio de Araujo Viana, candidato a vaga decorrente do fallecimento do armazeneiro Galbano Dias de Almeida.

N. 1.071 — Ao diretor do Museu Nacional, que tendo sido o Governo convidado a fazer-se representar no 15º Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Prehistorica, que se realizara em Paris de 20 a 27 de setembro vindouro, consultando-se, por isso, sobre a possibilidade do Brasil naquella Congresso.

Remeteram-se:

N. 1.006 — Ao diretor de Assistencia Publica, as portarias de 27 do corrente,

de designação de Frederico Augusto de Albuquerque Melo e Balbino de Araujo.

N. 1.067 — Ao mesmo, o decreto que nomeia Carlos Medrado, para serente da Colonia de Psicopatas (homens), bem como a portaria de designação de Josué de Oliveira Leitão para o lugar de trabalhador da lavoura da mesma colonia.

N. 1.070 — Ao mesmo, o decreto que exonera o Dr. Lauro de Sá e Silva do cargo de chefe do servico de molestias da pele e síphilis, do ambulatório Rivaldavia Corrêa, bem como o de nomeação do Dr. Zepiro de Moraes Goulart para o referido lugar.

N. 1.076 — Ao mesmo, os decretos de nomeação do Dr. Carlos Pimentel Cardoso e Maximino Miglio.

N. 1.069 — Ao diretor geral do Departamento do Ensino, o decreto que nomeia o Dr. Lauro de Sá e Silva, para exercer, em comissão, as funções de inspetor de estabelecimentos de ensino secundario no Distrito Federal.

N. 1.077 — Ao mesmo, os decretos de aposentadoria de Eugenio Estevão Correa e Jesuino da Silva Melo.

N. 1.075 — Ao inspetor de Aguas e Esgotos, o requerimento, para ser informado, em que José Chaves, oz-armazeneiro daquela inspetoria pede o seu aproveitamento na vaga de armazenista existente.

N. 1.079 — Ao mesmo, o abaixo assinado, para ser informado, em que os moradores da parada de Itaipú, pedem instalação de uma banca publica naquela localidade.

N. 1.078 — Ao diretor geral do Departamento de Saude Publica, os decretos de exoneração de Nelly Rousseau Valença, promoção de Olimpia da Costa Cardoso, nomeação de Egídia Vieira, Zelia Weber, Osvaldo de Souza Carvalho e Dr. Rafael Guarínolo, bem como o de aposentadoria de João Martins da Fonseca.

N. 1.084 — Ao reitor da Universidade do Rio de Janeiro, o decreto que nomeia o professor Guilherme Fontinha para exercer o cargo de diretor do Instituto Nacional de Musica.

Acusou-se:

Ns. 1.068/1.083 — Ao inspetor geral do Ensino Profissional Technico, recebidos os officios ns. 1.494 e 1.495, de 27 do corrente.

N. 1.082 — Ao diretor geral do Departamento do Ensino, recebimento do officio n. 2.548, de 27 do corrente.

Requerimentos despachados pelo Sr. ministro:

N. 5.037 — Paulo Sandig. — Aguarde oportunidade.

N. 5.575 — Reinaldo Knibis Busch. — Aguarde oportunidade.

N. 4.613 — José Joaquim Fernandes, e outros. — Aguarde oportunidade.

N. 5.581 — José da Cruz Paixão. — Não pôde ser atendido, á vista das informações prestadas.

N. 5.431 — Centro Academico Fernando Mendes de Almeida. — Não pôde ser atendido. A modificação pleiteada viria ferir o criterio de tolerancia que inspirou a lei atual, procurando harmonizar a situação de direito de uma classe numerosa com as necessidades do ensino tecnico, neste particular.

Departamento Nacional de Saude Pública

INSPECTORIA DE FISCALIZAÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS

Expediente de 25 de julho de 1931

Requerimentos ns. 4.158 do Gilberto Huef de Barcellos — Pôde funcionar até ulterior deliberação; 4.151 de Estaphania Bahiense e 4.211 de Antonieta Medina Quintella. — Deferido; 4.148 de Antonio Bernardo, 4.161 de Fortunato Nunes d'Azevedo, 4.165 de E. Moreno, 4.172 de Mafalda Possedente dos Santos e 4.191 de Alves Pereira e Pinho — Pôde funcionar; 4.092 de Antonio Eduardo de Oliveira e 4.031 de Francisco Menezes — Deferido guia. 893 e 894; 4.139 de Manoel Lopes — A vista da informação indeferido; 4.909 de Joaquim Ferreira Serrano e 4.903 de José Mendes de Abreu — Releva a infração; 3.984 de Antonio Augusto Cardoso — Será deferido depois que satisfizer o debito com a Fazenda Nacional; 4.180 do Oreino Thomazino — Não ha que deferir visto ser devero remisso da Fazenda Nacional; 4.196 de V. Moreira & Comp., 4.197 de Godofredo Ferreira de Souza, 4.200 de Antonio Bernardo, 4.215 de Izidro da Silva Cabral, 4.214 de Daniel Varanda e 4.195 de Joaquim Cardoso Theofanio. — Certificou-se.

Dia 28

Requerimentos numeros: 7.258 do M. A. Mello, 4.254 de Augusto Campos, 4.250 de Luiz Ribeiro, 4.248 de Mafalda Possedente dos Santos e 3.831 de Edmundo Barbosa — Certificou-se; 4.154 de Manoel de Azevedo Neves Filho e 4.237 de Castro & Irmão — Pôde funcionar; 4.257 de M. A. Mello — Pôde funcionar até ulterior deliberação não sendo permitido o encerramento para distribução a domicilio; 4.243 de Antonio Siqueira e 4.094 de Francisco Pereira da Silva — Pôde funcionar até ulterior deliberação; 4.208 de Machado

ANEXO C — Portaria Ministerial nº 161, de 11 de maio de 1939

Sexta-feira 25

DIÁRIO OFICIAL (Secção I)

Agosto de 1939 20165

Ministério da Educação e Saúde

PORTARIA N. 161, DE 11 DE MAIO DE 1939

O Ministro de Estado resolve aprovar as instruções para o serviço médico de educação física nos estabelecimentos de ensino, que não assinadas pelo diretor do Departamento Nacional de Educação. — *Gustavo Cupanema.*

Instruções para o Serviço Médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino

Afim de garantir a regularidade do serviço médico de educação física nos estabelecimentos de ensino e a homogeneidade na colheita dos dados que compõem a ficha de educação física, o Departamento Nacional de Educação resolve baixar as presentes instruções.

Recomenda-se que as medidas sejam feitas com o máximo critério afim de não prejudicar os objetivos visados, sendo necessário seguir à risca as determinações estabelecidas para que tenham valor estatístico. Uma boa mensuração é a que corresponde a uma idéia, a um caráter real; não se trata unicamente de alinhar números; estes devem ter uma significação, seja anatômica, seja fisiológica.

O médico de educação física dos estabelecimentos de ensino inicia suas atividades imediatamente após o começo do ano letivo, realizando o primeiro exame para separar os educandos perfeitamente normais, do ponto de vista da higidez, dos que apresentem qualquer desvio da normalidade, daí resultando dois grandes grupos: normais — 1 — e deficientes — 2 —. Os desvios da normalidade acima referidos dizem respeito a perturbações cardíacas funcionais ou orgânicas, perturbações pulmonares e das vias aéreas superiores, perturbações digestivas, perturbações glandulares, perturbações nervosas, perturbações renais, hérnias, lesões dos ossos, músculos ou articulações — congênitas, por acidentes ou por infecções graves, — desvios da coluna vertebral, convalescença de casos operatórios ou de acidentes, doenças infecciosas agudas graves, perturbações menstruais graves, desnutrição ou debilidade orgânica, obesidade, perturbações graves dos órgãos dos sentidos, anemia grave, qualquer que seja a causa — verminosa, hemorragias, etc. Na presença de um desvio da normalidade o médico julgará se há incompatibilidade para a prática integral da educação física, pois, conforme o grau da deficiência, haverá ou não necessidade de ser feita restrição aos exercícios.

Proceder-se-á, agora, ao grupamento homogêneo de normais e deficientes, respectivamente, pelo critério fisiológico e pela identificação de condições patológicas; a idade cronológica entra como fator secundário, levando-se em conta, antes, a idade fisiológica. Assim, são os normais — 1 — subdivididos como segue, sendo as idades mencionadas apenas como indicação:

Ciclo elementar ou pré-pubertário — 3 —:

- 1.º grau — 4 a 6 anos (a)
- 2.º grau — 6 a 9 anos (b)
- 3.º grau — 9 a 11 anos (c)
- 4.º grau — 11 a 13 anos (d)

Ciclo secundário, abrangendo a idade pubertária e a post-pubertária — 4 —:

- 1.º grau — 13 a 16 anos (e)
- 2.º grau — 16 a 18 anos (f).

Ciclo superior, adultos — 5 —:

- Mais de 18 anos (g).

O grupamento homogêneo é executado pela comparação dos dados biométricos de cada aluno com os das escalas avaliadas para esse fim, obtidas por meio de cálculos estatísticos realizados com as medições levadas a efeito nas populações consideradas. Dessa comparação surgem três hipóteses: deficiência, igualdade e excesso dela resultando a classificação de maneira muito simples. Não existindo, até a presente data, as escalas referidas, as quais serão elaboradas com os dados colhidos doravante, mediante remessa dos mesmos a esta Divisão, recomenda-se adotar o critério exposto na Portaria Ministerial de 20 de junho de 1931. A remessa dos dados colhidos nos estabelecimentos de ensino será regulada oportunamente. Eis o que prescreve a Portaria Ministerial citada:

"Conquanto a distribuição em grupos deva obedecer mais ao desenvolvimento físico do que à idade, pode-se, entretanto, admitir, como critério dos tipos normais, a seguinte subdivisão cronológica: 1ª classe, dos 11 aos 13 anos; 2ª classe, dos 13 aos 16 anos; 3ª classe, dos 16 aos 18 anos e 4ª classe, maiores de 18 anos. A passagem de uma classe a outra depende dos resultados dos exames, em qualquer das épocas previstas, conferindo-se, então, ao aluno um certificado de promoção".

Os alunos que apresentam qualquer desvio da normalidade, ou deficientes — 2 —, são subdivididos da seguinte maneira:

Os alunos que apresentam moléstia ou defeito físico de natureza transitória — 6 — e,

Alunos que apresentam moléstia ou defeito físico de natureza permanente — 7 —.

No primeiro caso — 6 — há duas hipóteses que considerar:

Alunos que precisam de submeter-se a um tratamento que lhes restitua a normalidade, antes de praticarem qualquer espécie de educação física (h), e

Alunos que necessitam de uma ginástica especial, antes de serem incorporados aos normais (i).

No segundo caso — 7 — consideram-se também duas hipóteses:

Alunos que devem fazer uma ginástica especial compatível com seu estado patológico (j), e

Alunos que não podem praticar qualquer espécie de exercício (k).

Vejamos como proceder em cada um dos casos citados.

3a, 3b, 3c, 3d. — Na subdivisão destes grupos, sempre se impõe o critério da homogeneidade de seus componentes.

4e e 4f — É um período muito delicado da vida, pois engloba a idade pubertária e a imediatamente após este importante período; necessária se faz, portanto, uma vigilância cuidadosa sobre os educandos, do ponto de vista médico, afim de que a educação física não acarrete perturbações à saúde.

5g — O mistér do médico, neste período, modifica-se um pouco, pois, além da tarefa habitual, terá ele de executar o "controle" médico desportivo dos alunos, organizar testes de treinamento, observar a preparação dos conjuntos desportivos para as competições, lidar, enfim, com organismos que vão submeter-se a trabalhos físicos intensos, impondo-se, portanto, a máxima vigilância sobre todos os órgãos, aparelhos e regimes de vida dos educandos.

6h — Esses elementos, enquanto não se submeterem ao tratamento que lhes restitua a normalidade, serão incorporados às turmas que farão ginástica especial (6i e 7) — v. mais adiante), se o permitirem as moléstias ou defeitos. Assim também se procederá com os alunos acometidos de doença aguda ou acidentada, depois de iniciado o ano letivo.

6i — Para estes alunos serão criadas turmas de ginástica especial, de restrição, com finalidade reconstrutiva. O âmbito dessa ginástica de restrição é o mais amplo possível, nela cabendo esforços intensos, desde que necessários à correção ou reconstrução, como também exercícios e movimentos os mais suaves, desde que o exijam as condições patológicas de cada caso individual. Para executar esse plano é necessária a criação de turmas que atendam a todos os casos que se apresentarem. Como se vê, os elementos englobados neste item, praticarão uma ginástica especial em um período transitório; quando estiverem em condições, poderão passar para as turmas normais.

7j — Estes alunos praticarão uma ginástica especial permanentemente. São os que sofrem de moléstia ou defeito físico para os quais não há possibilidade de cura, impondo-se, portanto, um tratamento cuidadoso para que a lesão não evolua. São, geralmente, os indivíduos que apresentam desvios da coluna vertebral acentuados, lesões em órgãos e aparelhos. Neste grupo — 7j — serão atendidos todos os casos de ginástica de restrição, mesmo que se tenha de administrar uma classe única de exercícios, por mais suave que seja.

7k — Neste grupo estarão os alunos portadores de impedimentos tais, que nem nos grupos 6i e 7j possam estar incluídos, e os portadores de incapacidade física permanente, que tenham escapado ao exame do médico que fornece o atestado de sanidade exigido para a admissão ao curso secundário.

Exposto o modo de separar e classificar os alunos para a educação física, classificação que, como vimos, é resultado das conclusões do exame biométrico e clínico, passemos ao estudo das fichas de educação física.

Cada Ciclo de educação física terá seu tipo de ficha, com os dados mínimos que permitam a avaliação das condições orgânicas de cada aluno. Para o primeiro exame, a escolha da ficha será feita segundo a idade cronológica.

Ficam estabelecidos 5 tipos de fichas de educação física para os estabelecimentos de ensino:

Ciclo Elementar (... Grau) — para os 3 primeiros graus do ciclo elementar;

M.E.S. - D.N.E. - D.E.F.

CICLO ELEMENTAR (..... GRÁU)

FICHA N.

ALUNO Sexo Nasc. Curso Série
 Município Estado
 NOME DO ESTABELECIMENTO ANO DE 19.....

EXAME BIOMÉTRICO		1.º	2.º	EXAME CLÍNICO	
Datas				Data	
Idade				
Perímetro torácico	Xifóideo (Meninos) { Axilar (Meninas) {	Repouso	1	
		Inspiração	2	
		Expiração	3	
Elasticidade torácica		4		Indicação do exercício	
Peso		5		Aproveitamento do exercício	
Estatura		6		Observações	
Capacidade vital		7		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MÉDICO

Anverso

DADOS ETNOLÓGICOS

- Nacionalidade própria { País 2
 Estado 3
 Município 3
- Nacionalidade de { Pai 4
 Mãe 5
 Avô paterno 6
 Avó paterna 7
 Avô materno 8
 Avó materna 9
- Côr da pele (classificação Roquette Pinto) 10
- Tipo do cabelo 11
- Nariz { Largura 12 } Índice nasal 17
 { Altura 13 }
- Crânio { Largura 14 } Índice cefálico 18
 { Altura 15 }
 { Comprimento 16 }

A 2º

Ciclo Secundário (1º grau);

M.E.S. - D.N.E. - D.E.F.

CICLO SECUNDARIO (1.º GRÁU)

FICHA N.

ALUNO SEXO NASC. CURSO SÉRIE
 MUNICÍPIO ESTADO
 NOME DO ESTABELECIMENTO ANO DE 19.....

EXAME BIOMÉTRICO		1.º	2.º	EXAME CLÍNICO	
Datas				DATA	
Idade				
Perímetro Torácico	Xifóideo (Rapazes) (Repouso)	1		
	Axila (Moças)	Inspiração	2	
		Expiração	3	
Elasticidade Torácica		4		
Diâmetro Transverso do Tórax		5		
Diâmetro Antero-Posterior do Tórax		6		
Diâmetro Bi-Acromial		7		
Diâmetro Bi-Trocanteriano		8		
Pés		9		INDICAÇÃO DO EXERCÍCIO	
Estatura		10		
Altura do busto		11		
Envergadura		12		APROVEITAMENTO DO EXERCÍCIO	
Pulso	Repouso	13		
	Após 20 flexões das pernas em 40 segundos	14		OBSERVAÇÕES	
Capacidade Vital		15		
Apnéia Voluntária		15		
Sentido Muscular — Braço esquerdo		17		
Força Manual	Mão esquerda	18		
	Mão direita	19		
Força Lombar		20		

O MEDICO

Anverso

Dados especiais para o sexo feminino		1.º	2.º	EXAME PRÁTICO — 1.º GRAU		1.º	2.º	Limites mínimos		
Datas				Datas				RAPAZES		
PERÍMETROS	Pescoço	1		NATUREZA DAS PROVAS	1. Corrida (velocidade)			60m. em 9s.	50m. em 10 s.	
	Busto	2			2. Corrida (resistência)			800m. em 5 min. e 30 s.	400m. em 2 min.	
	Abdomen	3			3. Salto em altura com impulso			1m. 10	0m. 90	
	Braço	4			4. Salto em extensão com impulso			4 m.	3 m.	
	Ante-braço	5			5. Trepar			1 apoio e 3m. de corda	NADA	
	Punho	6			6. Arremessar	Mão esquerda			5kg. a 14 m. (soma dos resultados)	1 bola de cada mão deve atingir o alvo a 9m.
	Quadril	7				Mão direita				
	Glúteo	8			Soma dos resultados			30 kg. a 50 m. em 20 s.	15 k a 50 m. em 20 s.	
	Coxa	9		7. Levantar e transportar						
	Perna	10			8. Dois flexionamentos combinados dos quais um executado sobre uma trave			Altura máxima da trave: 1m. 10	IDEW	
	Tornozelo	11								
	Diâmetro "Baudelocque"		12							
DADOS ETNOLÓGICOS										
Nac. própria	Pais	1								
	Estado	2								
	Município	3								
Nacionalidade de	Pai	4								
	Mãe	5								
	Avô Paterno	6								
	Avô Paterna	7								
	Avô Materno	8								
Cór da Pêlo (Clas. Roquette Pinto)		9								
		10								
Tipo do Cabelo		11								
Nariz	Altura	12	Ind. nasal							
	Largura	13								
Crânio	Altura	14	Ind. cefálico							
	Largura	15								
	Comprimento	16								

ESTE ALUNO ADQUIRIU DIREITO AO CERTIFICADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA SECUNDÁRIA (1.º GRÁU)
 EM.....DE.....DE 19.....

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Verso

Sexta-feira 25

DIÁRIO OFICIAL (Secção I)

Agosto de 1939 20469

Ciclo Secundário (2º grau);

M.E.S. - J.N.E. - D.E.F.

CICLO SECUNDARIO (2.º GRÁU)

FICHA N.

ALUNO SEXO NASC CURSO SÉRIE
 MUNICÍPIO ESTADO
 NOME DO ESTABELECIMENTO ANO DE 19.....

EXAME BIOMÉTRICO		1.º	2.º	EXAME CLÍNICO	
Datas				DATA	
Idade				
Perímetro Torácico	Xifóideo (Rapazes)	1		
	Axilar (Moças)	Reposo	2	
		Inspiração	3	
	Expiração	4		
Elasticidade Torácica		5		
Diâmetro Transverso do Tórax		6		
Diâmetro Antero-Posterior do Tórax		7		
Diâmetro Bi-Acromial		8		
Diâmetro Bi-Trocantérico		9		
Peso		10		INDICAÇÃO DO EXERCÍCIO	
Estatura		11		
Altura do busto		12		
Envergadura		13		APROVEITAMENTO DO EXERCÍCIO	
Pulso	Reposo	14		
	Após 20 flexões das pernas em 40 segundos	15		OBSERVAÇÕES	
Capacidade Vital		16		
Apnéia Voluntária		17		
Sentido Muscular—Braço esquerdo		18		
Força Manual	Mão esquerda	19		
	Mão direita	20		
Força Lombar		20		

O MEDICO

Anverso

Dados especiais para o sexo feminino		1.º	2.º	EXAME PRÁTICO — 2.º GRAU		1.º	2.º	Limites mínimos		
Datas				Datas				RAPAZES	MOÇAS	
PERÍMETROS	Pescoço	1		NATUREZA DAS PROVAS	1. Corrida (velocidade)			100m em 14 s.	50m em 8 s.	
	Busto	2			2. Corrida (resistência)			1000m em 3min. e 30 s.	400m em 1 min. e 50 s.	
	Abdomen	3			3. Salto em altura com impulso			1m, 25	0m, 95	
	Braço	4			4. Salto em extensão com impulso			4m, 50	3m, 25	
	Ante-braço	5			5. Trepar			1 apoio e 5m, 50 de corda	NADA	
	Punho	6			6. Arremessar	Mão esquerda			5kg. a 16 m	1 bola de cada mão deve atingir o alvo a 10m.
	Quadril	7				Mão direita			soma dos resultados	
	Glúteo	8			Soma dos resultados					
	Coxa	9		7. Levantar e transportar				50 kg. a 80m em 30 s	70 kg. 50. me. 30 s	
	Perna	10		8. Dois flexionamentos combinados dos quais um executado sobre uma trave				Altura máxima da trave 1m, 30	IDEM	
	Tornozelo	11								
	Diâmetro "Baudelocque"		12							
DADOS ETNOLÓGICOS										
Nac. própria	Pais	1		ESTE ALUNO ADQUIRIU DIREITO AO CERTIFICADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA SECUNDÁRIA (2.º GRÁU)						
	Estado	2		EM.....DE.....DE 19.....						
	Município	3		PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA						
Nacionalidade de	Pai	4								
	Mãe	5								
	Avô Paterno	6								
	Avô Paterna	7								
	Avô Materno	8								
Côr da Pele (Clas. Roquette Pinto)		9								
		10								
Tipo do Cabelo		11								
Nariz	Altura	12	Ind. nasal							
	Largura	13								
Crânio	Altura	14	Ind. cefálico							
	Largura	15								
	Comprimento	16								

Verso

O cabeçalho das fichas só se modifica nas denominações dos ciclos e graus. O restante é comum e consta do seguinte:

Ministério da Educação — Departamento Nacional de Educação — Divisão de Educação Física.

Ciclo... (...Grau) — conforme a classificação feita.

Ficha N. — número de matrícula do aluno no estabelecimento de ensino.

Aluno — nome por extenso.

Sexo — masculino ou feminino. **Nascimento —** data do nascimento abreviadamente.

Curso — de adiantamento intelectual: primário, fundamental ou complementar (secundário), superior, etc.

Série — de adiantamento intelectual.

Nome do estabelecimento — por extenso e em letras de tipo maior.

Município — em que o estabelecimento tem sede.

Estado — nome do Estado por extenso.

Ano de 19... — refere-se ao ano letivo em que é utilizada a ficha.

Passaremos agora à parte variável das fichas. **Ciclo Elementar (... Grau). Exame Biométrico —** 1º e 2º — um no início para a classificação e outro no fim para a verificação dos resultados. O exame biométrico só será executado em indivíduos em completo repouso físico e psíquico.

Datas — Dia, mês e ano abreviadamente. **Idade —** na data do exame.

Perímetro torácico — Meninos: na altura da base do apêndice xifóide (Fig. 1); meninas: sob as axilas. Registrar os dados em centímetros. Usar uma fita métrica metálica, tendo cuidado para que não fique torcida e esteja em perfeita horizontalidade. Sem tirar a fita do lugar, tomar as medidas em repouso, inspiração e expiração. Essas medidas devem ser tomadas diretamente sobre a pele.

Elasticidade torácica — Diferença entre as medidas tomadas em inspiração e em expiração.

Peso — De preferência nu ou com o mínimo de vestuário possível. O aluno ficará imóvel no centro da plataforma da balança, que deve ter sido cuidadosamente aferida. Registrar o dado com precisão até 100 gramas. Evitar tomar o peso depois das principais refeições.

Estatura — Em pé, descalço, de costas para a toesa, tocando na mesma com os calcantares, nádegas e dorso, a cabeça orientada segundo o plano de Frankfurt (plano horizontal na direção da linha que passa pelo rebordo superior do conduto auditivo externo e pelo rebordo inferior da cavidade orbitária). Pés um pouco abertos, calcantares unidos. Deverá ser evitado o dorso curvado e a projeção do ventre para a frente. A haste superior deve ficar encostada no crânio, tendo-se o cuidado de afastar os cabelos. Registrar a medida em centímetros (Fig. 2).

Capacidade vital — Soprando de um só jato todo o ar que possa ser expulso dos pulmões, após uma inspiração profunda. Medida muito difícil nas crianças, sendo necessário um prévio treinamento e muita habilidade. Verificar, antes da prova, se o espirômetro está perfeito; mandar que a expiração seja feita só pela boca e que não se tome mais de uma inspiração. Se necessário, repetir a operação, registrar a maior medida, com aproximação de 100 c. c.

Exame clínico — Semelhante ao praticado nos consultórios, havendo, entretanto, pontos preferenciais. O paciente deverá ficar inteiramente desnudo, feitas, porém as exceções que a discreção manda fazer com a idade e o sexo, quando a regra não possa ser obedecida com todo o rigor, para que sejam evitadas as possíveis repulsas dos pais ou mesmo dos próprios pacientes. Para meninos e rapazes pode ser estabelecido que o exame clínico se faça em completa nudez ou com o calção de ginástica. Executar um exame clínico cuidadoso, devendo o médico colher uma impressão geral da constituição orgânica, principalmente da caixa torácica, coluna vertebral, musculatura, pâncreo adiposo, estado dos dentes, etc. Pesquisas clínicas principalmente sobre glândulas, aparelhos — circulatório, respiratório, digestivo, sistema nervoso (reflexos, caráter, etc.), gânglios linfáticos, varizes, hérnias, órgãos dos sentidos (surdez, acuidade visual, registrando-se o uso de óculos pelo paciente, quando for o caso; permeabilidade nasal, etc.), afecções cutâneas, mucosas, etc. Antecedentes morbidos hereditários dignos de nota, antecedentes morbidos pessoais dignos de nota. Só deverá figurar na ficha o que fugir à normalidade. O exame clínico se socorrerá dos dados fornecidos pelo exame biométrico, que lhe puderem ser úteis. Mencionar a data do exame. O exame clínico, da mesma forma que o exame biométrico, será repetido no final do ano letivo.

Indicação do exercício — Serão consignadas as deficiências indicadas pelo exame biométrico e clínico, afirmando serem ministrados exercícios especiais. Outrossim, será aconselhada a ginástica de restrição, de reconstrução, corretiva ou ortopédica a executar.

Aproveitamento do exercício — O professor de educação física observará seus alunos durante as aulas, procurando ver como se comportam à ação dos exercícios físicos; verificará, por exemplo, os que se fatigam excepcionalmente em comparação com os demais, os que se tornam muito pálidos após um exercício mais intenso, etc., e os encaminhará ao médico para um novo exame clínico a fim de verificar-se a existência de uma possível lesão, despercebida no primeiro exame. Essas irregularidades ficarão consignadas neste item. Os sucessivos exames biométricos mostrarão de maneira palpável o aproveitamento do aluno com as aulas de educação física, o qual será sintetizado também neste item.

Observações — Fazer menção de algum dado que não conste da ficha, algum tratamento a ser executado antes da inclusão do aluno deficiente na turma dos normais; indicar a assiduidade do aluno e os casos em que se imponha a dispensa das aulas.

Dados etnológicos — A indagação da nacionalidade do aluno, dos pais e dos avós será feita por ocasião da matrícula, aproveitando-se a presença de pessoas que possam dar informações precisas.

Côr da pele — Segundo o critério de classificação do professor Roquette Pinto: brancos — *leucodermos*, negros — *melanodermos*, mulatos — *faidodermos*, caboclos — *xantodermos*. Para outros tipos, puros ou mestiços, muito mais raros na população, não há designações especiais.

Os *leucodermos* podem ser: claros ou morenos; os primeiros serão designados por L 1 e os segundos por L 2.

Entre os *melanodermos* distinguem-se os não muito escuros e os retintos; os primeiros serão designados por M 1 e os segundos por M 2.

Os *faidodermos* podem ser: claros ou escuros; os primeiros serão designados por F 1 e os segundos por F 2.

Os *xantodermos* podem ser: claros ou escuros; os primeiros serão designados por X 1 e os segundos por X 2.

Tipo do cabelo — Usando o seguinte critério: *liso* — 1 —, *ondulado* — 2 —, *espiralado* — 3 —, e os tipos mistos: 1-2 e 2-3.

Nota — Na *Côr da pele* e *Tipo do cabelo*, basta registrar na ficha as letras e números convencionados.

Medidas do nariz — *Altura* — do ponto subnasal à raiz do nariz, *Largura* — de um alar ao outro (distância entre as asas do nariz) tomada de leve, sem comprimi-los. Índice nasal: multiplicar a largura do nariz por 100 e dividir o resultado pela altura do nariz (Fig. 3).

Medidas do crânio — *Altura* — distância do vertex ao orifício articular. *Largura* — de um úrio ao outro (distância entre os pontos laterais mais externos dos temporais). *Comprimento* — Distância entre a glabella e o opistocrânio (ponto mais saliente do crânio na frente ao ponto mais saliente do occipital, posteriormente). *Índice cefálico* — multiplicar a largura do crânio por 100 e dividir o resultado pelo comprimento do crânio. As medidas do nariz e as do crânio serão registradas em milímetros (Fig. 3).

Ficha do Ciclo Elementar (1º Grau) — Os dados novos introduzidos nesta ficha são:

Altura do busto — O examinando sentado sobre a banquetta, de costas para esta, as pernas ligeiramente flectidas, tocando a haste com as nádegas e o dorso, a cabeça orientada segundo o plano de Frankfurt (plano horizontal na direção da linha que passa pelo rebordo superior do conduto auditivo externo e pelo rebordo inferior da cavidade orbitária). Ter o cuidado de afastar os cabelos para que a haste superior encoste no crânio. Registrar a medida em centímetros (Fig. 4).

Encostadura — Em pé, de costas para o quadro mural, tocando o mesmo com as nádegas, o dorso e o occiput; abrir os dois braços horizontalmente, as mãos espalmadas com o dorso voltado para a parede. Medir a distância entre as extremidades dos dedos médios. Registrar a medida em centímetros (Fig. 5).

Pulso — Repouso — Em pé, ao nível da radial.

Após 10 flexões das pernas em 20 segundos — Imediatamente depois da última flexão, assim que o aluno retome a posição ereta, toma-se a frequência do pulso, observando-se ao mesmo tempo outros dados semiológicos que irão servir para o julgamento clínico. Conveniente que esta prova seja feita com o exame clínico.

Apnéia voluntária — Após uma inspiração média prender a respiração mantendo a boca fechada e comprimindo as narinas e assim ficar o maior tempo possível. Só iniciar a contagem depois que a respiração tiver sido suspensa.

Sentido muscular — O indivíduo encostado ao quadro mural, em pé, tocando o mesmo com as nádegas, dorso e occiput; o diâmetro horizontal do quadro deve estar logo abaixo das axilas. O operador manda o paciente fechar os olhos e eleva-lhe o braço esquerdo com o dorso da mão voltado para a parede até uma altura qualquer do quadro, acima do ombro, tendo o cuidado de prestar atenção à graduação em que foi colocada a mão; deixá-lo nesta posição durante 10 segundos e mandar baixar o braço à postura inicial; deixar que se escoem 10 segundos e mandar elevar novamente o braço à primitiva posição. Se houver coincidência, registrar na ficha com 0 (zero); se

ficar abaixo ou acima da posição primitiva, contar o número de graduações que faltam para atingi-la (cada graduação vale 5 centímetros) e registrar na ficha. Na impossibilidade de realizar a prova com o braço esquerdo, assinalar: braço direito (Figs. 6 a 9).

Ficha do Ciclo Secundário — Cada um dos graus deste ciclo tem sua ficha especial; entretanto, a diferença entre essas fichas está apenas nas provas do exame prático. Vejamos, portanto, os dados novos introduzidos nas outras partes da ficha.

Diâmetros — Segurar o compasso de espessura, de modo que os indicadores acompanhem e ultrapassem um pouco seus ramos, afin de poder-se com eles tocar o acidente ósseo sobre o qual vai coar-se a ponta do compasso.

Diâmetro transverso do tórax — O indivíduo em pé e em repouso respiratório, os braços à altura dos ombros; medir a distância na altura da base do apêndice xifóide (Fig. 1), na linha axilar (linha axilar é uma vertical imaginária tirada do meio da axila).

Diâmetro antero-superior do tórax — Com o compasso colocado horizontalmente, medir a distância antero-posterior, na altura da base do apêndice xifóide (Fig. 1).

Diâmetro bi-acromial — Sobre as saliências mais externas dos acrómios.

Diâmetro bi-trocantérico — Sobre as saliências mais externas dos grandes trocânteres.

Pulso — Há uma pequena modificação no dado: Após 20 flexões das pernas em 40 segundos; como vemos, o exercício é mais intenso que o do ciclo elementar.

Força manual — Comprimir o Dinamômetro, tendo o cuidado de deixar o marcador dentro da palma. Não apoiar a mão em parte alguma.

Força lombar — Em pé sobre a prancheta do aparelho, sem dobrar os joelhos. Os herniados não devem ser submetidos a esta prova.

Exame clínico — Neste ciclo é necessário pesquisar mais dois pontos; a puberdade nos rapazes e a menstruação nas moças (para estas, indagar o que é habitual: início, evolução e estado atual).

Dados especiais para o sexo feminino — Afim de evitar possíveis obstáculos na obtenção destes dados é prudente o médico encarregar da colheita dos mesmos uma professora ou enfermeira, devidamente preparada (Fig. 10).

Perímetros — Com o auxílio de uma fita métrica.

Pescoco — Na porção mediana.

Busto — Maior circunferência na altura dos seios; é conveniente que não seja usada qualquer peça de roupa que modifique a posição normal dos mesmos, seja por compressão, seja por levantamento.

Abdomen — Passar a fita métrica lateralmente pelos flancos, logo acima dos ilíacos, e fazê-la vir à frente no ponto mais saliente do abdômen.

Braço — Antebraço — Ao nível da maior espessura muscular.

Punho — Ao nível do ponto menos espesso do antebraço (acima da apófise estilóide do rádio).

Quadril — Circunferência horizontal, passando lateralmente pelas espinhas ilíacas antero-superiores.

Glútea — Anteriormente pela sínfise pubiana e posteriormente pelo maior saliência dos glúteos.

Coxa — Imediatamente abaixo da prega glútea.

Perna — Pela maior espessura muscular.

Tornozelo — Ao nível do ponto menos espesso da perna (geralmente logo acima do maléolo interno).

Nota — Tomam-se os perímetros dos membros, usando-se sempre o do lado esquerdo. Registrar todas as medidas em centímetros.

Diâmetro Baudelocque — Usando o compasso de espessura, medir a distância entre a sínfise pubiana e a saliência do sacro. Registrar em centímetros.

Ficha do Ciclo Superior — Permite, ao lado do julgamento das condições orgânicas dos alunos, verificar, também, as aptidões dos mesmos para os diversos desportos. Vejamos os dados novos.

Comprimento dos braços — Subtrair da envergadura o diâmetro bi-acromial e dividir o resultado por 2.

Comprimento das pernas — Subtrair da estatura a altura do busto. Como vemos, os comprimentos dos braços e das pernas são obtidos por processos pouco precisos; entretanto, são estabelecidos sobre uma aproximação mais que suficiente aos fins da medicina desportiva.

Tensão arterial — Usar um aparelho tipo Vaquez-Laubry. Registrar a máxima e a mínima em milímetros de mercúrio. Executar a prova com o indivíduo sentado.

Força escapular (só para rapazes) — *Pressão e Tração* — Evitar que se faça apoio no peito. Os herniados não fazem esta prova. Os dados que se seguem só serão usados para o alunos e alunas que pratiquem desportos.

Tipo desportivo — De acordo com o tipo morfológico constitucional: longilíneo, normolíneo e brevilíneo, sendo usada, também, a seguinte classificação: "atleta pesado", "atleta leve", "poliatleta" e "sem tendência própria".

Juízo desportivo — Pela apreciação dos dados nocivos no rendimento desportivo e dos dados favoráveis e excepcionais, o médico consignará sinteticamente o julgamento sobre a capacidade funcional do indivíduo para as atividades desportivas.

Figurar o Juízo Desportivo empregando a seguinte convenção: As qualidades de velocidade, agilidade ou destreza, resistência e força, serão representadas pelas respectivas iniciais; assim, a velocidade será representada por V, a agilidade ou destreza por A, a resistência por R e a força por F.

A qualidade predominante em cada indivíduo figurará em maiúscula e as outras em minúscula; por exemplo, se, em determinada pessoa, predominar a agilidade ou destreza, seu Juízo Desportivo será expresso pela fórmula individual: VArf.

Desporto indicado — A avaliação da especialidade desportiva será feita sobre a tríple base: preferências alegadas pelo candidato; resultado das provas biométricas, clínicas, desportivas a que foi o mesmo submetido; tipo morfológico constitucional.

Vida desportiva — Compreende os itens seguintes:

Desporto principal — O aluno indicará o desporto em que mais rendimento consegue.

Outros desportos — Relacionar os outros desportos que pratica habitualmente, ou já praticou, com êxito.

Histórico e anamnese — De maneira sintética dizer generalidades sobre a vida desportiva, campeonatos a que concorreu, "performances" excepcionais, etc. Da mesma forma, fazer menção de sofrimentos eventuais causados pelos exercícios desportivos, antecedentes morbidos pessoais que, mesmo curados, podem reproduzir-se em consequência do esforço físico (reumatismo, serosites, manifestações linfáticas de origem tuberculosa, afecções do coração, rins, etc., paludismo). Declarar se experimenta algum sofrimento após os exercícios desportivos (fadiga prolongada, cefaléia, sentimento de colapso, palpitações, angústia respiratória prolongada, perda de peso, nervosismo, sono agitado, insônia, etc.). Só deverá figurar na ficha o que for anormal.

Treinamento — Vide o exposto na explicação da ficha do Ciclo Elementar para o item: Aproveitamento do exercício. Além disso, deverão ser anotadas as modificações apresentadas pelo organismo por efeito da sucessiva adaptação do mesmo ao esforço continuado, tais como bradicardia, bradipneia e outras tantas. Poderão ser executados testes de treinamento cujos resultados serão resumidos.

Treinamento em provas práticas — Parte da ficha executada pelo professor de educação física sobre os feitos desportivos realizados no ano letivo.

Comportamento do pulso — Corrida de 200 metros — (Esta corrida deverá ser feita em ritmo moderado — os rapazes em 55 segundos e as moças em 65 segundos) — Os alunos a serem submetidos à prova não deverão ter praticado nenhum exercício antes da mesma, e deverão estar em boas condições de repouso, após uma noite bem dormida. O médico, seus auxiliares e os alunos transportar-se-ão para o local da prova. Será, então, tomada a frequência do pulso em repouso e anotada no gráfico da ficha, na coluna "Antes". Dado o sinal de partida a um número de alunos, igual ao de auxiliares, eles correrão 100 metros em uma direção, e, voltando em torno de uma balisa, percorrerão os outros 100 metros, de modo a terminar o percurso no mesmo ponto de partida.

Imediatamente após a corrida, será iniciada a contagem do pulso, e daí, de dois em dois minutos, só devendo cessar quando se anotar, três a quatro vezes, uma frequência de pulso igual ou próxima à de repouso, pois raramente aquela coincide precisamente com esta.

Da mesma forma se procede com a segunda, terceira e outras turmas, até que tenham passado pela prova todos os alunos do Ciclo Superior. Em geral, o aspecto da curva obtida na primeira prova é o seguinte: verifica-se uma subida brusca do pulso logo após a corrida, seguida de uma queda notável no segundo minuto, chegando o pulso às proximidades do normal; seguem-se várias oscilações acima e abaixo deste número. O estudo destas oscilações, a maneira de cair e de subir o pulso, são minúcias de fisiologia especial do exercício, que não cabe expor aqui.

Gráfico — Colorir o do primeiro exame com tinta azul ou preta e o do segundo com tinta vermelha.

Data — Em que foi executada a prova.

Tempo — Em que foi realizada a corrida de 200 metros.

Observações — Consignar algum característico do gráfico que mereça menção.

Nos estabelecimentos de ensino onde não haja ainda um médico especializado em educação física e desportos, a parte da ficha do Ciclo Superior que exija conhecimentos técnicos especiais poderá deixar de ser preenchida no ano letivo corrente. Esta ressalva diz respeito a: *Tipo desportivo, Juízo desportivo, Desporto indicado, Vida desportiva, Histórico e anamnese, Treinamento e Comportamento do pulso* — *Corrida de 200 metros.*

Nota — Para todas as medidas, tome-se por norma o seguinte: as frações acima do $\frac{1}{2}$ são levadas à casa imediatamente superior e as de $\frac{1}{2}$ e menos, à casa imediatamente inferior.

O material necessário à tomada destas medidas é reduzido e pouco dispendioso. Resume-se no seguinte:

Ciclo Elementar (... Gráu):

- 1 fita métrica metálica de 4 metro e raso.
- 1 balança com precisão até 100 gramas.
- 1 toesa para estatura.
- 1 espirómetro de água.
- 1 compasso cefalométrico graduado em milímetros.
- 1 compasso de correção par as medidas do nariz, graduado em milímetros.

Ciclo Elementar (1º Gráu) Além do já referido para o ciclo anterior:

- 1 toesa para altura do busto.
- 1 quadro mural de envergadura

1 cronómetro.

1 coposado espessura.

1 quadro mural para sentido muscular (Quadro de Boigey).

Ciclo Secundário (1º e 2º graus) — Além do já referido para os ciclos anteriores:

2 dinamómetros manuais, um para crianças e um para adultos.

1 dispositivo de corrente com dinamómetro manual, para medida de força lombar. (V. figura 11 A).

Obs. — O dinamómetro manual empregado neste dispositivo não deve ser utilizado para as outras medidas de forças.

Ciclo Superior — Além do já referido para os ciclos anteriores:

1 dispositivo para utilização do dinamómetro manual na medida da força escapular — pressão. (V. figura 11 B). Só para rapazes.

1 dispositivo para utilização do dinamómetro manual na medida da força escapular — tensão. (V. figura 11 C). Só para rapazes.

1 aparelho para medir a tensão arterial do tipo Vasquez-Lauby.

Nota — Os estabelecimentos de ensino que possuam aparelhamento para proceder aos exames biotipológicos, poderão, depois de executadas as fichas obrigatórias, fazer os referidos exames, tendo para isso um anexo à ficha.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1939. — *Abjar Renault*, diretor geral do Departamento Nacional de Educação.

FIGURAS

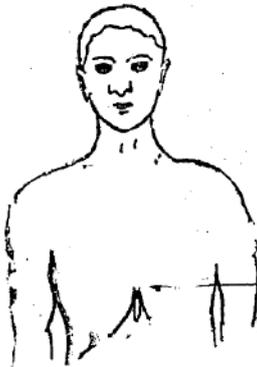
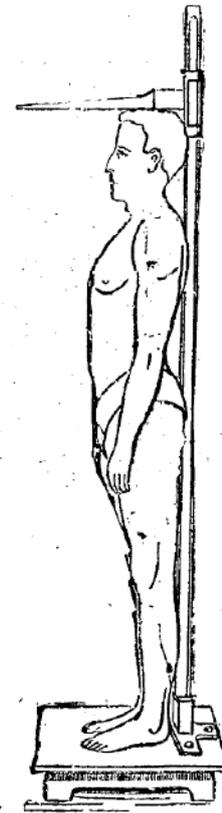
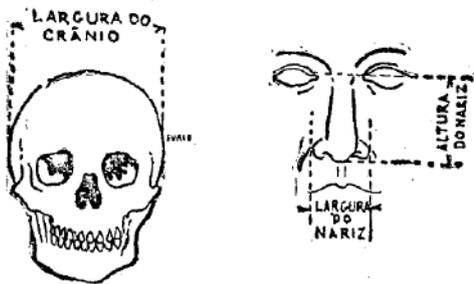
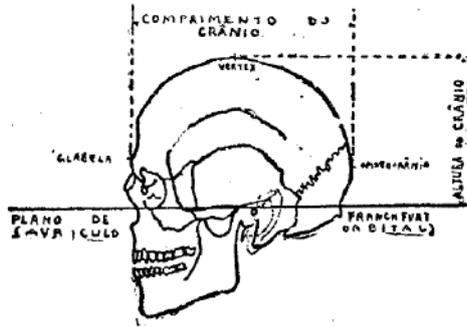


Fig. 1



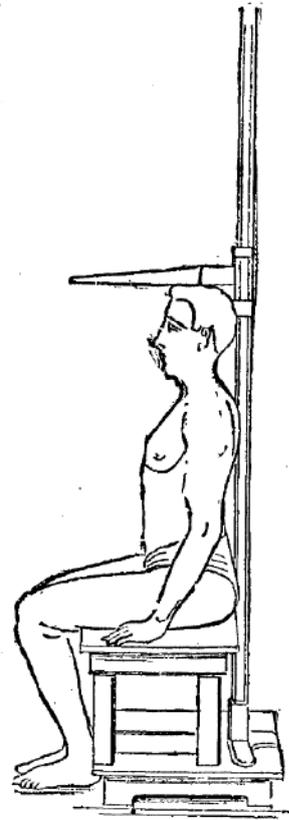
Estatura

Fig. 2



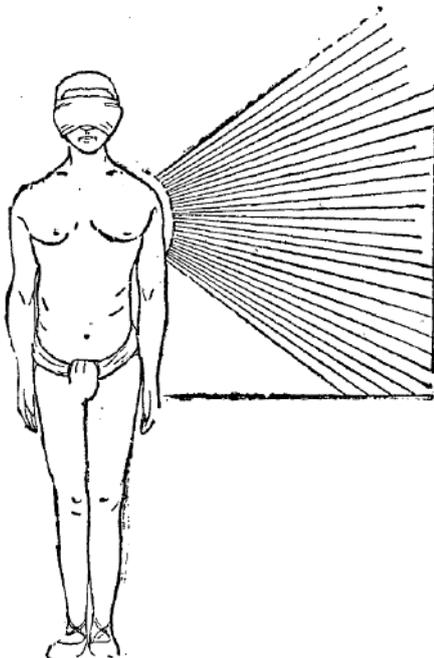
Medidas do crânio e do nariz

Fig. 3

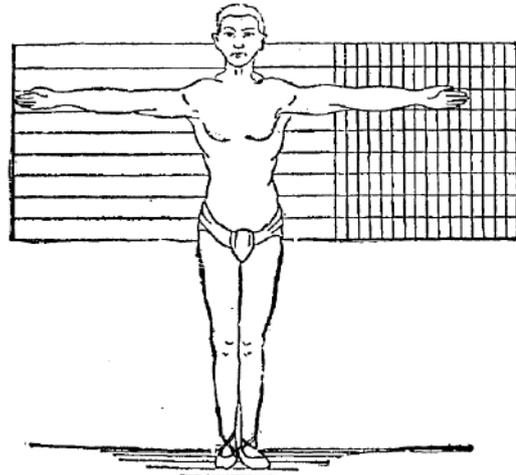


Altura do busto

Fig. 4

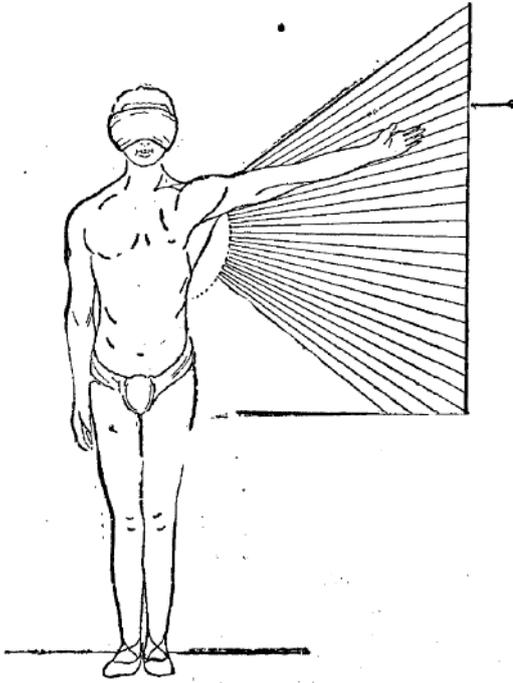


Sentido muscular (1)
Fig. 6



Envergadura

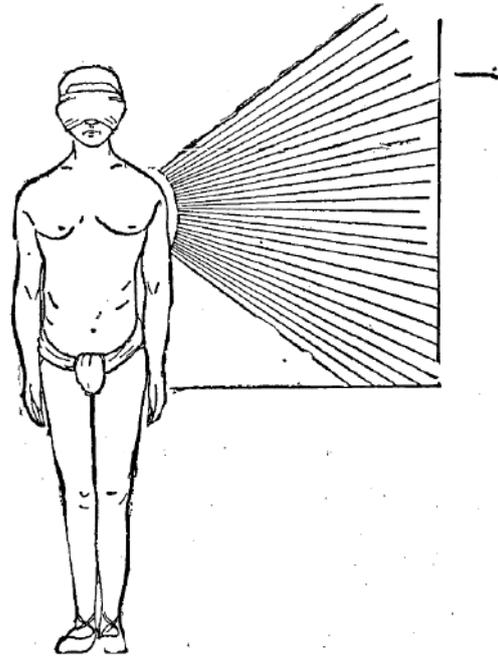
Fig. 5



Sentido muscular (2)

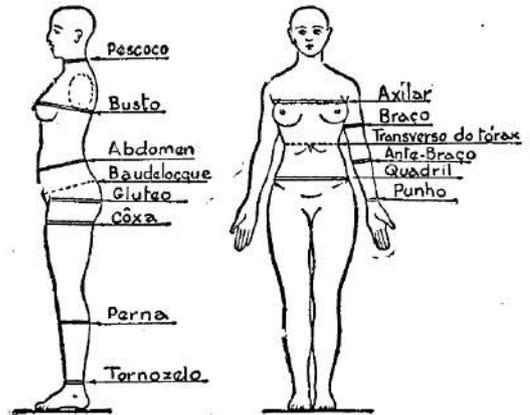
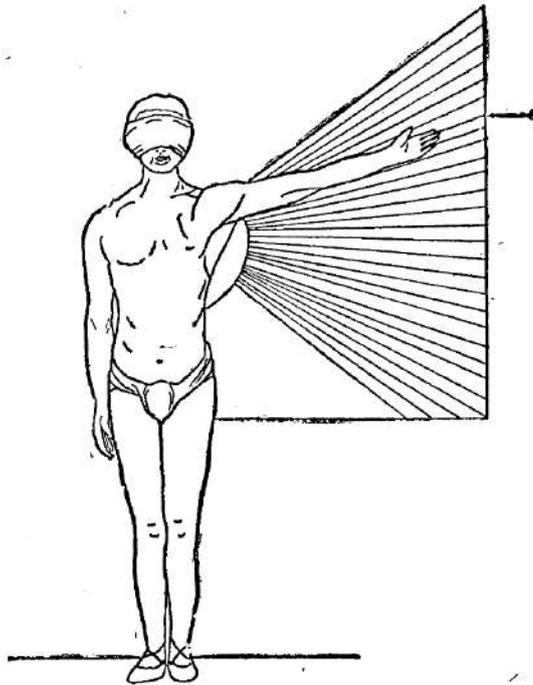
Preparar na graduação que coincidir com o dedo médio.

Fig. 7



Sentido muscular (3)

Fig. 8



LEGENDA ----- DIAMETRO
 _____ PERIMETRO

Dados especiais para o sexo feminino

Fig. 10

No caso em apêço quasi houve a coincidência com a gradação anteriormente marcada: o dedo médio ficou menos de uma gradação abaixo, sendo considerado para fins de registro na ficha como 0 (zero).

Fig. 9

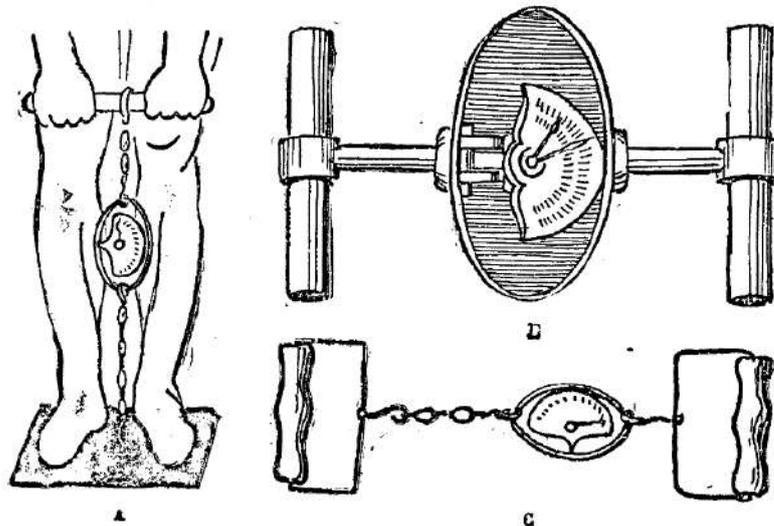


Fig. 11